



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



ALLAN CAVALCANTE LUNA

O DISCRETO CHARME DA DEMOCRACIA:

os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife
(1979-1988)

RECIFE

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



ALLAN CAVALCANTE LUNA

O DISCRETO CHARME DA DEMOCRACIA:

os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife
(1979-1988)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima

RECIFE

2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

L961d Luna, Allan Cavalcante.
O discreto charme da democracia : os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988) / Allan Cavalcante Luna. – Recife: O autor, 2014.
242 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^{ra}. Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, 2014.
Inclui referências e anexos.

1. História. 2. Movimentos sociais – Recife (PE). 3. Participação social. 4. Periferias. 5. Cidadania. 6. Democracia. I. Abreu e Lima, Maria do Socorro de (Orientadora). II. Título.

981.34 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2014-116)



ALLAN CAVALCANTE LUNA

O DISCRETO CHARME DA DEMOCRACIA: os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988)

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **21/08/2014**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof^a. Dr^a. Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof^a. Dr^a. Marcilia Gama da Silva
Membro Titular Externo (Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RESUMO

Em meio ao fragmentado mosaico *movimentalista* característico do Brasil dos anos oitenta, inúmeros foram os embates acerca da reformulação do Estado, bem como da necessidade de extensão, tanto de direitos socioeconômicos, quanto da participação política, às camadas mais pobres. Ao levar esta ideia de cidadania a grupos historicamente excluídos das instâncias decisórias do Estado, a cultura política *participacionista* transmuta-se em elemento central para a resolução dos problemas enfrentados por imensas populações urbanas marginalizadas nas grandes cidades do país – através de políticas de descentralização administrativa e de aberturas de canais diretos entre os novos e numerosos atores coletivos da sociedade civil e as esferas governamentais. Esta dissertação discute a atuação destas camadas pobres do Recife, organizadas em Associações de Moradores, durante o desmantelamento da máquina estatal-repressiva criada pela ditadura, quando revelaram-se sujeitos históricos centrais à cena política recifense, a ponto de construírem demandas materiais (equipamentos de uso coletivo ausentes no precário cotidiano destas populações), mas também culturais, sociopolíticas e eleitorais. Interessa-nos compreender como ocorreu o processo histórico de constituição identitária destas classes populares nas periferias do Recife, ou seja, de que forma uma pluralidade de sujeitos e de lugares, mas com situações confluentes e experiências compartilhadas, desdobra-se em práticas sociais homogeneizadas dentro de um campo ético-político autorreferenciado como “popular”, e articuladas tanto por elementos materiais, quanto por certa unidade de conteúdo discursivo. Por outro lado, serão analisadas as relações de forças entre faces destes movimentos populares e o poder público municipal no período, sobretudo, durante os anos da administração de Jarbas Vasconcelos, eleito em 1985 pelo voto direto após 21 anos de ditadura, com o sustentáculo de ampla rede social destes movimentos de bairro, reinaugurando um paradigma “*institucional-cooperativista*” a partir de um projeto de gestão “*participativa e descentralizada*”: o “Prefeitura nos Bairros”. Busca-se reconstruir a lógica material e os elementos simbólicos que permitam perceber regularidades e descontinuidades históricas nesses embates com o Estado “democratizado”.

Palavras-chave: movimentos sociais; periferias; eleições; participação; História do Recife.

ABSTRACT

Amid the fragmented mosaic “movimentalista” characteristic of Brazil’s 80 years, numerous were the clashes on the reformulation of the state, as well as the need for extension, both socio-economic rights as political participation, to the poorest. By taking this idea of citizenship to groups historically excluded from decision-making bodies of the state, political culture participationist transmuted into central element for solving the immense problems faced by marginalized urban populations in major cities of the country - through political and administrative decentralization vents direct channels between the new and numerous collective actors of civil society and governmental spheres. This paper discusses the performance of these poor of Recife, organized neighborhood associations, during the dismantling of state-machine created by the repressive dictatorship, when proved central to historical subjects recifense political scene, the point to build material demands (collective consumer equipment absent in everyday life these poor populations), but also cultural, socio-political and electoral. We are interested in understanding how the historical process of identity construction of these popular classes in the outskirts of Recife occurred, ie, how a plurality of subjects and locations, but with shared experiences and confluent conditions, unfolds in homogenized social practices within an ethical-political field self referenced as “popular”, and articulated both by physical means, or by certain unit of discursive content. Furthermore, we analyze the relative strengths of these popular movements and faces the municipal authorities in the period, especially during the years of Jarbas Vasconcelos administration, elected by direct vote in 1985 after 21 years with the mainstay of large network these social movements, neighborhood inaugurating again a paradigm “-institutional cooperative” from a project management “participatory and decentralized”: the “City Hall in the Neighborhoods”. Attempt to reconstruct the material logic and symbolic elements to perceive regularities and historical discontinuities in these clashes with the state “democratized”.

Keywords: social movements; peripheries; elections; participation; History of Recife.

“Como ninguém se interessa pelos sonhos dos outros – mas como contar a própria vida sem mencionar a parte subterrânea, imaginativa, irreal? – não me demorarei muito. Dois ou três sonhos e termino”

Luis Buñuel

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO.....</u>	<u>09</u>
--------------------------	-----------

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>14</u>
-------------------------	-----------

PARTE I: SAINDO DA LAMA

<u>CAPÍTULO 1. “VADE RETRO, SATAN!”: ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, MÍDIA, ‘COMUNIZAÇÃO’ E ESTADO DITATORIAL.....</u>	<u>34</u>
--	-----------

<u>1.1 Preâmbulos: os embates com o legislativo municipal, a polícia e a mídia</u>	<u>34</u>
<u>1.2 “Nada de novo no front”: um golpe contra as reformas</u>	<u>44</u>
<u>1.3 Tempos de abertura política e de falência do modelo autoritário: a permanente crise de legitimação de um Estado ilegal</u>	<u>51</u>

<u>CAPÍTULO 2. SOCIABILIDADE VITALIZADA: A FESTA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO COTIDIANO DOS BAIRROS POBRES DO RECIFE.....</u>	<u>57</u>
---	-----------

<u>2.1 Capitalismo, hierarquização do espaço urbano e (sobre)vivências nas periferias</u>	<u>57</u>
<u>2.2 E a flor rompeu a lama: o início de uma década perdida ou de uma <i>belle époque</i>?</u>	<u>62</u>
<u>2.2.1 O Ibura, a Luta do Lixo e o Muro da Vergonha.....</u>	<u>63</u>
<u>2.2.2 Casa Amarela de costas para o Estado</u>	<u>73</u>
<u>2.2.3 Repressão e resistências numa Brasília de Teimosinhos</u>	<u>80</u>
<u>2.3 Diversos são os bairros, uma é a festa: multiplicidade geográfica e confluência cultural....</u>	<u>84</u>
<u>2.4 Em busca da legitimação: a retórica <i>participacionista</i> em meio às fileiras autoritárias.</u>	<u>96</u>

PARTE II: ENFRENTANDO OS URUBUS

<u>CAPÍTULO 3. A REDEMOCRATIZAÇÃO DO ESPETÁCULO.....</u>	<u>106</u>
<u>3.1 A abertura e as múltiplas vozes contra um antes autoritário.....</u>	<u>107</u>
<u>3.1.1 As fissuras.....</u>	<u>109</u>
<u>3.1.2 Entre memórias, entre embates.....</u>	<u>113</u>
<u>3.2 Subindo o morro sem gravata: estratégias políticas na construção do “governante popular”.....</u>	<u>120</u>
<u>3.2.1 Novas e antigas Frentes no Recife.....</u>	<u>122</u>
<u>3.2.2 O mito, a política, as eleições: elementos discursivos da construção de uma autoimagem.....</u>	<u>130</u>
 <u>CAPÍTULO 4. DE FRENTE PARA O ESTADO: NEGOCIAÇÕES E RESISTÊNCIAS DURANTE A “GESTÃO POPULAR”.....</u>	 <u>140</u>
<u>4.1 A Prefeitura vai aos bairros.....</u>	<u>140</u>
<u>4.2 Inquietações ainda vêm dos bairros: cotidiano e vivências políticas no bairro popular do pós-85.....</u>	<u>148</u>
<u>4.3 Quando a “gestão democrática” virou alvo.....</u>	<u>160</u>
 <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	 <u>176</u>
 <u>ANEXOS.....</u>	 <u>180</u>
 <u>FONTES.....</u>	 <u>227</u>
 <u>REFERÊNCIAS.....</u>	 <u>232</u>

Apresentação

*Democracia que me engana
na gana que tenho dela
cigana ela se revela.*

*Democracia que anda nua
atua quando me ousa
amua quando repousa.*

Tom Zé & Vicente Barreto, 1985.

Este trabalho, apresentado como dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, ocupou-se em discutir resumidamente algumas questões referentes às concepções de cidadania existente no Brasil, bem como almejou realizar interpretações sobre como o conceito de democracia foi aqui construído historicamente, após o final do regime ditatorial imposto em 64: como a cidadania foi/é experienciada no Brasil? Como a participação político-social de setores populares foi/é, aqui nestas terras, compreendida?

Penso que os estudos sobre a democracia mostram-se cada vez mais urgentes. A existência dessa necessidade não significa afirmar que a historiografia brasileira do período republicano não deve, é claro, debruçar-se sobre outros períodos, como os sombrios e devastadores vinte e um anos do regime militar – tais estudos são essenciais, sobretudo em nível de reparação histórica e na própria consolidação de uma democracia mais justa e humana. Todavia, penso que pesquisar as instituições, discursos e práticas ditas democráticas, é tentar construir alguma outra realidade no hoje. Esta urgência coloca-se porque um pensamento único parece envolver o conceito de democracia elaborado nos últimos anos em todo mundo ocidental. Não se discute a democracia. A ideia de inevitabilidade que envolve o conceito de democracia liberal do ocidente, sobretudo a democracia representativa, ganhou muita força ao longo do século XX. É envolvida com uma força protetora. É dona de status de modelo organizacional e governamental que “se não é perfeito, é o melhor que conseguimos fazer até aqui”. Porém, é claramente útil a um discurso imobilista que nivela para baixo as possibilidades de transformações da realidade social, apenas destacando os fracassos ou erros

de outros regimes políticos, mormente as ditaduras militares, ou ainda tributando outros modelos e tentativas e organizacionais como inexecutáveis e idealistas. De forma que acaba não mais projetando expectativas futuras de construção de novas relações políticas, de novos direitos sociais, de uma nova concepção de cidadania e de uma nova ideia de participação social, que reestabeleça o pacto entre a sociedade e o Estado, assentado em estruturas efetivamente democratizadas.

Desta forma, penso que estudar a democracia hoje é despi-la dos mitos redentores que a cercam como um manto santo. É mostrar-lhe a sua face escondida, não hegemônica. Apresentar-lhe como uma democracia extremamente condicionada e limitada, que não abre espaços de poder decisórios reais para os seus cidadãos, ficando estes restritos a trocar ou manter governos que se misturam entre interesses compartilhados. As decisões importantes, nos países da democracia liberal-representativa, não perpassam o nível de cidadão comum. São pensadas em esferas bastante particularizadas. Muito enxutas.

No momento em que se rememoram os 50 anos do golpe de 1964, percebe-se nitidamente o quanto a democracia brasileira está em crise de legitimação. Quando escrevo esta dissertação, o país assiste aos grandes protestos de meados de 2013; a profunda repressão policial-militar; a inúmeras ações de despejos em consequência das obras para o mundial; a atuação dos Black Blocs; a ação repugnante da grande mídia durante a cobertura jornalística, criminalizando os movimentos e realizando ampla campanha por um pacifismo burocrático e arrefecedor das mobilizações. De modo que cabe aqui mencionar o quanto esta democracia é economicamente ligada, ou submissa, às grandes organizações financeiras nacionais ou internacionais, sobretudo aos bancos, às corporações midiáticas, às empreiteiras, aos empresários do transporte coletivo, aos ruralistas, às organizações religiosas. Análises que restrinjam seu campo de atuação ao mundo da política e dos modelos formais constitutivos dos governos, ou seja, dentro de uma perspectiva puramente institucional, burocrática ou gerencial, não conseguirão perceber estes elos e fios fundadores da democracia que vivemos hoje, e que entravam as reais possibilidades de expansão da participação política e da equidade social.

Dessa maneira, ao longo deste texto, buscou-se com que estas questões encontrem-se presentes, perpassando, a todo instante, sua narrativa. Inevitavelmente, este texto, como qualquer outro, contém lacunas a serem preenchidas num futuro breve por outros pesquisadores que venham a contribuir com a construção deste conhecimento histórico. Para discutir a democracia, partirei de uma análise historiográfica da relação, ambígua, entre Movimentos Sociais e Estado, relação esta já bastante pesquisada por cientistas sociais e

cientistas políticos. Serão discutidos aqui especificamente os Movimentos Sociais Urbanos eclodidos nas periferias das grandes cidades latino-americanas em meados da década de 70 e 80 do século passado, corporificados através da organização e da atuação das classes populares, sobretudo, em Associações de Moradores.

Na tentativa de realização de um debate acerca da natureza sócio-histórica desses então categorizados como Novos Movimentos Sociais, tentei compreender esse conceito estabelecendo um enfoque no que caracterizava os movimentos sociais dessa maneira, ou seja, no que os diferenciaria dos ‘velhos’ ou ‘antigos’ movimentos sociais, porém não deixando de perceber a relatividade e a fluidez presente na ideia de “novo” que perpassa este conceito. Assim, foi possível analisar historicamente, de maneira particularizada, como eles se constituíram no Recife e dentro de qual contexto socioeconômico estiveram inseridos; como ou pelo que se mobilizaram; o que os unia identitariamente em termos de classe social; que símbolos e valores eram por eles compartilhados; o que os distanciava ou os aproximava de outros Movimentos Sociais; de que maneira se davam as suas formas de organização interna e sua atuação. Todavia, sobretudo, procurei analisar como dialogaram estes Novos Movimentos Sociais com o Estado – seu interlocutor mais ou menos direto. Como será possível visualizar mais adiante no decorrer do texto, esta relação mostrou-se um tanto ambivalente: ora com enfrentamentos diretos e/ou críticas abertas, ora de aproximações e/ou alianças eleitorais, a depender de momentos históricos específicos.

Almejando tais respostas, e recortando meu objeto desse quadro mais geral, o que procurei discutir nesta dissertação foi, especificamente, a atuação das classes populares através do Movimento Popular de Bairro (re)organizado no Recife durante o período de desmantelamento da máquina estatal montada pela ditadura militar após 1964, ou seja, centrei a discussão no período de arejamento político vivenciado pela sociedade brasileira, justamente no tempo em que se tornaram mais evidentes os embates em torno da redemocratização do Estado e da extensão da participação política às classes populares. Igualmente, pude refletir sobre as respostas, as propostas e as ações de alguns diferentes modelos de gestão da Prefeitura do Recife para com esses novos atores sociais que brotaram fortemente na cena política recifense, sobretudo nos anos 80. Nesse contexto de reafirmação do debate político no seio da sociedade civil, exilado durante os anos mais obscuros do regime militar, as Associações de Moradores e suas federações adquirem esse papel catalisador das vozes nas periferias do Recife.

Todas as laudas dessa dissertação seriam insuficientes para descrever o sentimento de gratidão que internalizo por todos aqueles que me ajudaram, de alguma forma, na realização deste trabalho. Agradecer é exercício que demanda um irrealizável esforço de síntese, algo que não cabe neste ato nobre. De forma que tomem essas linhas apenas como uma recordação. Sem dúvida, porém, todas essas pessoas que serão citadas adiante em muito estão presentes neste texto. Orgulho-me, verdadeiramente, de conhecê-las e de poder continuar a desfrutar de suas companhias no meu dia-a-dia.

Inicialmente, gostaria de relembrar os meus familiares, em especial meu pai, Tonho, minha mãe, Dona Ó, minha irmã, Gel, meu hermano, Adriano, meu sobrinhos Kaian, Kalel, Vinícius e Letícia Boberinha. Pessoas que me completam e que apenas a presença de uma delas torna o dia infinitamente mais leve.

Agradeço imensamente à professora Socorro Abreu, sem dúvida alguma a melhor orientadora que eu poderia ter. Devo-lhe grande parte das ideias e reflexões aqui presentes. Seu amor, calma e lucidez sem tamanho foram essenciais para que esta dissertação fosse (re)escrita a cada aula, reunião ou encontro inesperado.

De forma igual, agradeço às professoras Marcília Gama e Christine Dabat e ao professor Antonio Montenegro, pelas leituras mais que atentas de meu texto e por todo o aporte crítico, construtivo e informacional a mim repassado durante a qualificação e a defesa.

Aos professores e professoras da UFPE que com muito contribuíram na minha formação durante a graduação em História. Em especial, devo bastante a José Bento Rosas, Suzana Cavani, Ricardo Pinto, Carlos Miranda, Patrícia Pinheiro, Socorro Ferraz, Marc Hoffnagel, Adriana Paulo, Luciano Cerqueira, Michel Zaidan e Antonio Paulo Rezende. Agradeço, ainda, a própria instituição UFPE e em particular ao seu enorme campus, que tanto me ensinou quando fora de sala de aula. Como dizia um amigo: “*não deixe que as aulas atrapalhem os seus estudos*”. Paralelamente, agradeço ao PPGH-UFPE, na figura sempre muito atenta, solícita e competente de Sandra Regina. Essa pesquisa não seria possível também sem o auxílio financeiro do CNPq.

Aos amigos e amigas que levo no peito, Ednaldo (o Fred Caju), Aurélio Britto, Wanessa Telles (Freak Johnson), João Gabriel, Elvis Pinheiro, Ivana Driele, Dora Gallindo, Mateus Simon, Carlos Alberto (o Carlão), Bruno Vêras, Luiz Paulo, Cristiano Duarte (Kiki), Giulia Melo, Letícia Carvalho, Leandro Aquino (o grande Teo), Gabi Albuquerque, Rebecca França, Mariana Mayer, Anderson Rodrigo, Pedro Protázio (Pedrão), Lucas Holanda, Alex

Araújo (Inseto), Adilson Didil, Roberto Freire e tantos outrxs que cruzaram pelo meu caminho sempre com *una buena onda*.

Aos companheiros da Tangerina Azul, Robnilson Rafael, Felipe Agulha e Fagner Dionísio. Sinto que um dia voltaremos a nos reunir.

Lembro ainda de Grazielle Rodrigues e Roberta Duarte, grandes amigas dos tempos em que integrei o Centro de Pesquisa Histórica e Cultural de Fernando de Noronha (CEPEHC), lugar onde iniciei, na prática, no universo historiográfico. Um abraço aos funcionários e às funcionárias do APEJE, da ETAPAS, do TJPE, bem como a todxs xs entrevistadxs durante esta pesquisa.

Agradeço, sobretudo, a Ghita Galvão, pessoa com quem mais convivi nos últimos dois anos e que vez ou outra me segurou pela mão, quando dos momentos de maiores tormentas. Por ela tenho um carinho especial.

Por fim, relembro três grandes amigos que me acompanharam muito de perto durante minha formação acadêmica, mas que se foram sem se despedir: Vladimir, Podoslki e Ozzy. Que estejam bem!

Introdução

Navegando recentemente pela internet, deparei-me com uma notícia que me causou certo impacto momentâneo: “*Comunistas vencem eleição na Associação de Moradores da UR-10*”. Não tinha conhecimento dos movimentos populares de bairro que haviam ocorrido no Ibura, bairro pobre da periferia do Recife onde passei a maior parte da minha vida até aqui. Talvez pela sua recente constituição sócio-histórica, que não data de mais de 50 anos, ou pela quase inexistência política desse tipo de organização popular no atual cotidiano da maioria dos moradores do bairro, espantei-me com o fato de que ali houvesse sucedido amplas manifestações ao longo, sobretudo, da década de 1980. Foi o que descobri quando decidi enveredar por esse caminho, lendo jornais de bairro da época e inquirindo alguns moradores, antigos militantes.

Após a descoberta de que um grupo do PCdoB estava atuando no bairro do Ibura, especificamente na UR-10, desde pelo menos 1974, e que quando venceram as eleições em 1981 para a diretoria da Associação de Moradores desta comunidade, tornaram-se a primeira entidade de moradores, dentre as vilas da COHAB, a ser de oposição ao governo militar na cidade, comecei então a pesquisar incipientemente algumas histórias dos movimentos populares dos bairros de Recife. E então apareceram as mobilizações de moradores também de Casa Amarela, Brasília Teimosa, Mustardinha, dentre outras localidades pobres do Recife, nos anos finais da década de 70 e durante toda a década de 80. Era o ápice de atuação no cenário local do então Movimento Popular de Bairro do Recife.

Adensando-me na temática, resolvi pesquisar como ocorreu a formação e a organização dessas classes populares enquanto sujeitos políticos centrais na cena política recifense do período, a ponto de pautarem demandas, fossem materiais ou simbólicas, e de decidirem eleições em nível municipal. Busquei questionar ainda o porquê da existência de diferentes formas de relacionamento entre estes movimentos populares de bairros e o poder público municipal, sob as administrações de Gustavo Krause e Joaquim Francisco, prefeitos indicados durante a ditadura, e no governo municipal de Jarbas Vasconcelos, eleito por voto direto em 1985, inaugurando um outro paradigma na relação do Estado com os movimentos sociais populares. Portanto, é sobre como ocorreu este processo histórico de constituição destas classes populares, bem como as suas relações políticas com o Estado, que se detém esta dissertação.

Ao longo desse texto buscou-se realizar um estudo acerca do processo de constituição das classes populares como atores políticos relevantes no cenário local quando organizadas a partir das Associações de Moradores e das entidades de federalização que compunham a confluência de uma multiplicidade de atores sociais dentro do Movimento Popular de Bairro do Recife. Igualmente, serão analisadas as relações entre o Estado, no caso, representado pelas diferentes gestões da prefeitura citadas, e este movimento, que terminava por catalisar a polifonia dos bairros e camadas pobres da cidade.

A primeira questão a ser colocada no centro de um debate sobre ações coletivas e movimentos sociais é a inevitável multiplicidade dos enfoques e das abordagens teóricas e metodológicas a serem levadas em conta nos estudos hoje realizados. A principal discussão está na esfera da formação das identidades e na organização dos grupos sociais envolvidos no processo histórico, ou seja, como acontece a homogeneização desses atores sociais dentro de uma categoria, ou ainda, com se dá a sua constituição enquanto ator coletivo político e social.

No que se refere aos movimentos aqui estudados, deveríamos inicialmente nos questionar sobre a própria construção identitária dos movimentos populares, mormente, como se constituíram enquanto classe, qual o significado do conceito de “popular” que revestiu as ações daqueles sujeitos históricos e quais foram os elementos materiais, políticos e culturais que o definiram enquanto uma coletividade. O que constitui essas classes populares? Quais as vozes, os discursos, os signos, os valores que definem os movimentos sociais encontrados em Recife como “populares”, no período estudado?

O conceito de classe social foi rediscutido pela historiografia em geral, inclusive dentro da literatura marxista contemporânea. Maria da Glória Gohn dedica uma parte de seu trabalho¹, ao que ela denominou de Paradigma Marxista de Interpretação, e dentro de tal paradigma de análise se refere a autores específicos, pertencentes a um grupo neo-marxista, como E. P. Thompson, Eric Hobsbawm e G. Rudé. Segundo a autora, tais estudiosos

¹ GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

elaboraram uma releitura de alguns conceitos clássicos do marxismo, tentando adaptá-los à nova dinâmica própria da sociedade capitalista, de maneira a tornar as análises mais complexas e elaboradas. São pensadores que reservam maior espaço para os campos da ideologia, da política e do simbólico, para além das análises estruturalistas de uma corrente historiográfica *economicista*².

Tal análise se tornou alvo de críticas e de novas concepções como nos mostra Armando Boito Júnior, em seu texto sobre a formação da classe operária.³ Desta forma, o conceito de classe social – central em uma pesquisa sobre movimentos populares de bairro e de seu relacionamento com o Estado – era visto num plano estritamente econômico, definido como um processo de formação resolvido aprioristicamente, objetivo e monolítico, dado pela posição que os operários ocupavam no processo de produção, ou seja, seria um conjunto de não-proprietários assalariados, bem como assim era já formada a sua consciência.

E. P. Thompson é um dos autores que mais contribuíram nesse debate quando realizado dentro da historiografia, sobretudo a partir dos anos 80, e que evidencia a necessidade de incorporar, à formação da classe social, a ação ou o papel das experiências cotidianas vivenciadas pelos indivíduos, que elaboram simbolicamente suas demandas, interpretando suas situações e construindo um sentido coletivo, com base em seus valores e sentimentos, que será compartilhado pela classe em formação. Thompson se deteve no *fazer-se* das classes sociais. O autor entende este conceito estendido para além do campo econômico, ou seja, não apenas delineado em relação aos meios de produção, mas também considerando elementos culturais – não deixando estes, porém, de estarem situados em contextos históricos e dentro de específicos lugares materiais que lhe correspondem, como nos diz em seu estudo sobre as classes populares da Inglaterra no século XVIII⁴. A classe, assim como a consciência de classe, não estaria dada, seria possuidora de uma dimensão essencialmente histórica, ou seja, se formaria no espaço-tempo ao longo das lutas, através de diversas experiências dos indivíduos, em constante relação umas com as outras. A divisão estrutural da sociedade capitalista apenas possibilitaria esse surgimento, quando da divisão de

² Segundo Noberto Ferreras, no artigo *Culturalismo e Experiência: leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson*. Revista Diálogos, Maringá, v.3, n. 3, p. 309-322, 1999, esta corrente teria seus estudos centrados na obra do “velho Marx” (pós-1850), enfatizando fatores econômicos, numa ótica macro-social e “mecanicista” do conflito capital-trabalho, negligenciando o “jovem Marx” do período anterior, e suas análises sobre alienação, consciência e ideologia.

³ BOITO JÚNIOR, Armando. A (difícil) formação da classe operária In GALVÃO, Andreia et alli (orgs.) **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.

⁴ THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comuns**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17-18.

proprietários e assalariados, mas a concretização e conscientização se dariam no campo do cotidiano. De modo que a formação da classe não seria algo automático, como nos elucida Gohn:

O aspecto mais relevante da obra de Thompson é que ele vê as classes como um processo em formação. É a luta que as forma. Não se ignoram as condições materiais objetivas, elas são cruciais, porém sem um poder de determinação exclusivo e final. A classe se constrói na luta, e daí a importância do conceito de experiência.⁵

Para além de apenas uma leitura estruturalista da economia, almeja-se analisar as ações dos atores sociais, sujeitos históricos, com suas vivências em comum e suas experiências no *fazer-se* do movimento, no *construir-se* da classe, num contínuo processo de câmbio de valores, na elaboração de uma identidade cultural compartilhada e interpretada simbolicamente entre os indivíduos. Assim, são revistas concepções estruturalistas que apresentam a classe apenas como resultado de uma organização social da produção, ou seja, pelo local estruturalmente dado que o sujeito social ocuparia. A política é vista como elemento tão importante quanto a economia na análise histórica, ou seja, a experiência dos atores dos movimentos sociais é, também, fundamental no desenvolvimento do processo das lutas, assim como o é a conjuntura socioeconômica em que estes estariam imersos. Em outras palavras, é o ser social quem constrói e determina a consciência:

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.⁶

Navegando nos meandros interpretativos do objeto de estudo deste trabalho, os movimentos populares eclodidos em bairros pobres, o conceito ortodoxo de classe social não se enquadraria de maneira pertinente na análise, haja vista a composição social de tais grupos:

⁵ GOHN, M. G. 1997, **op. cit.** p. 204

⁶ THOMSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.10.

diversos segmentos sociais. É um movimento de classes populares e heterogêneas, ou seja, é formado por um grupo não homogêneo em relação à disposição que ocupariam os indivíduos no processo produtivo⁷. No entanto, estes mesmos grupos agregam indivíduos que compartilham uma situação em comum, envolvendo seus valores, seus sentimentos e visões de mundo; que elaboram uma consciência comum de exploração econômica, de injustiça social, de exclusão política, de subordinação cultural, de carência de bens de uso coletivo vitais à sobrevivência; que partilham um modo de vida peculiar; que vivenciam, experimentam e sentem a exploração. São personagens que tateiam a dificuldade cotidiana de não terem suas demandas grupais atendidas no lugar onde moram e ali desenvolvem seus principais laços de sociabilidade. Tornam-se, assim, sujeitos históricos que edificam uma identidade coletiva.

Dessa forma a aparente heterogeneidade da categoria de Movimentos Sociais Urbanos, ou especialmente no que se refere ao Movimento Popular de Bairro, é substituída por uma nova forma de homogeneização, dentro de um conceito de classe revisitado historiograficamente: de sujeitos que partilham determinadas necessidades, porém historicamente construídas e simbolicamente percebidas, elaboradas culturalmente, bem como, advogam conjuntamente visões, valores e projetos de sociedade.

Uma questão importante debatida por autores de variados matizes interpretativos é qual a natureza sociológica destes movimentos ocorridos em bairro pobres. Durante muito tempo, sabe-se que a forma “sociologizante” de ler estes movimentos tratou com desprezo certas formas de mobilizações e organização social. A composição social dos movimentos populares de bairro foi, portanto, desenhada como algo pré-político⁸, assim como as suas pautas apresentadas como reivindicações imaturas. Seriam movimentos que estariam preocupados “apenas” com questões materiais e imediatas, não teriam demandas classistas, logo, seriam lutas com o fim em si mesmas. Entretanto teriam um *potencial* para *evoluir* rumo a uma maior “consciência política”. Contariam assim com uma potência a ser explorada e convertida em lutas sociais mais “fortes” e “maduras”, como a luta sindical, ou as lutas dos partidos de esquerda.

Tais movimentos sociais foram enquadrados, dessa forma, na categoria da reprodutibilidade social, por reivindicarem questões não ligadas ao mundo da fábrica e da

⁷ Se atentarmos, por exemplo, para o elevado número de trabalhadores informais e/ou de desempregados que participaram destes movimentos sociais.

⁸ Normalmente percebida como formada por “marginais”, excluídos ou uma espécie de subproletariado.

produção, bem como foram categorizados como imaturos politicamente, pré-políticos, ou mesmo reformistas em seus objetivos. A circunstância de tal visão está na ideia de que os movimentos de bairros não teriam relevância sócio-histórica, sendo movimentos de reformas que apenas reivindicam necessidades imediatistas, bem como na visão distorcida sobre sua composição social: um *lumpemproletariado*⁹ desvinculado da produção social, atuando na esfera da reprodução das condições sociais e, por isso, não enfrentando o Capital – já que essa ação caberia ao movimento sindical, ou seja, ao operariado enquanto classe homogênea, consciente e economicamente determinada, e aos partidos de esquerda, vanguardas responsáveis pela sua organização e representação.

É preciso fazer algumas importantes ressalvas em relação a essa ideia. Primeiro, é necessário mencionar que as esferas de produção e reprodução/consumo social são por assaz interligadas para serem separadas e/ou hierarquizadas de forma rígida, mesmo que para fins analíticos. Segundo, essa concepção tende a pré-conceber teoricamente o potencial político dos movimentos de bairro pelo seu lugar social, que estaria centrado na esfera do consumo, no local de moradia, e não do trabalho. Ou seja, como foi dito, o movimento operário seria o sujeito coletivo capaz das “reais transformações” sociais, pelo seu lugar central na produção do capitalismo, através da atuação do sindicato e dos partidos de esquerda. Todavia:

“Não se podem pré-estabelecer de modo abstrato os limites de processos de organização em tais formas organizacionais. Seu potencial político depende primordialmente dos interesses que em cada situação concreta nelas convergem, e da experiência vivida durante o processo de confrontação”¹⁰

Em que pese saber-se da importância das mobilizações operárias e dos movimentos sindicais grevistas, no que se refere a maiores possibilidades de entraves da engrenagem produtiva do sistema capitalista, a visão na qual somente os partidos e os sindicatos detêm as faculdades para as transformações sociais, já que atuariam enraizados na esfera da produção, políticas e econômicas respectivamente, é marcada por concepções políticas pré-estabelecidas que tendem a generalizar situações e a interferir nas análises historiográficas. Igualmente, impedem uma percepção *sui generis* dos acontecimentos estudados, através das análises mais

⁹ KARL, Marx. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

¹⁰ EVERS, Tilman; MULLER-PLANTENBERG, Clarita; SPESSART, Stefanie. Movimentos de Bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina In: MOISÉS, J.A. (Org.). **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5, 1985, p. 114.

densas, e menos teleológicas, acerca de qual a realidade social e histórica específica que cercou cada ação coletiva.

As classes populares que lutam pelas melhorias coletivas nos bairros pobres não são, de fato, como foi apresentado anteriormente, estritamente determinadas pela posição objetiva que ocupam nas relações de produção – algo central para uma historiografia economicista – mas são homogeneizadas pelas suas demandas, por sua identidade coletiva de situações e experiências compartilhadas: condições de vida, de moradia e de consumo limitado.

Portanto, a escrita histórica não precisa restringir – *a priori* a uma análise concreta e entrecruzada das diversas fontes à disposição – o potencial de transformação dos movimentos sociais urbanos por bens e melhorias coletivas, adotando visões comparativas a outras tipologias de movimentos sociais, e lendo os movimentos de bairro com as lentes com que certo marxismo interpretou o movimento operário clássico, já que somente desta forma eles se tornam imaturos politicamente e reformistas em seus objetivos. Desse modo, é necessário estudar estes movimentos partindo de conhecimentos empíricos, e de análises específicas, contextualizando-os num tempo e num espaço particulares, e percebendo inclusive, as alianças e rupturas existentes entre os diversos segmentos das classes trabalhadoras e populares, exploradas tanto nas relações produtivas como no seu cotidiano, no seu lugar de moradia. Desta forma, partindo do próprio mundo dos atores do movimento, dos sujeitos da história a ser narrada, evitar-se-iam as generalizações conceituais sobre a sua natureza sociológica. A narrativa, aqui, vai além de modelos economicistas e estruturalistas, que pré-estabelecem modelos e arquétipos rígidos, fixos e estanques, para projetar categorias que se constroem ao longo da luta social e em suas trocas de experiências em comum.

Peter Burkner conseguiu demonstrar a fundamental vinculação entre a heteroglossia das narrativas e a estrutura, no que se refere à escrita da história¹¹. Na sua síntese, debate sobre as relações e influências mútuas entre os acontecimentos e os elementos sistêmicos, buscando o fim de duas posições historiográficas antagônicas. Ademais, realiza uma análise que evidencia as articulações indissolúveis entre as estruturas sociais e as experiências vivenciadas pelos sujeitos em seu cotidiano – equiparando os dois matizes metodológicos ou explicativos – distanciando-se de dicotomias analíticas e de concepções maniqueístas, que ora evidenciam o papel estrutural das redes no direcionamento e na determinação das ações de sujeitos ou atores coletivos, negligenciando o papel criativo e autônomo desses personagens, ora

¹¹ BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e a volta da narrativa In **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

superestimam essa autonomia do sujeito, em detrimento de análises mais sistêmicas, que evidenciam a influência das estruturas nas elaborações culturais dos sujeitos coletivos e nas próprias representações construídas pelos indivíduos. Como bem coloca Eder Sader:

Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas [...] E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então, coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais [...] Com efeito, uma revalorização dos sujeitos sociais, pensados como ‘senhores de suas ações’, constituiu um movimento intelectual de oposição ao ‘objetivismo’ preexistente. Mas seguir essa trajetória seria manter uma falsa dicotomia entre sujeitos e estruturas.¹²

A constituição de uma classe social enquanto um fenômeno histórico é, por conseguinte, alvo de especificidades econômicas em relação aos meios de produção, mas também políticas e culturais, como afirma Ângela de Castro Gomes. Para a autora, a identidade coletiva, representando os interesses próprios de um grupo de pessoas, é construída ao longo de um processo sócio-histórico que envolve tradições e experiências, e que, segundo Thompson e William Sewell, traduzir-se-ia no desenvolvimento de um sentimento de pertencimento, a partir da força constituidora de um discurso capaz de ressignificar os conceitos do grupo.¹³ Thompson, com os debates sobre a classe operária inglesa, e Sewell, com o debate sobre a França, são os dois grandes contribuidores e formadores do arcabouço teórico-metodológico da autora durante a escrita de seu texto quando da análise da formação da classe trabalhadora brasileira enquanto ator político de influência na vida nacional.

Ainda segundo Gomes, Marshall Sahlins¹⁴ situa o debate sobre a constituição das classes em dois campos, apesar de alertar para a grande diversidade de enfoques que vão além dessa simples dicotomia: de um lado, os que pensam as ações coletivas humanas como presididas por uma lógica pragmática, material e objetiva; de outro, os que advogam a existência de uma lógica subjetiva, imaterial, aqueles que reivindicam a presença do simbólico.

¹² SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 44-45.

¹³ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Editora FGV, 2005, p. 17-31

¹⁴ Marshall Sahlins apud GOMES, **op. cit.** p, 21

Olson rejeita as explicações acerca das ações coletivas que pressupõem que a existência de interesses comuns entre indivíduos, quase sempre materiais, é suficiente para torná-los unidos em nome de uma maximização dessas mesmas demandas¹⁵. Olson vai de encontro a essa concepção, a qual denomina de utilitarista. Define esta como uma teoria de explicação para as ações coletivas que considera as mobilizações políticas apenas enquanto uma busca por ganhos e interesses comuns. O autor não nega a influência desta circunstância material e objetiva, mas endossa a necessidade de se avaliar as representações mentais, ou seja, os elementos simbólicos envolvidos e que interferem na própria identificação deste real, haja vista as experiências e demandas dos trabalhadores serem apreendidas e elaboradas segundos arquétipos interpretativos próprios e dinâmicos.

A articulação entre a lógica material e a simbólica é, portanto, essencial na compreensão de movimentos sociais e das formações das identidades coletivas. Como nos diz Gomes, estes pensadores não negam a ação da materialidade, mas é preciso ter em mente que os homens se relacionam com ela – com as circunstâncias, as experiências, e com a própria realidade – sempre a partir de esquemas de representações que variam internamente: “A consciência não é uma identificação de situações materiais nas quais ela não interfira”¹⁶

Pizzorno afirma que a formação das identidades coletivas passaria por dois momentos. Primeiramente, quando do abandono das questões do que pode ser ganho ou perda nos movimentos¹⁷. Aqui, valorizam-se as condutas, a solidariedade. O próprio objetivo seria a afirmação de uma identidade comum pelos próprios integrantes da luta. Só depois é que as condutas materiais passariam a dominar as demandas e as ações dos atores envolvidos. Gomes sintetiza uma leitura desses autores afirmando que “a formação de uma identidade coletiva consiste na construção de um discurso capaz de produzir uma ‘área de igualdade’ substancial que nega as desigualdades em espaço definido” e dentro desse espaço “ênfatisa um conjunto de valores, e tradições solidários, podendo inclusive se materializar em formas institucionais diversas como leis, organizações etc.”¹⁸

Ana Maria Doimo, em sua obra “A vez e voz do popular”¹⁹, dedicou-se a estudar a lógica destas redes de pertencimento e de relações de identidade no interior dos movimentos populares de bairros. É conhecida a profunda complexidade que cercam os trabalhos que

¹⁵ Mancur Olson apud GOMES, **op. cit.** p, 19-20.

¹⁶ GOMES, **op. cit.** p. 21

¹⁷ Alessandro Pizzorno apud GOMES, **op. cit.** p, 22

¹⁸ GOMES, **op. cit.** p. 23

¹⁹ DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**. Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1995.

utilizam a categoria de “popular”, bem como a necessidade de se atentar aos cuidados e as precauções que envolvem seu uso, com o objetivo de evitar concepções generalizantes. É um conceito que pode se tornar problemático se não bem manuseado metodologicamente. No entanto, a autora demonstra profunda habilidade em se tratando de tal uso. A principal percepção da obra, afirmada pela própria autora, é a da existência de uma “força paradigmática” exercida por um conjunto de códigos ético-políticos no interior destas práticas coletivas imensamente diversas, localizadas e fragmentadas que são os movimentos populares.

A par das complexidades que envolvem o conceito de “popular”, faz-se necessário reafirmar os cuidados e precauções com o uso de tal terminologia, a fim de evitar as já mencionadas precariedades das concepções estanques e homogeneizadoras. Aqui se perceberá a diversidade de composições que o “popular” poderá assumir. É preciso ressaltar, porém, que neste texto, baseando-se na já citada clássica obra de Doimo, o uso do termo, bem como o emprego da expressão “Movimento Popular”, será entendido como demonstração de auto-reconhecimento cultural, como pertencimento a este campo ético-político pensado pela autora, ou mesmo a uma rede de relações envolvendo atores sociais e classes específicas. Portanto, não será usado estritamente num caminho teórico nem normativo, ou mesmo com um valor “conceitual-aplicável”²⁰. Buscar-se-á reconstruir os elementos, materiais e simbólicos, que permitam perceber regularidades e continuidades que o cercam em meio ao fragmentado mosaico *movimentalista* do Brasil pós-70, especificamente no Recife.

Desse modo, pretendo fugir da ortodoxia que caracterizou o conceito de Movimento Popular deste período em dois momentos clarificados e antagônicos: um, o momento do entusiasmo, da autonomia e da independência dos Movimentos Sociais em relação ao Estado e aos partidos, do radicalismo de base, e, sobretudo, da ruptura para com o autoritarismo; o outro, o do desapontamento, da cooptação, do atrelamento, dos movimentos esvaídos e fragmentados, inexoravelmente exauridos após as conquistas ou ampliação deste ou daquele direito de cidadania, absorvidos pela institucionalidade política dos partidos “populares no poder”. De modo que o debate ficou encurralado: ou autonomia, ou institucionalização. Nesta dissertação, questiono onde se encaixariam, por exemplo, os movimentos populares de bairros mais combativos e críticos em Recife, durante a gestão “democrática e descentralizada” do prefeito Jarbas Vasconcelos, apoiado e eleito em 1985 por amplos setores destes mesmos movimentos populares. Representariam, pois, com essa postura ambivalente de negociação e

²⁰ Apesar disso, como consequência de uma inevitável repetição do termo, por vezes serão (assim como já foram anteriormente) abolidas as aspas durante o processo de escrita.

resistência, nas suas relações de forças, a quebra dessa polarização e do consequente imobilismo teórico? Tais questões serão debatidas de modo particular mais adiante.

Durante os anos 70 e 80 do século passado, concomitantemente ao reaparecimento destas classes populares no cenário político nacional, eclodiram algumas análises sobre as ações destes grupos que foram designados por estudiosos como pertencentes a um quadro mais amplo, o dos Novos Movimentos Sociais. As concepções desse fenômeno histórico não são, de fato, homogêneas. Há uma multiplicidade de abordagens a respeito das ações coletivas, sobretudo em relação a este momento histórico. São amplos e diversos os paradigmas interpretativos a seu respeito. Em se tratando de Movimentos Sociais, em maior ou menor grau de proximidade, trava-se um diálogo inevitável com as ideias desenvolvidas por autores do campo marxista. Mas podemos destacar também, como fazendo parte das principais correntes analíticas a esse respeito, os paradigmas culturalista e acionalista.²¹

Os Novos Movimentos Sociais se construíram com a marca da diferenciação para com outros movimentos sociais, apresentados como velhos e ortodoxos, a saber, o movimento operário clássico, e seus organismos representativos, sindicatos e partidos políticos. Surgem no contexto da crise do socialismo real e da esquerda stalinista no mundo pós-68, e mostram-se mais inclinados a demandas sociais, de liberdade, de autonomia e de cidadania, ou seja, são incorporadas outras questões aos movimentos, para além das que envolvem a contradição capital/trabalho, tais como questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, ecologia e meio ambiente, dentre outras.

Uma primeira ressalva a fazer dentro desse debate de conceituação destes “novos” movimentos é o perigo de tratá-los uniformemente, utilizando apenas a categoria “tempo” para a caracterização destes como “novos”. Quer dizer, o movimento seria descrito como “novo” apenas por existir dentro de uma temporalidade recente e distanciada de um certo passado. A simplicidade de uma visão que os projete como “novos” apenas por pertencerem a

²¹ Para mais detalhes sobre esses paradigmas de análises acerca das ações coletivas agrupadas na categoria de Novos Movimentos Sociais, ver: GOHN, Maria da Glória **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1997; MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

um período cronologicamente mais próximo da contemporaneidade parece clara²². Essa visão englobaria todos os movimentos sociais da época dentro de uma marca estigmatizante de “novo”, e, por conseguinte, deixaria de perceber as práticas, os discursos e as ações de cada um destes novos movimentos em particular, elementos centrais que os diferenciavam e os aproximavam dos outros. Fora dessa lógica, é preciso perceber estes vários movimentos, do último quartel do século XX, contornados por suas especificidades e particularidades em seus desenvolvimentos, além de não negligenciar o papel das necessárias continuidades e regularidades históricas.

Todavia, centrando-se numa análise mais empírica dos Movimentos Sociais Urbanos aqui tratados, cabe questionar em que se mostraram novos esses movimentos, porque foram assim classificados, em que se distanciavam e em que se aproximavam dos movimentos sociais tidos como velhos ou clássicos, quem eram os seus atores, de que forma se organizaram, quais eram seus interesses, e o que, e de que forma, reivindicaram.

Cabe ressaltar inicialmente a especificidade dos movimentos sociais urbanos na América Latina, a fim de evitar a mera transposição e a tão comum aplicabilidade dos modelos europeus. Maria da Glória Gohn lembra que em países de industrialização tardia como o Brasil, onde esta modernização industrial resultaria da penetração capitalista externa, durante os processos de colonização já se estabeleceu a separação completa dos trabalhadores em relação aos meios de produção²³. Uma diferente situação foi construída nos países europeus ao longo dos últimos séculos, onde os trabalhadores vivenciaram um longo processo de lutas, negociações e de conflitos, por vezes violentos, nessa separação²⁴. Tal quadro interferiu diretamente na formação das relações de forças e das redes de poder específicas em ambos os continentes.

²² Para isso ver: FERREIRA, Rafael Leite. **O “Novo Sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984):** entre mudanças e permanências. Dissertação de Mestrado em História. Recife: PPGH-UFPE, 2012. No texto, o autor realiza uma interessante discussão sobre esse caráter “inédito” nesses movimentos eclodidos no final dos anos 70.

²³ GOHN, **op. cit.** 1997, p. 17-21

²⁴ Thompson nos faz lembrar, no livro *“Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional”*, do longo conflito entre as culturas plebeia e patricia, durante o século XVIII, na Inglaterra. Foi um período no qual foram promovidos intensivamente e predatoriamente os cercamentos das terras comunais, para o estabelecimento da moderna economia capitalista, dentro dos parâmetros de uma nova *mentalité*, inovadora, baseada na propriedade individual e produtiva. Entretanto, afirma o autor, os trabalhadores rurais ingleses sempre procuram brechas para resistir aos limites e aos controles impostos pela *gentry*, pressionando e protestando pela preservação de sua cultura, de seus tradicionais costumes, defendendo seus antigos direitos.

É preciso destacar ainda que na Europa estes movimentos emergiram dentro de uma conjuntura de elevado crescimento econômico, durante os anos do *welfare state*, onde os países conseguiram atingir altos índices de emprego possibilitando às suas populações um elevado nível de consumo das riquezas sociais – talvez por isso, a questão trabalhista tenha deixado de ser central em suas reivindicações. No Brasil diferentemente, bem como na América Latina, estes Novos Movimentos Sociais surgem numa realidade particular, com características nacionais próprias e situações político-econômicas peculiares. Aparecem, sobretudo, enquanto mobilizações das classes populares dos grandes centros urbanos, reivindicando mudanças nas suas difíceis condições materiais de sujeição econômica bem como de opressão sociopolítica, eleitoral e cultural, através, por exemplo, das Comunidades Eclesiais de Base²⁵, das Associações de Moradores, dos movimentos de defesa dos favelados, dos movimentos de desempregados, do novo sindicalismo urbano emergido em São Paulo, dentro outros.

No Brasil, portanto, pode-se afirmar que os Novos Movimentos Sociais incorporaram outros valores, como a autonomia frente ao Estado autoritário e aos partidos políticos, a lógica da contestação e da ação direta, a descentralização e a horizontalidade em suas organizações internas e a valorização das bases. Igualmente, internalizam reivindicações de outras naturezas, agora não só feitas na esfera da produção, da fábrica, mas envolvendo elementos culturais e políticos demarcadores de uma nova identidade em construção: sobretudo no que se refere ao acesso das classes populares à cidadania política restringida durante os anos do período ditatorial. Com isso, porém, não deixaram de ser perpassados, como foi dito, por questões materiais que estruturavam e ainda estruturam hierarquicamente a sociedade brasileira, especialmente no que se refere à distribuição e uso desigual do espaço urbano das grandes cidades, marcadas pela carência de bens e equipamentos de uso coletivo, essenciais à sobrevivência de grupos humanos, todavia ausente no cotidiano de muitos moradores.

No que se refere ao arcabouço teórico-metodológico dos estudos dos movimentos sociais em geral, é larga a produção acadêmica que versa sobre o assunto, que vai desde conceituações e definições clássicas até os atuais debates e indagações acerca dos novos tipos

²⁵ Comunidades Eclesiais de Base (CEB's): Organismos ligados à ala progressista da Igreja Católica, que se espalharam pelas periferias do Brasil e da América Latina como um todo, sob a influência da Teologia da Libertação, após o Concílio Vaticano II no início dos anos 60. Através do método “ver-julgar-agir”, atuavam nas comunidades carentes buscando superar as difíceis situações materiais nas quais estavam submetidas numerosas populações urbanas marginalizadas.

de ações coletivas. São muito heterogêneos os conceitos sobre os movimentos sociais, por existirem múltiplos paradigmas de análises a seu respeito.

Safira Ammann parte das concepções de Manuel Castells e Alain Touraine²⁶ e centra sua tese sobre os Movimentos Sociais na questão da insatisfação e do protesto contra situações indesejáveis (presentes ou futuras) por parte de um grupo. Apresenta-nos um conceito de movimento social bastante pertinente: “*Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformações ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade*”²⁷. Para ela, o ato de contestar, portanto, é fundamental na caracterização de uma ação coletiva como um Movimento Social. Não seriam definidos desta forma aqueles que atuam em cooperação - coletividades de caráter promocional, por exemplo - sem o confronto contestatório de uma ordem.

Segundo Maria da Glória Gohn: “*refere-se [os movimentos sociais] a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural*”.²⁸ Sobre especificamente os denominados Movimentos de Bairro, Gohn enfatiza que estariam inseridos numa lógica: a da contradição urbana. Significa dizer que se pressupõem interesses sociais antagônicos nas correlações de forças que se expressam nesses conflitos. E essa contradição urbana, por sua vez, seria produto de uma contradição global, gerada a partir do sistema capitalista de produção, ou seja, pelo processo de acumulação e reprodução do próprio capital. Portanto, a organização e luta dos moradores seriam uma demonstração de insatisfação de uma coletividade humana frente às contradições geradas pelo próprio “desenvolvimento” da urbe. Os Movimentos Sociais Urbanos, ainda segundo a autora, estariam situados na esfera da resistência; seriam classificados como policlassistas, haja vista sua heterogênea composição social; reivindicatórios, ou seja, habitam o domínio do consumo e das demandas; e defensivos. A homogeneidade se constituiria naqueles tipos de reivindicações, em seus

²⁶ Segundo a autora, para Manuel Castells (1974) os Movimentos Sociais teriam necessariamente como objetivo controverter a ordem estabelecida, modificando profundamente a relação de forças na sociedade, emergidas de dentro das contradições do capitalismo refletidas na cidade. De outro lado, para Alain Touraine (1973), os Movimentos Sociais seriam ações de agentes de classes que reivindicam para si a direção da historicidade, em última instância atuando pelo controle do poder.

²⁷ AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro**: de frente para o Estado, em busca do Parlamento, São Paulo: Cortez, 1991.p. 22.

²⁸ GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 1997, p. 171.

objetivos, e nas formas de solidariedade incentivadas por uma prática cotidiana de autoconsciência coletiva.²⁹

Ana Maria Doimo nos rememora a crise conceitual pela qual passaram os movimentos sociais nas últimas décadas, quando inclusive chegaram a perder relativo espaço nas pesquisas acadêmicas de pós-graduações. A autora questiona o “adeus aos estudos dos movimentos sociais”, para em seguida reafirmar a importância de tais pesquisas, criticando as polaridades interpretativas, as antinomias e as dicotomias do pós-60. Afirma que as categorias de “velhos” e “novos” movimentos sociais não superaram a busca desejosa por uma unidade ontológica do ser movimento social, seja na lógica racional-científica do marxismo e do movimento operário clássico, seja no processo de reificação de uma “nova identidade”, agora cultural, como define Tilman Evers³⁰. Segundo Doimo, é necessário não pensar em um sujeito único, homogêneo, mas sim perceber a pluralidade de sujeitos que formam os movimentos. Todavia, conforme já dito anteriormente, completamente passíveis de práticas hegemônicas, articuladas por certa unidade discursiva. A homogeneidade se constituiria no diverso, no localizado e fragmentado. Dessa forma, evidencia-se em seus escritos a necessidade de uma reconstrução historiográfica, mais empírica e *sui generis*, e menos genérica, normativa ou apriorística, atentando para a historicidade intrínseca aos movimentos, com mudanças e inovações, mas que da mesma forma revelam-se em continuidades e permanências.

Este trabalho buscou estudar os anos da redemocratização em Pernambuco, especificamente no Recife, partindo de uma análise historiográfica das relações de poder entre os movimentos populares, ou seja, entre as organizações de moradores eclodidas nos bairros pobres da cidade, e o Estado, representado em questão por administrações municipais do período.

Na primeira parte, intitulada “*Saindo da Lama*”, foi discutida a formação do campo cultural e identitário dos atores coletivos presentes neste trabalho, representados pelos moradores de áreas pobres, organizados em Associações de Moradores. No primeiro capítulo, entretanto, serão retomados alguns aspectos sócio-históricos relativos ao período anterior ao

²⁹ GOHN, Maria da Glória. **Reivindicações populares urbanas**: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982, p. 13-14

³⁰ EVERS, Tilman. **Identidade**: a face oculta dos novos movimentos sociais. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 2, n° 4, pp. 11-22, 1984.

golpe civil-militar³¹ de 64, durante os anos da Frente do Recife e de toda a conhecida ebulição político-social que viveu o Estado de Pernambuco, para em seguida adentrar-se nos anos mais obscuros da ditadura, com a acentuada repressão às organizações identificadas como subversivas, agindo contra as reformas propostas por estes diversos segmentos sociais, como os sindicatos, urbanos e rurais, as Ligas Camponesas e as Associações de Moradores.

Posteriormente, no segundo capítulo, foram discutidos acontecimentos em diferentes bairros do Recife que evidenciam o retorno à cena política local dos diversos movimentos sociais, inclusive o das Associações de Moradores, quando dos anos da abertura política. Dentro de um quadro de espoliação urbana, de um modelo de desenvolvimento econômico acelerado e concentrador de renda, responsável por criar imensas desigualdades sociais e regionais no interior das urbes, a periferia desponta a contrapelo como o local da festa da organização popular. Moradores de diversas localidades iniciam um processo de aglutinação, marcado pela elaboração e pela projeção de valores em torno da superação de diversas questões, tais como: a ausência de bens e equipamentos de uso coletivo em seus precários cotidianos, como habitação, transportes, redes de saneamento básico, escolas ou postos de saúde; os direitos das mulheres; lutas ecológicas; a participação política; a democracia ou mesmo a constituinte. Uma pluralidade de sujeitos referenciados por diversos espaços e territorialidades, mas com experiências compartilhadas, irá se desdobrar em práticas sociais homogêneas e articuladas no campo dos “movimentos populares”, tanto por uma lógica material, quanto por certa unidade de conteúdo discursivo, ou seja, por uma lógica simbólica. A sociabilidade vitalizada da periferia é retratada pelos inúmeros jornais produzidos nestes bairros, com o seu efervescente cotidiano de diversas atividades sociais de grupos, clubes e agremiações em geral, envolvendo práticas coletivas de democracia interna, mutualismo e solidariedade grupal. Ainda nesta parte, foi narrado o momento dos embates mais diretos entre as organizações dos moradores e o Estado autoritário. Foram aqui objetos de análise as gestões biônicas de Gustavo Krause e Joaquim Francisco na Prefeitura da Cidade do Recife. É durante a administração do primeiro, no seio da ditadura civil-militar, que se reatualiza inicialmente a ideologia da retórica *participacionista* na tentativa de aproximação do poder

³¹ Nesta dissertação usar-se-á a expressão “civil-militar” na caracterização da ação política eclodida em 1964, bem como o período ditatorial subsequente, que viria a durar 21 anos, pelo fato de que setores conservadores, anticomunistas, religiosos, ligados à mídia, mas, sobretudo, empresariais rurais e urbanos, ligados ao grande capital, interessados na manutenção do *status quo*, aderem a uma ideologia política, bem como a um projeto econômico, construída material e simbolicamente durante anos e imposta nacionalmente em 1964 pelos militares. Todavia, esta noção será rediscutida mais adiante no corpo deste texto, levantando algumas questões que envolvem o uso de tal expressão.

público municipal junto às organizações de poder local, nas comunidades pobres. Sua administração produz uma reatualização, porque não cria esta concepção de gestão participativa no Recife, já que antes mesmo do golpe de 64, durante a administração municipal de Pelópidas Silveira, foram desenvolvidas algumas políticas no sentido de se governar a cidade em conjunto com as Associações de Moradores existentes nos bairros.

As fontes utilizadas nessa primeira parte são, sobretudo, os já mencionados jornais de bairros, bem como relatos de memórias de ex-militantes das organizações e moradores, além dos prontuários policiais do DOPS-PE (relatórios de investigações e de espionagem policial, e recortes de jornais diversos).

Aqui foi evidenciada e reconstruída a fala produzida pelos atores dos movimentos populares de bairro. De forma que os relatos de memória são vistos como elementos centrais, nesta pesquisa, aliados é claro, a outras fontes, escritas ou imagéticas, num processo de entrecruzamento, interpretação e análise de dados, objetivando enriquecer as informações do estudo realizado. Como salienta Verena Alberti, a crença em fontes escritas objetivas e imparciais é inconcebível na historiografia atual. Independentemente das fontes utilizadas no trabalho, deve-se prevalecer a ideia da fonte histórica como uma representação do passado, e não como uma verdade sobre ele. E as fontes orais tornam-se mais ricas na medida em que possibilitam o aparecimento de outras e múltiplas histórias dentro da “História Oficial”, vivenciadas e experimentadas de maneiras particulares por pessoas e grupos sociais³².

O uso da metodologia da história oral torna-se assim ferramenta fundamental na pesquisa acerca das vidas destes personagens, que em suas lembranças e em seus esquecimentos do passado, compartilham acontecimentos, pessoas, lugares e experiências, o que assim, como nos diz de Maurice Halbwachs, torna a memória um fenômeno coletivo, um elemento construído por um grupo, definidor de uma identidade, não apenas individual³³. Michael Pollak também ressalta esse caráter mais extenso da memória:

“Se podemos dizer que [...] a memória é um fenômeno construído social e individualmente [...] podemos dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. [...] na medida em que ela (*a memória*) é também um fator extremamente importante do

³² ALBERTI, Verena. Fontes Orais. Histórias dentro da História In PINSKY, Carla Bassanezi (Org) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

³³ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”³⁴

Ao adentrar no cotidiano da periferia, revelaram-se as condições de vida e moradia, as redes de pertencimento, de territorialidades, os símbolos e valores compartilhados pelas camadas pobres do Recife no período, além da organização política e das diversas tendências ideológicas dentro do movimento. Outrossim, o olhar da grande mídia sobre os acontecimentos do período, mormente a partir de leituras do *Jornal do Commercio* e do *Diário de Pernambuco*, ajudou a complementar esse quadro da reconstrução de uma memória e de uma identidade coletiva, no que se refere, por exemplo, às principais mobilizações ocorridas.

Na segunda parte, “*Enfrentando os Urubus*”, foram discutidos os enfretamentos entre as federações e Associações de Moradores e a esfera municipal agora “democratizada”, com esta última apropriando-se por vezes das falas e dos valores defendidos por essas organizações. Interessa-nos, aqui, as relações de poder entre este novo ator coletivo e a prefeitura de Jarbas Vasconcelos (1986-1988). Facetas importantes deste movimento organizado integraram o processo de construção de uma imagética negativa das forças “conservadoras” ligadas à herança política da ditadura militar, passando a atuar no campo de oposição ao regime oficial, e adensando a candidatura de Jarbas Vasconcelos na eleição municipal de 1985, percebendo-o como o candidato das “forças populares” e do projeto interrompido em 1964. Assim, foram acompanhadas as trilhas das estratégias discursivas utilizadas na campanha de Jarbas Vasconcelos nessa autorrepresentação de governante “popular”, ou seja, simbioticamente ligado aos interesses da população carente.

Há, agora, a exaltação de um discurso democrático e a criação de uma ideologia da participação no governo popular. É dessa forma que Jarbas constitui sua identidade, buscando diferenciar-se das duas gestões municipais anteriores. A relação entre a sua gestão e os movimentos de bairro no Recife foi analisada mais especificamente, por representar a culminância desse processo de constituição identitária das classes populares que vinha sendo desenvolvido lentamente no cotidiano dos bairros pobres da cidade. Esta aliança desenvolvida, ou este pacto realizado, foi lido à luz dos conceitos de resistência e negociação, tentando revelar a não submissão das organizações para com a prefeitura autointitulada como “popular, descentralizada e democrática” de então. Mais do que cabos eleitorais, revelaram-se críticos – muitas vezes severos – do programa “*Prefeitura nos Bairros*” criado na gestão, e

³⁴ POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, vol. 5, nº 10, 1992, p. 5.

continuaram com mobilizações e reivindicações, mormente em forma de ocupações de terrenos públicos ou privados.

Nesta segunda parte, onde o discurso estatal está mais presente, as fontes se centraram nas propostas, publicações e programas oficiais da nova gestão. Todavia, ainda foram manuseados os relatos de memórias e os jornais de bairros, aqui, sobretudo a “*Folha dos Bairros*”, com o desígnio de perceber o nível de receptividade das entidades e das organizações para com este “novo modelo de gestão”. Igualmente revisitados foram os jornais da grande mídia, quando do uso de suas publicações sobre a gestão “descentralizada” de Jarbas Vasconcelos.

PARTE I: SAINDO DA LAMA

“Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu, tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu, pra gente sair da lama e enfrentar os urubus”.

CHICO SCIENCE

CAPÍTULO 1. “VADE RETRO, SATAN!”: ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, MÍDIA, ‘COMUNIZAÇÃO’ E ESTADO DITATORIAL

"Homem da lei, sinto que a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional. E, para isso, creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem".

General Emílio Garrastazu Médici

1.1 Preâmbulos: os embates com o legislativo municipal, a polícia e a mídia

Os estudos que têm como objeto a atuação de organizações de moradores em zonas periféricas no Recife³⁵ indicam que estas começam a se constituir ainda na primeira metade do século passado, em meados dos anos 1930, em bairros então economicamente vulneráveis, como o de Afogados. Entre os anos 1945 e 1964, cada vez mais comitês populares começam a surgir. As associações e ligas de moradores iniciam a discussão política sobre os direitos urbanos das comunidades pobres da cidade bem como de sua participação na esfera da política institucional. Tais organizações aparecem, sobretudo, pelo crescimento populacional e urbanístico que a cidade vivencia neste momento.

Entretanto, é a partir de 1955 que tal quadro apresenta pontos de inflexão e intensificação. Nesse momento forma-se a chamada “Frente do Recife”, que elege Pelópidas Silveira para a prefeitura desta cidade, numa coligação interpartidária envolvendo o PSB, o PTB, o PCB, embora este último na situação de ilegalidade, além de setores da UDN. Socialistas, trabalhistas e comunistas unem-se em Pernambuco numa tentativa de superar suas próprias dificuldades e de atuar contra as práticas políticas do PSD, práticas estas hegemônicas a nível estadual desde o Estado Novo³⁶.

³⁵ JACOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco. (1955-1968)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990; CEZAR, Maria do Céu. **As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964)**. Cad. Est. Soc., Recife, v. 1, p. 141 a 160, jul/dez., 1985.

³⁶ Sobre a Frente do Recife, ver: SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo Arraes**. Nacionalismo em crise. 1955/1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; SANTOS, Taciana Mendonça.

Já durante a campanha de Pelópidas Silveira à prefeitura em 1955, um dos pontos centrais no debate foi a questão da participação popular, através especificamente das associações comunitárias formadas nos bairros pobres da cidade, e inclusive com várias entidades sendo criadas no decorrer da própria campanha, como nos diz Maria do Céu Cézar:

[...] as associações de bairro não surgiram espontaneamente. Está patente a ação de Pelópidas Silveira e da Frente do Recife, em especial do PC. A própria prefeitura do Recife se encarregou de fornecer um modelo de estatuto e era grande estimuladora do movimento³⁷

Em qualquer organização política, as forças e as facções envolvidas vão buscar direcionar a sua linha ideológica, apresentando-a na disputa de hegemonia e de sentido histórico. Em Recife, nos anos 50, o papel do Partido Comunista no fomento a esse crescimento do número de associações é de destaque, segundo a autora, mesmo encontrando-se na ilegalidade, bem como, em menor escala, o do PSB.

Para além do quadro da política mais institucional – que englobou as figuras de Pelópidas Silveira como prefeito do Recife por duas vezes, em 1955 e 1963, e Miguel Arraes como prefeito em 1959 e como governador em 1963, e com ambos sendo depostos pelo movimento armado de 1964 – o final da década de 50 e o início da década de 60 em Pernambuco, bem como em boa parte do Brasil, assistiu emergir inúmeros agrupamentos políticos e mobilizações sociais reivindicando múltiplos direitos. No campo, destaca-se a atuação das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais, sobretudo, dentro da esfera das relações de resistência ao processo de expulsão de trabalhadores das terras e nas lutas por direitos trabalhistas. Nas cidades, diametralmente, atuam nesse momento os sindicatos urbanos e as Associações de Moradores dos bairros periféricos. Nestes grandes centros, industrialização, urbanização e crescimento populacional resultante de crescente êxodo rural, vão se desdobrar em desemprego e em profundas carências na infraestrutura das urbes. Tais movimentos sociais, fossem os das zonas rurais ou citadinas, revelam-se bastante heterogêneos em suas organizações internas, na sua relação com o Estado, em suas reivindicações e demandas, em seus métodos de ação, nas forças políticas dirigentes.

Alianças Políticas em Pernambuco. A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964). Dissertação de Mestrado em História. Recife: PPGH-UFPE, 2008; Bem como a já citada obra de Luciana Jacoud (1990).

³⁷ CÉZAR, **op. cit.** p. 162-163.

Construíram, entretanto, um terreno comum no que se refere à expansão da participação social e política às camadas mais pobres da sociedade brasileira.

O intenso debate sociopolítico que vivenciou a sociedade brasileira, nos governos pós-45 e anteriores ao golpe de 1964, refletiu-se em inúmeras e grandiosas passeatas, nos conflitos sociais envolvendo a questão agrária, nas disputas trabalhistas e nas três grandes greves nacionais. No que se refere à atuação do último presidente do período, João Goulart, quando ainda era ministro do trabalho de Vargas, nos elucidam Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira:

De fato, Jango criou um novo estilo de atuação política no ministério: suspendeu as intervenções nos sindicatos; minimizou a repressão; não perseguiu comunistas; em seu gabinete, informalmente, atendia num único dia grande número de dirigentes sindicais, e defendeu um projeto nacionalista de reformas sociais, com participação ativa dos trabalhadores³⁸

Como os próprios autores afirmam, esse é um período em que as classes populares, e em especial o proletariado urbano, aderem ao projeto nacional-reformista e distributivista, e dele sentem-se participantes. No entanto, não renunciaram às ações diretas, às greves e a auto-organização. Apenas negociaram acordos políticos com governos como o de Getúlio, Juscelino, Jânio e Jango, que lhes prometeram maior tolerância e o cumprimento do ideário trabalhista.³⁹

Desta forma, nos anos que antecederam ao golpe civil-militar de 1964, as Associações de Moradores apresavam influência política o bastante, no cenário local recifense, para, por exemplo, incomodar os vereadores da cidade e causar reações desse corpo político. Estes, muitas vezes, conjecturam a perda de espaço com a atuação dessas organizações e com a consequente relação mais direta entre os moradores dos bairros pobres e a prefeitura. Dessa forma, acreditavam que seu papel de intermediação entre a população destas localidades e o executivo municipal estava sendo comprometido. No entendimento de alguns membros desse legislativo, na medida em que a gestão de Pelópidas Silveira, após 1955, aproximou-se das Associações de Moradores existentes, ou até mesmo criou novas entidades e elaborou estatutos para estas, a Câmara Municipal estaria perdendo sua função

³⁸ NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964) In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 66.

³⁹ Ibidem, p. 91.

política vital de representatividade, especialmente de determinada população alocada num bairro onde um vereador possuísse um forte colégio eleitoral. Na eleição de 1955, por exemplo, foram fundados inúmeros núcleos políticos nos bairros, os chamados “Comitês Pró-Pelópidas: *“Aos comitês e núcleos Pelópidas Silveira que vem sendo fundados em todos os bairros da capital junta-se estoutro de Cavaleiro*”⁴⁰. E da mesma forma, só neste mês de outubro foram fundadas outras organizações nos bairros de Santo Amaro, Alto do Pascoal, Mangueira e Pina⁴¹. Por outro lado, vale ressaltar a própria presença física do prefeito nos bairros:

500 pessoas superlotaram o salão na Estrada dos Remédios, para assistir a solenidade levada a efeito pela Associação de Moradores dos Remédios. Participaram do ato o prefeito Pelópidas, bem como representantes das Associações dos Moradores da Mangueira, Mustardinha⁴².

O então prefeito enfrenta, como foi dito, reações e certa resistência por parte do legislativo municipal, a quem responde às críticas a esse relacionamento com as associações de bairro afirmando:

Durante a nossa campanha eleitoral preconizamos e incentivamos a criação, nos diferentes bairros, de associações apartidárias que traduzem os interesses destes núcleos de população. Preocupava-nos o divórcio sempre existente entre as administrações e as vastas camadas populares, deixando as primeiras sem uma visão de conjunto de nossa sociedade e as segundas relegadas ao mais cruel desamparo. [...] Não houve receptividade para essa ideia por parte

⁴⁰ **Novo comitê de apoio a Pelópidas Silveira.** Folha do Povo, 22 de outubro de 1955. APEJE: Acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal, Prontuário Funcional: 29.595. Associações de Bairros (Comitê Pró-Pelópidas Silveira), março de 1946 a abril de 1964.

⁴¹ **Fundam-se novos comitês Pró-Pelópidas.** Folha do Povo 13 de outubro de 1955; **Fundada uma associação Pró-Pelópidas.** Folha do Povo 29 de outubro de 1955; **Fundado um comitê Pró-Pelópidas no Pina.** Folha do Povo 20 de outubro de 1955. APEJE: Acervo DOPS-PE. Recortes de Jornais, Prontuário Funcional: 29.595. Associações de Bairros (Comitê Pró-Pelópidas Silveira), março de 1946 a abril de 1964.

⁴² **500 pessoas assistiram à solenidade da Associação de Bairro dos Remédios.** Folha do Povo, 24 de abril de 1956. APEJE: Acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal, Prontuário Funcional: 7050. Associações de Bairros - Relação, 1955-1956.

de alguns vereadores, admitindo eles que essas associações viriam prejudicá-los eleitoralmente e que poderia ter caráter subversivo⁴³.

No discurso do então prefeito, percebe-se a necessidade da reafirmação das entidades como apartidárias, como inclusive constava em seus estatutos, com o desígnio de exorcizar a ideia, perante o legislativo municipal, de uma possível influência do Partido Comunista nas entidades. A necessidade e o desamparo das camadas mais pobres também estão presentes em seu texto, porém, para além do lado pessoal ou humanístico que não se mensura aqui, não se pode deixar de pensar no caráter eleitoral dessa aproximação do Estado para com estas novas classes que emergem neste momento histórico e começam a constituir-se enquanto as mais numerosas na cidade, sobretudo com o crescimento demográfico acentuado nas periferias, e sendo percebidas, por vezes, como importantes nichos políticos. Pelópidas nega, portanto, aos vereadores, um conjectural caráter revolucionário destas organizações reivindicativas, disseminado, sobretudo, pela imprensa do período com o intuito de depreciá-las politicamente, e mais adiante na mesma mensagem afirma a necessidade da elaboração de um estatuto geral, que seria entregue em breve aos vereadores, para regê-las e discipliná-las, a fim de evitar que se “*afastem de seus objetivos*”. Fica claro, portanto, o modo como encarava a própria ideia de associativismo comunitário nos bairros periféricos do Recife.

Entretanto, a mensagem do chefe do executivo não parece ter acalmado o ânimo das discussões sobre o possível processo de “*comunização*” que o Recife e o Brasil seriam alvos a partir da atuação dessas associações. Esse pequeno trecho de uma reportagem do Diário da Noite manifesta o clima desse debate sobre o caráter comunistas das Associações de Moradores no interior da Assembleia Legislativa do Estado, entre o então deputado pelo PST Miguel Arraes, e o então deputado pelo PTB e vice-prefeito Vieira de Menezes, que a essa altura havia rompido com o prefeito Pelópidas:

O senhor Miguel Arraes contestou [o caráter comunista dessas associações] e adiantou que se Vieira de Menezes frequentasse as reuniões mudaria de opinião, ao que Vieira reage levando as mãos ao peito e exclamando: “Deus me livre! Vade retro, Satan!”⁴⁴

⁴³ **Mensagem do Exmo. Senhor Prefeito do Recife à Câmara Municipal. Associações de Bairros.** Diário Oficial, 13 de março de 1956, p. 1200. APEJE: Acervo DOPS-PE, Prontuário Funcional: 29.595. Associações de Bairros (Comitê Pró-Pelópidas Silveira), março de 1946 a abril de 1964.

⁴⁴ Diário da Noite, 29 de Maio de 1956 apud CEZAR, **op. cit.**, p. 169.

Percebe-se que não é almejado um mínimo contato político com as entidades, preconcebidas como inimigas do “regime democrático”. A imagem de Deus chega a ser invocada e a figura do mal, representada no seu discurso por Satanás, é ligada simbioticamente às organizações populares que se formavam sob o espectro da subversão e do comunismo, segundo esses olhares. Em outra oportunidade, o mesmo Viera de Menezes vai, por exemplo, solicitar ao secretário de Segurança Pública uma série de informações sobre estas organizações, tais como: se a polícia tem acompanhado a sua atuação; quais as que têm caráter subversivo; se a polícia tem conhecimento da vida pregressa dos membros diretores; ou se alguns desses diretores não são elementos nocivos à ordem interna do país.⁴⁵

Em tempos de maior ebulição social e acentuada movimentação política, com a eclosão de greves ou protestos sociais, tornou-se por assaz conhecido o já histórico papel da mídia no processo de criminalização dos movimentos sociais, especialmente quando se trata dos grupos jornalísticos de elevado poder econômico e de considerável tiragem, circulação ou audiência. Nestes anos aqui retratados, inicia-se uma construção discursiva que visava deslegitimar socialmente as Associações de Moradores, fazendo-se uso do argumento da infiltração comunista e subversiva, sobretudo por meio do PCB nesses espaços. Tais inflamados pronunciamentos resultarão, posteriormente, na atuação repressora da Secretaria de Segurança Pública, que neste momento “*reage às associações fazendo intimidações a líderes do movimento e apreendendo material supostamente subversivo*”⁴⁶. Destaco, a seguir, um abissal editorial do Diário de Pernambuco, de 22 de julho de 1956, no qual, após utilizar-se de letras enormes na sua manchete, reserva uma página inteira do jornal somente a textos e depoimentos que atacam e criticam politicamente estas organizações, estigmatizando-as como comunistas:

⁴⁵ **Associações de Bairro.** Jornal do Commercio, 16 de junho de 1956. APEJE: Acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal. Prontuário Funcional: 29.595. Associações de Bairros (Comitê Pró-Pelópidas Silveira), março de 1946 a abril de 1964.

⁴⁶ CEZAR, **op. cit.** p. 169.



Fonte: APEJE, Acervo DOPS-PE, Prontuário Funcional 29.595. Associações de Bairros (Comitê Pró-Pelópidas Silveira), março de 1946 a abril de 1964.

Posicionada na mesma perspectiva ideológica, destaca-se ainda uma manchete também de impactantes letras garrafais, do jornal Folha da Manhã, de 19 de junho de 1956. Como se vê abaixo, a polícia definiria todas as entidades dos bairros, perante a imprensa, como, de fato, comunistas.



Fonte: APEJE, Acervo DOPS-PE, Prontuário Funcional 29.595. Associações de Bairros (Comitê Pró-Pelópidas Silveira), março de 1946 a abril de 1964.

Mostra-se claramente, em ambas as reportagens, a tendência de associar diretamente o PC e as entidades reivindicativas que eclodiam nos bairros pobres da cidade. Estas, segundo o Diário, seriam “*verdadeiras células comunistas*” e atuariam “*abertamente em favor do movimento comunista*”. No Recife que então vivenciava a Guerra Fria⁴⁷, além desses dois

⁴⁷ Para Tony Judt, a Guerra Fria não deve ser concebida apenas como uma totalidade ou um contexto global condicionante dos processos históricos, mas sim como algo que também foi vivenciado de modos distintos em realidades políticas particularizadas dos vários países em questão. Como nos diz o autor: “A Guerra Fria foi vivida n Grã-Bretanha de modo bem diferente da que foi sentida nos EUA. E as coisas foram distintas na França e na Itália, onde 1/4 e 1/3 do eleitorado votava em partidos comunistas, na época. [...] Elas também foram diferentes na Holanda e na Dinamarca [...] ou na Áustria e Suécia [...] “*Democracia Ocidental*” designa uma multiplicidade de culturas políticas

“editoriais maiores”, identificadores profundos desses tempos, inúmeras outras discussões *proselitistas* sobre a atuação do Partido Comunista dentro das Associações de Moradores emergem nas manchetes e reportagens do período.

Em que pese saber que, desde pelo menos a eclosão da Revolução Russa, os comunistas já eram alvos de discursos políticos e religiosos que procuravam demonizá-los, a construção, a disseminação e a propagação da sensação de medo frente a esse perigo do comunismo internacional devem-se, nesse momento, em grade medida, a esses grupos jornalísticos. Da mesma forma, por exemplo, o que a imprensa viria denominar mais tarde, com extremo alarde, de Liga Camponesa, com uma clara referência às ações das Ligas Camponesas do PCB no campo, no seu período de legalidade (1945-1947), não passava de uma tentativa de associar as crescentes demandas dos trabalhadores rurais aos comunistas, ou seja, a algo mal ou mesmo diabólico⁴⁸.

Dessa forma, as Associações de Moradores já serão alvo nestes anos de investigação e espionagem policial via Secretaria de Segurança Pública, ou seja, antes mesmo do golpe de 64, neste período “democrático” – com bastantes aspas – já se conhece casos de espionagem, intimidações, prisões, repressão, intervenções e deposições de diretorias eleitas. Diversos prontuários do acervo DOPS-PE⁴⁹ revelam este debate sobre a *comunização* das entidades de bairros, contendo: relatórios investigativos produzidos por policiais infiltrados nas reuniões; ofícios trocados sobre a atuação e a presença do prefeito Pelópidas e de outras figuras públicas “subversivas” em reuniões nos bairros; telegramas entre autoridades da segurança pública preocupadas com a crescente onda de fundação das associações; reuniões e solenidades espionadas por policiais, em diversos momentos, com a transcrição daquilo que era dito pelos presentes em seus discursos; relações das associações de bairro do Recife; listas

distintas”. Ver o capítulo: “*De quem é essa história? A Guerra Fria em retrospecto*” In JUDT, Tony. **Reflexões sobre um século esquecido**. 1901-2000. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 409-425.

⁴⁸ MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁴⁹ Para mais informações sobre essa montagem e funcionamento da polícia política em Pernambuco, a partir da produção, apreensão e disseminação de uma rede de informações fundamental para a manutenção do regime ditatorial, ver: SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2007.

de membros e de diretorias, com seus antecedentes políticos e com suas ligações com o Partido Comunista, ou com os chamados “elementos perigosos” ou “elementos vermelhos”⁵⁰.

O prontuário funcional 28.680, sobre a Associação Nacionalista de Defesa dos Moradores do Totó, é bastante revelador deste processo de desconfiança e desconhecimento de uma associação que surge neste bairro no final dos anos 50. Traz-nos algumas questões importantes sobre estas disputas político-ideológicas materializadas na sociedade, sobretudo a partir das atividades policiais nos bairros. Diz um ofício do subcomissariado de polícia do Totó, Severino Dias Pereira, endereçado ao delegado auxiliar:

Comunico a V.S. que aqui no Totó, há um terreno desabitado [...] que vem se habitando de modo notável [...] fui surpreendentemente informado de que foi fundada uma associação camponesa, sob orientação e domínio do deputado Francisco Julião [...] Todas as noites passam caminhões conduzindo os associados do novo “Moscouzinho”, que já perfizeram um total de 752 associados, segundo um ligeiro recenseamento feito por mim nos últimos dias.⁵¹

Após reclamar ao superior da falta de policiais na localidade, afirma no mesmo ofício: *“previno susceptibilidade de vulneração de minha trajetória policial [...] me acho incapacitado de realizar um trabalho perfeito cercado por elementos alimentadores de ideias subversivas”*. Primeiramente, o discurso do policial nos confirma aquele que será o grande aglutinador das demandas dos moradores das áreas periféricas da cidade, tanto neste momento

⁵⁰ Dentre esses prontuários do DOPS-PE que demonstram a marcante atuação investigativa das forças policiais, num período de Guerra Fria e anticomunismo, destaco os seguintes: **Prontuário Funcional 1325. Associação de Moradores de Ponto Parada**, março de 1967, que contém documento sobre os antecedentes de componentes da diretoria desta associação. **Prontuário Funcional 28.680. Associação Nacionalista de Defesa dos Moradores do Totó**, 01/04/1959 a 30/09/1961, que contém relatório policial pormenorizado sobre a organização no bairro do Totó de uma associação; **Prontuário Funcional 28.714. Associação de Defesa dos Moradores do Pina**, 1961, com uma listagem da chapa e da diretoria eleita na associação do bairro, destacando os “elementos comunistas” ali infiltrados; **Prontuário Funcional 28.695. Associação de Defesa dos Moradores dos Remédios**, 21/11/1955, com ofícios sobre reunião da associação dos Remédios, a partir da vigilância de policiais infiltrados, identificando os “elementos vermelhos” presentes na reunião; **Prontuário Funcional 6828. Associação de Defesa dos Moradores do Pina**, 1958, com recortes de jornais sobre a associação do bairro, e relatório de espionagem policial de reunião; **Prontuário Funcional 4895. Associação de Reivindicação do Alto do Pascoal**, sem data, contendo investigação policial sobre a associação do bairro.

⁵¹ **Ofício, 01 de abril de 1959.** APEJE. Acervo DOPS-PE, Prontuário Funcional: 28.680. Associação Nacionalista de Defesa dos Moradores do Totó, 01/04/1959 a 30/09/1961.

inicial, quanto no recorte temporal específico desta pesquisa, durante a abertura dos anos 1980: a questão do déficit habitacional. Aliada a outros pontos da precária infraestrutura urbana do Recife, como deslizamento de barreiras, falta de saneamento básico e transportes, a falta de moradia se revela como um grave problema social enfrentado por imensas populações na capital. E, portanto, as ocupações de terrenos públicos, e/ou privados, se revelarão como a principal forma de resistências desses grupos em situação de vulnerabilidade econômico-social.

A possível presença do deputado Francisco Julião, expoente das Ligas Camponesas, aparece como algo a ser considerado pelo comissário. Bem como em seus outros ofícios, quando relata a presença de personalidades como Adalgisa Cavalcanti⁵² ou Gregório Bezerra⁵³. Tais figuras aparecem em sua fala como perigosos agitadores subversivos, e que merecem o devido cuidado – inclusive fazendo-o sentir-se ameaçado fisicamente por esses “elementos”, haja vista a falta de policiais para dar-lhe suporte material e humano nas operações de espionagem. Nessa possível influência do ideário comunista baseia-se para caracterizar aquela nova comunidade ocupada pelo “*povo vermelho*” que se formava nos arredores de Recife como “Moscouzinho”, numa alusão à capital da URSS, o grande país símbolo comunista de então⁵⁴. E quando se funda a Associação Nacionalista de Defesa dos Moradores do Totó, o subcomissário vai à solenidade de abertura, escuta os discursos, inclusive o de Gregório Bezerra, que segundo ele teria atacado longa e veementemente o presidente da República, o alto custo de vida e a construção de Brasília, e afirma em outro ofício ao delegado:

Foi fundada ali uma sociedade [...] com o objetivo de defender os interesses dos moradores da localidade, mas que na verdade, não passa de uma célula

⁵² Presa ainda em 1936 pela participação nas manifestações a favor dos presos políticos de 1935. Com o fim da ditadura Vargas, filia-se ao PCB e torna-se a primeira mulher deputada estadual de Pernambuco em 1947, sendo cassada já em 1948.

⁵³ Militante histórico do PCB em Recife. A primeira de suas muitas prisões ocorreu ainda 1917. Em 1935 liderou o movimento promovido pela Aliança Nacional Libertadora, conhecido como “Intentona Comunista”. Com o fim do Estado Novo, elegeu-se deputado federal em 1946 pelo PCB, tendo o mandato cassado em 1948. Foi preso imediatamente após o golpe de 1964, sendo arrastado pelas ruas do Recife e torturado na prisão. Libertado em 1969, quando do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick.

⁵⁴ É possível também que se refira à alcunha herdada pela cidade de Jaboatão dos Guararapes (“Moscouzinho”) por nesta ter sido eleito o primeiro prefeito comunista do Brasil no pós-45, Manuel Rodrigues Calheiros, já que o bairro do Totó localiza-se nas proximidades da divisa entre as duas cidades (Recife e Jaboatão).

legitimamente comunista, onde se reúnem diversos elementos já fichados nesta delegacia [...] Estão empreendendo um movimento de tal envergadura, através dessa associação, que no futuro poderá causar grandes transtornos às autoridades constituídas⁵⁵

Dentro desse contexto de perseguição e repressão aos movimentos sociais por parte das forças policiais, vale destacar o caso da prisão do diretor da Associação de Moradores do Bairro da Mustardinha ainda em 1956: “*Mais uma violência da polícia política [...] foi praticada [...] Segundo fomos informados os policiais violaram o lar do cidadão, arrancando-o de dentro da casa*”⁵⁶. Mustardinha, bairro no qual ficava a entidade, após o golpe em 1964, chegaria a ser metralhada pelas forças militares golpistas, conforme narraram alguns para esta pesquisa.

1.2 “Nada de novo no front”: um golpe contra as reformas

Abril de 1964. O Brasil desperta, nas primeiras manhãs daquele mês, com a tomada do poder pela ação dos militares. Viriam pela frente 21 nefastos anos de vigilância, autoritarismo, repressão, prisões, sequestros, torturas, desaparecimentos, execuções, medo. Tudo isso, em nome do “restabelecimento da democracia”, depreciada pelos comunistas então liderados pelo presidente João Goulart, o responsável pela “república sindicalista” que possivelmente aqui se instalaria, segundo os militares e demais setores conservadores da sociedade brasileira.

Antes mesmo daquele sinistro golpe civil-militar de 64, e como foi possível perceber até aqui, a “democracia” vivenciada pela sociedade brasileira de então já era protagonizada por um personagem de relativo destaque: a ideologia conservadora, ordeira, militarista e anticomunista. Todo o cenário exposto pelos documentos policiais pesquisados no acervo DOPS-PE revela que em tal momento as forças e os grupos conservadores do *status quo*

⁵⁵ **Ofício, 14 de abril de 1959.** APEJE. Acervo DOPS-PE, Prontuário Funcional: 28.680. Associação Nacionalista de Defesa dos Moradores do Totó, 01/04/1959 a 30/09/1961.

⁵⁶ **Preso o presidente da Associação de Bairro da Mustardinha.** Folha do Povo, 03 de junho de 1956. APEJE: Acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal. Prontuário Funcional: 29.595. Associações de Bairros (Comitê Pró-Pelópidas Silveira), março de 1946 a abril de 1964.

agiriam voltando-se para o ordenamento, para a disciplina, para a vigilância e para o controle das mobilizações sociais em geral.

São várias as perspectivas teóricas e metodológicas de interpretação do movimento armado de 1964 e da ditadura civil-militar subsequente. Lucília de Almeida Neves Delgado realiza um didático enquadramento das obras que tem por objeto de estudo este obscuro período da história brasileira mais recente⁵⁷. Ela separa as obras em quatro grandes blocos historiográficos: a) *Interpretações estruturalistas e funcionais*, que através de uma análise de longa duração, e centrada na esfera econômica, relacionavam a deposição do presidente aos problemas da realidade brasileira, sobretudo, o subdesenvolvimento e o atraso na industrialização, bem como à profunda contradição entre o modelo agrário e exportador e o desenvolvimento nacionalista; b) *Interpretações que enfatizam o caráter preventivo da intervenção civil-militar*, que veem como a principal característica do movimento que depôs o governo Jango o descontentamento de setores conservadores com a crescente autonomia da organização de diferentes setores da sociedade civil. A autora, que se enquadra neste segmento, afirma que o golpe e a ditadura civil-militar, trataram-se de ações para evitar possíveis e profundas mudanças nos sistemas econômicos e político brasileiro; c) *Análises que privilegiam a versão conspiratória*, que afirma ter sido a tomada de poder em 64 resultado de uma aliança entre setores anticomunistas das forças armadas ligados a Escola Superior de Guerra, grande parte do empresariado nacional, latifundiários, setores conservadores da Igreja Católica, capital internacional e partidos políticos, especialmente a União Democrática Nacional (UDN); d) *Interpretações que destacam as ideias de ação política e de falta de compromisso com a democracia*, que, a partir de análises conjunturais eminentemente políticas e de tempo mais curto, afirmam ter sido a ausência de valores democráticos e de radicalização ideológica, tanto por parte das forças esquerdistas, quanto das forças conservadoras, os elementos responsáveis pela ação golpista.

René Dreifuss, que a autora enquadra na vertente que privilegia a interpretação conspiratória, já destaca o envolvimento e a ação política classista de parcelas da sociedade civil, no golpe e na ditadura, quando publica seu famoso livro em 1981⁵⁸, com um farto conjunto documental. Dreifuss identifica, através de denso e longo trabalho de interpretação

⁵⁷ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidades e interpretações In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar**. 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004.

⁵⁸ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação Política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

de fontes, os grupos sociais envolvidos no golpe empresarial e classista de 1964 que serviu de base política para a modernização do capitalismo no Brasil.

Portanto, não se trata de uma novidade na historiografia a noção que envolve o termo “civil-militar” ou empresarial-militar⁵⁹ na caracterização histórica deste período. Entretanto, existem concepções atuais, entre os historiadores, que enfatizam tal ideia a partir de uma noção liberal de “sociedade civil”, na medida em que a constrói como a simples soma dos indivíduos existentes, desconectada da materialidade dos processos políticos e dos embates sociais, sem a preocupação de fracioná-la e de identificar quais foram os setores desta “sociedade civil” que viriam a apoiar o movimento armado.

Alguns historiadores, enquadrados na última categoria que Lucília de Almeida Neves apresenta em seu texto, utilizam como argumento a falta de compromisso com a democracia por parte de ambos os lados, tanto das forças de esquerda, quanto das de direita, evitando vitimizar as esquerdas e culpabilizando deste modo a radicalidade do próprio governo Jango na busca por realizar as reformas sociais necessárias. Tal argumento, entretanto, teria base em editoriais sensacionalistas de uma imprensa, como já se percebeu, nem um pouco isenta neste momento histórico, que afirmara até mesmo a existência de um plano de golpe comunista por parte de Jango⁶⁰. Tal ênfase pode colocar a categoria histórica “democracia” num plano flutuante, como algo ideal e apenas enfatizando o seu lado institucional, sem a materialidade social que inevitavelmente cerca este conceito. Paralelamente, se servem da existência de acontecimentos como as “marchas da família com Deus pela liberdade”, o “milagre” ou mesmo a popularidade alcançada por governos do período ditatorial, para afirmar que a “sociedade” (novamente usando-se de uma ideia liberal homogeneizadora da sociedade civil) apoiou o golpe e a ditadura, “por mais doloroso que seja admitir”. Penso, todavia, que se há considerável evidência de que existiu esse lado dos anos de ouro para muitos no Brasil do general Médici, foi à custa de outro, dos anos de chumbos, do arrocho salarial e de condições de vida degradantes para milhões trabalhadores e moradores dos bairros pobres. Do mesmo modo, se durante o seu governo o regime conseguiu altos níveis de legitimidade e aprovação

⁵⁹ Sobre o uso de tal categoria ver: MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “civil-militar”?:** controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Revista Espaço Plural, UNIOEST, Dossiê Ditaduras de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado, Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012, p. 39-53.

⁶⁰ Este argumento, que reverbera uma possível iminência de um “golpe esquerdista e revolucionário” e de uma “ditadura comunista”, é usado igualmente por figuras reconhecidamente torturadoras durante o regime ditatorial, como o coronel do exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, para justificar e legitimar o movimento realizado pela direita nacionalista e anticomunista em 1964, construindo-o simbolicamente como uma ação que salvou o país.

social, devemos encarar este consenso como algo que foi construído politicamente (e autoritariamente), não de forma natural ou espontânea. De forma que o nível de consenso almejado, e alcançado, envolveu um pesado e tortuoso silêncio imposto aos setores discordantes da sociedade civil. Além do mais, deve-se ter cuidado metodológico ao se analisar pesquisas de popularidade realizadas e divulgadas pelo próprio regime beneficiário destas enquetes.⁶¹

Dito isto, para esta dissertação, as concepções sobre o golpe e a ditadura civil-militar de Renato Luís do Couto e Neto Lemos⁶², Enrique Serra Padrós⁶³ e Caio Navarro de Toledo revelaram-se fundamentais, este último, inclusive, enquadrado por Lucília de Almeida dentro do grupo de análises que enfatizam o caráter preventivo da intervenção civil-militar.

⁶¹ Gostaria ainda de destacar uma afirmação do “historiador” Marco Antonio Villa que penso ser, para dizer o mínimo, improcedente. Por vezes, corroborado pelo professor Daniel Aarão Reis em palestras e artigos, Villa escreveu na Folha de São Paulo (VILLA, M. A. “**Ditadura à brasileira.**” Folha de São Paulo, 5 de março de 2009, p.3.) e mais recentemente em seu livro (**Ditadura à brasileira. 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita.** Rio de Janeiro: Leya, 2014), que a ditadura no Brasil haveria sido, na verdade, uma “*ditabranda*”, e que só teria existido a partir de 1968, com a implantação do AI-5, e que terminara em 1979, com a revogação deste e com a Lei da Anistia, em total desrespeito às vítimas torturadas e às famílias das vítimas fatais ou desaparecidas nos demais tempos deste regime. Primeiramente, é preciso afirmar que se no Brasil o número de mortos e desaparecidos foi menor que no Chile ou na Argentina, é porque não foi necessário o uso da total força que se tinha disponível, devido a particularidades históricas outras. Entretanto, penso que se fosse necessário politicamente, as forças conservadoras poderiam não hesitar em aumentar estes números de mortos e desaparecidos que temos hoje. Vale destacar ainda um pronunciamento do Gal. Augusto Pinochet sobre a situação de seu governo no Chile, no qual também não caracteriza o gravíssimo genocídio ali ocorrido como ditadura, mas uma *Dictablanda*: <http://www.youtube.com/watch?v=8IAiJdDeq2c>. (Acessado em 04/10/2013). De outro lado, desde 1964 o Estado de exceção seria progressivamente institucionalizado no Brasil, o que é perceptível quando em Recife, por exemplo, são assassinados dois estudantes ou quando Gregório Bezerra é arrastado em via pública, torturado à luz do dia, com ambos os casos ocorrendo ainda nos primeiros dias do golpe. Resta-nos perguntar a quem interessam ou beneficiam politicamente posições que amenizam ou encurtam o período ditatorial que vivenciou o Brasil, já que tais discursos, como qualquer outro que é produzido pela historiografia acerca do golpe e da ditadura, circulam materialmente, encontrando-se imbricados nas relações de forças desenvolvidas hoje no interior da sociedade brasileira.

⁶² Especialmente a noção de Contrarrevolução. Ver: LEMOS, Renato. Justiça Militar e processo político no Brasil (1964-1968) In **1964-2004. 40 anos do golpe.** Ditadura militar e resistência no Brasil. Anais do seminário. Rio de Janeiro: FAPERJ; 7Letras, p.282-289; LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964.(mimeo).

⁶³ Sobre tudo a importante concepção de Terrorismo de Estado. Ver: PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional** - Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese de Doutorado. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2005; PADRÓS, Enrique Serra. **América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado.** Revista História & Luta de Classes, v.4, p.43-49, 2007.

As reformas do projeto nacional-reformista e distributivista, citado anteriormente, esbarraram na resistência organizada dos setores hegemônicos, sobretudo o setor empresarial. Caio Navarro de Toledo desenha o movimento de 1964 como “*um golpe contra as reformas e a democracia*”⁶⁴, ao estancar um rico e amplo debate político e ideológico, bem como a ampliação da cidadania dos trabalhadores urbanos e rurais.

O medo de uma revolução comunista, e do inevitável futuro sem o tradicionalismo da família, da propriedade e da religião, disseminou-se especialmente no Nordeste do Brasil, região de contradições sociais e carências mais acentuadas, percebida por não poucos setores conservadores, especialmente os latifundiários, como uma possível “nova Cuba”. A referência criada pela Revolução Cubana estende-se para toda a América Latina como uma possibilidade real de transformação, e neste momento fez com que as organizações sociais que se formavam, fossem do campo ou da cidade, passassem a ser vistas como uma ameaça aos grupos conservadores, e que iria além das querelas locais e das fronteiras regionais. Dessa forma, as forças políticas que arquitetaram a ação política em 1964 fizeram-na pela manutenção de uma ordem. Como nos diz Caio Navarro, o presidente Geisel teria afirmado que o que houve em 64 não seria uma Revolução, já que estas se fazem por uma ideia, em favor de uma doutrina: “*Para o vitorioso de 1964, o movimento se fez contra Goulart, contra a corrupção, contra a subversão. Estritamente falando, afirmou o general, o movimento liderado pelas Forças Armadas não era a favor da construção de algo novo para o país*”⁶⁵.

Os movimentos sociais, a saber, os sindicatos urbanos e rurais, as Ligas Camponesas e as Associações de Moradores, entraram em profundo refluxo após abril de 1964:

Em síntese, as classes dominantes e seus aparelhos ideológicos e políticos, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização no país, diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses [...] etc.⁶⁶ [...] Manobras golpistas foram tentadas entre 1950 e 1960 [...] O golpe de 1964 veio, pois, coroar as manobras fracassadas anteriormente. Destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais de orientação popular [...] As classes populares e trabalhadoras estiveram ausentes das passeatas que pediam a derrubada de Goulart⁶⁷.

⁶⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar**. 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004.

⁶⁵ TOLEDO, **op. cit.** p.68.

⁶⁶ **Idem.**

⁶⁷ TOLEDO, **op.cit.** p. 76.

Repressão acentuada, fechamentos, intervenções nas diretorias das organizações, prisões, torturas, disseminação da cultura do medo, perseguições e mortes, jogaram toda a intensa mobilização, de final dos anos 50 e início dos anos 60, em um longo ostracismo político. Numa perspectiva similar à de Caio Navarro de Toledo, elucida-nos Maria do Socorro de Abreu e Lima que o regime implantado em abril de 64 não beneficiou os trabalhadores, muito pelo contrário:

Com o golpe militar, praticamente todas as conquistas e organizações dos trabalhadores caíram por terra. A repressão no campo foi intensa, movida inclusive pelos próprios proprietários, ciosos do seu poder de mando e autoridade. Em Pernambuco houve intervenção em quase todos os sindicatos⁶⁸.

Tanto o autor, quanto a autora, destacam, portanto, o papel repressor do golpe, mormente no fechamento de entidades de trabalhadores mais combativas e reivindicativas. Esse refluxo anunciado por ambos, fica evidente quando analisamos o quadro a seguir, presente na obra de Maria do Socorro de Abreu e Lima sobre o sindicalismo rural em PE:

SINDICATOS RURAIS FUNDADOS EM PERNAMBUCO

ANO DE FUNDAÇÃO	MATA	AGRESTE	SERTÃO	TOTAL	TOTAL GERAL
1954	01	-	-	01	01
1961	04	02	-	06	07
1962	04	03	-	07	14
1963	18	27	07	52	66
ATÉ MARÇO DE 1964	05	-	-	05	71
ABRIL/1964 A 1969	07	03	-	10	81
1970 A 1979	01	20	22	43	124
1980 A 1988	03	04	05	12	136
TOTAL	43	59	34	136	

Fonte: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005, p. 47.

Nessa tabela elaborada pela autora, é possível perceber a grande quantidade de sindicatos rurais fundados no ano de 1963: cinquenta e dois, revelando o nível de organização

⁶⁸ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005, p.111.

política daqueles anos. De forma contrária, após abril de 1964 até 1969, fundam-se apenas dez destes órgãos de classe, e nenhum destas no sertão do Estado, expondo a clara falta de interesse por parte da ditadura em constituir sindicatos nesse momento.

Quando analisamos o caso das Associações de Moradores nos bairros pobres do Recife, podemos perceber que não foi diferente a forma como o regime ditatorial agiu para frear o avanço dessas organizações, conforme visto, acusadas de praticar a subversão e de propagar as ideias do comunismo internacional. A Associação do bairro da Mustardinha é literalmente metralhada já em 1964, o que vem a mostrar, simbolicamente, as formas de construção e disseminação do medo e do desestímulo da vida política no cotidiano da população do bairro. Da mesma forma, em 17 de abril de 1964, por exemplo, a Associação do Bairro de Coqueiral Mista e Beneficente tem todo o seu material apreendido em sua sede provisória:

os livros de atas, fichários, propostas, papéis ofícios, blocos, estatutos, carimbos, pavilhão da associação, bandeira brasileira, pastas com documentos, três livros, sendo a legislação trabalhista, um dicionário de português e a constituição federal, e mais uma amplificadora, composta de um toca-discos, discos, dois projetores de som, um microfone, tintas, alfinetes, grampos etc.⁶⁹

Para além da repressão política imediata que se abate sobre o associativismo de bairro no Recife, é interessante perceber que absolutamente todos os materiais da entidade são apreendidos sem distinção ou grau de importância, isto é, não só seu estatuto, as suas atas de reuniões ou alguns possíveis livros que evidenciassem qualquer atitude considerada “subversiva” para a época foram apreendidos. Estão incluídos nesse bojo até mesmo os materiais de escritório fundamentais no dia-a-dia de qualquer organização e no funcionamento de qualquer burocracia institucional, além dos aparelhos de som utilizados normalmente em atividades de propaganda e anúncios diversos, ou em festividades realizadas na comunidade pela associação. Tal ação policialesca atinge de sobremaneira organizações, de certo modo, ainda frágeis, já que se encontravam nos começos de suas atividades políticas, além da difícil situação socioeconômica dos bairros onde estavam inseridas e de seus próprios membros componentes. De forma que a reorganização das associações, e das várias facetas dos movimentos de bairros pobres do Recife, mostrar-se-á um tanto inviável ao longo desses anos

⁶⁹ **Ofício de recebimento de material apreendido.** APEJE: Acervo DOPS-PE. Prontuário Funcional: 29.595. Associações de Bairros (Comitê Pró-Pelópidas Silveira), março de 1946 a abril de 1964.

iniciais da ditadura, somente reaparecendo em meados da década de 1970⁷⁰. É neste momento que setores da Igreja Católica de base começam a agir nestas localidades, bem como é quando alguns membros de partidos e organizações contrários ao regime ditatorial, impedidos de participar da política institucional, voltam-se para as periferias para atuar a partir das necessidades das camadas mais pobres da cidade. Conforme nos relata Maria do Socorro de Abreu e Lima: *“Contudo, a população vai reagindo a esse clima de medo e paralisia. Os movimentos dos bairros populares onde os trabalhadores residiam, tornam-se polos de organização [...] que protestam contra as precárias condições de moradia, saúde, transporte, educação”*.⁷¹

1.3 Tempos de abertura política e de falência do modelo autoritário: a permanente crise de legitimação de um Estado ilegal

Ditaduras e democracias não representam conceitos ideais, fixos e imutáveis, onde não acontecem trocas e continuidades entre ambos. A atual forma de democracia, na qual vive o Brasil, está inserida, em teoria, num quadro de Estado de Direito, com três poderes que se complementam e se fiscalizam, com a existência de sufrágio universal, com eleições periódicas e livres, com as liberdades individuais e de expressão garantidas numa Constituição, mas, por outro lado, é marcada por inevitáveis práticas autoritárias, com acentuada repressão policial-militar aos movimentos sociais, o que corrobora com a ideia das intersecções e da fluidez entre os dois conceitos. Neste mesmo sentido, questiona-se, por exemplo, a concepção de democracia do período 1945-1964, normalmente caracterizada como limitada, vigiada, intolerante, autoritária, enfim, uma democracia comumente adjetivada.

Nesta dissertação, buscou-se entender estes conceitos enquanto processos, inseridos na materialidade das relações de poder existentes na sociedade, e, desta forma, pensá-los em níveis de comparação inseridos nas temporalidades dos acontecimentos aqui estudados, para, assim, conseguirmos um entendimento mais claro do que estava em pauta quando em disputa

⁷⁰ Essa (re)construção de um campo “popular” nos bairros pobres do Recife será o tema do capítulo seguinte.

⁷¹ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Trabalhadores urbanos em Pernambuco de 1950 a 1980: uma trajetória de lutas In ROSAS, Suzana Cavani; MELO, Patrícia Pinheiro de. (Orgs.). **Poder, sociedade e ambiente**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, p. 21-38.

estavam ditadura e democracia. Todavia, entende-se que há evidência bastante, para se perceber que apesar das continuidades, houve mudanças claras e significativas nas práticas políticas do Estado, no pós-85 e no pós-88.

A ditadura civil-militar instaurada em 1964 e existente por vinte e um anos, por mais que buscasse se mostrar como um governo democrático, sempre enfrentou crises de legitimação social: 1968 e a passeata dos cem mil seria um de seus ápices. Talvez a própria excessiva necessidade de se autorrepresentar como uma democracia, como uma revolução que veio garantir esta democracia, seja um fato revelador de seu caráter antidemocrático.

A questão é que após a sangrenta guerra mundial terminada em 1945 e feita em contraposição aos ideais dos regimes totalitários, seria muito complicado para as ditaduras latino-americanas alinhadas a Washington se arquitetarem politicamente em oposição ao discurso democrático. De forma que, segundo setores militares ou civis apoiadores do golpe e da ditadura, “*a revolução de 1964 [sic] teria sido uma ação protetora da vida democrática nacional*”.

Em Michel Foucault, as relações de dominação e exercício de autoridade perpassam uma leitura do poder enquanto *produtor de um discurso*, e não apenas enquanto uma força repressora, como o é na visão negativista do poder. De forma que ao se analisar a atuação do Estado, é preciso perceber as técnicas ou procedimentos estratégicos de como o poder domina e faz obedecer. Nas suas palavras:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.⁷²

Dessa forma, é preciso salientar que, durante o regime que seria progressivamente implantado após 1964, houve acentuada repressão aos movimentos sociais, mas também paralelamente relativas brechas de atuação política ou jurídica, além da autopromoção propagandeada pelo governo federal. Ambas as formas de ação política deste Estado junto à população centrar-se-iam na dominação, pelo exercício hegemônico de controle, com claros objetivos econômicos e políticos, sobretudo quando da tentativa de diminuição da capacidade de revolta e de insurreição contra as ordens do poder governamental: “*O que interessa [...]*

⁷² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.08.

não é expulsar os homens da vida social [...] e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo”⁷³. Por esta via de aprimoramento ou adestramento social, pela inserção e produção de discursos, é que se estabeleceu um relativo período sem maiores reações, não somente pelo caráter violento, opressor e censor do poder.

Para Marcelo Ridenti, os embates envolvendo as forças da ditadura e as oposições devem ser lidos numa ótica relacional que envolveu um jogo de concessões e negociações. Explica o autor que os militares não hesitaram em usar a força, mas preocuparam-se em construir uma “fachada democrática”, jamais se assumindo como uma ditadura:

Sabe-se, para usar formulações de Max Weber, que a dominação alcança alguma estabilidade apenas se não se restringir ao uso da força. Qualquer regime só pode durar ao longo do tempo de construir alguma base de legitimidade. Nos termos de Antonio Gramsci, a política envolve aspectos de força e de convencimento.⁷⁴

Nessa linha, Maria José Resende estuda o que chamou de “pretensão de legitimidade da ditadura militar”, já que esta não alcançaria o objetivo de ser um regime democrático, conforme se autoafirmou em diversos momentos⁷⁵. O texto revela-se um estudo fundamental acerca das estratégias desenvolvidas pela ditadura civil-militar, nas suas frentes de convencimento, aplicadas por ele em várias esferas (econômica, militar, política e psicossocial), com o desígnio de ampliar sua aceitabilidade social, buscando legitimidade frente à população, a partir da construção de uma autoimagem positiva, apresentando-se incessantemente como um sistema político verdadeiramente democrático, sólido, eficiente, e capaz de fazer com o que Brasil avançasse moral e economicamente. Estratégia elaborada dentro de um sistema de ideias e valores que, segundo os militares, fundavam a ordem política e cultural da totalidade do povo brasileiro: pátria, família, religião, ordem, disciplina, e,

⁷³ MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder In FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. XVI.

⁷⁴ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964, Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014, p.30.

⁷⁵ RESENDE, Maria José. **A Ditadura Militar no Brasil**: Repressão e Pretensão de Legitimidade (1964-1985). Londrina: Ed. UEL, 2001.

sobretudo, o anticomunismo – já que o comunismo teria sido o responsável pelo caos e pela desordem social reinantes no governo Jango.

Segundo a autora, entretanto, não há possibilidade de elencar elementos que caracterizem o regime golpista como democrático (no sentido mais liberal do termo⁷⁶), ou mesmo como um sistema híbrido, que misturasse elementos ora autoritários, ora democráticos, haja vista as práticas corriqueiras do governo ditatorial de impor ou de retirar da pauta política leis de acordo com a sua vontade, sem abrir precedentes para a atuação de instâncias de controle, fossem legislativas ou jurídicas.

Nem mesmo numa vertente democrática mais clássica ou liberal o regime imposto em 1964 poderia ser enquadrado como democrático quando analisamos suas características mais básicas: censura dos meios de comunicação, partidos políticos controlados, executivo subordinando o legislativo e o judiciário, práticas disseminadas de perseguição, crimes de opinião, torturas, sequestros, disseminação da cultura do medo e da consequente desmobilização política, eliminação da prática política do cotidiano, criadora de silêncios, de apatia, de inércia. Elucida-nos Henrique Padrós:

Pode-se considerar que as políticas de Terrorismo de Estado implementadas pelas ditaduras de Segurança Nacional tiveram alvos imediatos específicos (as guerrilhas, os partidos de esquerda, as direções das organizações sociais etc.) Mas é evidente que, de forma indireta, sua mira estava nas grandes parcelas da população [...] O medo de constar nas listas de procurados, de ser pego sem documentos num simples passeio pela cidade ou de ter o rosto identificado em fotografias de manifestações ocorridas durante os períodos democráticos anteriores funcionou, em muitos casos, como elemento paralisador.⁷⁷

A interdição das falas e a consequente inibição política vêm a partir da disseminação cultural e cotidiana do medo, dentro do conceito de Terrorismo de Estado desenvolvido pelo autor, e que, segundo ele, característica comum de diversas sanguinárias ditaduras que

⁷⁶ John Locke, Montesquieu, Rousseau, Jefferson, Madison, dentre outros, tentaram, cada um a seu modo, estudar elementos que permitissem definir uma ordem democrática, que na Europa do século XVIII revelar-se-ia sinonímia de uma ordem não-despótica.

⁷⁷ PADRÓS, Henrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas In. FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula Nascimento; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.) **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 174-175.

varreram boa parte do continente sul-americano nestes anos. Ditaduras que inclusive contaram, como já é notório, com a ação política, a propaganda ideológica, a ajuda econômica e o auxílio militar, quando foi necessário, dos Estados Unidos.

De forma que o caráter ditatorial do regime político que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985 não pôde ser obscurecido, mesmo nos momentos de maior popularidade por ele alcançada (nos anos do milagre econômico, durante o governo Médici), haja vista ter se utilizado constantemente, neste processo de adesão as suas ideias, de violenta repressão, repelindo e eliminando aqueles que foram de encontro à ordem social que se pretendia construir. Foi, portanto, um regime que buscou essencialmente uma homogeneização sociopolítica, via uniformização ideológica, circunscrevendo as possibilidades de ação a seu, bastante restrito, raio político, fosse através da força ou fosse através de construções discursivas sobre si próprio, *positivando* o poder que exercia. Precisou, portanto, elaborar projetos constantes de convencimento psicossocial, agindo de maneira específica para cada segmento social, fosse pelo medo, pelo discurso ou pelo nível de consumo:

A taxa de inflação caíra de 90%, em 1964, para 38%, em 1966, e, embora ainda elevada, mantinha-se em queda, o que indicava a existência de alguma margem para priorizar a retomada do crescimento econômico. Mais importante, era politicamente inadiável crescer para esvaziar a oposição ao regime, frustrada com a manutenção do poder militar⁷⁸

Nos anos de maior crescimento econômico, ou seja, nos momentos de expansão do consumo e de intensificação da repressão e do arrocho salarial, o regime sustentou-se em alguns setores sociais beneficiários deste próprio crescimento. Dessa forma, fica evidente a necessidade da ditadura civil-militar buscar incessantemente legitimidade política e respaldo social. Entende-se, portanto, a ditadura como um regime político ilegal, que se serviu da arbitrariedade de modo constate, mas que procurou se cercar de um aparato jurídico em suas ações (o que de certo modo poderia explicar a sua longa permanência no poder). De modo que, para além de suas práticas antidemocráticas, já citadas anteriormente, era ilegítima diante do próprio regime político que o antecedeu. Este argumento é usado por Vladimir Safatle para, por exemplo, inserir as lutas dos grupos de esquerda armada numa esfera de ações de

⁷⁸ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda (1967-1973) In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 223.

resistência, na medida em que “*a violência sistemática do Estado contra seus cidadãos em hipótese alguma equivale à violência contra um Estado ilegal e seus aliados*”⁷⁹, pensamento este que deveria obter desdobramentos importantes quando se pensa na Lei de Anistia brasileira, que acoberta crimes contra a humanidade, terrorismo de Estado, tortura e ocultação de cadáveres.

Os primeiros indícios de fim do ‘Milagre Econômico’, entretanto, bem como os inícios de uma crise econômica internacional, sobretudo envolvendo as sucessivas crises do petróleo no pós-73, pôs em xeque o grande boom na economia brasileira e, consequentemente, no consumo vivenciado por grande parte de sua sociedade. As condições externas, agora hostis ao crescimento de países periféricos e em desenvolvimento, como o Brasil, serão, nesse momento, diretamente responsáveis pela perda de parte importante da legitimação social e do consenso construído pela ditadura.

Neste quadro de crise econômica e de legitimação governamental, estariam inseridos alguns acontecimentos na esfera política, durante a abertura *lenta e gradual* proposta pelo regime, que será discutida na segunda parte deste texto, tais como: a reforma partidária em 1979, as mobilizações pela anistia, o fim do AI-5, as eleições de 1978 e 1982, as campanhas pelas eleições diretas, além das eleições municipais em 1985. Paralelamente, destaca-se, ainda, o reaparecimento crescente de diversos movimentos sociais contrários à ditadura e reivindicando maior participação nas instâncias decisórias do Estado, em especial o movimento sindical, o movimento contra a carestia de vida, os movimentos de mulheres ou os movimentos de bairro, cuja atuação delineia os começos do retorno da discussão da democracia e da participação popular, dentro de alguns princípios do liberalismo político, especialmente a partir de uma vertente *participacionista* e direta da democracia⁸⁰.

É neste momento que, em Recife, iniciar-se-ão novas buscas por formas de legitimação e apoio político por parte deste Estado autoritário, então questionado em suas práticas políticas, sobretudo através da aproximação das inúmeras organizações e entidades que se formavam nos bairros pobres desta capital, com imagens representativas do que seria um grave quadro de vulnerabilidade social dos anos 1980.

⁷⁹ SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado Ilegal In SAFATLE, Vladimir; TELLES, Edson (Orgs) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo: 2010, p. 244.

⁸⁰ Ver: LAISNER, Regina. **A participação em questão: ponto ou contraponto da representação na teoria democrática**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 14, n.26, p. 17-35, 2009.

CAPÍTULO 2. SOCIABILIDADE VITALIZADA: A FESTA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO COTIDIANO DE BAIROS POBRES DO RECIFE

“Periferia é periferia, em qualquer lugar”

Edy Rock

2.1 Capitalismo, hierarquização do espaço urbano e (sobre)vivências nas periferias do Recife

Neste segundo capítulo buscou-se reconstruir o cotidiano de alguns bairros da periferia do Recife, neste momento histórico estudado, a partir, sobretudo, de fontes jornalísticas, por vezes produzidas nestas mesmas localidades, relatos de memória de antigos militantes, além dos prontuários do DOPS-PE pesquisados no acervo documental do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE). A partir de um entrecruzamento destas fontes, almeja-se entender o processo de formação das classes populares dentro das Associações de Moradores, vislumbrando a construção da identidade “popular” destes movimentos, ou mesmo de um campo social e político homogeneizado neste conceito, tanto por elementos materiais, quanto simbólicos. Aqui nestas páginas estão presentes bairros como Ibura, Casa Amarela e Brasília Teimosa. Tal escolha metodológica justifica-se em relação ao nível da representatividade federativa que as diversas comunidades e associações dos bairros referidos alcançaram neste momento, no cenário da Região Metropolitana do Recife. Entretanto, não deixaram de ser evidenciadas outras e diferentes localidades da cidade onde se manifestaram organizações de bairro, e as intrínsecas práticas coletivas de valorização da participação política, democracia interna, mutualismo e solidariedade grupal.

De início, transcrevo uma parte do artigo divulgado no ano de 1979 no Jornal “O Amigo do Povo”, que se complementa com a fotografia a seguir:

Recife, como toda cidade grande, tem seus recantos pitorescos, de indizível beleza, que serve de relax para o espírito e suave colírio para os olhos de seus habitantes: as faixas litorâneas das Zonas Sul e Norte, com suas praias alvas, ensombradas por coqueiros, pontilhadas no asfalto por residências de muito bom gosto arquitetônico; [...] recantos que satisfazem as exigências dos mais requintados turistas. No verso desse cartão postal, entretanto, esconde-se um outro Recife, uma outra paisagem que, em vez de causar

alegria nos olhos e descanso no espírito do recifense, polui a vista e a sensibilidade de quem a olha, a contempla. Essa paisagem constitui as sentinas da cidade, a suburra recifense. O bairro do Coque, o Vietnam, o Planeta dos Macacos, o Córrego do Ubatuba, e muitos outros lugares incrustados em pleno coração do Recife (a chamada Veneza brasileira), que omite nessas linhas por economia de espaço, constituem essa imensa mancha negra da cidade. Ruas sem calçamento, casas construídas de restos de madeira, águas poluídas oriundas de fossas dos casebres correndo pelo meio das ruas entulhadas de lixo, onde crianças esqueléticas, pálidas, de barrigas dilatadas pelos vermes, brincam inocentemente, nessas águas sujas e contaminadas, dão ao espectador de tão triste paisagem urbana a convicção de que os mínimos requisitos da higiene, e conseqüentemente, da civilização, não chegaram a estes lugares. O irônico disso tudo, é que são nessas sucursais do inferno, da suburra, onde se concentram as grandes densidades populacionais do Recife, a massa trabalhadora, por excelência; operários, artífices de toda espécie, costureira, balconistas que alimentam, com seu labor, a indústria, o comércio recifense, ali moram, residem, em termos, ainda, de pré-história, pois, casas de taipa, de massapé, sem nenhum reboco de alvenaria (ótimo habitat para o barbeiro), ainda, enfeitam a paisagem.⁸¹



Fonte: APEJE-PE. Hemeroteca. O Amigo do Povo, junho, julho 1979.

⁸¹ **Sentinas da Cidade**, O Amigo do Povo, junho, julho 1979. APEJE-PE: Hemeroteca.

O “Amigo do Povo” integra a infinidade de tribunas de bairros, produzidas normalmente por Associações de Moradores, que afloram neste momento da história do Recife, apesar de ser de uma linha editorial diferente dos demais, já que provavelmente não foi um jornal produzido nessas localidades pobres que faz questão de revelar ao longo do texto, como o eram de fato a maioria das demais tribunas que retratavam esse cotidiano. No entanto, o texto – da mesma forma que a mulher, os barracos de madeira, o lixo acumulado e as quatro crianças descalças na foto – é fundamental para nos inserir neste cotidiano que se buscou representar nessa dissertação.

As desigualdades no espaço urbano descritas no jornal são latentes neste momento histórico recifense e de várias outras grandes cidades brasileiras. Inicialmente, é necessário frisar que o artigo nos apresenta a importante noção de cidade dicotomizada: possuindo um centro dotado de infraestrutura urbana que lhe permite certa viabilidade social e, por outro lado, uma periferia, que o autor nomeia de verdadeiras sentinas⁸², abrigando enormes populações que enfrentam graves adversidades nas condições de vida e de moradia. Entretanto, não se pretende reafirmar a ideia de que a periferia denota necessariamente uma realidade espacial distante do centro, ausente das vivências e relacionamentos que constroem as cidades. Aqui se tem ciência dos problemas envolvendo uma visão geograficamente maniqueísta das urbes, bem como do próprio uso do termo “perifeira”. Pensar num bairro “de periferia”, ou num bairro “periférico”, pode induzir a uma ideia de que ele está fora, evidenciar sua exclusão da vida cotidiana dos centros urbanos. Entretanto, os bairros pobres não estão ausentes, sobretudo nestes anos, estão no meio, estão dentro das cidades, moldam-na e interferem diretamente no seu cotidiano. A própria cidade do Recife tem nas suas áreas centrais a presença marcante de muitas comunidades pobres, ou de “periferia”, como o bairro dos Coelhos, do Coque ou de Santo Amaro. O texto retrata, portanto, o precário cotidiano de situações urbanas vivido por pessoas que residem nessas localidades, lugares, mormente, sem equipamentos sociais básicos à sobrevivência e à mínima dignidade humana. Além de retratar este subúrbio, o artigo afirma ainda os bairros pobres como o local por excelência de moradia das classes trabalhadoras de forma geral.

As Associações de Moradores, que viriam compor diversas facetas dos movimentos populares nos bairros do Recife, começam a instituir-se, sobretudo, em volta dos problemas estruturais que eram/são enfrentados cotidianamente pelos moradores dos bairros populares da cidade – sobretudo o déficit de bens e equipamentos de uso coletivo como a habitação, o

⁸² Porões de navios; lugares imundos; latrinas; cloacas.

lazer, o transporte, o saneamento, dentre outros do conjunto de recursos ausentes deste ambiente, numa época de extrema pobreza, corolário de um modelo de desenvolvimento econômico excludente e *concentraccionista* alçado à centralidade após 1964.⁸³

David Harvey alega que o capitalismo industrial acarretou a separação dos locais de vida e de trabalho, gerando duas lutas autônomas para as classes trabalhadoras.

A separação dos locais de trabalhar e de viver significa que a luta do trabalhador para controlar as condições de sua existência divide-se em duas lutas independentes. A primeira, localizada no local de trabalho, refere-se às condições de trabalho e a taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. A segunda luta, travada no local do viver, é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária, etc.⁸⁴

O autor, dessa forma, dentro de uma análise da sociologia urbana, mormente disseminada pelo marxismo nos anos 1970, desloca o conceito de luta de classes para os locais de residência das populações marginalizadas, sobretudo nas periferias das grandes urbes. Dessa forma evidencia a importância do lugar das relações interpessoais, familiares e de vizinhança, e da própria vida cotidiana dos trabalhadores.

No Brasil, Kowarick vai relacionar, de forma que se assemelha, as condições de vida nos bairros pobres com o mundo da produção. O processo de periferização das classes trabalhadoras se daria com o modelo de desenvolvimento econômico baseado no rebaixamento de seus salários e nas péssimas condições urbanas existentes nos seus locais de moradia. O que ele vai chamar em de “espoliação urbana”⁸⁵ eclode num momento em que a economia do país crescia 10% ao ano, nos anos do chamado ‘milagre’ brasileiro. Para Kowarick, a precariedade das relações de trabalho e essa periferização, com a expulsão dos mais pobres das áreas centrais das cidades, foram parte fundamental na acumulação econômica desenvolvida durante a ditadura. Estado e capitalismo, portanto, para estes autores estarão de mão dadas na produção e distribuição desigual do espaço urbano. Sobre tudo

⁸³ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda (1967-1973) In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁸⁴ HARVEY, David. **O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Espaço e Debates, nº. 6, São Paulo, 1982, p. 09.

⁸⁵ KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

quando este Estado ditatorial adotou medidas como a política do arrocho salarial e a criação do FGTS, possibilitando uma maior flexibilização da mão de obra, permitindo uma concentração de renda elevada, gerando a pauperização acentuada de uma maioria além do desemprego estrutural.

A intensificação dessa situação de pobreza nas periferias dos grandes e médios centros urbanos, das desigualdades na ocupação do espaço urbano, do repartimento das cidades, dos guetos, são implicações de um projeto econômico elaborado durante a ditadura. Vale ressaltar ainda que tal situação de vulnerabilidade socioeconômica da periferia (Ver: Anexos XVII, XVIII e XIX), ao longo do final dos anos 70 e, sobretudo, durante a década de 80, será aprofundada pela presença constante e crescente da inflação e pela crise econômica enfrentada em nível internacional, que irá, por exemplo, obrigar o governo brasileiro a declarar-se falido e a decretar moratória em 1983.

Para se ter uma ideia da situação da carência econômica vivenciada por determinados sujeitos nessa história, em agosto de 1982, o Diário de Pernambuco publicou o seguinte bilhete em sua capa:

Às autoridades. A inflação acabou me matando. Sim, porque não sei pedir, não sei mentir. Tenho vergonha. Aos meus familiares minhas desculpas. Aos meus amigos, o adeus. Odorico, cuide de Rosa nestes dias. Barbosa, desculpe deixar este abacaxi. Você tem possibilidade de descascá-lo, de várias maneiras. Eu não teria. Valdomiro.⁸⁶

Odorico e Barbosa eram seus irmãos. Os policiais encontraram o bilhete no bolso de Valdomiro, que se matou colocando a culpa na inflação galopante daqueles anos. Segundo a reportagem, seu corpo foi recolhido por pescadores, no Rio Capibaribe, no bairro de Monsenhor Fabrício, onde residia. O suicida teria pulado de uma ponte. Seria esta a versão mais aceitável.

Diante desta situação nem sempre fácil de lidar, “O Amigo do Povo” continua da seguinte forma: *“Oh! vereadores, Oh! prefeito do Recife, onde vocês estão que não veem, que não tomam conhecimento dessas aberrações urbanas, dessas sentinas que, além de enfiarem a cidade, humilham e degradam os laboriosos seres humanos que lá habitam?”*⁸⁷ A tribuna, portanto, concebe o Estado como esfera responsável por modificar essa realidade injusta

⁸⁶ **Inflação causa suicídio de comerciante.** Diário de Pernambuco, 01 de agosto de 1982. Capa. APEJE-PE: Hemeroteca.

⁸⁷ **Sentinas da Cidade,** O Amigo do Povo, junho, julho 1979. APEJE-PE: Hemeroteca.

socialmente que foi descrita – ou ao menos enquanto uma instituição social capaz de realizar tais mudanças – e assume, dessa forma, que a interlocução política dos movimentos que aos poucos se reorganizavam se daria com os canais Estadais. Postura esta que foi adotada pela maioria das vertentes organizacionais do movimento popular de bairro do Recife quando das organizações dos moradores em associações e em federações que emergem dos diversos bairros, bem como quando das suas atuações reivindicativas.

2.2 E a flor rompeu a lama: o início de uma década perdida ou de uma *belle époque*?

Como foi possível perceber no primeiro capítulo, o fenômeno das Associações de Moradores não é novo no Recife. Entretanto, o “novo” desses movimentos sociais que apontam no cenário local em finais da década de 1970 se faz *sentir*, sobretudo, pelo clima de resistência ao Estado autoritário, com seus discursos proibitivos e suas práticas repressivas, implantados em 1964. Respirava-se algo novo, mas em relação a uma ditadura, e, a saber, basicamente militar, haja vista não se mencionar ainda nos círculos destes movimentos, no período, o termo em voga na atualidade – após algumas pesquisas historiográficas – *ditadura civil-militar*. E sendo assim, emergem com a marca de autonomia, da antítese de uma sociedade civil em relação a este Estado militarizado.

Assim reaparecem aos poucos as organizações políticas nos bairros populares. Os inúmeros movimentos sociais de base retornam à cena política local e, com eles, as mobilizações, os conflitos, as passeatas, as ocupações. Nessa lenta reconstrução dos movimentos, que eclodem sobretudo na década de 1980 em Recife, vale destacar o papel de quadros de partidos ainda na clandestinidade, como o PCdoB, impedidos de realizarem suas atividades, fosse na política institucional ou partidária, ou fosse nos sindicatos, bem como o relevante papel da Igreja Católica e das Comunidades Eclesiais de Base em parceria com as Associações de Moradores.

Com a crise enfrentada pela ditadura e a progressiva abertura, esse período de (re)surgimento e do processo de construção das organizações populares foi marcado pela questão da autonomia frente à partidos políticos e, sobretudo, em relação ao Estado. O momento autoritário da política nacional será de combates, críticas e exigências por parte dos

movimentos organizados. Os movimentos estarão, para se utilizar a expressão de Tilman Evers, “*de costas para o Estado*”⁸⁸.

Três são os bairros onde a organização e as mobilizações irão se destacar no Recife: os bairros do Ibura, Casa Amarela e Brasília Teimosa (Ver: Anexos I e II). Os dois primeiros formam um cinturão que representa ainda hoje os maiores e mais populosos conjuntos de comunidades pobres da cidade – a maioria destas em áreas de morros e convivendo cotidianamente com situações de precariedade no que se refere a bens e equipamentos de uso coletivo. O último – com uma localização que contrasta com os demais, na medida em que se situa até hoje numa região de orla marítima muito valorizada economicamente e é cercado por bairros nobres como Boa Viagem e Pina – representa o conflito em tornos de questões habitacionais (de posse e legalização das terras) mais presente nas páginas dos jornais locais. De forma que os três bairros, com suas próprias correlações de forças e vivências políticas particularizadas, como se verá a seguir, articulam-se nesses tempos quando se confrontarão muitas vezes com o Estado autoritário e os seus projetos políticos para as áreas.

2.2.1 O Ibura, a Luta do Lixo e o Muro da Vergonha

Recife, como se pode observar, não se encontra fora desta perversa lógica de contradições urbanas e de especulação imobiliária nas regiões centrais. A população precisou, portanto, inventar maneiras de sobrevivência, já que tinha as suas possibilidades de moradia limitadas, especialmente quando do processo de higienização social através da remoção de famílias pobres das áreas mais ricas da cidade, e de sua locação em zonas afastadas do centro, fazendo explodir o número de favelas ou bairros populares.

Dentre as comunidades que surgem deste modo no Recife está o bairro do Ibura. O bairro tem suas ocupações iniciadas ainda na primeira metade do século XX, ao redor do aeroporto da cidade. Era o início do que se chama hoje de Ibura de Baixo: uma planície sob os pés de vários morros. Já a ocupação nestes morros – particularmente o espaço geográfico que por vezes se mencionará neste trabalho – inicia-se 1966, com a construção da primeira UR, a UR-01, para abrigar uma população socioeconomicamente mais vulnerável da cidade, provenientes de alagados, áreas não urbanizadas, ocupações irregulares, ou como se veria mais ainda, atingidas por intempéries como a grande cheia de 1975 ocorrida no Recife.

⁸⁸ EVERS, Tilman. **De costas para o Estado, longe do parlamento**. Novos Estudos Cebrap, v.2 , nº1, p25-39, 1983.

As UR's (Unidades Residenciais) foram construídas pela Companhia Habitacional Popular do Estado de Pernambuco (COHAB-PE) durante os anos da ditadura, no pós-64. As UR's são grandes conjuntos habitacionais populares que foram incentivados pelo governo, que na sua maioria não se integravam à cidade, situando-se longe do centro urbano e sem serviços básicos infraestruturais para a sua população, como saneamento básico, transporte coletivo, postos de saúde, escadarias ou escolas. A UR-01 foi a primeira Unidade Residencial construída nos morros, até então desertos, da região sudoeste da cidade, em 1966, e contou com a presença do Presidente Castelo Branco na sua inauguração. As vilas construídas faziam parte do Plano Nacional de Habitação do governo militar, e contavam com recursos do Banco Nacional de Habitação, oriundos do fundo de poupança forçada, criado através do FGTS. Foram construídas por grandes empreiteiras contratadas pela COHAB-PE, que recebia os recursos repassados pelo governo federal

Ao longo de toda a ditadura vão se intensificar as políticas de criação destes grandiosos conjuntos habitacionais para as populações mais pobres, que, não poucas vezes, recebiam apenas o terreno e tinham, elas mesmas, que construir suas casas. Assim como também cresce o número de ocupações, nos interstícios das comunidades "oficiais", em terrenos públicos ou privados, por parte de pessoas não beneficiadas pelos programas do Estado.

A delimitação do bairro é por demais artificial, devido a sua amplitude geográfica e diversidade antropológica, até mesmo para o poder público. Para o IBGE, o termo "Ibura" designa apenas o que corresponde à área do Ibura de Baixo. Sendo a ocupação nos morros denominada, em seus estudos e mapeamentos, de COHAB, numa alusão à companhia que construiu as vilas no local. Aqui, entretanto, será privilegiada a práxis linguística e comunicativa da população, que conhece o seu bairro culturalmente como Ibura (o conjunto das várias Unidades Residenciais e as outras inúmeras comunidades nos seus interstícios). Assim sendo, o Ibura, que por vezes será assunto deste trabalho, é o conjunto de comunidades pobres localizadas nos morros a sudoeste do Recife.

Localizado às margens da BR-101, o Ibura tem seu crescimento acelerado em finais da década de 70 e início dos anos 80, como alternativa a uma população desabrigada, alvo de um sistema excludente no que se refere ao acesso à moradia. A invasão de terrenos - vista como forma de resistir ao processo de especulação e supervalorização do solo urbano, quando este passa a ser traduzido como mercadoria cada vez mais valiosa nos grandes centros - foi inclusive uma constante no Ibura neste período de finais dos anos 70.

Várias Associações de Moradores pré-existiam ao golpe de 64 no Recife, e sendo assim, sofreram intervenção imediata com o regime instaurado, como se viu no primeiro capítulo. Todavia, em bairros construídos após o golpe, como é o caso do Ibura, as Associações de Moradores das vilas foram arquitetadas concomitantemente às construções das próprias comunidades, e, desse modo, foram colocadas sob a condução de dirigentes ligados aos órgãos oficiais, sendo normalmente funcionários da COHAB, órgão, como dito, responsável pela construção das UR's.

É nesse período que parte dos moradores começa a se colocar a necessidade da autonomia do movimento em relação ao Estado. Em 1981 um grupo destes moradores, da UR-10, consegue eleger uma chapa de oposição para a diretoria de sua Associação de Moradores, formada por alguns militantes do PCdoB, e tornam-se, como é narrado pelos próprios, a “*primeira vila de COHAB a ser de oposição ao regime militar*”. Em seguida viriam outras movimentações políticas no bairro, sobretudo, em 1982, quando é criada a Comissão de Lutas do Ibura, uma federação que congregava algumas destas entidades que haviam sido retiradas das mãos das diretorias governistas e imbricadas às forças da ditadura, além de moradores de outras localidades insatisfeitos com a (falta de) atuação das associações de onde residiam.

A UR-10, bem como as comunidades fruto de ocupações irregulares nos seus arredores, mostrou-se cada vez mais como a vila mais combativa no período e, até hoje, representa uma das mais pobres comunidades do Ibura⁸⁹. Sua formação sucede, sobretudo após 1976, quando o poder público retira algumas famílias da comunidade do Coque (área central do Recife) e as coloca neste conjunto habitacional da COHAB no Ibura. Já instalados na UR-10, uma comissão de moradores escreve em 1978 para o Jornal dos Bairros, denunciando os elevados números de casos de doenças em crianças, a falta de saneamento e a completa falta de estrutura:

em nada melhorou nossa situação, pois aqui sofremos a mesma falta de condições de higiene e saúde que tínhamos lá, e talvez este novo local seja

⁸⁹ É interessante desatacar estas diferenças internas nas vilas da COHAB, já que a ocupação da UR-10 foi realizada por pessoas expulsas do Coque em finais dos anos 70. Enquanto na UR-03, por exemplo, prevaleceram pessoas de boas condições econômicas, relativamente, principalmente funcionários públicos municipais e estaduais, contemplados por programas habitacionais do governo. Entretanto, todas se homogeneizavam, de certa maneira, no que se refere às condições de vida que os locais apresentavam a seus moradores, mormente insatisfeitos com a infraestrutura destes.

ainda pior que o Coque [...] Estamos sendo alimentados apenas por promessas muito distantes e sem esperanças de serem realizadas⁹⁰

Não bastasse esta situação, Ademir Torres, um destes moradores do Coque expulsos e realocados na UR-10, filiado ao PCdoB e militante da oposição sindical dos metalúrgicos, juntamente com João Paulo⁹¹ então morador da UR-06, relembra como ficaram cientes de uma obra que ali seria realizada:

Se aparecesse gente de fora ou carro da prefeitura [...] corria lá pra saber o que diabo é. Aí tinha uns topógrafos ali em cima [...] É o calçamento que vai sair? Porque a gente num tava brigando por ele? Tudo achava que era, né? Aí, não, num é calçamento não, aqui é da FIDEM, a gente tá aqui cobrindo essa área aqui porque aqui vai ter um lixo, um aterro [...] De noite estourou na reunião [...] A gente tava esperando o calçamento, os caras iam botar lixo?⁹²

Os moradores ficaram cientes: ao lado de onde moravam, no início dos anos 80, iria ser instalado um aterro energético-sanitário, que receberia quase totalmente o lixo da zona Sul do Recife. Tal empreitada beneficiaria, sobretudo, as indústrias situadas a 5 km do local, por gerar energia a partir da produção de gases bioquímicos no processo ‘digestivo’ do lixo. Posteriormente a uma visita à FIDEM⁹³, souberam ainda que o projeto seria financiado pelo Banco Mundial, e que se realizado fosse, durante 25 anos seriam jogados 7.376.648 toneladas de lixo no quintal dos moradores da UR-10, que ficaria a apenas alguns metros do Aterro Sul, como se vê na tomada aérea que se segue.

⁹⁰ **Os bairros dão notícia. COHAB - UR-10 – Ibura.** Jornal dos bairros. Junho de 1978. Ano I, Nº 01, p.4.

⁹¹ Que depois viria a ser prefeito do Recife, pelo PT, em duas oportunidades, de 2001 a 2008.

⁹² **Entrevista concedida ao autor.** Recife, 29 de maio de 2013.

⁹³ Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife.



Mapa da região onde seria construído o aterro, elaborado por técnicos da FIDEM.

Fonte: Diário de Pernambuco, 08 de agosto de 1982, A-12.

O aterro atingiria também outras localidades densamente povoadas, como a UR-06, a UR-11, a UR-05, a Lagoa Encantada, a Vila das Crianças, o Jordão Alto, dentre outras, e como relatava uma reportagem do Diário de Pernambuco à época, estes depósitos de lixo:

preocupam os 120 mil habitantes do Ibura, principalmente da Vila da UR-10, que se veem ameaçados por todo o lixo que será depositado [...] gerando de um lado, o risco de, em ficando exposto, exalar mau cheiro e contribuir para a presença de urubus e a proliferação de insetos, roedores e outros animais, e de outros, mesmo devidamente coberto, possíveis escapamentos de gases tóxicos, incêndios e poluição dos lençóis freáticos, abundantes na área, e dos rios Jaboatão, Dois Rios e Paratibe.⁹⁴

Ademir relata que, na ocasião, ao chegar ao prédio do Diário de Pernambuco em companhia de alguns moradores, para anunciar o caso à imprensa – o que viria a ser esta reportagem aqui citada – receberam a proposta de não ir ao Jornal do Commercio, e o seu concorrente dar-lhes-ia uma matéria e ainda uma chamada na primeira página. Foi o que decidiram fazer. Segundo ele, afirmou naquele momento ao responsável que as garantias

⁹⁴ **Aterro Sul pode ser fonte de energia e de poluição.** Diário de Pernambuco, 08 de agosto de 1982, A-12. APEJE-PE: Hemeroteca.

dadas pela FIDEM não deveriam ser aceitas, já que se assemelhavam àquelas dadas pelo governo quando da retirada forçada das famílias do bairro do Coque e do assentamento destas na UR, com a promessa de que teriam toda uma rede de serviços, habitações de qualidade, transporte público, saneamento e segurança, quando, na verdade, nada disso havia ainda sido oferecido. “*Com o agravante de que hoje*”, narrava Ademir em 1982 em entrevista ao jornal:

as paredes da casa estão apresentando fendas enormes, os pisos estão afundando, as fossas estão estouradas, as ruas não são pavimentadas, a iluminação pública é precaríssima, falta posto médico, policiamento, telefone público, farmácia, o mato toma conta das vilas, proliferam ratos, baratas [...] o sistema de transporte público não atende aos moradores.⁹⁵

Após a repercussão da matéria, um leitor mais impaciente envia uma carta ao periódico exprimindo sua revolta: “*Em vez de escolherem bairros pobres para colocarem a porcaria desse lixo, deveriam levar para bairros ricos, Boa Viagem, Derby, Espinheiro, onde seus moradores tem dinheiro e condições de adquirir medicamentos e pagar hospitais*”⁹⁶. E o vereador Paulo Fernando Immisch afirma: “*querem transformar uma das mais bonitas paisagens da Região Metropolitana numa imensa cloaca. O Ibura tem o melhor clima de Recife, em função de sua elevada altitude e uma reserva florestal fascinante*”⁹⁷

Ademir Torres recorda, em entrevistas, que o episódio ficou conhecido como “*A Luta do Lixo*” e envolveu outras comunidades do Ibura além da UR-10, inclusive algumas que não seriam diretamente atingidas como a UR-01 e a UR-03, já que a sua vila sozinha não conseguiria vencer e barrar o grandioso projeto. Formou-se assim a Comissão de Lutas do Ibura. Apesar da dificuldade em aglutinar as outras associações, com direções vinculadas ao governo estadual, setores da Igreja Católica desempenharam papel fundamental nesse processo de interligação da rede de moradores descontentes com essa política, já que nesta mobilização específica, diz Ademir, “*entrou o Ibura todinho [...] através da Igreja, por que aqui num tinha uma Igreja diferente? Não a Igreja de Dom José, este bispo que saiu, mas a Igreja de Dom Helder, né? É diferente, né?*”⁹⁸

⁹⁵ **Idem.**

⁹⁶ **Lixo.** Diário de Pernambuco, Cartas à Redação, 10 de agosto de 1982. A-8. APEJE-PE: Hemeroteca.

⁹⁷ **Vila recusa lixo doméstico.** Diário de Pernambuco, 12 de agosto de 1982. A-11. APEJE-PE: Hemeroteca.

⁹⁸ **Entrevista concedida ao autor.** Recife, 29 de maio de 2013.

A Comissão de Lutas do Ibura, que é formada após a aglutinação dos moradores em torno dessa problemática, realiza amplos debates e constantes mobilizações em torno da importância da não implantação desse aterro para as diversas comunidades do Ibura, haja vista os problemas de saúde pública para a população dos arredores, além das citadas questões ecológicas e ambientais que ali possivelmente eclodiriam. Desde quando os moradores da UR-10 se informaram sobre o projeto na FIDEM, a Associação dos Moradores, sob a direção de Ademir Torres, solicitou esclarecimentos e garantias ao órgão estadual, e começou um denso trabalho nas várias comunidades, com a distribuição de panfletos convocatórios para uma assembleia na Praça da UR-05 com os dizeres: “*no dia dos pais, venha proteger a saúde de seu filho*”⁹⁹. Tal reunião viria a ser o primeiro de alguns grandes atos. Este, segundo o Diário, contaria com a presença de mais de “*quatro mil pessoas, de um médico, de um engenheiro que, analisando o projeto, mostrarão os perigos a que ficará exposta a população*”¹⁰⁰. Relembra o então diretor da entidade como eram estes atos:

Aí a gente foi pro pau. Chegamos a botar dez mil pessoas aí nesse campo. De sete da manhã até sete da noite estávamos no campo, porque ia ter torneio de mulheres, a banda mais famosa que tinha no nordeste, era os Trepidantes [...] aqui tinha um grupo folclórico, pastoril, o que tinha aqui na comunidade a gente levou, o padre, tudo, tudo, pegamos o carro do sindicato, botamos o som o dia todinho. Tinha o pessoal da ASPAN¹⁰¹, um rapaz que era diretor do departamento de pesca da Rural¹⁰², foi quando nós fizemos a invasão ecológica, trouxemos cinco mil peixes e jogamos nos riachos [...] plantamos coqueiros, um monte de plantas e começamos a fazer uma capela para São Francisco de Assis que é o patrono da natureza, né? [...] No último ato, ainda paramos a BR¹⁰³. E aí não botaram o lixo! ¹⁰⁴

⁹⁹ Acervo pessoal do entrevistado.

¹⁰⁰ **Aterro Sul pode ser fonte de energia e de poluição.** Diário de Pernambuco, 08 de agosto de 1982, A-12. APEJE-PE: Hemeroteca.

¹⁰¹ Associação Pernambucana de Defesa da Natureza.

¹⁰² UFRPE: Universidade Federal Rural de Pernambuco.

¹⁰³ A rodovia a que se refere o entrevistado é a BR-101, que ladeia a comunidade da UR-10 e boa parte do Ibura. Esta BR seria, inclusive, a principal via de acesso ao aterro, como se vê na foto aérea apresentada anteriormente.

¹⁰⁴ **Entrevista concedida ao autor.** Recife, 29 de maio de 2013.

Outro acontecimento, envolvendo a Comissão de Lutas do Ibura, se refere às mobilizações pela demolição do que ficou conhecido como “*O Muro da Vergonha*”. João Heráclito é proprietário de uma enorme casa até hoje existente no bairro. A sua residência causa certo espanto aos transeuntes que não conhecem o lugar, devido a sua amplitude e contraste com a realidade local. Seu muro, grande em altura, espessura e comprimento, é um *estranho no ninho*. O advogado, residente na UR-01, privilegiado economicamente, cercou uma praça vizinha a esta sua habitação, de forma que os moradores das comunidades pobres em volta sentiram a necessidade de uma organização para pressionar o poder público pela derrubada do muro. A Comissão de Lutas do Ibura teve papel preponderante nessa mobilização contra esta atitude do morador *outsider*. Como rememora Ademir, após ganharem a luta do lixo, não podiam acabar com a organização que possuíam. Mobilizaram-se pela questão da falta d’água em Três Carneiros¹⁰⁵, contra os constantes reajustes nas tarifas do transporte público e o episódio do ‘Muro da Vergonha’ aparece nesse momento. A Igreja Católica havia tentado comprar o terreno para realizar uma construção. Entretanto, a COHAB afirmava que não era permitido por se tratar de um terreno público, e “*em seguida o cara murou e começou a aterrar [...] Aí a gente começou a brigar*”, diz Ademir em entrevista:

- Ninguém pixava aquele muro de lá não. Todo mundo do Ibura tinha medo daquele cara. Hoje é uma zona, né? [...] Quando a gente foi fazer um ato lá, tínhamos duas cornetas que a gente pegou no partido, um som bom. Aí o pessoal chamava a gente, aí a gente foi pra instalar o som, mas eu num tava nem escalado pra falar. O pessoal dava umas escanteadas na gente, tá ligado?(risos)
- Quem era o pessoal?
- Tava a Igreja lá, tava o PT eu acho [...] Aí quando eu tava subindo um carro da polícia, uma veraneio entrou na mansão. Aí subi, instalei o som, o carro saiu de lá, recebeu as instruções e ficou parado lá na praça, ali onde é a feira, que não tinha essa feira não, só tinha o SACOLARTE¹⁰⁶ [...] Aí uns

¹⁰⁵ Três Carneiros recebera este nome por se tratar de uma região onde os terrenos distribuídos pertenciam a Newton Carneiro. Este teria estimulado algumas famílias a ocuparem uma parcela de terra em troca de três votos.

¹⁰⁶ O SACOLARTE foi um projeto elaborado pelos moradores de diversas comunidades do Ibura, quando decidiram ocupar um galpão abandonado, onde funcionava o Sacolão, lugar onde se vendiam verduras e frutas a preços mais acessíveis, implantado em alguns bairros da cidade por ação do prefeito Gustavo Krause. Ali os moradores iniciaram um trabalho comunitário de produção de artesanatos, sapataria, costura etc.

cara que tinha lá da Igreja, meio anarquista, Lúcio e Alexandre, foram pixar o muro. Aquilo tava cheio de gente.

- Escreveram o que?

- Num lembro não... Sei que quando estavam pixando, a polícia foi lá e segurou os dois. Eles moravam na Vila dos Milagres¹⁰⁷. Aí o povo foi todo pra cima. Foi um rolo. Aí o policial puxou o revolver. Correu todo mundo. O pessoal do palco correu. Aí eu subi e fui falar. Falando que a polícia tava a serviço da burguesia, metendo o pau na polícia. Aí levou os meninos. Quando o carro desce, chega Clodoaldo Torres, deputado, e Luiz Vidal, vereador, primo de um menino da UR-04, Fernando da Igreja. Eles viram o carro da polícia passar por eles. Aí a gente contou e eles foram atrás, buscar os meninos. Aí realmente soltaram. Aí foi que o ato foi grande que só a porra! Aí o som era alto, falaram pra todo mundo: “aê, soltou!”. Aí o pessoal perdeu o medo. Acho que depois daí pixaram esse muro. (risos)¹⁰⁸

O cenário reconstruído pelas reminiscências de Ademir é interessante para perceber a nem sempre harmoniosa convivência entre as tendências internas que construíam estes movimentos. Comunistas e ateus do PCdoB trabalhavam juntos com petistas e, sobretudo, junto com a Igreja Católica. Apesar de certa unidade existente, percebem-se as divergências quando da interdição de sua fala, por exemplo. De outro lado, destaca-se o papel repressor da polícia ainda vigente nestes anos finais da ditadura, chegando a entrar com o veículo nas dependências particulares do advogado, neste caso, claramente a serviço do sujeito ‘mais forte’ na situação, que transmitia medo aos seus vizinhos pobres.

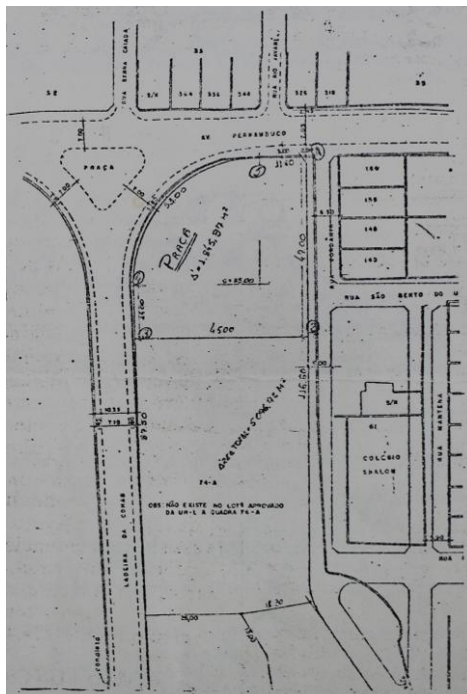
O muro viria a ser derrubado na gestão municipal de Jarbas Vasconcelos, com a presença do próprio, prefeito eleito em 1985 com amplo apoio destes movimentos de bairro. Entretanto, sua relação política com as entidades de moradores dos bairros pobres, seja na sua candidatura ou na sua gestão, será destrinchada nos capítulos terceiro e quarto deste trabalho.

A Empresa de Urbanização do Recife, após avaliar a situação, decretou a desapropriação da área em favor da prefeitura. A própria URB, posteriormente, entrou com uma ação desapropriatória definitiva na justiça contra o citado advogado, ainda propondo-lhe uma quantia indenizatória de Cz\$ 12.323,45, valor contestado pelo réu que reivindicava a

¹⁰⁷ A Vila dos Milagres recebera este nome por uma fonte de água que jorra das barreiras da região o ano todo, abastecendo a comunidade que ali reside. É uma das comunidades em maior situação de vulnerabilidade social do bairro. Situada também às margens da BR-101, ali houve nestes anos uma atuação marcante das CEB's.

¹⁰⁸ **Entrevista concedida ao autor.** Recife, 29 de maio de 2013.

simples quantia de Cz\$ 1.000.000,00 pela área de 1845,35m². A elevação do valor proposto tornaria a causa mais justa porque, segundo seu advogado no processo, dentre outras razões, deveria: “*ser acrescida a natural valorização imobiliária sempre crescente daquele local que desfruta de uma visão panorâmica invejável, porque permite divisar toda a cidade do Recife*”¹⁰⁹



Fonte: Processo 001.1985.003074-0. Fls. 14. Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Nesta planta, presente nos autos, à esquerda vê-se a ladeira da UR-01, e ao seu lado direito, abaixo, a enorme residência do advogado e acima, a praça do bairro, cercada pelo mesmo, sob o argumento que teria adquirido através de compra a um terceiro que havia obtido da COHAB-PE. O réu, dessa forma, apropriou-se de um espaço de lazer, público, um equipamento de convivência privilegiado de uma comunidade já carente no que se refere a outros equipamentos sociais, necessários a uma vivência minimamente digna no local de moradia. João Heráclito ainda seria a parte ré de outra ação movida novamente pela URB, por construir uma caneleta e assim desviar o curso natural das águas de suas terras, que acabaram por atingir as barreiras e as comunidades pobres circunvizinhas a sua mansão, a quem o

¹⁰⁹ **Processo 001.1985.003074-0.** Fls. 20. Ação de desapropriação. URB X João Heráclito do Rego. 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital. Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

residente acusa de “*favelas invadidas*”, ao contestar os argumentos dos engenheiros e técnicos da URB¹¹⁰.

As duas ações da Comissão de Lutas do Ibura, no período, são relevantes quando da definição do caráter destes movimentos sociais que eclodem nos bairros do Recife. Percebemos que estes dois acontecimentos de sua história, a Luta do Lixo e o Muro da Vergonha, demonstram – para além dos objetivos mais comuns e pragmáticos, como o acesso a equipamentos coletivos ausentes nas vilas – concepções de valorização do espaço público, preocupações com questões ecológicas, consciência de coletividade e de direitos sociais e, sobretudo, de pertencimento a um lugar construído também simbolicamente, como se verá adiante. Antes, entretanto, percorreremos mais dois casos de atuação destas entidades e de suas federações em outros bairros do Recife.

2.2.2 Casa Amarela de costas para o Estado

O bairro de Casa Amarela, de maneira distinta do Ibura, já possuía uma trajetória de mobilizações em datas anteriores, inclusive com forte presença de sacerdotes da ala da chamada igreja progressista. Entretanto, nos anos 60, já eram perseguidos por mídias conservadoras como o Diário de Pernambuco, que constantemente difamavam os padres que atuavam nestas comunidades, acusando-lhes de “*explorar a boa fé da população*”¹¹¹, quando, por exemplo, publica uma carta sobre o padre Wanderley Simões:

Pode-se afirmar que este homem está trapaceando, mentindo, enganando a milhares de pessoas [...] Que pensar deste homem, que fantasiado de ministro de deus, acende uma vela ao diabo, e pública e cinicamente defende uma causa que ele sabe, é verdadeiramente contrária aos bons ensinamentos cristãos? [...] Melhor seria compará-lo a um abrute [...] Doravante, por onde andar, pregando seu marxismo, levará consigo, além da batina, que não lhe

¹¹⁰ **Processo 001.1985.003073-1**. Fls. 17. Ação de indenização. URB X João Heráclito do Rego. 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital. Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

¹¹¹ **Falsos sacerdotes exploram a boa fé da população**. Diário de Pernambuco. 11 de novembro de 1960. APEJE. Acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal. Prontuário Funcional: 27.572. Igreja e Ação Católica Operária, 1960-1972.

disfarça os propósitos, um manto mais negro ainda: o da vergonha, o da traição, dos interesses vendidos.¹¹²

Perseguições, prisões e mesmo mortes de sacerdotes envolvidos em trabalhos de conscientização e mudanças nas comunidades carentes, serão constantes nos anos do governo ditatorial¹¹³. Rotulados como comunistas e subversivos perigosos ao regime em vigor tinham seu cotidiano, suas apresentações, suas companhias, bem como o conteúdo de seus sermões nas missas, vigiados periodicamente. Referindo-se a um padre de nome Inácio, comunica um agente, provavelmente a um superior: “*faz sermões altamente subversivos onde aborda problemas c/ muita violência, atacando o governo, a polícia e as força armadas, convocando povo a luta, dizendo que se possível até mesmo c/ metralhadoras*”¹¹⁴. Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife entre 1964 e 1985, uma figura símbolo desta igreja pastoral do “*ver, julgar e agir*” ligada aos movimentos sociais, seria alvo de constantes investigações sobre sua atuação no bairro de Casa Amarela. Um ofício do Ministério da Marinha afirma que apesar de sua presença no bairro, na igreja de Santa Izabel durante a missa do dia 08 de julho de 1972 “*nenhum pronunciamento foi feito que mereça atenção dos órgãos de segurança*”¹¹⁵. Esse apoio da Igreja, fosse através da Arquidiocese de Olinda e Recife, fosse através das CEB’s, bem como de demais setores das esquerdas, se desdobrará na fundação do Movimento Terras de Ninguém a partir de 1975, através do qual os moradores irão se mobilizar pela desapropriação das terras no bairro (Ver: Anexo XXVIII), cuja propriedade dos solos do antigo engenho era reivindicada pelas famílias Marinho e Rosa Borges¹¹⁶:

Após reunião havida no Córrego do Jenipapo, quando foi tirado documento pedindo ao governo a desapropriação daquela área, os “ditos donos” dos terrenos conseguiram que o DOPS intimasse, para prestar depoimento, um

¹¹² **Judas de Batina**. Diário de Pernambuco. 14 de agosto de 1962. APEJE. Acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal, Prontuário Funcional: 27.572. Igreja e Ação Católica Operária, 1960-1972.

¹¹³ **Exército nega mas igreja receia novas prisões de sacerdotes em todo o país**. Diário de Pernambuco, 07 de dezembro de 1968. APEJE. Acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal. Prontuário Funcional: 30.386. Recorte de Jornal, 1965,1968.

¹¹⁴ **Comunicado confidencial da SSP-PE**. S/ data. APEJE. Acervo DOPS-PE. Prontuário Funcional: 27.572. Igreja e Ação Católica Operária, 1960-1972.

¹¹⁵ **Ofício**. 10 de julho de 1972. APEJE. Acervo DOPS-PE. Prontuário Funcional: 27.572. Igreja e Ação Católica Operária, 1960-1972.

¹¹⁶ Ver: JUNIOR, Edvaldo Vieira de Souza. **A igreja progressista no Recife**. Limites e possibilidades de ação das CEB’s (1973-1985). Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 2006, p. 96-101.

morador deste Córrego, tentando com isso ameaçar e atemorizar a Comissão das Terras, o Conselho de moradores e os habitantes do Córrego do Jenipapo, que juntos estão lutando pela desapropriação dos terrenos da chamada propriedade Marinho.¹¹⁷

Antonio Montenegro, quando se volta para as memórias e histórias em torno do “Movimento Terras de Ninguém” em Casa Amarela, esmiúça as formas encontradas pelos moradores para fazerem reuniões naquele período – resistentes aos processo de expulsão por parte das imobiliárias. Conforme o autor, a reação da população vai contar com o fundamental apoio da Igreja Católica: “*Os salões paroquiais passam a sediar as constantes reuniões de mobilização*”.¹¹⁸ Iniciar-se-ia paulatinamente “*um trabalho lento de rezas e conversas*”, como define um dos seus entrevistados. Um processo de organização que buscou, a partir de, por exemplo, reuniões para reza do terço, dar um novo direcionamento a essa evangelização, que fortalecesse a organização e os direitos dessa população pobre¹¹⁹. Este auxílio das forças eclesiais, sobretudo dos padres, segundo o autor, fomentaria no imaginário popular a sensação de justiça nas suas lutas pela posse e legalização das terras, do mesmo modo que faria com que os moradores se sentissem mais fortes para os embates e enfreamentos que poderiam eclodir na luta.

Esta ação em torno da questão habitacional irá também ampliar-se para as demais problemáticas enfrentadas pelos moradores – como a queda de barreiras e a ausência de escadarias para subir os morros, ambas as questões muito acentuadas com a chegada do inverno e das chuvas, além de inúmeras outras como a falta d’água, de saneamento ou de transportes. Tais situações fomentarão uma progressiva proliferação das Associações e dos Conselhos de Moradores nas diversas comunidades que compõem o bairro. É durante a administração municipal de Gustavo Krause (1979-1982) que é reelaborado o projeto de reaproximação do poder público, representando os interesses de busca de legitimação do Estado ditatorial, para com os novos sujeitos coletivos que emergem nos bairros da cidade, nesse período de participação alargada pela abertura.

¹¹⁷ **Polícia Ameaça Córrego do Jenipapo e Comissão de Terras.** Jornal Terras de Ninguém. Outubro de 1981. Nº1. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

¹¹⁸ MONTENGRO. Antonio Torres. **História oral e memória.** A cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994, p. 53.

¹¹⁹ Ibidem, p. 60-61.

Tal estratégia política se materializa com a implantação de projetos como o “*Levante a Mão e Defenda seu Bairro*” ou o “*Um por todos*”, pelos quais a prefeitura adentrava nos bairros com projetos de melhoria, prontos para serem executados, e advogava inclusive pelo trabalho gratuito dos moradores em mutirões de obras comunitárias. Vejamos o que relata um morador ao jornal da Pró-Federação de Casa Amarela:

Alguns aqui aceitaram material de Prefeitura para fazer o arranjo do canal. Mas arranjo não é canalização e serviço bem feito. O povo daqui pobre, cansado pelo trabalho, mal alimentado [...] Querem sugar até as últimas gotas de sangue da pobreza... E nos bairros ricos, é o povo que faz este trabalho?¹²⁰

Antônia Vidal de Lima, nascida em 1937, conhecida como Tôta, moradora do Canal da Macaxeira, em entrevista concedida ao Departamento de Memória da FEACA em 1987, relembra as realizações das obras voluntárias com os materiais cedidos pela prefeitura ao bairro, após a implantação do projeto “Um por todos”. Tôta exprimia a sua revolta com a situação de exploração e cansaço vivenciada pelos moradores durante as obras do Canal da Macaxeira, quando estes, inclusive mulheres e crianças, trabalhavam na construção (Ver: Anexos IX e X). A moradora, mobilizando mais algumas pessoas, promove uma reunião com todos, que suspendem as atividades e obrigam a prefeitura a alocar trabalhadores remunerados nas obras, fossem da prefeitura ou fossem desempregados residentes no bairro:

foi o que acabou com meu velho isso, problema daquelas pedras atacou mais o coração dele, foi isso. Cada pedra que não tinha mais tamanho, os homens tudo trabalhando naquele negócio. Quando é um dia eu olhei assim, fiquei pensando... mas o que é que esse povo tá fazendo?¹²¹

Paralelamente, a partir do Sistema de Ações Comunitárias (SAC) ocorre a implantação dos Núcleos de Planejamento Comunitário (NPCs), apelidados popularmente de *barracões*, por onde se estabeleceria o contato entre a prefeitura e a comunidade onde este estivesse

¹²⁰ **Desabafando e vibrando de alegria. O povo e o canal da Macaxeira.** Força Popular. Jornal Pró-Federação de Casa Amarela. Mario/Junho de 1980. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

¹²¹ Entrevista com Antônia Vidal de Lima (Tôta) In MONTENEGRO, Antônio Torres. et al. **Casa amarela.** Memórias, Lutas, Sonhos... Série I. Entrevistados. Departamento de Memória de Casa Amarela. Recife: FEACA, 1988, p. 22.

instalado. Entretanto, além de constituírem entidades paralelas, os barracões retratavam uma linha de atuação assistencial, voltada para objetivos não reivindicativos, como cuidados médicos, odontológicos, recreação ou atividades lúdico-culturais. A Federação de Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela (FEACA) surge simbioticamente ligada à Igreja Católica. Levi Gomes, militante na época do Conselho de Moradores do Córrego do Jenipapo, reconstrói essa memória lembrando-se dos nomes de vários sacerdotes envolvidos nessa aglutinação: “*Padre Adriano na região da Guabiraba, padre Roberto na região de Nova Descoberta, padre Pedro na região da Macaxeira e padre Reginaldo Veloso na zona da paróquia*¹²² *do Morro da Conceição*”¹²³. A FEACA é apresentada, em numerosos discursos presentes nos jornais de bairros e nas falas de ex-militantes, como resultado de uma aglutinação das entidades de moradores destes morros e córregos da zona norte do Recife, e enquanto uma reação aos programas do prefeito Gustavo Krause para os bairros:

Muitas coisas estão acontecendo,
 muita gente está aparecendo
 querendo saber dos problemas dos bairros
 e prometendo tudo resolver.
 Os bairros nunca ficaram calados
 vêm políticos do governo
 vem governo passando por cima daquilo
 que o povo quer.
 Agora chega esse governo
 E foi em 79 que isto aconteceu,
 Mandou levantar a mão,
 Defender o nosso bairro,
 Em Casa Amarela, como já tinha organização,
 Foi só fazer uma reunião¹²⁴

A narrativa exposta pelo cordelista de Casa Amarela nos apresenta essa reaproximação do Estado, até então ausente durante os anos mais autoritários pós-64, além de retratar a

¹²² Instaurada como paróquia em 1975 por ação de Dom Hélder.

¹²³ **Entrevista concedida ao autor.** Recife, 15 de agosto de 2013.

¹²⁴ JÚNIOR, Cassimiro Rocha. **Cordel “Nascendo da Luta”**. Recife: Federação de Casa Amarela, 1981. In JÚNIOR, Edvaldo Vieira de Souza. **A igreja progressista no Recife**. Limites e possibilidades de ação das CEB’s (1973-1985). Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 2006, p. 110.

reação organizada de parcelas dos movimentos a esta política, considerada por estes quadros de oposição como desmobilizante e com desígnio de cooptação, como é apontado durante a fala de Levi Gomes em entrevista:

- Os movimentos eram reivindicatórios. A questão da saúde era uma das principais reivindicações, a questão do transporte urbano começava também a ser trabalhada e a segurança nos morros era o que dava mais repercussão na mídia.
- A violência, no caso?
- Não, a segurança das barreiras, da habitação. E estas questões incomodavam muito a prefeitura. Foi uma decisão das forças mais conservadoras, no período que antecede ao governo de Krause, e foi exatamente o governo de Krause que implementou a decisão, que era ter um processo de aproximação das comunidades, exatamente para neutralizar esse poder de pressão que os movimentos tinham. E criaram vários instrumentos [...] Krause, por exemplo, criou em cada um desses lugares onde tinha uma Associação de Moradores ou Centro Comunitário ou um Conselho de Moradores, criou o chamado barracão, que era exatamente um trabalho da prefeitura visando esvaziar a organização.
- Poderia dizer que eram entidades paralelas?
- Eram entidades paralelas. Poderia dizer, não, eles assumiam isso. Davam o nome de União de Moradores e a ideia era formar lideranças alinhadas com o discurso do governo.¹²⁵

Não obstante este discurso antigovernista ser o mais estruturalizante no bairro, valorizando a organização autônoma e independente em relação a este Estado militarizado e autoritário, as organizações populares de Casa Amarela são interessantes para pensarmos na diversidade interna dos movimentos de bairro do Recife. Não podemos percebê-los uniformemente: as várias entidades eram ligadas a redes políticas específicas e se diferenciavam em seus interesses ideológicos e objetivos políticos. Vejamos o quadro a seguir. Ser filiado à FEACA (FF) punha a associação num campo; não ser filiado à FEACA (NFF), em outro.

NÍVEL DE LIGAÇÃO COM PARTIDOS POLÍTICOS

¹²⁵ Entrevista concedida ao autor. Recife, 15 de agosto de 2013.

PARTIDOS	PESSOAS Nº	FF %	PESSOAS Nº	NFF %
PMDB	09	23,68	00	00,00
PT	08	21,06	00	00,00
PSB	04	10,52	00	00,00
PDT	02	05,26	01	10,00
PCB	01	02,63	00	00,00
PFL	01	02,63	06	60,00
PH	00	00,00	01	10,00
Simpatizantes do PT	07	18,43	00	00,00
Simpatizantes do PMDB	01	02,63	00	00,00
Simpatizantes do PCB	02	05,26	0	00,00
Simpatizantes do PFL	00	00,00	01	10,00
Não tem partido	03	07,89	01	10,00
Total	38	100,00	10	10,00

Fonte: FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. **Os Movimentos Sociais e os Partidos Políticos.** Um estudo das Associações de Moradores filiadas a FEACA. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Recife: UFPE, 1991, p. 106

O quadro é revelador da filiação partidária das pessoas que atuavam nesses movimentos. É possível assim, realizar algumas leituras acerca das relações de poder e de disputa de sentido existentes no que se refere aos movimentos do bairro de Casa Amarela, em se tratando de um dos maiores colégios eleitorais da cidade, ao lado do Ibura. As redes de pertencimento das diretorias das Associações de Moradores dos morros da zona norte nos permitem perceber as ambivalências políticas ali presentes. A pesquisa de campo elaborada pela autora nos mostra que, excetuando-se duas diretorias do PDT, uma do PFL e três que declararam em entrevistas não possuir ligações com partidos políticos, sobrariam trinta e duas direções das forças tidas como de esquerda na época nos conselhos “Filiados a FEACA” (FF). Dessa forma o grupo político PT-PMDB-PCB-PSB, e os simpatizantes desta rede, representariam 84,25% das Associações ou Conselhos de moradores (FF). Por outro lado, as

entidades “Não Filiadas a FEACA” (NFF) teriam 70% de seu quadro composto por pessoas ligadas ao PFL ou por simpatizantes desta sigla.

É claro, portanto, o envolvimento partidário de membros das associações. Da mesma forma, é perceptível a diferença de perfil ideológico entre as entidades. Como foi dito, não representam uma massa homogênea de sujeitos na qual não haja disputas de poder e de sentido político. Estas redes distintas serão corporificadas quando analisarmos o apoio das entidades citadas aos candidatos nas Eleições posteriores: em 1985, com Jarbas Vasconcelos eleito para prefeito, e em 1986, com Miguel Arraes eleito para governador. Ambos, símbolos de amplas parcelas das forças ditas de esquerda nestes anos, e, sendo assim, foram eleitos com apoio massivo destas organizações de bairro, sobretudo o primeiro.

2.2.3 Repressão e resistências numa Brasília de Teimosinhos

Bem diferente das realidades geográficas do Ibura e de Casa Amarela, que se encontram em áreas de morros distanciadas do centro da cidade, Brasília Teimosa é uma comunidade periférica menor, uma península fincada na faixa litorânea da zona sul, ladeada por áreas muito valorizadas economicamente e de ocupação verticalizada, como Pina e Boa Viagem, e o próprio Centro do Recife.

Em 1957, época da construção da cidade de Brasília, ocorre uma invasão da área então usada por colônias de pescadores, outorgada por Getúlio a estas em 1954. Pela constante *teimosia* da população que reconstruía os barracos durante a noite, quando a polícia os derrubava à luz do dia, completou-se o nome da comunidade. Em 1958, depois de mobilizações das famílias que passaram a ocupar a área, os moradores conseguiram permissão para permanecer na região, entretanto, sem maiores garantias do Estado, onde até hoje permanecem sendo alvo constante da especulação imobiliária¹²⁶.

O chamado Projeto Teimosinho foi pensado e elaborado por um grupo de moradores, em meados da década de 1970, com o intuito de conseguir a legalização dos terrenos e a urbanização do bairro, inclusive propondo indenizações aos proprietários com mais de uma residência por parte da Secretaria de Habitação, sendo muitos destes últimos, moradores de outros bairros.

¹²⁶ Ver: ALBUQUERQUE. Janice Maria Smrekar. **Só deixo de luta quando morrer**. Povo, terra e saber na luta urbana. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Recife: UFPE, 1986, p. 59 a 68.

A prefeitura, do então prefeito Gustavo Krause, ao elaborar um projeto para incluir na Comissão de Legalização e Posse da Terra a União de Moradores – entidade paralela que representava proprietários e dissidentes do Conselho de Moradores, derrotados nas eleições – geraria revolta na maioria da população local.¹²⁷ Após muita discussão nesse sentido e considerável pressão das mobilizações por parte do Conselho, veio a aprovação do projeto. Era hora de fazê-lo sair do papel, e a comunidade pronunciava-se com seu jornal:

É bom lembrar aqui o que diz o Projeto Teimosinho, veja bem, “Não aceitamos mais a expulsão de moradores em hipótese alguma.” Diz o projeto ainda: “O pessoal que mora numa casa de aluguel, vai receber o terreno em seu nome e vai comprar a casa por um preço justo. Pra quem não pode pagar, o governo financia a compra e depois a gente paga aos poucos de volta”. Tá tudo claro e o poder público aprovou e se comprometeu a executar tudo isso.¹²⁸

Brasília Teimosa, dentre muitos conflitos nos bairros do Recife, irá representar aquele mais centrado na problemática habitacional da cidade, ao colocar em lados opostos, e claros, inquilinos e proprietários, inclusive no que se refere à formação das chapas que disputavam o Conselho de Moradores do bairro, sobretudo, no início da década de 1980.

Nestes anos, o bairro será testemunha do continuísmo das práticas repressivas por parte das forças policiais, sobretudo com a intimidação em relação aos inquilinos eleitos e que atuavam no interior do conselho através da ação do grupo do Teimosinho. Tais práticas podem ser vislumbradas, por exemplo, como quando da invasão de agentes do DOPS-PE da sede da Associação, com o intuito de prender Lindacy Freitas, inquilina de uma das casas do bairro e integrante do conselho de moradores. Lidancy denuncia em entrevista que inclusive já havia sido surpreendida dias antes, na própria casa, enquanto tomava banho. Além de seu marido também ter sido detido, e da mesma forma ela, ou seja, sem razões ou motivos aparentes, quando foi chamado à delegacia para depor:

¹²⁷ **Briga por liderança tumultua bairro.** Diário de Pernambuco. 14 de maio de 1982. APEJE-PE: Hemeroteca.

¹²⁸ **SEHAB continua na dela.** A Voz de Brasília Teimosa. Ano 1. Nº 2, dezembro de 1981, p. 04. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>.

O presidente do conselho de Moradores acredita que o caso tem origens no conflito observado na área entre moradores e proprietários [...] Com a aprovação do Projeto Teimosinho, ficou determinado que seria legalizada a posse dos moradores, medida que vem desagradando os proprietários que em alguns casos dispõem de até 50 imóveis e não estão dispostos a abrir mão da fonte de renda¹²⁹

O presidente do Conselho do bairro era Moacir Luis Gomes Filho, nesse mês de janeiro de 1982, quando destas operações do DOPS. Um morador que viria inclusive a disputar novamente as eleições, dali a apenas três meses, em abril daquele ano. Dessa forma, percebem-se as tentativas de coações em relação a este grupo de moradores da Chapa 1, que provavelmente se reelegeria, como inclusive aconteceu, com resultados numericamente incontestáveis: *“Foi uma lavagem. A chapa 1 – que defende o Projeto Teimosinho – venceu a chapa 2 nas eleições de domingo [...] O total de votantes foi de 3187; a chapa 2 conseguiu 700 votos e a 1, 2100 votos.”*¹³⁰

A detração dos movimentos sociais realizada pelos grandes meios comunicativos, nos anos do pré-golpe de 64, não deixará de estar também presente nestes embates mais recentes. O discurso difamatório é recorrente. As estratégias se repetem. A volta das mobilizações em bairros pobres em finais da década de 1970 não foi uma reconstrução pacífica. A declaração de Newton Carneiro publicada no Diário de Pernambuco, por exemplo, é interessante para se pensar na permanência dessa política de difamação, com o intuito de fazer os conselhos e as associações perderem legitimidade frente a outros setores da sociedade e aos próprios moradores que representavam. O então deputado peemedebista afirmava à época que *“Brasília Teimosa seria uma verdadeira Moscouzinho dentro do Recife”*, e completava:

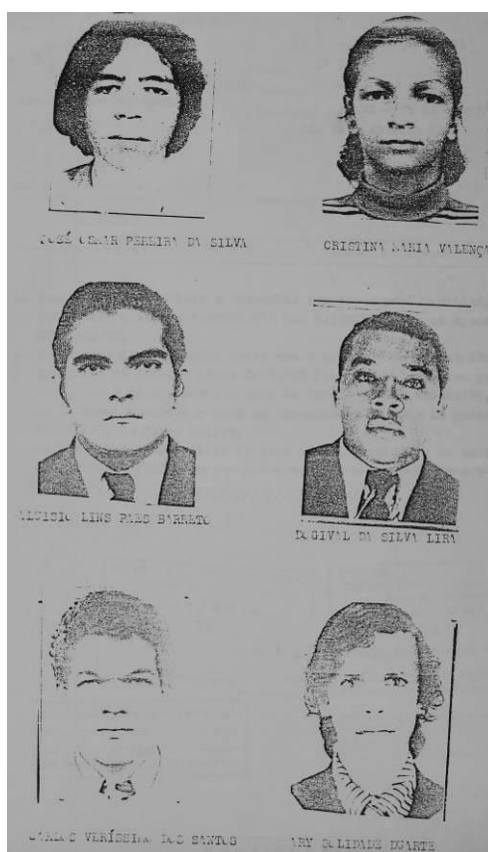
Hoje Brasília Teimosa é um campo de experiências das várias facções do Partido Comunista. Há vários grupos infiltrados dentro deste bairro, que antes era calmo e tranquilo. Hoje existe luta de classe violenta entre

¹²⁹ **Agentes da SSP invadem associação de moradores.** Diário de Pernambuco, 27 de janeiro de 1982. APEJE. Acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal. Prontuário Funcional: 30.411. Conselho de Moradores de Brasília Teimosa, 1982.

¹³⁰ **Chapa 1 vence em Brasília Teimosa.** Diário de Noite, 28 de abril de 1982. APEJE. Acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal. Prontuário Funcional: 1618. Paróquia Coração Imaculado (Boletim Paroquial) Brasília Teimosa, sem data.

proprietários e inquilinos, certamente pelo famigerado MR-8 e outras siglas radicais.¹³¹

Nas eleições do ano seguinte àquela vitória incontestável, em 23 de abril de 1983 a chapa 1 novamente sai vencedora. Os membros da chapa “Teimosinho”, chamados de *elementos* pelo relatório policial, têm suas fotos e todos os seus dados pessoais, endereços, filiações, profissões e atuações políticas espionadas e bem descritas nas respectivas fichas. José Osmar Ferreira da Silva, Cristina Maria Valença de Mendonça, Aluísio Lins Paes Barreto, Dorgival da Silva Lira, Carlos Veríssimo dos Santos e Ary Soledade Duarte. Todos e todas, membros da chapa, mais uma vez vencedora, “Teimosinho”, foram fichados, já no ano de 1983, por atuação política em um conselho de moradores.¹³²



Fonte: APEJE. Acervo DOPS-PE. Prontuário: 1061. Conselho de Moradores. 1971-1983.

¹³¹ **Comunistas tomam conta de Brasília.** Jornal do Commercio. 15 de julho de 1981. APEJE-PE: Hemeroteca.

¹³² **Ofício.** IV Exército. 17 de maio de 1983. APEJE. Acervo DOPS-PE. Prontuário Funcional: 1061. Conselho de Moradores, 1971-1983.

Portanto, repressão e intimidação existiam em fins da ditadura, e, como se vê, estavam de braços dados com a vigilância dos órgãos de segurança, que continuaram atuando nos bairros pobres nestes anos.

2.3 Diversos são os bairros, uma é a festa: multiplicidade geográfica e confluência cultural

Vários sujeitos, inclusive de partidos ilegais sem espaço no cenário político oficial, entraram nos movimentos sociais e adensaram as lutas por direitos nos bairros mais pobres da cidade. Entretanto boa parcela deste movimento foi conduzida por moradores sem vinculação partidária e por setores da Igreja Católica, como se observou. Ademais, o bairro popular, neste período, torna-se um aglutinador de inúmeras mobilizações e de variadas tendências e agrupamentos políticos. De modo que os movimentos que ali surgiam estavam vinculados, por exemplo, a comissões de fábricas ou a organizações que refletiam sobre questões ecológicas ou acerca dos direitos das mulheres, além de presenciarem a atuação, por vezes conjunta, de forças como a Igreja Católica, o PMDB, o MR-8, o PT, o PCB ou o PCdoB. Constrói-se assim, gradativamente, um campo de forças políticas consideráveis dentro dos movimentos populares dos bairros no cenário recifense. No que se refere ao nível mais amplo de organização, este se desdobrar, por exemplo: na Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela (FEACA), em 1978; na Comissão de Lutas do Ibura, em 1982; na Assembleia dos Bairros, 1984, posterior Federação Metropolitana dos Bairros (FEMEB) em 1987, sendo esta última federalização a mais comemorada conquista no campo organizacional destes movimentos na época; além de outros movimentos organizados que apoiavam as mobilizações nos bairros populares, como o Movimento de Defesa dos Favelados, além de ONG's como a ETAPAS.¹³³

De um modo oposto ao que se percebe hoje na organização dos movimentos de bairros pobres do Recife, foi grande a força política alcançada por esta rede de mobilizações no

¹³³ **ETAPAS:** Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social. Uma entidade civil sem fins lucrativos, criada em 1982, que assessorava parcelas do movimento popular de bairro na Região Metropolitana do Recife, através de capacitação, estudos, pesquisas e apoio técnico-pedagógico junto às Associações e Conselhos de Moradores. Estava no conjunto do que se chamava à época de **Interentidades**, uma reunião de entidades de assessoria aos movimentos populares em Recife, sobretudo no que se refere aos aspectos jurídicos e organizacionais. Formavam esse conjunto, além da ETAPAS, a **FASE** – Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional; o **CEAS** – Centro de Estudos e Ação Social; a **CJP** – Comissão de Justiça de Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife; o **GAJOP** – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares.

período aqui estudado, com amplos organismos e um frutífero cotidiano, sobretudo, de valorização da participação política. Por exemplo: o que hoje é feito no Recife por alguns estudantes, normalmente de boa condição socioeconômica, era organizado por esses movimentos populares dos bairros mais pobres da cidade: grandes passeatas no centro do Recife, com cerca de 5.000 pessoas, durante as mobilizações pela redução das passagens de ônibus da RMR. As lutas envolvendo a situação do transporte público foram centrais nas ações destes organismos que apareciam nos bairros (Ver: Anexo VI).

Nas Associações de Moradores essa própria cultura *participacionista* estava imbricada na vivência dos moradores da periferia nestes momentos da História do Recife. No cotidiano destes bairros mais pobres da urbe, as eleições para as diretorias das entidades representavam grandes acontecimentos políticos, retratados, não poucas vezes, nos maiores jornais da cidade. Na vila do A Pulso, por exemplo, o pleito do ano de 1982 foi emocionante demais para um morador: “*Emocionado com a vitória de sua chapa preferida, Francisco Salu Pereira, casado, teve um ataque do coração logo após a apuração dos votos, vindo a falecer em seguida, consternando a vila*”¹³⁴. Já na associação da UR-03, no Ibura, quando ocorre uma querela em torno da honestidade financeira do presidente eleito para a entidade, pronuncia uma moradora: “*O que sei é que é que este mês está sendo um dos mais movimentados dos que eu já vi aqui no bairro. Mais que isso não posso dizer*”¹³⁵. Da mesma forma, quando da citada vitória da chapa Teimosinho em Brasília Teimosa em 1983, narra o periódico daquele tempo: “*A votação ocorreu durante todo o domingo e o resultado só saiu perto da meia-noite. Brasília Teimosa ficou em festa e fez carnaval até às duas horas da madrugada*”.¹³⁶

Para entendermos toda essa mobilização, inicialmente faz-se necessário pensar na presença de comunicações interpessoais eficazes e intensas nestes bairros mais pobres, aquilo que Barbero conceitua como “*sociabilidade vitalizada*” da periferia¹³⁷.

¹³⁴ **Pleito na vila do A Pulso emociona e mata eleitor.** Diário de Pernambuco, 25 de agosto de 1982, A-7. APEJE-PE: Hemeroteca.

¹³⁵ **Há confusão eleitoral também em vila da COHAB.** Jornal do Commercio. 15 de setembro de 1978. Acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal. Prontuário: 27.544. Arena e MDB (Campanha política), 1965-1978-1991.

¹³⁶ **Chapa 1 vence em Brasília Teimosa.** Diário de Noite. 28 de abril de 1982. APEJE. Acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal. Prontuário Funcional: 1618. Paróquia Coração Imaculado (Boletim Paroquial) Brasília Teimosa, sem data.

¹³⁷ BARBERO, Martín J. Mediaciones urbanas y nuevos escenarios de comunicación. Sociedade, 5. 1994 *apud* COSTA. Sérgio. **Movimentos Sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 12, n. 35. São Paulo, Fev.: 1997.

O que era morar num bairro popular nesses tempos? A princípio, deve-se ter em mente que alguns elementos geográficos e sociais desses lugares, como a forma de ocupação do solo e a arquitetura destes agrupamentos urbanos que se reflete na inevitável proximidade das habitações construídas, além de uma conjuntura de desemprego estrutural atingindo de sobremaneira as comunidades pobres, devem aqui ser percebidos como meios centrais no fomento a relações sociais facilitadas ou a essa chamada “sociabilidade vitalizada”, características das periferias urbanas.

Para pensarmos nesse conceito, numa assembleia do Conselho de Moradores de Brasília Teimosa um morador pede a palavra para defender o uso público das calçadas do bairro. Reclama das bicicletas e dos carros ali estacionados, bem como das colunas de cimento construídas nestes espaços que devem ser de todos. Para defender seu raciocínio, o Sr. João refere-se à calçada como “*um lugar [...] para o pessoal parar e bater um papo, conforme um bom costume em nosso bairro*”¹³⁸. Essa pequena afirmação do morador, durante a reunião, corrobora com a ideia das periferias enquanto localidades privilegiadas no que refere ao tempo gasto pelos moradores em comunicações interpessoais, fomentadas pelas características apontadas acima.

Levi Gomes, ainda hoje morador do Córrego do Jenipapo, quando perguntado sobre o que significava morar num bairro popular, responde, esclarecendo as peculiaridades culturais presentes nestas territorialidades urbanas:

- É uma comunidade onde as pessoas trocam muitos favores e se relacionam muito de perto [...] As pessoas tomam conta da casa um do outro, quando a gente sai fica o vizinho olhando. Nas periferias as pessoas batem papo na porta, as pessoas sentam pra conversar, tem essa relação muito mais próxima, né? Qualquer periferia é assim, diferente dos bairros de classes mais altas.
- O que é que fez, ou que é que faz [...] a periferia ser assim?
- Eu acho que a necessidade de sobrevivência, faz com que as pessoas se juntem mais [...] Lá no Córrego do Jenipapo, por exemplo, eu não vivenciei esse período, mas o padre Pedro contava muito, que o conselho de moradores logo no começo [...] criou um mecanismo para baratear os preços, eles faziam uma cooperativa, as pessoas diziam o que é que queriam, aí juntava o dinheiro de todo mundo e ia pra CEASA, comprava em grosso e

¹³⁸ **A calçada é do Povo.** A Voz de Brasília Teimosa. Ano 1. Nº 2, dez/81, p. 03. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

depois dividia. Isso só é possível onde há um trabalho de organização, claro, mas onde tem também uma necessidade de pagar menos. [...] A gente acaba criando uma identidade com a comunidade. Você conhece todo mundo [...] Você convive com muita gente [...] É diferente de outros bairros, onde tem uma sensação de insegurança, no Córrego do Jenipapo não tem isso. [...] Tem os problemas que toda periferia tem, mas é isso que dá vida a uma periferia.¹³⁹

Sendo assim, para a construção de um campo identitário, ético-político, deve-se ressaltar a importância desse “lugar de moradia”, todavia não apenas no sentido geográfico-espacial do termo, mas sim, em relação ao caráter antropológico que lhe é reificado ao longo dos tempos, em meio às trocas comunicativas e às construções simbólicas de seus habitantes. O bairro de periferia, sendo na maioria das vezes construído por diferentes referências culturais de migrantes desalojados e expulsos, provenientes de diversas localidades da cidade ou do interior, e conseqüentemente, repleto de tradições e memórias individuais distintas, é um novo local onde são arquitetados espaços de sociabilidades, ocorrem as convivências e as trocas de experiências e é construído um novo “lugar”, compartilhado ideologicamente pelos moradores ali estabelecidos. Tal processo irá interferir na criação de uma nova identidade dentro dos bairros, de nova memória social, coletiva, e, dessa forma, o surgimento de laços de solidariedade entre os moradores será elemento central na emergência, organização e desenvolvimento das resistências dos movimentos ‘populares’ pelas melhorias materiais destas localidades.

Diametralmente, todavia, não podem ser desconsideradas no bojo desse processo de construção simbólica do “bairro popular” as dificuldades materiais e cotidianas já apresentadas: as situações de precariedade de bens e equipamentos sociais compartilhadas no local de residência pelos moradores. Gomes Filho sairia de Águas Cumpridas para a UR-03, em 1968, quando sua família conseguiu comprar uma casa no bairro. Após conhecer a difícil realidade do bairro, começou a militar na Associação de Moradores da UR-03. Na luta do lixo conheceu o PCdoB. Filiou-se, mas devido à situação de ilegalidade do partido, saiu candidato a vereador pelo MDB em 1982. Ao ser perguntado como era morar e viver no Ibura nesse período, como era a qualidade de vida ou se havia muitos problemas na comunidade, responde:

¹³⁹ **Entrevista concedida ao autor.** Recife, 15 de agosto de 2013.

Muitas dificuldades, transporte péssimo, falta d'água, saneamento, violência, tráfico. No entanto, nós tínhamos aqui atividades culturais que considero muito vital na época. A atividade cultural das quadrilhas matutas. Isso facilitava muito a integração da juventude, a valorização do bairro. Nós tínhamos programas de televisão chamados, o 'Meu bairro é o maior'. Isso acirrava a disputa e você criava um sentimento de bairro muito grande. Nós tínhamos campo de futebol, jogos, pião, bola de gude, brincadeiras, reuniões, muita coisa.¹⁴⁰

É perceptível, quando das entrevistas com antigos militantes, que o sentimento de pertencimento a um bairro popular foi importante para o desenvolvimento das mobilizações.

Fernando Teixeira da Silva – quando discute a “Teoria das Massas Isoladas”¹⁴¹ em seu texto sobre os trabalhadores portuários – elucida que é possível perceber o construto de um comportamento cultural particularizado em determinados grupos humanos, fomentado por um isolamento geográfico e pelo senso de separação do grupo em relação ao entorno social mais amplo. Forma-se assim o que os autores chamam de:

uma subcultura, [...] uma cultura dentro de uma cultura [...] partilhando algumas das características da cultura dominante circundante, mas separada desta última por um conjunto de comportamentos, normas, lealdades e crenças, manifestado e internalizado por seus membros [...] Segundo esta concepção, a coesa interação desenvolvida em “comunidades fechadas” (o navio, o distrito mineiro, o bairro portuário) é responsável pela conformação de um grupo singular com seus próprios códigos, mitos, heróis e normas sociais”, cujas peculiaridades transcenderiam as fronteiras nacionais.¹⁴²

¹⁴⁰ **Entrevista concedida ao autor.** Recife, 04 de abril de 2013.

¹⁴¹ Elaborada nos anos 1950 por Clark Kerr e Abraham Siegel. Ver: KERR, Clark; SIEGEL, Abraham. The interindustry propensity to strike: an international comparison In KORNHAUSER, Arthur et al. **Industrial Conflict**. New York, 1954.

¹⁴² SILVA, Fernando Teixeira da. **Sociabilidade Operária e a Teoria das Massas Isoladas**. Os Portuários em Perspectiva Internacional. II Jornada Nacional de História do Trabalho / X Encontro Estadual de História, Vol. 1, Florianópolis-SC, 2004. Este artigo é uma versão modificada de parte do seu livro, escrito originalmente como tese de doutorado, *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. São Paulo-Campinas; Ed. Unicamp/FAPESP, 2003.

Os moradores dos bairros populares – uma comunidade, nessa perspectiva, de ocupação e vivência similares – teriam, portanto, uma condição de vida mais homogênea do que as encontradas em outros locais dos centros urbanos, de modo que os trabalhadores residentes nestas comunidades enfrentariam os mesmos problemas cotidianamente (más condições de vida, desemprego, ausência de bens, serviços e equipamentos sociais, como água, saneamento, moradia, transporte, hospitais e escolas). Tal processo de coesão coletiva resultaria, portanto, de um isolamento social em relação a outras partes e grupos da cidade, bem como da formação de redes de comunicação intragrupoais, que patrocinariam a formação de estreitos contatos pessoais.

Algumas pesquisas antropológicas com diálogos mais diretos com a sociologia, conforme Eunice Ribeiro Durham¹⁴³, construíam uma imagem da periferia como um processo direcionado apenas à busca de melhorias socioeconômicas para o seu cotidiano, a partir do uso de mobilizações para obtenção de bens e equipamentos de uso coletivo frente ao Estado. Entretanto, a ideia de periferia revelava-se agora não apenas como um lugar específico dentro da urbe, geograficamente caracterizado por certa distância em relação ao centro da cidade, ou socioeconomicamente marcado pela pobreza e ausência de equipamentos coletivos, “*mas também um local de prática e de formas peculiares de relações de sociabilidade, modos de consumo e lazer, bem como de representações da política*”.¹⁴⁴

Alguns autores, dentro da antropologia urbana, se debruçaram sobre estas áreas das cidades e em seus trabalhos buscaram estudar as táticas e estratégias utilizadas para a sua sobrevivência, os diversos modos de vida e formas de organização, as redes de parentesco e de vizinhança, as formas de sociabilidade e a elaboração de representações políticas, detendo-se, sobretudo, no universo das representações. Esfera esta, por vezes esquecida nas concepções macroestruturalistas.¹⁴⁵

Longe da ideia de uma “teoria da marginalidade” ou de uma ingênua projeção estereotipadas que alça a pobreza e a violência como únicas marcas imanentes a essas

¹⁴³ DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

¹⁴⁴ FRÚGOLI JR, Heitor. **O urbano em questão na antropologia**: interfaces com a sociologia. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2005, v. 48 nº 1. p. 142

¹⁴⁵ Estas são duas obras dentro do campo da Antropologia Urbana que discutem estes “*espaços populares*” e a criação de identidades locais nos bairros de periferia, com sua cultura, lazer, ideais, formas de relacionamento e de organizações políticas: MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco**. Cultura Popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense: 1984; CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

localidades¹⁴⁶, muitos destes bairros populares, mormente no final dos anos 1970 e durante a década de 1980, quando mais se discutiu a expansão da cidadania no Recife, realizaram um processo de ‘positivação da comunidade de periferia’, na busca por adotar uma nova identidade para os moradores destas localidades, afirmando-se assim, como atores sociais legítimos em suas reivindicações.

Ocorre então, a partir dessa mudança qualitativa de entendimento dos espaços periféricos urbanos, uma constituição identitária destas classes populares, ou seja, uma pluralidade de sujeitos, referenciados por diversos lugares antropológicos, mas com situações e vivências compartilhadas, desdobra-se em práticas sociais homogêneas e articuladas, tanto por elementos materiais, quanto por certa unidade de conteúdo discursivo, revelando-se sujeitos históricos centrais à cena política recifense do período, a ponto de pautarem demandas materiais (bens de uso coletivo ausentes no precário cotidiano destas populações), mas também culturais, sociopolíticas e eleitorais.

De forma que, nestes anos, os bairros pobres presenciaram tempos frutíferos, no que se refere à organização política e conquistas de suas demandas, fazendo parte delas: bibliotecas, maracatus, teatros populares, grupos musicais, botecos, clubes e torneios de futebol e outras agremiações esportivas, escolas de samba, cursos e oficinas, artes plásticas, medicina preventiva, mutirões, televisões e rádios comunitárias, clubes de mães, de jovens, além das próprias Associações de Moradores.

As múltiplas atividades existentes nos bairros são narradas por uma considerável tiragem de jornais de bairro (Ver: Anexos IV, V, VI, VII e VIII) e que retratavam, neste período, as atividades desse efervescente cotidiano, por vezes produzidos pelos próprios moradores, pelo próprio poder público ou por ONG’s que assessoraram os movimentos de bairro, como a ETAPAS e a sua “Folha dos Bairros”. As tiragens possuíam periodicidade mensal, mas por vezes irregular, provavelmente devido às dificuldades financeiras que eram enfrentadas. Outro ponto é que hoje os acervos possuem, no geral, apenas exemplares fragmentados¹⁴⁷. Os textos eram escritos tanto por integrantes da associação do bairro, quanto

¹⁴⁶ Sobre o processo de estigmatização do bairro e dos moradores do Ibura, ver: NASCIMENTO JÚNIOR. Joaquim Izidro. **Moro no Ibura**: a construção social de um estigma. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Ciências Sociais. Recife: UFPE, 2008.

¹⁴⁷ Na hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE) estão listados nos seus catálogos, por exemplo, inúmeros periódicos deste tipo: *Jornal dos Bairros*. *A voz das comunidades*; *Alternativa Comunitária*; *Habitação*; *O amigo do povo*; *Voz comunitária*; *Tribuna dos Bairros*; *O popular*; *Folhinha de Brasília Teimosa*; *A Voz de Brasília Teimosa*, dentre outros. No acervo da ETAPAS, encontra-se a *Folha dos Bairros*. E no Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro

por pessoas ligadas às entidades que realizavam a produção material. Os jornais normalmente eram distribuídos para as entidades dos bairros e estas, por sua vez, disseminavam os cadernos entre os moradores. Esporadicamente podiam ainda ser vendidos de forma avulsa, mas a preços simbólicos. É preciso questionar, ainda, como os conteúdos dessa literatura escapavam aos poderes censores de então e como se explica o seu uso e disseminação. Possivelmente, driblaram o controle mais direto do Estado e seu aparato de repressão por circularem mais abertamente já numa fase de liberalização da vida política nacional em finais dos anos 1970. Outro fator parece ser o fato da Igreja Católica estar atuando nestes anos como um importante “guarda chuva” destes movimentos de bairro, agregando e acolhendo sujeitos de variadas perspectivas ideológicas. Com os espaços políticos vigiados e cassados, vários, inclusive, eram impedidos de participar da política institucional, em partidos clandestinos ou mesmo em sindicatos.

Apesar da vigilância constante dos agentes do DOPS, como afirma o padre Reginaldo Veloso, que trabalhou com as CEB's na Macaxeira nos anos 1960 e no Conselho de Moradores do Morro da Conceição na década de 1980, os movimentos de bairro eram relativamente tolerados *“porque éramos gente de Igreja e os militares não queriam aparecer como perseguidores da Igreja”*¹⁴⁸.

De modo que tais periódicos se mostraram, durante a pesquisa, enquanto importante elemento promotor e difusor dos símbolos que seriam compartilhados pelas diversas localidades pobres da cidade, em diferentes posições geográficas (Ver: Anexo XX). Aquilo que uniria estes bairros numa identidade compartilhada seria, de certo modo, aquilo que apareceria nas publicações destes jornais, bem como a própria existência dessa imprensa enquanto resultado de uma produção coletiva e atividade normalmente comunitária. Ali estariam as críticas e as alianças políticas formadas pelas entidades, ou mesmo a situação material de diferentes bairros. Assim, tentou-se reconstruir, a partir dessas tribunas, o cotidiano das populações que viviam nestas localidades, com seus problemas, suas festas e sua organização.

(<http://www.cpvsp.org.br/>), estão disponíveis *A Voz de Brasília Teimosa, Jornal dos Bairros*, além de alguns jornais de Casa Amarela.

¹⁴⁸ Entrevista com o padre Reginaldo Veloso, realizada em 14 de maio de 2012, In CAVALCANTI. G. B. **A atuação da Igreja Progressista junto aos Conselhos de Moradores do Recife: do Regime Militar à redemocratização (1964-1985)**. Revista de História da Universidade Estadual de Goiás - Anápolis, v.2, n.2, p. 175-193, jul./dez. 2013, p. 186.

As condições deficitárias de vida e moradia eram denunciadas, por vezes, por meio de charges que tentavam construir uma imagem de moradores muitas vezes desesperados com a situação. Percebe-se isso no olhar dos três personagens aqui desenhados:



Fonte: APEJE-PE: Hemeroteca. Jornal dos Bairros, Ano I – Nº1, Recife, Maio/1978, p.8

É interessante salientar, nessa perspectiva, a coluna do Jornal dos Bairros intitulada “*Os Bairros dão notícia*”, cujo conteúdo era produzido pelos próprios moradores de diversas comunidades da RMR, e enviados para a redação que a reproduzia mensalmente. Constituindo-se dentro de um quadro de produção de informações a partir das periferias, a primeira coluna publicada pela gazeta dos bairros destacaria: as reformas em mutirão realizadas pelos moradores em **Nova Descoberta**, Casa Amarela, além da proposta do curso educativo; no **Ibura**, a existência dos organismos artístico-culturais que estariam presentes em inúmeras reportagens sobre comunidades diversas, envolvendo, como foi dito, maracatus, teatros populares e grupos musicais; os problemas enfrentados pelos moradores na **Guabiraba**, no que refere ao abastecimento precário de água no bairro, bem como a denúncia de omissão e negligência dos representantes do poder público nesse sentido; em **Paratibe**, a trajetória individual de uma antiga moradora aniversariante de 60 anos, e descreveria os problemas enfrentados por ela ao longo da vida. Interessante perceber a centralização da pequena narrativa sobre a história de Maria Argermiro da Silva na esfera da resistência, sempre presente em seus dias. A resistência biológica, quando sobreviveu às dificuldades ao nascer, e de gênero, quando se impõe enquanto ‘*gente*’, sendo mulher frente ao patriarcalismo existente. Da mesma forma vale ressaltar a ajuda que recebe dos companheiros trabalhadores

da fábrica de tecidos quando do acidente de seu esposo, além da resistência frente às tentativas do conglomerado industrial de retirá-la de suas posses; no **Cristo**, que um grupo de moradores se uniu, arrecadou verbas e resolveu construir a ponte com mão de obra da própria comunidade, cansados de esperar pela ação governamental, numa área de litígio entre as cidades de Jaboatão dos Guararapes e Recife. Vale destacar a frase “*a amizade cresceu junto com a ponte*”, presente na reportagem elaborada pelos moradores, mais uma vez enfatizando o caráter comunitário e de solidariedade grupal existente nas ações, bem como a existência de relações interpessoais eficazes no bairro popular.

Os Bairros dão notícia

Nova Descoberta

Os moradores da Nova Descoberta estão restaurando uma casa onde antes funcionava o Conselho de Moradores. Eles, inclusive, estão fazendo planos para a casa depois de pronta, como, por exemplo, dar um curso para educação integrada.

Guabiraba

Faz tempo — ninguém sabe mais bem o ano, só sabe que o governador era Nilo Coelho — a Guabiraba recebeu uma visita importante: o diretor da Compesa, que naquela época era o doutor Sebastião Barreto Campelo.

O Colégio estava cheio de gente para receber a visita. Vasco da Gama, Nova Descoberta e outros bairros da linha Norte já tinham recebido uma visita desta.

Sebastião Barreto Campelo tinha notícias boas: toda casa teria uma pena d'água. “Não este ano, mas já no começo do ano novo estará tudo instalado”, prometeu o diretor da Compesa. Não havia nenhum problema: todos os morros e córregos da Zona Norte teriam água em casa. “Dinheiro já existia, só havia um pequeno atraso porque o fornecimento de material estava atrasado. Isto estava acontecendo por causa do desenvolvimento do Brasil. As

fábricas não conseguiam satisfazer os pedidos na hora certa.”

Essas palavras saíram da boca de Sebastião Barreto Campelo, diretor da Compesa, no colégio da Guabiraba.

Os moradores saíram da reunião com uma esperança. “Que homem simples, esse homem é homem de verdade. Que bom, vamos ter água.” Hoje, eles falam assim:

“Agora, estamos no ano de 1978. E nada de água. Nem sinal. Tudo o mesmo. As crianças continuam barrigudas e os médicos dizem que é por causa da água.”

Que penal (d'água)

Cristo Redentor

Na Rua Beira Linha, ou “Sapo Nu”, no Cristo Redentor, Jaboatão, há uma pontezinha feita de tábuas que se quebra regularmente e no inverno fica totalmente coberta pelas águas, obrigando os moradores a fazerem uma volta enorme.

Nas eleições os políticos prometem resolver o assunto, mas depois de eleitos esquecem as promessas. A Prefeitura de Jaboatão diz que uma parte do rio pertence ao Recife e a Prefeitura do Recife diz que o caso deve ser resolvido em Jaboatão.

Uma turma do “Encontro de Irmãos” e mais alguns moradores

decidiram construir esta ponte, mais alta e mais larga, que permita aos carros passarem no caso de uma necessidade. O pessoal foi buscar pedras na Ponte Petra, às margens do Capibaribe, pagando somente o transporte — o dinheiro foi arrecadado junto aos moradores. As três pilstras e o serviço de madeira foram feitos por pedreiros e carpinteiros do lugar, com a ajuda de outros moradores.

Nos sábados à noite o pessoal se encontra numa casa para ver o andamento do serviço e conversar sobre outros assuntos — a amizade cresceu junto com a ponte.

Ibura

Jovens da UR-1 e UR-3 (IBura-Cohabi) organizaram o Grupo de Teatro Carlef, com o objetivo de desenvolver as atividades culturais em sua comunidade. O grupo é formado por Alcides, Rogério, Ariete, Marcos, Elizabete, Linda, Tânia, Tereza, Enilda e Silvio. O nome “Carlef” é formado pelas iniciais de algumas palavras que servem de lema para o pessoal: Compreensão, Amor, Respeito, Luta, Esforço e Força de Vontade. A peça teatral “Mateus e Matusa” está em fase de montagem, devendo ser encenada na sede da Associação dos Moradores da UR-3 a partir do começo de maio.

Paratibe

No dia 7 de maio, Maria Argemiro da Silva completa 60 anos de idade. Sessenta anos de resistência e luta — dizem todos que a conhecem.

Pois Maria Argemiro já nasceu resistindo à morte, como conta ela mesma: “Eu quase não me criava. Por problemas de saúde, minha mãe não tinha leite e não havia quem me fizesse tomar outra coisa. A salvação foi minha avó, que botava o peito seco em minha boca e deramava o leite por cima, para me dar a impressão que estava mamando”.

Já moça, Maria Argemiro lutou para se afirmar como gente, enfrentando a disposição do seu pai, que queria escolher seu futuro marido. Mais uma vez ela venceu.

Depois de casada, vê seu marido ficar inutilizado numa caldeira onde trabalhava, sem receber seus direitos, sobrevivendo durante algum tempo graças às contribuições dadas pelos companheiros de fábrica.

Casada pela segunda vez e novamente viúva, não deixa a Companhia de Tecidos Paulista invadir a pequena propriedade, chegou a fazer barreira, sozinha, a vigias da companhia, armados. Maria Argemiro participa do Movimento de Evangelização da Diocese, desde que ele existe.

Jornal dos Bairros 7

Além desta coluna, no “Jornal dos Bairros” publicou-se uma série de reportagens de histórias sobre a formação sócio-histórica dos diversos bairros pobres da cidade, como Brasília Teimosa, Jordão e Morro da Conceição, em Casa Amarela, narrando acerca dos começos da organização dos moradores, bem como de suas principais dificuldades, da carência de equipamentos de uso coletivo, da ação de grupos religiosos, das atividades

lúdicas, dos grupos, conselhos e associações.¹⁴⁹: “Em cada número de nosso jornal, vocês poderão ler uma reportagem sobre um bairro [...] contando de sua gente, suas tradições e seus problemas. [...] aos poucos, iremos aprendendo mais sobre nossa terra e nosso povo¹⁵⁰”.

Este discurso elaborado no “bairro popular”, e sobre ele, com seus símbolos impressos ou mimeografados nas gazetas, estará, portanto, construindo também a ideia do lugar antropológico, e refletindo acerca do que significa morar na periferia.



Fonte: Boletim Informativo experimental. Comissão dos Representantes de Casa Amarela. Fevereiro de 1980. Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.

Vê-se claramente na imagem a tentativa de relacionar símbolos da classe trabalhadora, como o capacete e a ferramenta, com o lugar de moradia destas classes populares. Dessa forma, podemos pensar os movimentos nos bairros como esferas de sociabilidade para além da fábrica, mas não desintegradas do mundo do trabalho: a periferia é, *par excellence*, o local de moradia de uma maioria operária, de modo que as esferas de consumo e de produção encontram-se necessariamente vinculadas. A noção clássica do sujeito histórico “único e homogêneo” é, assim, revista. Agora, seria este constituído em diversas instâncias de subordinação vividas, sejam elas econômicas, sociais, culturais, e que certamente envolvem o nível do local de residência.¹⁵¹ Como afirma Ernesto Laclau, estes movimentos não mais se

¹⁴⁹ **Brasília: a Teimosa.** Jornal dos Bairros. Ano II, nº 9. Maio/79; **Jordão.** Jornal dos Bairros. Ano I, nº 8. Abril/79; **Morro da Conceição: História de ontem e de hoje.** Jornal dos Bairros. Ano I, nº6. Janeiro/79. APEJE-PE: Hemeroteca.

¹⁵⁰ **Novidades em 79.** Jornal dos Bairros. Ano I, nº6. Janeiro/79, p 2. APEJE-PE: Hemeroteca.

¹⁵¹ SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 54.

definiriam por “*um sistema ordenado e coerente de posições de sujeito*”, mas sim por “*uma pluralidade de sujeitos passíveis de práticas hegemônicas, articuladas por certa unidade discursiva*”¹⁵²

Os “costumes em comum”, para usar o termo cunhado por Thompson¹⁵³, ou as práticas construídas pelos moradores e disseminadas nos bairros pobres nestes anos, trilhavam caminhos diferentes, mas se encontravam em certo momento numa cultura *participacionista*, que percebia a política enquanto uma atividade cotidiana e que se iniciava no local de moradia. Dessa forma, a organização interna das entidades irá, mormente, valorizar a ideia de democracia de base, a descentralização burocrática e a horizontalidade das tomadas de decisões, com a constante presença das assembleias, bem como irá estimar a autonomia partidária, o independentismo em relação ao Estado e, muitas vezes, práticas de ações diretas, como no caso das ocupações de terrenos públicos e privados.

As mobilizações em Brasília Teimosa, em Casa Amarela e no Ibura, além de inúmeros outros bairros populares nas periferias do Recife, produzem e compõem, apesar de diferenças internas percebidas, um campo de ação, não só no que se refere às federações e às atuações conjuntas, mas também a um arquétipo identitário com valores próprios, compartilhados simbolicamente pelas entidades ou mesmo por moradores da periferia não diretamente ligados às Associações de Moradores. Dessa forma, nestes anos de retomada das ações políticas dos bairros, ocorre a construção de uma identidade coletiva que uniria costumes e memórias afetivas de diversas regiões periféricas do Recife. Não havendo em muitos destes bairros uma tradição antiga de organizações populares – como é o caso do Ibura, até mesmo pela sua recente formação sócio-histórica, ocorrida ainda durante a ditadura civil-militar – essa construção de um campo ético ou identitário, nos bairros populares, a partir das constantes trocas de experiências e de situações cotidianas em comum, foi condição *sine qua non* para fazer brotar movimentos atuantes nos bairros nesse período da História do Recife. A nova identidade coletiva, vista por consciências, ideologias e objetivos compartilhados, mas construída a partir da diversidade de referências culturais e das distintas memórias coletivas dos que vieram a fincar-se nas localidades, foi fundamental no processo de surgimento das Associações de Moradores mais combativas, bem como no processo de conquista popular de outras, retirando-as das mãos das diretorias imbricadas aos governos militares pós-64.

¹⁵² LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 1, nº 12, 1986 apud DOIMO, **op. cit.** p. 45

¹⁵³ THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O senso de comunidade e pertencimento a esse campo identitário amparou-se numa rede por assaz ramificada que envolveu setores da Igreja Católica, partidos políticos, entidades de cooperação internacional, e não se afastou dos próprios moradores destes bairros. Este arquétipo do “movimento popular” desenharia a formação desse expressivo campo, a partir de uma lógica consensual e solidarista, e de outros valores e representações presentes nos movimentos estudados. Como se viu, a cultura *participacionista*, bem como ideias como ‘autonomia’, ‘independência’, ‘democracia de base’, ‘ação direta’, dariam suporte e agiriam também de modo a homogeneizar esse “suposto” sujeito teórico.

Como se pôde observar, o ‘lugar antropológico’ desempenhou papel relevante na articulação identitária do campo ‘popular’ em Recife, e esses laços de envolvimento com o ambiente social e territorial agiram no sentido de corroborar uma confluência de multiplicidades de atores sociais, de seus discursos e práticas, transfigurando-os em um ator coletivo. No Recife, a busca pelo acesso à cidadania por parte destes movimentos populares, nos meandros da desestabilização político-econômica da ditadura, vinculou-se, portanto, tanto a uma *lógica material*, pragmática – a saber, demandas por bens e equipamentos de uso coletivo, ausentes nos populosos bairros periféricos das grandes cidades – quanto a uma *lógica simbólica*, sobretudo no que se refere à construção identitária que se esboça na periferia recifense – o *pertencer* ao bairro popular – mas também a ganhos de natureza política ou eleitoral, como será possível perceber no pós-85, especialmente no que se refere à criação de esferas públicas paraestatais e de modelos de democracias que foram pensados e construídos cotidianamente e que possibilitaram janelas na participação popular, praticamente inexistentes até então.

2.4 Em busca da legitimação: a retórica *participacionista* em meio às fileiras autoritárias

A construção dessa cultura *participacionista* fez com que as classes populares concebessem sua participação nas eleições, e nos governos subsequentes a elas, enquanto um direito social legítimo. A participação direta, não só na esfera consultiva (eleições), mas na esfera deliberativa (tomada de decisões estatais) vai ser, portanto, demanda crescente nessas organizações dos bairros, bem como será realizado permanente debate acerca da reformulação do Estado autoritário e repressivo; de uma nova constitucionalização da política em nível nacional; da descentralização das instituições públicas; e da democratização das diversas instâncias da vida social como um todo.

Nestes anos finais da ditadura, de maior abertura da vida política, as Associações de Moradores retomaram as suas ações de reivindicações e mobilizações durante as prefeituras municipais de Gustavo Krause (1979-1982) e Joaquim Francisco (1983-1985), sendo ambos nomeados diretamente pelo governo estadual. O primeiro, nomeado pelo então governador da Arena Marco Maciel, também indicado ao governo pelo executivo federal, em 1979. O segundo, nomeado prefeito pelo governador Roberto Magalhães, eleito em 1982 pelo PDS.

De forma que grandes parcelas dos movimentos que eclodiam nos bairros passaram a confrontar-se diretamente com este Estado autoritário, a partir de grandes passeatas no centro da cidade, de comícios, de abaixo-assinados ou de ocupações. É importante mencionar que essas mobilizações não só envolviam questões específicas de equipamentos e bens de uso coletivo para o bairro – já que a população que habitava as periferias dos grandes centros, nesse período de crise, encontrava-se, como já se viu, numa situação de bastante vulnerabilidade em termos socioeconômicos. Todavia eram também mobilizações diretamente ligadas a grandes temas discutidos na política nacional, como a anistia, as greves do ABC, ou mesmo a campanha das diretas, e, no cenário local, não deixaram de dialogar com as greves específicas que eclodiram no período, de professores, de motoristas, de trabalhadores da zona canavieira, de metalúrgicos¹⁵⁴, além de conflituosos movimentos contra a carestia de vida e pela redução das tarifas dos ônibus da Região Metropolitana do Recife, durante o governo de Roberto Magalhães.

Foi durante a gestão municipal de Krause que ocorreu a reaproximação do Estado junto às organizações que surgiam nos bairros, além do estabelecimento de canais oficiais de negociação, como se viu quando de suas políticas municipais para os bairros, com os projetos *“Levante a Mão e Defenda seu Bairro”* e *“Um por todos”* ou com a implantação dos *barracões*. É possível ler essa reaproximação durante o mandato de Gustavo Krause através do Plano de Desenvolvimento do Recife, instituído pela Lei 14.110, de 28 de dezembro de 1979. Nele aparecem preocupações específicas em relação às áreas onde reside a população pobre da cidade, além de que é içada a questão da participação política desses setores. No inciso III, do artigo 3º, a lei que institui o plano diz:

ART 3º - A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO RECIFE
OBEDECERÁ AOS SEGUINTE CRITÉRIOS: [...] III - Tratamento

¹⁵⁴ Sobre isso, ver: de FERREIRA, Rafael Leite **O ‘Novo Sindicalismo’ urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências**. Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 2012.

especial aos aglomerados pobres, visando obter sua reabilitação progressiva, através da implementação de projetos sociais, realizados com a participação ativa das comunidades interessadas¹⁵⁵.

Com o plano para os anos de 1980 a 1983, o Estado reconhece a existência de divisões econômico-sociais que segmentam a comunidade urbana, e que a ocupação do seu espaço é realizada de forma desigual, sob condições dicotômicas. Sendo assim, não mais concebendo a cidade de forma totalizante, e afirmando em nível de discurso a existência do contraditório, o então prefeito se propõe a “*buscar a melhoria da qualidade de vida, principalmente das populações de baixa renda*”¹⁵⁶. Portanto, vê-se claramente a incorporação de símbolos e valores elaborados pelo associativismo de bairro pelo Estado, e que, numa outra perspectiva, com um sentido reconstruído, seriam utilizados politicamente.

Este projeto não deve ser compreendido como resultado, simplesmente, de valorativas tendências humanistas, isento de interesses políticos. Krause pertencia a uma rede, e como tal, com ela detinha interesses e se relacionava. Dessa forma, esses mecanismos discursivos de afirmação da participação popular são também respostas às crescentes e constantes mobilizações e pressões sociais realizadas pelos movimentos populares dos bairros da cidade.

Sendo assim, num período de desmantelamento político e de crise econômica – onde o Estado começa a perder adesão e o considerável grau de legitimidade que conseguira nos anos do milagre – fez-se necessário uma massiva política de incentivo às associações que apareciam nos bairros. Obviamente, estas seriam dirigidas por pessoas diretamente ligadas aos órgãos oficiais como a COHAB ou controladas através de forte apoio político-eleitoral de toda uma rede, a pessoas indicadas e ligadas aos interesses do Estado.

No caso do Ibura, as novas associações seriam construídas concomitantemente aos conjuntos habitacionais. Já nos bairros onde havia entidades formadas, implantavam-se os barracões. Este curioso caso, na Associação dos Moradores da UR-02 no Ibura, pode ser ilustrativo dessa política municipal:

A Associação de Moradores da UR-02 no Ibura tem o agente da SSP José Bernardo da Silva, o popular Faca Cega, como seu presidente, obtendo sua

¹⁵⁵ Prefeitura da Cidade do Recife. **Plano de Desenvolvimento**. Recife: PCR, 1980. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

¹⁵⁶ Trecho do discurso de posse Gustavo Krause In MONTENEGRO, Antônio Torres; SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Márcia Maria da Silva. **Movimentos de Bairro**. Repetição/invenção. Recife: ETAPAS, 1988, p. 17.

vitória por 365 votos contra apenas 8 da chapa 1 [...] Foi apoiado pelo prefeito Gustavo Krause, pelo ex-presidente da COHAB e candidato a deputado federal José Jorge Vasconcelos, pelo delegado e candidato a deputado estadual, Ricardo Varjal, e pelo vereador Edmar de Lira Cavalcanti.¹⁵⁷

Tal processo eleitoral demonstra como foi expressiva e, ao mesmo tempo, alicerçada numa forte rede de relações, a vitória do candidato: um agente da segurança pública, policial civil, que fazia parte do circuito de interesses hegemônicos que o envolvia e o apoiava, constituído pelo próprio prefeito, Krause, e por políticos e funcionários de importantes órgãos do Estado, constando nessa lista até mesmo um delegado.

Ademir Torres era então membro do PCdoB e presidente da Associação de Moradores da UR-10 nestes anos em que Faca Cega se elegia. Quando perguntado se a figura deste conhecido líder comunitário – um policial – se definia como anticomunista, responde sem hesitar:

Eu acho que ele não sabia nem o que era isso, sabe? Ele era um cara que trabalhava com a direita. Muitas das pessoas que trabalham em comunidade. Alguns é que são meio cabeça. Dizia assim: é comunista! É como o crente falar de gay hoje, mas num sabe nem do que tá falando. É papagaio, tá repetindo o que o pastor fala.¹⁵⁸

Portanto, mesmo que não houvesse uma densa consciência declarada de pertencimento a uma rede política específica, ligada aos interesses governistas da ditadura civil-militar ou não, os movimentos existentes nos bairros se dividiam claramente em seus objetivos e relações. Como foi dito, não representaram uma massa homogênea onde não houvesse seções políticas.

Krause, membro da Arena e depois do PDS durante os anos de sua gestão, pertencia ao quadro do PFL quando concedeu essa entrevista a Antônio Sérgio Araújo Fernandes:

¹⁵⁷ **‘Faca Cega’ eleito presidente da UR-02.** Jornal do Commercio 06 de abril de 1982. APEJE: Acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal. Prontuário Funcional: 30.360. Associação de Moradores da UR-02 no Ibura, 1982.

¹⁵⁸ **Entrevista concedida ao autor.** Recife, 29 de maio de 2013.

[...] eu não tinha legitimidade na origem, tinha que adquirir legitimidade nas ruas, então identifiquei o social como medida de todas as prioridades, e uma outra coisa foi governar, da cidade para a prefeitura, e não da prefeitura para a cidade, que foi essa coisa da participação. A questão de ser prefeito biônico me incomodava, então fomos para a rua e ao mesmo tempo em que nós estimulávamos o aparecimento das lideranças populares e dos movimentos de base, apareciam conflitos com as CEB's, as pastorais e os movimentos de esquerda, que desconfiavam de cooptação, porém o que importa é que os movimentos sociais tiveram acesso ao poder. Isso arrepiava os conservadores e intrigava os de esquerda ¹⁵⁹

Fica clara a questão da falta de legitimidade enfrentada pelos quadros governistas, particularmente durante os anos finais da ditadura, como foi dito. A democracia reivindicada pelos moradores dos bairros pobres, a partir das entidades, é incorporada pelo discurso de sua administração. Tal postura faria com que várias facetas dos movimentos, de maioria oposicionista em relação à ditadura, entrassem em conflito com as suas propostas, como se viu, por exemplo, em Casa Amarela quando da fundação da FEACA, em Brasília Teimosa quando da tentativa de coligar uma entidade paralela, a União dos Moradores, dentro da comissão para regularizar os terrenos, bem como na UR-10, quando o grupo do PCdoB ganhou as eleições em 1981, tornando-se a primeira vila de COHAB a ter uma associação de oposição aos projetos de Krause, a saber, assistenciais e com mão de obra gratuita dos moradores.

Se existiam inúmeros jornais de bairros contrários às administrações de Krause, como se pôde observar até aqui, de fato existiam igualmente aqueles que corroboravam com a sua atuação política. Em menor número, como no caso do periódico “*A voz das comunidades*”, tentavam legitimar as ações da prefeitura frente aos moradores dos bairros, como se vê nessa tira sobre o muito criticado projeto “*um por todos*”:

¹⁵⁹ Entrevista concedida em 19/06/2001 In FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **Gestão Municipal e Participação Social no Brasil**. A trajetória de Recife e Salvador (1986-2000). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004, p. 92.



Fonte: APEJE-PE. Hemeroteca. A voz das comunidades. Ano I, nº3. Junho de 1981

Como já se observou neste trabalho, este projeto consistia numa ação na qual a prefeitura bancava o material de construção e os moradores realizavam os serviços. Aqui – diferentemente daquele morador de Casa Amarela que se indignou com o fato da população pobre, cansada pelo trabalho, mal alimentada ter que realizar as obras necessárias, que deveriam ser feitas pelo Estado¹⁶⁰ – o projeto é definido como “*Um jeito unido e amigo de fazer as coisas*”. Da mesma forma a gratuidade da mão de obra e o trabalho noturno não são vistos como um problema. No último quadrinho, discretamente, o autor lança mão dos benefícios concedidos pela prefeitura que estimulariam os moradores a aderirem ao programa e não a reivindicarem as obrigações do Estado. Para isso, isentaria os que participassem do projeto de impostos, mas firma que isto não seria algo importante.

¹⁶⁰ Desabafando e vibrando de alegria. O povo e o canal da Macaxeira. Força Popular. Jornal Pró-Federação de Casa Amarela. Mario/Junho de 1980. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

Com estas ações, Krause consegue se tornar, segundo Gomes Filho, militante da Associações de Moradores da UR-03, um “político popular”. Nas suas palavras: *“Ele era popular. Não usava terno. Nem na foto dele no palácio. Ele sempre gostou de andar nas comunidades. Era o jeito dele mesmo”*.¹⁶¹

As políticas de valorização da participação popular de Krause seriam destaque em jornais da cidade.¹⁶² A legitimação social alcançada por Gustavo Krause, nestes anos, faria com que se conjecturasse uma possível candidatura sua ao palácio do governo: *“O prefeito Gustavo Krause, será lançado hoje, no largo de Casa Amarela, candidato ao governo [...] pelo PDS, por grupos comunitários que representam 60 bairros pobres da cidade”*¹⁶³. Percebe-se a força política e eleitoral que era conferida, pelas reportagens publicadas nos periódicos, aos movimentos organizados nos bairros pobres da cidade durante a sua gestão: *“à noite de ontem, quarenta mil pessoas, aproximadamente, nitidamente povão, lançaram Krause para governador [...] A grande surpresa, para alguns políticos, foi a capacidade de mobilização comunitária, que há 20 anos não se verificava”*.¹⁶⁴

Krause se afastaria da prefeitura para sair de vice na chapa encabeça por Roberto Magalhães, sendo eleito em 1982 para o executivo estadual. A administração seguinte, de Joaquim Francisco, seguirá este caminho de aproximação das comunidades que se encontravam em piores situações de vulnerabilidade social. Da mesma forma usará de instrumentos comunicativos e propagandísticos. No seu caso, entretanto, seria uma gazeta oficial: o “Jornal do Recife”. Usou-a na disseminação desta concepção de priorização política em relação às comunidades pobres, bem como no continuísmo da retórica *participacionista* e democratizante de Gustavo Krause.

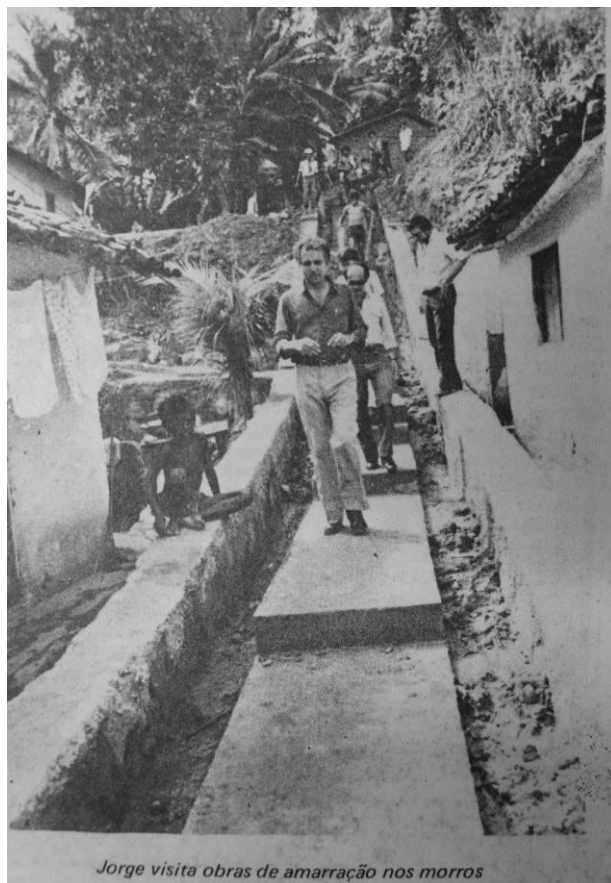
No boletim lemos manchetes como: *“Mais segurança para os morros”*; *“Barracão do Coque também dá remédios”*; *“Jorge vê construção de escola em favela”*; *“Ibura ganhará berçário”*; *“Prefeitura construirá 900 casas nos Coelhos”*; *“Um por todos pavimenta ruas”*; *“Urbanização nos morros são aceleradas”*, e observamos inúmeras fotografias do prefeito circulando nos morros e nas regiões pobres da cidade:

¹⁶¹ **Entrevista concedida ao autor.** Recife, 04 de abril de 2013.

¹⁶² **Krause estimulou conselhos. Brasília tem o mais atuante.** Diário de Pernambuco. 31 de agosto de 1982. A-10. APEJE-PE: Hemeroteca.

¹⁶³ **Krause será lançado hoje a governador.** Diário de Pernambuco. 15 de Novembro de 1981. APEJE: DOPS-PE. Recorte de Jornal. Prontuário Funcional: 30677. Gustavo Krause, 1977, 1981, 1982, 1983, 1986.

¹⁶⁴ **Povão mostra força. 40 mil lançam Krause.** Diário da Noite. 16 de Novembro de 1981. APEJE: DOPS-PE. Recorte de Jornal. Prontuário Funcional: 30677. Gustavo Krause, 1977, 1981, 1982, 1983, 1986.



Jorge visita obras de amarração nos morros

Fonte: APEJE-PE: Hemeroteca. Jornal do Recife. Ano I, nº 4. Setembro/1982

A incorporação dos elementos discursivos dos movimentos populares pode ser percebida enquanto uma busca de legitimação social, durante a crise dos anos de liberalização da ditadura, a partir de um fortalecimento eleitoral, enfatizando, para isso, a homília *participacionista* e o discurso democrático.

Os lugares de realização dos comícios das frentes partidárias, tanto nas eleições de 1978 como na de 1982, e, sobretudo, em 1985, irão corroborar com essa tese: Bomba do Hemetério, Alto José Bonifácio, Casa Amarela, Planeta dos Macacos, Vila da COHAB, Ibura de Baixo, Três Carneiros, Jordão, Alto Santa Isabel, Água Fria... A periferia demonstra claramente ter ganhado em importância eleitoral neste período, e os candidatos irão constantemente considerar esta força política construída pelas classes populares, conforme, inclusive, continua a acontecer hodiernamente.

São abraçadas, portanto, as demandas construídas por diversos setores sociais, sem os quais não seria mais possível governar. Sem a participação destas organizações não haveria a estabilidade almejada. Definitivamente, deste modo, os movimentos organizados por

moradores dos bairros populares entraram na cena política local e se tornaram sujeitos centrais para as ações governamentais e eleitorais. Nesse momento autoritário, durante as gestões de Krause e Joaquim Francisco, porém, observam-se críticas ao atrelamento das entidades a partidos e projetos governistas, além das exigências ao Estado serem pensadas em nível de autonomia institucional. Todavia, este quadro, em certa medida, mudará.

PARTE II: ENFRENTANDO OS URUBUS

*“Num dia de sol, Recife acordou com a
mesma fedentina do dia anterior”.*

CHICO SCIENCE

CAPÍTULO 3. A REDEMOCRATIZAÇÃO DO ESPETÁCULO

“Democracia é a forma de governo em que o povo imagina estar no poder”

Carlos Drummond de Andrade

A noção de um país organizado e construído a partir de relações sociais e políticas democráticas aparece de modo central, definitivamente, no seio dos movimentos sociais e dos debates públicos em geral, nestes anos finais da ditadura no Brasil. A participação política de amplas parcelas da sociedade civil passa a ser concebida como um relevante valor em tais tempos, disseminando-se em vários discursos e práticas sociais após quase 20 anos de arbitrariedades, repressão e autoritarismo do regime ditatorial.

Nesta segunda parte do trabalho, buscar-se-á refletir acerca de como ocorreram as relações de forças entre os movimentos organizados pelos moradores nos bairros pobres da cidade, e a Prefeitura do Recife, nos primeiros anos dessa transição democrática, sobretudo no que se refere ao período posterior às eleições municipais de 1985. Almeja-se, com isso, discutir de que forma sucederam as mudanças de comportamento político – sem negligenciar, todavia, as necessárias continuidades históricas nesses embates – tanto por parte dos movimentos sociais organizados nestes bairros pobres, quanto por parte do Estado, este representado, em questão, na esfera municipal pela gestão de Jarbas Vasconcelos (1986-1988).

Apoiado por diversas alas dos movimentos de bairro, Jarbas, em sua campanha quando candidato pela Frente Popular em 1985, alça definitivamente ao centro do debate público a retórica *participacionista*, com o intuito de oficializar, tornando programa de governo (Programa Prefeitura nos Bairros), essa (re)aproximação do poder público municipal junto às organizações de poder local nas comunidades pobres, que vinha sendo elaborada nos finais da década de 1970.

Apropriando-se dos símbolos e valores elaborados pelas organizações dos moradores ao longo dos processos das lutas sociais, a campanha/gestão de Jarbas se inicia pela construção de uma imagem negativa de ambas as prefeituras biônicas anteriores, acusadas de estarem ligadas umbilicalmente à memória política dos anos ditatoriais, e, dessa forma, apresenta-se como o candidato das ‘forças populares’, legítimo representante de um projeto violentamente interrompido em 1964 pelas forças militares e conservadoras. De forma que a

valorização do discurso de participação popular produzido nos bairros – uma estratégia que, como se pode observar anteriormente, vinha sendo progressivamente bem utilizada estrategicamente por sujeitos e quadros políticos ligados à ditadura, como Gustavo Krause – torna-se seu maior trunfo ao longo deste processo de sua autorrepresentação como o verdadeiro candidato do povo, bem como no processo de construção e diferenciação dos demais concorrentes, que seriam ligados à herança autoritária e antidemocrática de um regime que se corroía e se esgotava.

3.1 A abertura e a as múltiplas vozes contra um antes autoritário

Eric Hobsbawm nomeia a terceira parte de seu clássico trabalho sobre o século XX de ‘O desmoronamento’, e assim afirma sobre este drástico final da chamada ‘Era de ouro’ anterior: “*A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise*”¹⁶⁵. E quando o historiador britânico refere-se especificamente às áreas do Terceiro Mundo, à África, Ásia Ocidental e América Latina, assim escreve: “*Ninguém duvidou seriamente de que, para estas partes do mundo, a década de 1980 foi de severa depressão*”¹⁶⁶. Conforme já foi exposto, no Brasil, com os primeiros sinais de esgotamento do milagre econômico, sobretudo no pós-crise do petróleo em 1973, a ditadura entrou numa fase de perda de legitimidade, diante de setores que a aceitaram, o que a forçou a procurar outras nuances que não somente a repressão ou o apelo ao consumo. Tempos difíceis, como os de crises econômicas, inflação e desemprego, apontam para trocas de governo. Relata-nos Alain Rouquié:

Onde os militares assumiram o poder prometendo melhorar os índices de desenvolvimento mediante uma reorganização e uma modernização [...] da ordem socioeconômica, a crise teve efeitos deslegitimadores especialmente fortes. A erosão do apoio refletiu-se [...] num aumento da “reivindicação democrática”¹⁶⁷

¹⁶⁵ HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo Companhia das letras: 1995, p. 393.

¹⁶⁶ Idibem, p.395.

¹⁶⁷ ROUQUIÉ, Alain. Os militares na política latino-americana após 1930 In BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. A América Latina após 1930: Estado e política. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 246.

Somadas a essa situação surgem as denúncias em níveis nacional e internacional dos casos de torturas, mortes, perseguições e desaparecimentos de presos políticos e de demais atos criminosos praticados pelo Estado brasileiro, além da mudança de postura dos Estados Unidos para com as ditaduras latino-americanas por eles apoiadas durante anos. Começou a não fazer muito sentido o seu programa internacional em nome da expansão da democracia e da liberdade e contra o totalitarismo, na medida em que cada vez mais se denunciava publicamente que estavam diretamente relacionados aos golpes de Estado e apoiavam as ditaduras cada vez mais impopulares na América Latina, mesmo com estas cercando-se ao menos de uma aparente legalidade jurídica, como foi o caso da ditadura no Brasil e sua constante produção discursiva em nome da democracia. Como nos diz Francisco Carlos Teixeira: “*a denúncia das violações dos direitos humanos, da liberdade de expressão e organização na União Soviética deveria ser acompanhada de uma crítica similar dos antigos aliados latino-americanos*”¹⁶⁸. De forma que durante as presidências do democrata Jimmy Carter (1977-1981) e do republicano Ronald Reagan (1981-1989), ocorre uma mudança na estratégia dos EUA no que se refere a sua recuperação do prestígio mundial, bem como em seus enfrentamentos pela hegemonia global frente à União Soviética, adotando-se políticas que envolviam, ainda que timidamente, as questões dos direitos humanos e da desmilitarização. De fato, como diz Rouquié, de 1976 a meados de 1990, nenhuma democracia no continente sucumbiu a um golpe militar, e nove de onze países latino-americanos voltaram ao controle civil nesse período, além de que, por exemplo, a tão esperada reação militar norte-americana contra os sandinistas não ocorreu na Nicarágua em 1979, como acontecera de forma alastrada durante a década de 1960 em outras partes do continente, fosse de forma direta ou indireta.

Não obstante estas questões e análises de cunho mais genérico – que envolvem a crise e a recessão econômica mundial no pós-73 bem como a mudança de postura política dos Estados Unidos para com seus aliados – serem percebidas enquanto possíveis condicionantes externos, os diversos países latino-americanos caminharam em suas próprias vias, vivenciando cada um a sua maneira seus processos de liberalização da vida política, com situações históricas bastante particulares, como foi o caso do Brasil.

¹⁶⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985 In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 251.

3.1.1 As fissuras

No início dos anos 1980, um grupo de futebolistas de um grande clube de São Paulo, antenados com as questões debatidas em nível de política nacional, organizaram-se e fundaram um movimento dentro da agremiação esportiva a qual pertenciam. Sócrates, Wladimir, Zenon, Casagrande e outros tentaram e conseguiram implantar durante os anos de 1982 e 1984, uma espécie de autogestão no clube que ficou conhecida como “*Democracia Corinthiana*”, na qual não era apenas o presidente ou a alta cúpula que deliberavam sobre a organização ou sobre as ações que seriam tomadas pelo clube. O slogan era “*ganhar ou perder, mas sempre com democracia*”. As regras internas, as contratações, os contratos de patrocínios e outras questões passaram a ser decididas por meio de votos da comunidade; não impostas verticalmente. Durante estes anos, sabemos igualmente que alguns destes jogadores também estiveram presentes em amplas mobilizações sociais e campanhas publicitárias pelo retorno das eleições diretas para presidente da república.

A liberalização da vida política nacional já era debatida abertamente.

Alguns personagens integrantes do regime militar, como os generais Geisel e Golbery ou o ministro Antonio Delfim Netto, defenderam, entretanto, o argumento segundo o qual as lutas e mobilizações das esquerdas mais atrapalharam do que ajudaram durante o processo de abertura. Na realidade, segundo eles, os atos políticos pelo fim da ditadura faziam com que a repressão agisse com mais rigor para conter as rupturas indesejadas, ao invés de afrouxar as amarras.

[A oposição] nem ajudou nem atrapalhou [a abertura]. A abertura foi uma decisão interna [dos militares]. É irrelevante [a oposição]. Quando ouço o nosso Franco Montoro dizer: “Nós conquistamos a democracia”, eu morro de dar risadas. Porque não conquistaram coisa nenhuma.¹⁶⁹

Tal tese enxerga a abertura como um projeto produzido e executado com exclusividade pela esfera governamental, sem nuances ou mudanças em seu trajeto proposto

¹⁶⁹ Entrevista de Antonio Delfim Netto In COSTA COUTO, Ronaldo. **Memória viva do regime militar 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999 *apud* SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985 In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 256.

inicialmente. Como salienta Francisco Carlos Teixeira da Silva, a posição defendida por Delfim Netto e seus pares é claramente uma visão conservadora que negligencia propositalmente a participação da população, pensa-se capaz de controlar toda a vida e ativismo político, bem como se recusa a pensar a cidadania e o envolvimento dos demais atores políticos nesse cenário de abertura, como, por exemplo, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o próprio Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e seus líderes políticos de oposição, além dos inúmeros movimentos de bairro, das CEB's e pastorais, dos protestos sociais e das greves disseminadas em grande parte do território nacional nestes anos finais da década de setenta. E de outro lado, é preciso ter em mente que diversas organizações da esquerda revolucionária (como a APML – Ação Popular Marxista Leninista e o MR-8), após serem derrotadas e vivenciarem um processo de autocritica, adensam as frentes da “luta democrática”, articulando-se taticamente com o PCB e o PCdoB, adotando uma nova linha de atuação política que buscava criar “*melhores condições políticas para a revolução socialista – o que só seria alcançado com a derrubada da ditadura militar.*”¹⁷⁰

É fato que o projeto Geisel-Golbery de abertura *lenta, gradual e segura* – com o intuito de evitar rupturas e mudanças drásticas na base da organização social a política do Brasil de então, além de impedir o retorno de líderes, partidos ou das forças políticas do pré-64, leia-se “*comunistas*” – foi a marca dos anos da liberalização política iniciada por Geisel, ainda na primeira metade da década de 70, e continuada por Figueiredo até 1985. Entretanto, não podemos caracterizá-la como uma engenharia política tão perfeita a ponto de ser totalmente controlada pelas forças governamentais, isenta das pressões de amplos setores da sociedade civil.

Outro ponto que merece atenção é que esse caráter gradualista da abertura brasileira fez com que fosse mais complexa a definição precisa de um marco definitivo para o fim do regime político imposto em 1964. O ano de 1985 com a eleição de Tancredo via colégio eleitoral, e com a posterior posse de José Sarney devido a sua morte, é tido como esse marco por representar o momento em que o primeiro governante não militar assume a Presidência da República, após os cinco generais que se alternaram neste posto. Entretanto, a promulgação

¹⁷⁰ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970 In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar**. 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004, p.166.

da constituição que revogou (em partes¹⁷¹) a institucionalidade da ditadura só viria em outubro de 1988, e as eleições diretas para a escolha do presidente do executivo nacional só foram realizadas em 1989. Ainda assim, alguns historiadores perseveraram em construir uma perspectiva teórica hoje, como já foi dito anteriormente, que retrocede este marco e apresenta o ano de 1979 como sendo um ponto final dessa ditadura. Uma posição historiográfica sobre a qual discorri de forma contrária ainda na primeira parte deste trabalho. O fim do AI-5 não se traduziu de modo algum na eliminação da ilegalidade daquele regime e de seus instrumentos jurídico-políticos coercitivos e autoritários, bem como não interrompeu sinistras práticas como os atentados e as torturas em interrogatórios por parte das forças policiais.

Penso que se realmente for importante a construção de um marco dessa ruptura institucional, o impacto que representou a festa eclodida nas ruas após a vitória de Tancredo, exposta em quaisquer jornais de grande circulação, demonstra que se vivenciou algo novo institucionalmente a partir daquele momento.

Entretanto, o projeto de uma abertura lenta, gradual e segura lentamente ia removendo o que se acostumou chamar de entulho autoritário. Esse processo envolveu inúmeras variáveis e situações, e, dentre elas, não podemos esquecer as estratégias criadas pelo regime para dificultar as ações da oposição que visavam acelerá-lo.

A reforma partidária levada a cabo em 1979, por exemplo, poderia ser usada politicamente, como uma atitude democratizante, na medida em pluralizava as possibilidades de organismos representativos de variadas matizes e estratégias políticas. Mas não em tempos de sucessivas derrotas dos quadros da ARENA e de crescentes vitórias de candidatos do MDB, como em 1974, 1976 e 1978. De forma que com a adoção do pluripartidarismo, e a existência de seis novos partidos a partir de 1980¹⁷², ocorrem como corolário: a) o aparecimento de uma nova roupagem para o partido da situação (PDS) e sua já maculada imagem (ARENA); b) a fragmentação da oposição então fortemente concentrada no interior do MDB, que cada vez mais superava o descrédito de partido de oposição oficial que lhe era conferido, já que como nos diz Gorender, “*nas eleições para a Câmara de Deputados, a 15 de*

¹⁷¹ Ver: ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da constituição de 1988 In SAFATLE, Vlamidir; TELLES, Edson (Orgs) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo: 2010.

¹⁷² PDS (herdeiro político da ARENA), PMDB (antigo MDB), PP, PDT, PTB e PT. Sobre os partidos políticos, bem como suas linhas de atuação no processo de liberalização e de constitucionalização da vida política nacional ver: SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG: 1999.

novembro de 1970, apuraram-se 30% de votos nulos ou em branco, total superior aos 21% de votos atribuídos ao partido oposicionista MDB”¹⁷³. Este passava a ser lido gradativamente como uma oposição “autêntica”, com um projeto pacífico, parlamentar e democrático em busca do (re)estabelecimento da democracia depreciada pelos militares:

No campo da oposição, o MDB, acabou por ser empurrado em direção a uma atuação mais firme diante do regime militar por uma sociedade civil extremamente organizada, como os sindicatos, a igreja, a imprensa, os artistas e a universidade desempenhando um ativo papel de crítica ao regime e, mesmo, ao seu projeto de abertura política¹⁷⁴.

Ações institucionais, como o Pacote de Abril e a Lei Falcão¹⁷⁵, que buscavam conter a crescente força eleitoral da oposição, não perderam a companhia, entretanto, de atitudes criminosas como os sucessivos atentados à bomba praticados por opositores radicais da abertura, ou ainda de mortes que causaram amplo impacto social, como a do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, em 1975 e 1976 respectivamente, nas instalações do DOI-CODI de São Paulo. De forma que o processo de distensão política não significou a supressão do uso da ilegalidade, da vigilância, da repressão e da tortura por parte das forças policiais.

Apesar destas tentativas de conter a onda oposicionista que se formava nas ruas e nas urnas, antes de ser apenas um projeto de poder de um grupo específico do governo, a abertura foi também conquistada por amplos setores sociais. Maria Helena Moreira Alves destaca o importante papel dos que chama de setores de elite de oposição. A importância da CNBB, da

¹⁷³ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, p.194.

¹⁷⁴ SILVA, **op. cit.** p. 255.

¹⁷⁵ O Decreto-Lei 6.639 (que levou o nome do então Ministro da Justiça Antonio Falcão), em linhas gerais, fez com que os partidos se limitassem a apresentar durante as campanhas eleitorais para as eleições municipais de 1976, no rádio e na TV, o nome, o número, o currículo e a fotografia do candidato. Dessa forma, impedia que as críticas produzidas pela oposição ao regime influenciassem o eleitorado. Ainda preocupado com uma possível ruptura no seu plano de distensão controlada, o regime aprovou o Pacote de Abril em 1977, após pela 3ª vez fechar as portas do congresso. Com ele, dentre outras coisas: mantiveram-se as eleições indiretas para governadores; um, dos três senadores dos Estados, passou a ser eleito indiretamente; o mandato da presidência da República foi aumentado para seis anos; a Lei Falcão foi estendida às eleições estaduais e federais. Sobre tais reformas eleitorais, dados e resultados das eleições do período ver: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. 1964-1984. São Paulo: Edusc, 2005, p. 225-241.

OAB e da ABI, bem com do próprio MDB, deu-se sobretudo, segundo a autora, quando estes conseguiam lentamente romper o ciclo da cultura do medo que fora construída nos anos mais de repressão mais acentuada. Com os meios que lhes estavam disponíveis, tais coletividades pressionaram o regime por direitos humanos, pela liberdade de expressão, e ainda defendendo perseguidos, torturados ou mesmo aqueles privados de seus direitos. Paralelamente ao reaparecimento crescente destes diversos movimentos sociais – ABI, OAB, CNBB – reaparece no cenário político nacional o movimento sindical, os movimentos contra a carestia de vida, os movimentos de mulheres e os movimentos de moradores dos bairros pobres, como nos diz a autora:

Com o tempo, a própria esperança possibilitou a organização de iniciativas mais eficazes, sentindo-se outros setores – especialmente entre a população trabalhadora – encorajados a unir-se ao grande movimento oposicionista para reforçá-lo¹⁷⁶.

As campanhas pelas eleições diretas para presidente, a eleição de Tancredo Neves pelo PMDB via colégio eleitoral, derrotando Paulo Maluf do PDS, além das eleições municipais em 1985 – como se perceberá adiante especificamente no caso da cidade do Recife – iriam mostrar que o país continuava a constituir-se a partir de concepções democratizantes e a consolidar essa nova cultura política *participacionista* que vinha sendo debatida amplamente por setores da sociedade civil até então, mas que agora se alçava definitivamente à centralidade do debate público.

3.1.2 Entre memórias, entre embates

Quando escrevo estas linhas, a historiografia brasileira dissemina o uso do termo *ditadura/regime civil-militar* para caracterizar os anos vividos pela sociedade brasileira entre 1964 e 1985, conforme foi visto na primeira parte deste trabalho. Tal concepção parte das sabidas cumplicidades de setores específicos da sociedade civil, sobretudo empresariais, tanto para a elaboração e concretização do golpe de 1964, como ao longo de boa parte da ditadura. Esta, portanto, não seria apenas verticalmente impelida por uma cúpula estritamente militar a toda uma população civil. Hoje a percebemos como uma construção histórica que deve ter

¹⁷⁶ ALVES, **op. cit.** p. 271

complexificadas as suas redes de poder, suas relações políticas e socioeconômicas, a fim de entender a própria tradição autoritária de amplas parcelas da sociedade brasileira.

Sabemos que o golpe não iniciou uma ditadura de militares sanguinários, com a sociedade sendo vítima passiva assistindo os episódios que se sucediam nas ruas ou nos seus porões. Esta leitura que vitimiza a totalidade da sociedade civil e culpabiliza os militares, entretanto, foi a mais disseminada durante a abertura dos anos 80, justificadamente. Afinal, ocorreu durante um processo histórico, onde variadas forças buscavam costurar certo distanciamento em relação a este passado político militarizado, num momento de redemocratização e de construção memorialística acerca da ditadura.

Alguns grupos e sujeitos mais conservadores procuraram distanciar-se do seu passado autoritário, que constantemente batia em sua porta, transfigurando-se em árdios defensores da democracia e da participação popular. Também os grupos da esquerda armada ou mesmo os mais radicais buscaram afastar-se de suas memórias revolucionárias, suas lutas pela implantação do socialismo (neste momento, sinônimo de autoritarismo e não da democracia almejada). Apresentaram e construíram as memórias de sua luta política de anos anteriores como sendo *contra* o regime militar, *contra* a ditadura e pela *retomada* das liberdades civis e do regime democrático interrompido violentamente em 64.

Sabemos que a memória não é um registro positivo, mas, antes de tudo, uma elaboração. Uma elaboração de reminiscências pessoais, mas coletivas, vivenciadas por uma rede de relações humanas na qual o sujeito se insere, se molda. Uma elaboração feita em cima de lembranças e esquecimentos e sob uma constante tensão entre o passado dos acontecimentos e o presente narrativo.

Compreensivelmente, portanto, a reconstrução deste passado a partir de uma memória do regime ditatorial que o caracterizou como estritamente militar foi levada a cabo nesses idos finais da ditadura por alguns setores da sociedade civil. Foi elaborada, sobretudo, – não sem disputas e tensões que afloravam do passado ainda vivas nestes anos – pelas esquerdas então derrotadas no campo político, buscando não admitir as colaborações de parcelas da sociedade para com os governos militares. De modo que as esquerdas procuraram não reconhecer a existência de identidade de alguns setores civis com o projeto político que saíra vitorioso em 1964. Afirmo Lucilia de Almeida Neves Delgado:

[...] as esquerdas têm recuperado este passado – ou construído sua memória – a partir do princípio de que a sociedade foi submetida, no momento do golpe e ao longo da ditadura, à força da repressão [...] Diante da arbitrariedade, a sociedade resistiu. O fim do regime fora resultado da luta dos movimentos sociais, desejosos de restaurar a democracia. A sociedade repudiava, enfim, os valores autoritários dos militares.¹⁷⁷

Sabe-se que em seus estudos sobre a Sociedade Civil, Gramsci explicita as necessárias articulações existentes entre esta e o Estado, a Sociedade Política¹⁷⁸. Entretanto, podemos realizar uma leitura histórica de segmentação destas duas esferas durante a “luta democrática contra a ditadura”, ou seja, um processo de oposição entre o Estado (militar) e a sociedade civil (única esfera possível do *fazer-se* político de então). De forma que, empiricamente, no interior das realidades vivenciadas pelos países latino-americanos durante as ditaduras das décadas de 60 e 70, Estado parece opor-se à Sociedade Civil. Conforme nos elucida de maneira muito clara Carlos Nelson Coutinho:

[...] o uso do conceito de “Sociedade Civil” no Brasil da segunda metade dos anos 70, quando “novos movimentos sociais” (“típicos de uma sociedade civil moderna”) compunham uma forte frente de oposição à ditadura (que controlava plenamente o poder do Estado), tinha características diferentes do uso que hoje se dá ao mesmo conceito. Naquele contexto “da luta contra à ditadura, a ‘sociedade civil’ tornou-se sinônimo de tudo o que se contrapunha ao Estado ditatorial” [...] – onde “civil” significava contrário de “militar”, e portanto, onde o Estado (militarizado) era contraposto à sociedade civil (espaço dos movimentos populares e da luta antiditatorial)¹⁷⁹

Carlos Montañó trata da problemática que envolve hoje o uso da categoria de “Terceiro Setor”, bem como a de sua funcionalidade à ideologia neoliberal e anti-estatal. O

¹⁷⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Esquerdas revolucionárias e luta armada In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 47.

¹⁷⁸ BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra: 1999.

¹⁷⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. El concepto de sociedade civil em Gramsci y la lucha ideológica em el Brasil de hoy. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, In MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010, p. 131.

uso de tal conceito, no Brasil de hoje, revela-se uma perspectiva sociológica que apresenta a sociedade civil de forma homogênea e sem contradições de classes, enquanto única esfera/via de possibilidade de respostas à “questão social” e de ação política legítima na busca do “bem comum”, a partir da ação de organizações não-governamentais ou instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos. Esta setorialização representa ainda a sociedade civil de forma “automizada” em relação ao Estado (mesmo o de direito) “demonizado”, já que este se revelaria ineficiente e burocrático. Entretanto, como reflete Montaña:

O problema dos autores do “terceiro setor” está em *transportar temporalmente, descontextualizando*, a oposição (empiricamente constatável naquele contexto) entre Estado e sociedade civil – ignorando, assim, as diferenças entre “*aquela*” Estado (militarizado) e “*este*” Estado (democrático e de direito), “*aquela*” sociedade civil (reunida e mobilizada contra um inimigo, o Estado ditatorial) e “*esta*” sociedade civil (onde as contradições de classe voltaram ao centro de sua lógica [...]) Tal deslocamento temporal, acrítico, [...] é claramente funcional ao projeto e à ideologia neoliberais.¹⁸⁰

Todavia, como foi dito, em finais dos anos 70 e início dos anos 80, tal segmentação foi “materialmente visível” na vivência política da sociedade brasileira, com ambas as esferas (sociedade civil/Estado) assumindo traços de uma dicotomia radical. De forma que, nestes anos, a oposição *civil versus militar*, ou *movimento popular versus governo* foi o discurso político adotado por inúmeros sujeitos, coletivos e individuais, inclusive por aqueles ligados à ditadura. Na abertura, *dizer-se* democrata é condição *sine qua non*. Assim, sujeitos das mais variadas perspectivas ideológicas, procuraram construir essa nova memória, distanciando-se da carga política negativa que um passado recente – onde prevaleceram arbítrio e autoritarismo – representava nestes anos.

Para pensarmos acerca dessa disseminação do discurso democrático, destaco uma longa entrevista concedida por Gustavo Krause ao Diário de Pernambuco em 1981, na qual o então prefeito do Recife pelo PDS e possível candidato ao governo de Pernambuco em 1982 se apresenta como um homem liberal e democrático, além de se posicionar favoravelmente à legalização do Partido Comunista, então na clandestinidade desde 1946. Dentre as muitas indagações proferidas, em uma específica Krause assim responde:

¹⁸⁰ MONTAÑO. Carlos. **Terceiro setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010, p. 133.

Diário de Pernambuco - Para se atingir a plenitude democrática, o senhor acha necessária a legalização do PC?

Gustavo Krause - Tenho uma formação liberal do ponto de vista pessoal e do ponto de vista político. Sou daqueles que defendem a liberdade até dos que lutam pelo totalitarismo. Uma vez legalizados, serão cassados pela vontade popular. Este é um país que não se ajusta a totalitarismo de espécie alguma. Sou favorável à legalização do PC para enfraquecê-lo. Eu quero ver seus militantes em praça pública defendendo o monopólio da opinião, a invasão da Tchecoslováquia, do Paquistão, a tortura da Sibéria, aplaudindo teleguiados gerontocracia totalitarista da URSS. Ideias se combatem com ideias.¹⁸¹

O discurso do então prefeito, obviamente, corrobora com a visão negativista acerca dos comunistas, elaborada ao longo de toda a primeira metade do século XX e que continuaria perpassando boa parte da sociedade brasileira nos anos finais da ditadura. Entretanto, o chefe do executivo municipal adota um discurso que coloca a liberdade como condição fundamental para a democracia, enquanto o comunismo é apresentado como sinonímia de um sistema político totalitário, com a existência de práticas como a censura e a tortura. Todavia, isenta de tais práticas criminosas, durante sua resposta, o próprio regime ditatorial ao qual estava imbricado, política e ideologicamente.

Portanto, vale destacar a sua valorização desta noção de democracia, durante esse período de abertura, até mesmo a ponto de defender a legalização dos históricos inimigos comunistas, perseguidos politicamente durante anos. A “vontade popular” seria a responsável por combater estas “ideias perniciosas”, não mais o regime autoritário que o prefeito representava. Tais afirmações poderiam soar facilmente aos nossos ouvidos como contradições ou incoerências históricas: um prefeito biônico, representando a rede de interesses políticos e ideológicos de uma ditadura, mas defendendo as comoventes ideias de uma democracia redentora, da sagrada liberdade, além da participação popular. Entretanto, como se observou no capítulo anterior, os anos da administração de Krause no Recife com seus programas de (re)aproximação dos movimentos que se faziam nos bairros pobres, representaram justamente essa guinada que ocorreu no trajeto da estratégia político-eleitoral

¹⁸¹ **Krause: provei da política e gostei.** Diário de Pernambuco, 12 de abril de 1981. APEJE-PE: acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal. Prontuário Funcional: 30677. Gustavo Krause, 1977, 1981, 1982, 1983, 1986.

da ditadura, quando em busca de legitimidade e respaldo social, sobretudo, após os primeiros anos de crise econômica vivida por esse regime.

O progressivo final da bipolaridade global entre capitalismo e comunismo, representaria ao mesmo tempo a consolidação de uma nova ambivalência discursiva nas relações políticas, a saber, entre as ideias de democracia e ditadura. Na medida em que cada vez menos grupos defendiam – ou tinham legitimidade para isso – os regimes autoritários nos idos finais do século XX, criou-se, como é possível perceber, uma espécie de homogeneização dos lugares de falas, com a exaltação disseminada daquele discurso que é defensor dos valores de democracia e participação. No nível discursivo, ambos os valores eram quase que unanimemente defendidos, no nível da práxis social, entretanto, iriam encontrar inúmeros conflitos e interesses divergentes.

Ainda tendo em mente a exaltação da democracia e da participação nestes tempos, atentemos para o gráfico a seguir:

Tema: Participação eleitoral e política

Subtema: Eleitorado brasileiro

Periodicidade: Anual

Período: 1910-1986



Período	Eleitorado brasileiro 1910/nov até 1986/Nov
1910	1.155.146
1911	1.206.525
1933	2.659.171
1934	7.459.849
1945	1.466.700
1947	7.120.532
1950	11.455.149
1954	15.104.604
1958	13.780.244
1960	15.543.332
1962	18.562.857
1966	22.387.251
1970	28.966.114
1972	32.873.297
1974	35.810.715
1976	42.218.102
1978	46.030.464
1980	58.616.588
1986	69.166.810

Fonte: Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927 e: Secretaria do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral; Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral. Dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Diversas tabelas. Acessado em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CEPEL0&t=eleitorado-brasileiro-dados-historicos>

É possível visualizar, a partir da leitura dos dados apresentados pela pesquisa do IBGE, o crescimento do eleitorado brasileiro nos idos finais do regime golpista. Vale destacar

o crescimento vertiginoso entre os anos de 1978 e 1986, quando aproximadamente 23 milhões de pessoas passam a adensar os pleitos eleitorais que ocorreriam no país a partir de então. Duas inovações após a carta de 1988 aumentariam ainda mais estes números, já que foi decidido pelo voto facultativo para analfabetos e jovens entre 16 e 18 anos. Como diz Rodrigo Patto Sá Motta: “*A inclusão dos analfabetos veio atender uma reivindicação muito antiga, quase tão antiga quanto a lei de 1881 que proibiu o alistamento eleitoral dos iletrados*”¹⁸².

Para além do crescimento da própria população do país, do intenso processo de urbanização que desponta nos anos 70, da intensa migração no sentido campo-cidade, e do consequente fomento ao acesso às instituições públicas do país, é notável, e por assaz presente nestes anos, a apropriação e a disseminação de valores como “democracia e participação”, por parte do Estado e de suas várias esferas governamentais. É possível ler tais questões, sobretudo, a partir da universalização do sufrágio e da institucionalização da ideia de cidadania política *participacionista*, adotada junto às camadas pobres da sociedade. Cidadania esta entendida – fosse pelo Estado ou fosse por parte considerável dos movimentos sociais – enquanto resultado de atendimento às demandas materiais por bens e equipamentos de uso coletivo, mas também enquanto participação nas eleições e nas subsequentes administrações da coisa pública.

A abertura da vida política nacional era aos poucos (re)conquistada, negociada embate a embate. As ações reivindicativas de democracia e participação política que vinham sendo construídas discursivamente pelos movimentos sociais, nos anos finais da década 1970, mostraram-se centrais nesse processo de alargamento e reapropriação dos canais oficiais de atividade política.

3.2 Subindo o morro sem gravata: estratégias políticas na construção do “governante popular”

Temas como cidadania ou democracia dificilmente podem ser concebidos a partir de perspectivas isoladas ou desconectadas da realidade social na qual se inserem. Apresentam-se por demais heterogêneas e múltiplas as visões e paradigmas acerca destas noções conceituais dentro das ciências humanas de um modo geral, além de serem muitas as problemáticas que envolvem o conceito de cidadania: direitos sociais, direitos civis ou direitos políticos. Da mesma forma, são inúmeras as caracterizações históricas que pode assumir o termo

¹⁸² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG: 1999, p. 111.

“democracia”, desde a antiguidade até os dias de hoje, com cada vez menos conexão entre *a palavra e a coisa*.

Nestes anos finais da ditadura, o discurso estatal projetou sistematicamente a ideia de cidadania enquanto atendimento a demandas materiais (sobretudo no que se refere ao diálogo com os movimentos organizados pelos moradores dos bairros pobres da cidade, que enfrentavam, conforme foi apresentado, inúmeras dificuldades cotidianas em relação à ausência de bens e equipamento sociais fundamentais). É preciso ter em mente que o poder público se apropria de um conceito particularizado de cidadania. Esta, na perspectiva do Estado, seria conquistada no momento em que atende a uma reivindicação levantada pela coletividade, como construção de casas populares; mais linhas de ônibus para determinado bairro; novos postos de saúde; implantação de rede de saneamento básico; ou calçamentos de ruas e construção de escadarias nos morros. Neste instante, portanto, ele transformaria as pessoas bonificadas em cidadãs.

Foi este também o discurso embrionário e aglutinador de sujeitos individuais e coletivos nos bairros pobres, e proferido pelas suas posteriores organizações de moradores, com enfoques diversos, mas que, de fundo, igualmente dialogavam com esta concepção estatal da cidadania.

Mas como pensar a cidadania? Aqui, entendo-a como um conjunto de relações sociais que se estabelece constantemente, que são formadoras e estruturalizantes de determinado sujeito. A cidadania existe quando este sujeito a conquista, quando se apropria dos canais políticos (sabe-se, fechados para a maioria), na medida em que ocorre um processo educativo, com a interiorização de valores e direitos que lhe cabem e que lhe fazem se apresentar como um cidadão. É também uma luta pela cidadania a que realizou, nestes anos finais da ditadura, as diversas Associações de Moradores nas grandes cidades brasileiras, na medida em que buscaram que o poder público lhes reconheça num determinado lugar social ou atendendo alguma reivindicação coletiva. Entretanto, não devemos aqui conceber o exercício da cidadania como algo automático e direto quando destas conquistas, fossem materiais ou político-eleitorais.

Político-eleitorais porque, no que se refere ao período de liberalização política de finais dos anos 1970, a luta pela cidadania significava também derrotar a ditadura: o Estado autoritário que controlava as organizações da “sociedade civil”, cerceando-lhes as liberdades de organização e de participação ativa no interior da comunidade política, fosse em nível local ou nacional. Lutar pela cidadania era lutar pelo restabelecimento da democracia. Tem-se, pois, uma visão da liberdade política promotora ou facilitadora da igualdade social. Aprimorar

os recursos institucionais de representação e de participação era, portanto, central nesse debate sobre a conquista e a consolidação da cidadania. Com isso, crescem os questionamentos em relação ao centralismo do poder estatal, e almeja-se, cada vez mais, uma ordem baseada na democracia direta e participativa.

3.2.1 Novas e antigas Frentes no Recife

Na campanha da Frente Popular em 1985 e durante a gestão de Jarbas Vasconcelos (1986-1988) na prefeitura do Recife, este conceito de cidadania relacionou-se de perto com esta cultura política da exaltação da participação popular. Notadamente existente durante governos democráticos, a cidadania foi ali apresentada em seu mítico discurso do “governante popular”, aquele que dialoga com as bases, que valoriza e propõe políticas públicas que visam à população mais pobre. A partir da incorporação das demandas e valores elaborados pelas classes mais pobres, o Estado adensa esse tipo de concepção política, sobretudo no período de extrema carência econômica vivida nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Esse “*fetichismo da participação popular*”¹⁸³, conforme se viu anteriormente, já aparece com relativo impacto durante a administração de Gustavo Krause, com a adoção de programas como o “*Um por todos*” e a implantação dos barracões por parte da prefeitura, e ainda, sob certos aspectos, ao longo da gestão de Joaquim Francisco, com a produção de jornais oficiais que reafirmavam o ideal *participacionista*.

Não é prudente afirmar que a descentralização administrativa da coisa pública, bem como a institucionalização da participação popular, que seriam as propostas centrais de Jarbas na campanha de 1985, transformaria estruturas sociais enraizadas em profundas desigualdades socioeconômicas. Entretanto, a resolução dos inúmeros problemas da cidade e de suas populações em situações mais vulneráveis era apresentada através desse discurso que recorria ao *participacionismo*, bem como de práticas políticas que viessem a sugar, para o interior da burocracia estatal, as vozes da população dos bairros pobres da cidade. De forma que a abertura de canais na esfera político-administrativa é construída e percebida como capaz – ou mesmo como fundamental – de transformar a realidade socioeconômica da cidade e de sua maioria excluída. A participação política dos setores sociais mais pobres da cidade mostrar-

¹⁸³ Para usar o termo da professora Suely Leal. Ver: LEAL, Suely. **Fetichismo da participação popular**. Novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife - Brasil. Recife: CEPE, 2003.

se-ia como uma medida urgente. Urgência que, como se viu, já aos poucos ia sendo adotada e disseminada no Recife pelas políticas de Gustavo Krause e Joaquim Francisco, mas que, sobretudo, vem a se tornar definitivamente presente no cotidiano político local após a eleição de Jarbas Vasconcelos para a prefeitura do Recife em 1985.

Com a redemocratização em curso, revela-se com maior nitidez o envolvimento crescente dos movimentos populares de bairros nos processos eleitorais de então – sobretudo no pós-85. Alguns moradores organizados em associações de bairros, por exemplo, concorreriam a cargos públicos, ou o que se mostrou mais comum, agiriam enquanto apoiadores de determinado projeto partidário em disputa, mediando a relação candidato-comunidade.

Durante a campanha para a eleição municipal em novembro de 1985 – quando o discurso da cidadania participativa passa a ter definitivamente centralidade durante os debates públicos – inúmeras serão as mobilizações de apoio advindas dos bairros, sobretudo em relação à candidatura de Jarbas. Foi uma exasperada campanha, como mostram os jornais da época quase que cotidianamente, com ásperas acusações mútuas travadas entre os candidatos e suas respectivas militâncias, a ponto do pleito contar com a presença de tropas federais, no dia 15 de novembro de 1985, para garantir a normalidade legal das eleições¹⁸⁴:

O Recife viveu ontem um dia de festa, e de muita ordem e tranquilidade também. [...] Foi grande a movimentação em toda a cidade, com as pessoas procurando suas secções eleitorais para cumprir o seu dever de cidadania. Foi realmente a grande festa da democracia, quando o Recife após vinte anos, teve a oportunidade de escolher seu prefeito pelo voto soberano do povo. Em alguns instantes, parecia um grande carnaval. No centro e nos bairros os “boqueiros” disputavam o voto do cidadão, mas sempre dentro de um clima de respeito [...] Não foram levadas as ruas as divergências que marcaram os árduos dias da campanha. Foi mesmo uma grande festa brasileira, com certeza.¹⁸⁵

¹⁸⁴ **PMDB solicita tropas federais.** Jornal do Commercio. 06 de novembro de 1985. APEJE-PE. Hemeroteca.

¹⁸⁵ **Muita ordem na festa da democracia.** Jornal do Commercio. 16 de novembro de 1985. APEJE-PE. Hemeroteca.

A pequena crônica acima corrobora com a importância que marcou essa eleição. Percebe-se o ar de empolgação com que o pleito é comentado. É compreensível este clima, na medida em que no Recife não se realizava eleições municipais há tempos, como diz o jornal.

A árdua campanha a que se refere o texto travou-se, sobretudo, entre os candidatos Jarbas Vasconcelos (PSB) e Sérgio Murilo (PMDB). Contra o primeiro, pesava o fato de ter se recusado enquanto deputado federal de participar do Colégio Eleitoral que escolheu Tancredo como presidente e, em teoria, pôs fim ao regime ditatorial no Brasil. Seria assim, possivelmente, um descompromissado com a democracia, por sua não participação nessa importante reunião. Jarbas justificava-se, entretanto, afirmando que se mobilizou publicamente na campanha pela aprovação da emenda Dante de Oliveira durante a campanha das “Diretas já!” e que não participaria de uma eleição indireta para o executivo nacional¹⁸⁶. A sua recusa em participar do colégio eleitoral que elegeu Tancredo, portanto, é apresentada como um compromisso com a democracia e com sua luta. Já uma forte acusação de assassinato de um homem na cidade de Carpina era o calcanhar de Aquiles de Sérgio Murilo.

A campanha continuava com palanques festivos e caminhadas nos mais diversos bairros do Recife, cheios de artistas. Dentre estes, vale destacar a marcante presença do ator José Wilker, que à época interpretava o personagem Roque Santeiro na novela homônima. A trama da Rede Globo obteve uma das maiores audiências da história da televisão brasileira, e às vezes competiu com comícios que eram obrigados a transmiti-la em praça pública para as multidões. José Wilker foi uma das figuras importantes da campanha de Jarbas Vasconcelos, sobretudo nos guias do PSB apresentados na televisão¹⁸⁷. O ator envolver-se-ia ainda numa polêmica quando acusou publicamente Sérgio Murilo, durante um destes programas televisivos do PSB, de lhe oferecer 100 milhões de Cruzeiros em troca de seu apoio¹⁸⁸.

Essa atmosfera turbulenta começara ainda na convenção municipal do PMDB, quando Sérgio Murilo, da conhecida *ala moderada* do partido, foi o vencedor, derrotando Jarbas (ambos eram deputados federais pelo partido). De forma que o candidato escolhido reproduziu no cenário político recifense a Aliança Democrática (PMDB-PFL), construída em nível nacional contra a candidatura de Paulo Maluf e pela eleição de Tancredo Neves via Colégio Eleitoral.

¹⁸⁶ **Jarbas continua irredutível: não irá ao colégio.** Jornal do Commercio. 08 de janeiro de 1985. APEJE-PE. Hemeroteca.

¹⁸⁷ **Roque Santeiro no guia eleitoral e o povo entre a ficção e a realidade.** Jornal do Commercio. 06 de novembro de 1985. APEJE-PE. Hemeroteca.

¹⁸⁸ **Capítulo especial. Sérgio quer explicações de Wilker.** Jornal do Commercio. 05 de novembro de 1985. APEJE-PE. Hemeroteca.

É nesse instante em que começa a construção de uma imagem particularizada de Jarbas Vasconcelos, enquanto “o candidato do povo”, e não do regime oficial. A sua saída do PMDB tatua neste partido a marca da continuidade da política oficial do regime, pela criticada aliança de Sérgio Murilo com antigos personagens do governo local, ligados aos governos militares de anos anteriores:

O ministro da Educação, Marco Maciel, chega hoje à noite ao Recife. [...] Do Aeroporto [...] segue para o bairro do engenho do meio onde participará de um comício do candidato Sérgio Murilo, ao lado do governador Roberto Magalhães, do vice-governador Gustavo Krause e dos integrantes da Aliança Democrática.¹⁸⁹

Foi a partir do descontentamento em relação a essa postura que Jarbas acaba por filiar-se ao pequeno PSB, apoiado por figuras como o ex-prefeito Pelópidas Silveira e o ex-governador Miguel Arraes (que viria a ser eleito governador de Pernambuco no ano seguinte, 1986, pelo PMDB), peças chave nesse seu processo de diferenciação *dos outros*. E gradativamente costura-se a Frente Popular do Recife, com o PSB, o PCdoB, o PTB e o PRC (Partido Revolucionário Comunista), além da autointitulada *ala progressista* do PMDB – da qual fizera parte o próprio Jarbas e outros líderes descontentes com a política de alianças com quadros políticos conservadores do PFL.

Outros partidos participariam do pleito de novembro de 1985. O PT, o PCB o PDT e o PDC/PDS lançaram candidatos próprios¹⁹⁰. Entretanto, isso não impediu que quadros dissidentes, sobretudo do PT e do PCB, integrassem a campanha pelo candidato da Frente Popular. Não concordando com as candidaturas próprias, acreditavam que os partidos de esquerda deveriam se unir em torno da figura de Jarbas, evitando assim o esfacelamento dos votos e uma possível vitória de Sérgio Murilo. A polarização do pleito, efetivamente, ocorreu mesmo entre Jarbas e este último, já que ambos se encontravam em redes políticas que detinham as forças locais de maior expressão, com considerável peso e prestígio eleitoral.

Como nos diz Suely Leal, a marca fundamental dessa eleição vencida por Jarbas¹⁹¹ foi a conexão e a articulação de diversas lideranças comunitárias do Recife, sobretudo de bairros

¹⁸⁹ **Marco Maciel entra hoje na campanha.** Jornal do Commercio, 01 de novembro de 1985. Política local, p 6. APEJE-PE: Hemeroteca.

¹⁹⁰ Bruno Maranhão, Roberto Freire, João Coelho e Augusto Lucena, respectivamente.

¹⁹¹ Que recebeu 33,1% dos votos, contra 27,8% para Sergio Murilo; surpreendentes e inesperados 22% de João Coelho; 4% de Augusto Lucena; 1% de Bruno Maranhão; 2% de Roberto Freire.

como Ibura e Casa Amarela, onde já viu-se que havia uma forte atuação do PCdoB, da Igreja, do MDB e do PT:

Apesar de as postulações dos setores da esquerda estarem disseminadas nas candidaturas do PT, do PCB e do PDT, a candidatura de Jarbas Vasconcelos afirmou-se como força eleitoral mais expressiva, particularmente pelo engajamento, na campanha, de diversas lideranças da sociedade civil, setores técnicos independentes, ligados a segmentos das elites intelectuais de esquerda, da Igreja e do movimento popular¹⁹²

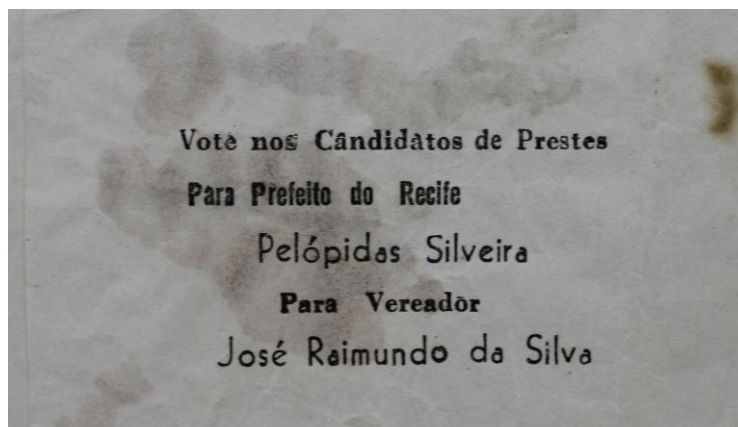
Jacob Gorender afirma que entre os anos de 1968 a 1974, a repressão policial “se concentrou no combate à guerrilha e se desinteressou de alvejar o PCB”¹⁹³. Entretanto, esse período de ‘abrandamento’ fez com que o Partidão de certo modo se descuidasse da segurança que envolve qualquer atividade clandestina. De forma que se tornou público por demais durante o seu apoio na campanha eleitoral de 1974, “quando o MDB alcançou o primeiro êxito significativo. Os órgãos policiais não tiveram dificuldade para desarticular o Partidão e paralisar sua alta direção”.¹⁹⁴ Mesmo com essa desarticulação apontada por Gorender, é de conhecimento público que vários quadros do PCB e do PCdoB atuaram no MDB durante a clandestinidade imposta pela ditadura, como nas eleições de 1978 e 1982.

Ainda nos anos 50, o PSB pedia investigações sobre algumas pichações em muros da capital além de alguns panfletos e cédulas que buscavam relacionar o nome do seu candidato à prefeitura, Pelópidas Silveira, ao então ilegal PCB, como se vê abaixo:

¹⁹² LEAL, Suely. **Fetichismo da participação popular**. Novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife - Brasil. Recife: CEPE, 2003, p. 95.

¹⁹³ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, p.232.

¹⁹⁴ **Idem**.

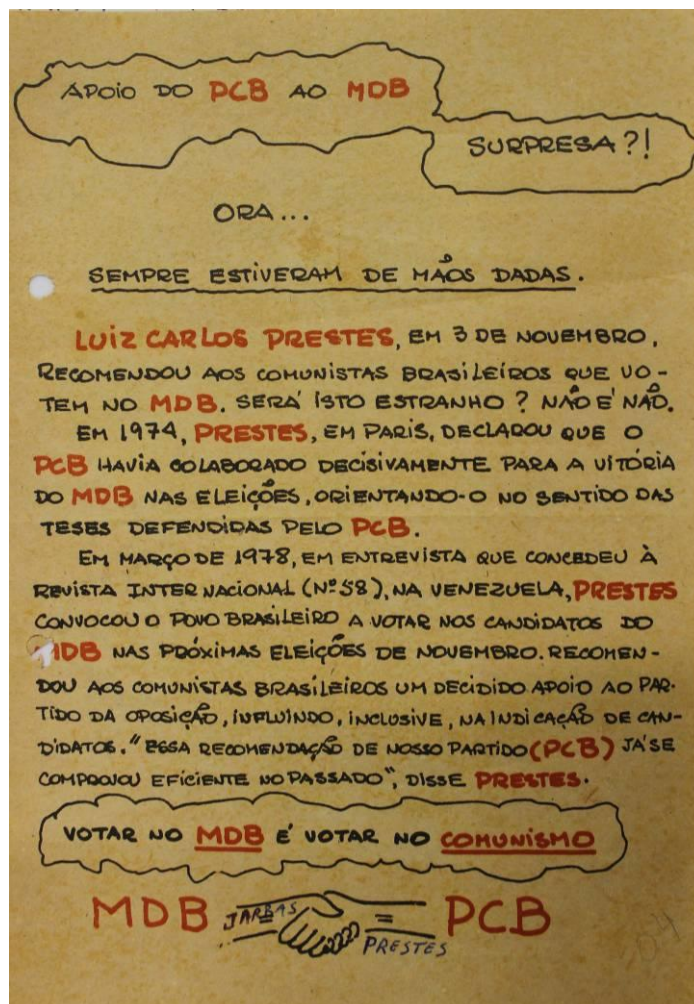


Fonte: APEJE-PE, Acervo DOPS, Prontuário Funcional: 27030. Comícios PSB. 1985-1986

O PSB, defendendo-se, envia um requerimento ao Tribunal Regional Eleitoral, no qual denuncia: *Estão procurando incompatibilizá-lo com algumas camadas do eleitorado recifense e com a própria Justiça Eleitoral, procurando [...] dar a impressão de estar a sua candidatura pelo menos vinculada à propaganda do extinto Partido Comunista do Brasil.*¹⁹⁵

Curiosamente, tal “propaganda negativa” de forma semelhante atinge às candidaturas do MDB nos anos finais da ditadura as vésperas das eleições de 1978. Como nesse panfleto sem assinatura que relaciona especificamente o PCB ao MDB, e por desdobramento lógico a figura do então candidato ao Senado, Jarbas Vasconcelos, à imagem e à tradição política comunista do mesmo Luís Carlos Prestes:

¹⁹⁵ **Processo 2.569/55.** 22 de setembro de 1955. APEJE-PE, Acervo DOPS, Prontuário Funcional: 27030. Comícios PSB. 1985-1986.



Fonte: APEJE-PE, Acervo DOPS, Prontuário Funcional 1604. Eleições (propaganda). 1978.

Mesmo com o partidão e o PCdoB estando legalizados pela justiça desde maio de 1985, o então deputado Roberto Freire, candidato a prefeito do Recife pelo PCB neste mesmo ano, em um dos seus programas eleitorais televisivos afirmara, a fim de desmitificar muitos destes preconceitos e estereótipos ainda arraigados na sociedade em geral contra os comunistas: *"A ditadura acabou; a repressão também acabou; [...] Não tenha medo de votar em comunista [...] Comunista também é gente. [...] Assuma o poder"*.¹⁹⁶

Com a campanha ofuscada por outras de maior visibilidade, é verdade que o PCB não obteve tantas atenções por parte da polícia investigativa nas eleições municipais de 1985. Entretanto, apesar da homilia otimista do deputado, a vigilância policial não isentou o seu partido. Agora ela partia do Estado de Direito e continuava existindo em relação a determinadas pessoas, partidos ou coligações políticas que tinham como plataforma eleitoral as organizações populares. É importante, pois, que se perceba o quanto esta vigilância ainda

¹⁹⁶ **Olho neles.** Jornal do Commercio. 06 de novembro de 1985. APEJE-PE. Hemeroteca.

estava presente nos comícios e passeatas da campanha, sobretudo da Frente Popular, em 1985. Sabe-se que neste ano, como foi dito, o PCdoB, o PRC, parcelas do PT e do PCB, além de sujeitos políticos que foram alvo da ditadura, como Arraes e Pelópidas, adensavam a candidatura de Jarbas. Era possível observar facilmente, nos comícios da Frente, a presença de grandes bandeiras com o clássico símbolo do comunismo, de modo que a foice e o martelo eram constantemente erguidos no meio da multidão pró-Jarbas.¹⁹⁷

O tom da campanha de Jarbas se daria com a exaltação da participação política das entidades da sociedade civil, sobretudo Associações de Bairros, nas instâncias do poder municipal. Afirmou-se insistentemente a importância do papel das Associações de Moradores na definição das questões mais urgentes e prioritárias a serem realizadas na cidade durante a “Gestão Democrática”. Assim dizia o então prefeito:

A gestão democrática, compromisso reiterado em toda a campanha, já teve seus primeiros passos ensaiados após a vitória na composição da equipe de governo e será característica central de todo o mandato. Nesse processo, estão sendo criados canais efetivos que assegurem ao cidadão e às entidades da sociedade civil o acesso à informação e à participação nas decisões municipais.¹⁹⁸

A democracia e participação de setores historicamente excluídos aparecem, no início da década de 80, como valores disseminados pela sociedade, que a transpassa como um todo, após os 20 anos de repressão e autoritarismo. E essa é bandeira política presente no discurso de Jarbas no período: administrar a cidade conjuntamente com a população, descentralizando sua gestão, investindo politicamente na ideia de extensão da participação social às classes populares. Talvez esse discurso constituísse a isca dos olhares policialescos.

¹⁹⁷ A vigilância continuava de tal modo que no Prontuário Funcional 30233 do acervo DOPS-PE (Relatório, panfletos e propaganda política MDB, 1977-1988), é possível ler vários relatórios policiais sobre eventos e discursos nos comícios e passeatas da Frente Popular, ainda nas campanhas de 1988.

¹⁹⁸ Trecho do discurso proferido por Jarbas na Câmara Municipal do Recife em sua posse como prefeito. **Povo não faltou à festa. Aliás, à posse.** Jornal do Commercio. 03 de janeiro de 1986. APEJE-PE, Acervo DOPS, Prontuário Funcional: 27.028. Prefeitura. 1985-1986.

3.2.2 O mito, a política, as eleições: elementos discursivos da construção de uma autoimagem

Em um conhecido Dicionário de Política, quando os autores discorrem acerca do significado da categoria “Mito político”, afirmam em um trecho que as pesquisas sociológicas e históricas reapresentaram tal categoria como uma realidade a ser analisada e não apenas exorcizada, pensando, sobretudo, em sua politicidade e em suas consequências na distribuição do poder no tecido social.¹⁹⁹ Dessa forma, não negando a existência de alguns acontecimentos políticos nesse sentido, como podemos pensar e analisar historicamente a ideia de um mito político? Uma das entrevistas que realizei com o já mencionado Ademir Torres, líder comunitário da UR-10, de onde já foi várias vezes presidente da Associação de Moradores, é esclarecedora em relação a este tema. Ademir narra pausadamente acerca da presença de Miguel Arraes na comunidade, por volta de 1980, e o que significou isso para a vida política da vila de moradores da COHAB.

Em tempos que o presidente da Associação de Moradores da UR-10 era ligado aos interesses governistas de Gustavo Krause, através da COHAB, uma comissão de moradores filiados ao PCdoB, na qual Ademir estava na organização, decidiu realizar um ato local, um debate, com a presença do importante político na sede da entidade. “*O povo era doido por Arraes. [...] Ele tinha acabado de voltar*”. Após algumas negativas por parte da diretoria e da COHAB, já que como disse Ademir, “*A Associação era do governo, era o escritório da COHAB e, como diziam, Arraes era comunista*”, os moradores decidiram levar Arraes à revelia da organização: “*A Associação ficou assim de gente. Encheu. Nunca mais tinha tido reunião [...] Arraes foi pra Santo Amaro, por que não podia vim pra aqui?*”. Produziram alguns pequenos panfletos e os distribuíram nos arredores, conseguiram com dificuldades um som e foram esperar Arraes “*lá embaixo*” já que este não conhecia o Ibura, como disse Ademir: “*Quando Arraes saiu daqui não existia o Ibura. Agora ele volta e tem tudo isso*”. Tal fato fez com que um veículo preto com dois policiais federais armados fosse visto estacionado no local:

O menino que tava esperando Arraes lá em baixo subiu correndo [...] Chegou morrendo, Chico, Chico Preto. Aí disse: ‘*Tem uns carros da polícia federal lá embaixo*’. Ficou com medo de ser preso. Sozinho lá embaixo a turma prendia ele, né? [...] Parece que a gente tá falando hoje de traficante,

¹⁹⁹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p.754-762.

né? (risos) Tamo falando de político com polícia federal, é foda né? [sic] [...] Aí chegou Arraes, Luciano [Siqueira]. Aí eu disse: ‘*Luciano, aqueles caras ali são da policia federal e tão com o carro ali cheio de bala*’. Ele disse: ‘*Diga a Doutor Arraes*’. [...] Aí eu expliquei a ele: ‘*Doutor Arraes, tem um pessoal da policia federal lá embaixo*’. Aí ele disse: ‘*Deixe comigo, deixe comigo*’. Arraes foi lá e botou os caras pra correr. Chegou lá perguntando o que é que eles estavam fazendo ali. ‘*Não, a gente tá aqui mais pra proteger o senhor*’. Aí ele disse: ‘*Não, num preciso disso não. Nunca precisei de estar com o povo com polícia*’ Botou os cara pra correr, os cara ficaram sem graça e foram embora. Aí a gente andou com Arraes, demos uma volta grande com Arraes, ele entrou até aqui em casa.”²⁰⁰

Após a presença de Arraes na UR-10, Ademir conta que todos no bairro queriam que ele fosse o presidente da Associação a partir de então: “*Todo mundo ficou admirado. A gente trazer Arraes, um ícone da política, dar uma volta, ver as coisas aqui, falar com a comunidade, e o presidente apagado?*”²⁰¹. Após um período de seis meses a chapa do PCdoB, liderada por Ademir, vencia as eleições.

O Jornal dos Bairros possuía uma seção intitulada “*A política na boca do povo*”. Nesta, o periódico interpelava passantes nos bairros e questionava-os acerca de suas visões sobre variados temas, como o custo de vida, as Associações de Moradores, as eleições ou as mobilizações de ruas. Em uma dessas empreitadas o jornal questionou um conjunto de moradores do Totó, que estava na barraca do Zé, sobre as eleições que se realizariam em 1978. Um deles, o Sr. Silva, assim responde: “*Eu votei em Miguel Arraes, que prometia vida melhor pro pobre, qual foi o fim? Agora eu não voto mais. Rasguei o título, o meu e o da minha mulher*”.²⁰²

Ambos os discursos apresentados são exponenciais acerca do significado político que Miguel Arraes assumiria no imaginário popular, nestes anos finais da ditadura. Na fala de Ademir fica patente a importância e o prestígio político que Miguel Arraes possuía em relação aos moradores do Ibura. E de outro lado, como ainda sua atuação política era vigiada policialmente, mesmo após a Anistia. Já o senhor Silva – para além de certo patriarcalismo

²⁰⁰ **Entrevista concedida ao autor.** Recife, 29 de maio de 2013.

²⁰¹ **Idem.**

²⁰² **Rasgou o título depois de 1964.** Jornal dos bairros. Ano I nº4. Set/Out/Nov/1978, p3. APEJE-PE Hemeroteca.

presente em seu discurso – corrobora com a visão mítica acerca de Arraes, o único que poderia fazer alguma coisa pelos pobres.

A construção de uma autoimagem a partir do resgate de certos elementos discursivos alastraria esta ideia do “governante popular”, a ponto de tal figura não ficar restrita apenas a grupos políticos que foram perseguidos pelo regime imposto em 64. Nestes anos a construção do candidato popular perpassou plataformas políticas com variadas e díspares perspectivas ideológicas. Tomemos como exemplo dois candidatos das eleições de 1978: Roberto Freire e Cid Sampaio. O primeiro, que posteriormente integraria o quadro do PCB, quando este se tornou legal, saiu como candidato a deputado federal pelo MDB; o segundo, ex-governador do Estado nos tempos da Frente do Recife e conhecido usineiro da região, ligado ao golpe de 64 desde seu começo, era postulante ao senado, pela ARENA.

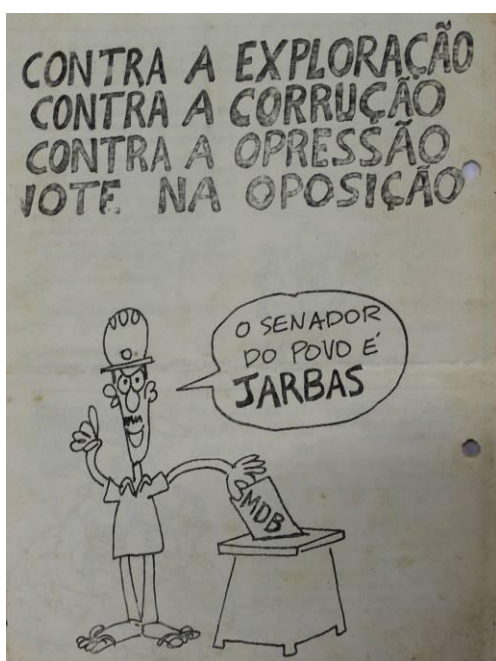


Fonte: APEJE, Acervo DOPS-PE, Prontuário Funcional 1604. Eleições (propaganda). 1978.

Cid Sampaio filiou-se ao partido situacionista ainda em 1966, elegendo-se deputado federal. Em 1978, disputaria as eleições para o Senado pela sublegenda da ARENA, contra Jarbas (MDB) e Nilo Coelho (também da ARENA). Este, apoiado pelo então governador José Francisco de Moura Cavalcanti, foi eleito pela soma das sublegendas da ARENA, e Cid ficou como seu suplente.

Cid e Freire em seus panfletos, entretanto, colocam-se num mesmo campo político: o da realização das reformas, *contra a ditadura*. Cid fala da Anistia, das eleições livres, dos novos partidos, das liberdades democráticas e das reformas sociais e ainda nomeia os que cercavam o governador José Francisco de Moura Cavalcanti de ‘cachorros’. Freire, por sua vez, que apoiava a então candidatura do deputado federal Jarbas Vasconcelos ao senado pelo MDB, exalta a ideia de povo enquanto antinomia ao *establishment*. Como é possível perceber, o regime ditatorial é, portanto, alvo de aguçadas críticas. É posto num campo simbólico diferente de um outro que possivelmente representaria a noção de “povo”, de “democracia”, de “participação”, por ambos os candidatos.

Está-se numa corrida por legitimação social, onde se almeja uma forte identificação entre o “governante popular” e os anseios da população, sobretudo a mais carente, cuja organização cada vez mais se fazia presente nos bairros pobres da cidade. Nessa construção identitária, as classes populares deveriam se ver no outro, no “seu” governante. Jarbas Vasconcelos, ainda nas eleições de 1978 quando sai candidato ao senado, assim é apresentado: o senador do povo. Integrante da verdadeira oposição, o MDB. E que se opõe à opressão, à corrupção e à exploração proveniente dos governos ligados ao regime oficial, aos militares, à ARENA. Quem assim nos apresenta os fatos não é o próprio Jarbas, mas claramente trabalhadores representantes das classes populares, votando com suas vestes características e equipamentos específicos:



Fonte: APEJE-PE, Acervo DOPS, Prontuário Funcional 1604. Eleições. (propaganda). 1978.



Fonte: Jornal dos bairros. Ano I nº4. Set/Out/Nov/1978.

O Jornal dos Bairros mais uma vez entrevista um morador, o Sr. Gonçalo Nunes. Um tecelão, residente em Paulista, que apesar de não saber claramente as distinções entre o partido do governo e o da oposição, afirma saber o lugar que deveria ocupar nessa disputa:

J. Bairros: O Sr. vota no MDB ou na ARENA?

Gonçalo: Eu voto no MDB. Operário que tem vergonha não vota na ARENA.

J. Bairros: Por que Sr. Gonçalo?

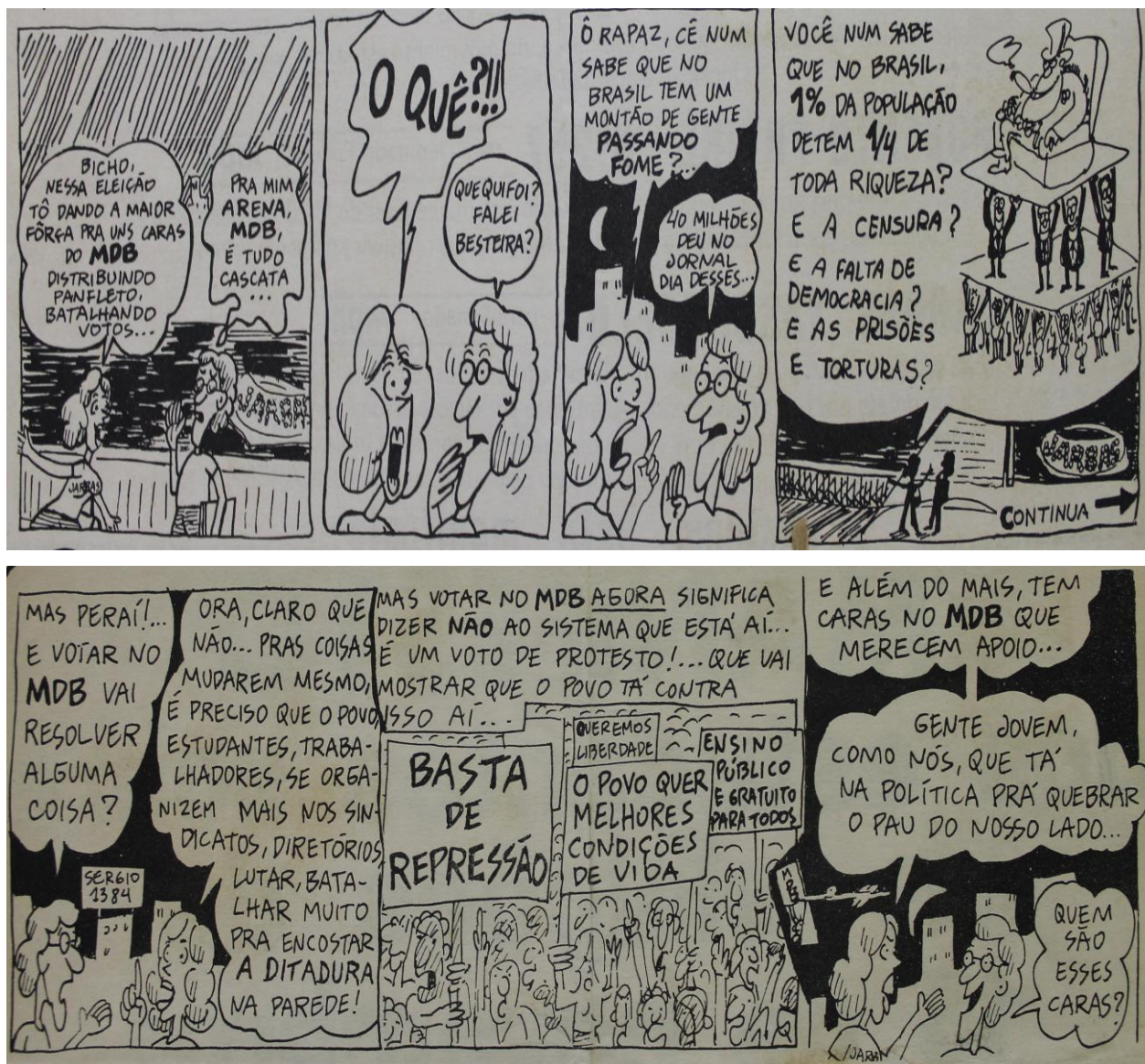
Gonçalo: Ah, eu não sei não. O que eu acho, é que o operário que vota na ARENA, tá negando mais uma lata de leite a seu próprio filho.²⁰³

Durante a campanha das eleições de 1978, o MDB lança um manifesto intitulado “PROTESTO” e endereçado aos explorados e desempregados do Grande Recife. Desenvolvendo justamente a tese do voto de protesto, interiorizada por Seu Gonçalo, alguns trechos assim dizem: “*O golpe de 64 foi feito pelos inimigos do povo*”; “*Se você vota num candidato da ARENA, está votando contra você mesmo*”; “*o MDB defende os direitos dos pobres, dos explorados*”. Da mesma forma, o então deputado federal Jarbas afirmava sobre as eleições para o Senado em 1978, nas quais concorria: “*Um usineiro quer agora se fazer de opositor, falando mal do governador. O outro quando foi governador nomeado meteu o pau no povo. [...] O povo só tem um caminho: votar no MDB*”²⁰⁴

O MDB procurava assim assumir esse papel de oposição real ao regime. E, conforme já foi dito, a oposição política à ditadura estava então concentrada no seu interior, que cada vez mais superava a fama de um desacreditado partido oficial que lhe era atribuída. A recuperação do prestígio do MDB se dava, sobretudo, em campanhas educativo-publicitárias que procuram expor as denúncias das ações políticas da ditadura: as políticas de concentração de renda, o arrocho salarial, a carestia, a censura, as prisões arbitrárias dos adversários políticos ou as torturas. Buscavam, como nos quadrinhos abaixo pertencentes ao jornal do MDB, afirmar para a população a existência de diferenças entre os projetos deste partido e o da ARENA.

²⁰³ “Seu” Gonçalo, tecelão: operário de vergonha não vota na ARENA. Jornal dos bairros. Ano I nº4. Set/Out/Nov/1978, p3. APEJE-PE Hemeroteca.

²⁰⁴ PROTESTO. Manifesto aos explorados e desempregados do Grande Recife. APEJE-PE, Acervo DOPS, Prontuário Funcional 1604. Eleições (propaganda). 1978.



Fonte: APEJE-PE, Acervo DOPS, Prontuário Funcional 1604. Eleições (propaganda). 1978.

Seguindo esta linha de diferenciação em relação às forças políticas conservadoras e herdeiras do regime militar, em 1985 a Frente Popular capitaneada pelo PSB no Recife, mas encabeçada por Jarbas e seu histórico de militância pelo MDB, começou a constituir-se como a volta do então mito político Miguel Arraes, bem como o retorno de Pelópidas Silveira e de todo o simbolismo que envolvia um “projeto popular” violentamente interrompido pelos militares em 1964. Este agora seria retomado. No pronunciamento do próprio Arraes, em comício nas vésperas das eleições de 1985, essa imagem da Frente Popular é ratificada:

O que defendemos hoje nesse palanque, defendíamos quando, pela primeira vez, Pelópidas Silveira foi lançado candidato a prefeito do Recife, para

mudar em profundidade as coisas, a forma de administrar, para voltar-se para o povo e atender aos reclames da grande massa de necessitados.²⁰⁵

Arraes apegava-se às reminiscências dos tempos da prefeitura de Pelópidas Silveira no Recife, e de toda conturbada discussão política de então sobre a participação das classes mais pobres através das Associações de Moradores. As rememorações eram produzidas naquele momento – durante a campanha das eleições municipais de 1985 – de modo a serem incorporadas na identidade da candidatura da Frente Popular: Jarbas seria o herdeiro daquela memória política pré-64. Nessa construção do “candidato popular” ocorre, pois, a edificação dessa memória a partir do resgate de certos símbolos, sobretudo de determinados sujeitos e lugares de fala de um período anterior, como nesse panfleto de campanha da Frente Popular:

Praticamente todos os candidatos acenam com propostas participativas [...] O que nos diferencia é a composição das forças políticas engajadas na Frente Popular do Recife, cujos compromissos democráticos e populares têm um vigoroso lastro histórico, atestado nas vitórias eleitorais e nas administrações de Pelópidas Silveira e Miguel Arraes.²⁰⁶

Não só com os discursos de militantes políticos ou com as falas de moradores de bairros pobres do Recife construiu-se essa imagem de Arraes – que seria habilmente utilizada nas eleições de 1985, e também na de 1986, quando o próprio Arraes venceria José Múcio Monteiro, do PFL, no pleito para governador do Estado. Algumas análises acadêmicas evidenciaram essa perspectiva quando da construção da figura mítica de Arraes, a partir de uma associação positiva entre o político e as classes mais pobres da sociedade brasileira:

A polaridade entre Miguel Arraes e José Múcio era a polaridade entre os que desejavam que a estrutura do governo se voltasse para o benefício da população pobre do Estado, e aqueles que sob diversas justificativas não

²⁰⁵ **A arrancada final segundo Vasconcelos.** Jornal do Commercio, 05 de novembro de 1985. Política local, p. 6. APEJE-PE: Hemeroteca.

²⁰⁶ **Gestão Democrática.** Folheto. Pesquisa Gestão Urbana, Poder Local e Cidadania. Caixa 01. Acervo NUGEP - Núcleo de Estudos em Gestão Urbana e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano-UFPE.

partilhavam essa tese²⁰⁷; Arraes, em função de sua prática passada, representava a esperança da obtenção da cidadania para a grande maioria das populações pobres [...] Arraes ganhou as eleições com base na referência histórica. Não se tenham dúvidas.²⁰⁸

O lema da campanha de Jarbas em 1985, “*É o povo de novo!*”, bem como o de Arraes em 1986, “*A Esperança está de volta*”, além do jingle “*Um, dois, três, quatro, cinco, seis, Jarbas 85, Arraes 86*”, procurava representar uma imagem de reparação desta injustiça histórica sofrida pelos governantes democráticos, e conseqüentemente, pelo povo. Como nos elucida Flavio Brayner:

O governante “popular” é alguém que se apresenta ao povo como uma alternativa ao poder tradicional e que se quer empreendedor de uma continuidade histórica iniciada nos anos 50 e violentamente interrompida em 64. Esta retomada de um processo autoritariamente sufocado, se pode observar nos “slogans” utilizados nas campanhas eleitorais: “A ESPERANÇA ESTÁ DE VOLTA” (Arraes, 1986); “É O POVO DE NOVO” (Jarbas, 1985)²⁰⁹

Nas campanhas produz-se um arranjo de imagens que são capazes de invocar as emoções correspondentes àquela “injustiça histórica”. Jarbas procurou, portanto, através de seus comícios, entrevistas e debates, construir a sua diferenciação para com os militares e para com os políticos “*do antes autoritário*”, e sacralizar um casamento com a sociedade civil organizada, popular, antimilitarista, de oposição às praticas, pessoas e instituições ligadas ao passado ditatorial brasileiro. Afirma mais uma vez Flavio Brayner:

O governante “popular” é também alguém que se apresenta como um igual [...] procura se fornecer o perfil de uma identidade com o povo [...] Trata-se

²⁰⁷ LAVAREDA, Antônio; ANDRADE, Bonifácio. A vitória de Arraes: a mudança na geografia eleitoral, o significado do voto e a alteração das preferências In LAVAREDA, Antônio (org). **A vitória de Arraes**. Recife: Inojosa Editores, 1987, p.24.

²⁰⁸ ROCHA, Abelardo Baltar da. Arraes: a vitória das alianças e um governo de esperanças In LAVAREDA, Antônio (org). **A vitória de Arraes**. Recife: Inojosa Editores, 1987, p.42.

²⁰⁹ BRAYNER, Flávio. **Discurso, Mito, Governo Popular**. Tópicos Educacionais, Recife, v.12, n. ½, p.131-137, 1994, p.135.

de criar os mecanismos que facilitem a existência imaginária de um NÓS, oposto aos OUTROS, representante das forças conservadoras²¹⁰

De modo que na campanha de 1985, buscar-se-ia construir uma aguda identificação entre Jarbas e as amplas parcelas dos movimentos de bairro que estavam nas ruas. Os interesses do “governante popular” teriam que possuir completa reciprocidade nos anseios das camadas mais pobres da cidade. Percebe-se tal estratégia discursiva, por exemplo, num dos grandes comícios de encerramento da campanha da Frente Popular do Recife em Casa Amarela, durante a fala do próprio Jarbas, através da qual é possível ver a tentativa de construção de uma imagem de seu projeto de poder no qual as classes populares se veriam espelhadas. Jarbas seria o “seu” governante:

Iniciamos exatamente aqui, em Casa Amarela, a arrancada final para a vitória [...] que não será individual, nem apenas da Frente Popular do Recife. Será a vitória do povo do Recife [...] contra a violência e contra aqueles que não têm compromissos com a mudança. [...] O povo já percebeu a grande farsa da chamada Aliança Democrática em nosso Estado. Aqui não existe aliança democrática. Existe é um ajuntamento de interesses de pessoas distantes do povo e dos problemas do Recife, com vistas a manter suas posições privilegiadas.²¹¹

Ainda em 1978 Jarbas escreve um pequeno livro onde discorre sobre a sua atuação como parlamentar estadual (1970-1974) e federal (1974-1978) e sobre algumas questões políticos-institucionais do regime de exceção²¹². Num pequenino prefácio a palavra “povo” aparece seis vezes. Na ocasião do lançamento, divulgou-se um manifesto assinado por alguns intelectuais recifenses que assim dizia em um de seus trechos:

A candidatura do presidente do MDB, deputado Jarbas Vasconcelos, ao Senado, tem dimensão nacional. Sua eleição é mais um passo na luta do

²¹⁰ **Idem.**

²¹¹ **A arrancada final segundo Vasconcelos.** Jornal do Commercio, 05 de novembro de 1985. Política local, p 6. APEJE-PE: Hemeroteca.

²¹² VASCONCELOS. Jarbas. **Constituinte já!** A solução da crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

povo brasileiro contra o arbítrio, a violência, o arrocho salarial, os crescentes desequilíbrio regionais e a concentração de rendas.²¹³

Na sua fala durante o comício, além desse processo de construção simbiótica entre o candidato e as classes populares, é possível perceber também uma apresentação dos adversários políticos nas urnas como alienados aos interesses desse povo, distantes dos movimentos populares. Essa dicotomia política entre *eles*, as forças oligárquicas, os conservadores, os ligados aos interesses da ditadura, os herdeiros dos militares, e *nós*, o povo, a oposição, os pobres, era a tônica de seu discurso.

Se a Frente Popular procurou realizar essa aproximação em relação a grupos sociais específicos, sobretudo as Associações de Moradores, estas irão colocar-se como aliadas fundamentais durante a campanha em 1985. De forma que tal situação política não se constrói em decorrência de uma ação unilateral por parte dos candidatos ou demais quadros da política institucional.

Este apoio conferido por amplos setores do movimento que se organizava nos bairros é aqui traduzido como uma aliança ou enquanto um pacto entre duas partes pertencentes a uma rede de interesses e objetivos mútuos. Se, por um lado, a candidatura de Jarbas procurou dialogar eleitoralmente com estes movimentos, por outro, parcelas destes movimentos enxergaram uma porta que possivelmente se abriria no Estado, e decidiram ocupar tais espaços políticos, canais de participação outrora inexistentes. De forma que esta relação não pode ser construída historicamente como uma relação de submissão por parte dos quadros políticos dos bairros. Os militantes dos movimentos não apenas serviram como meros cabos eleitorais, mas sim, iniciariam, ainda na campanha de 1985, uma constante negociação com a futura prefeitura de Jarbas, que se desdobraria em relações de forças não poucas vezes conflitantes.

²¹³ **Lançamento do livro torna intransitável rua 7 de setembro.** Diário de Pernambuco 31 de outubro de 1978. APEJE. Acervo DOPS-PE. Recorte de Jornal, Prontuário Funcional: 30663. Jarbas Vasconcelos (1973-1986).

CAPÍTULO 4. DE FRENTE PARA O ESTADO: NEGOCIAÇÕES E RESISTÊNCIAS DURANTE A “GESTÃO POPULAR”

“As leis não bastam; os lírios não nascem das leis.”

Carlos Drummond de Andrade

4.1 A prefeitura vai aos bairros

Nos anos de ditadura os movimentos de bairro almejavam uma mínima participação política, a qual não lhes era permitida, sobretudo durante os momentos da repressão mais acentuada. Nestes tempos, reivindicava-se o direito a reivindicar direitos. Portanto, num primeiro momento, as lutas políticas das classes mais pobres do Recife estiveram inseridas num cenário nacional de crise do regime político instaurado em 64, onde se debate questões fundamentais como: a anistia, as diretas, a redemocratização da sociedade e a política brasileira de forma geral. Setores da sociedade civil organizada mobilizaram-se contra o militarismo e contra sua herança política autoritária.

Num segundo momento, passou-se a discutir a democracia e a nova constitucionalização, e como seu corolário, as novas formas de cidadania participativa. Com o avançar do processo de redemocratização, dá-se a busca por uma concretização de direitos, fossem sociais ou políticos, materiais ou simbólicos. É o momento no qual o Estado entra em cena com suas políticas públicas de extensão desta cidadania às camadas mais pobres da cidade. Este, adotando o discurso democrático e *participacionista* elaborado pelos movimentos de bairro, ressignificou-o dentro de outro contexto.

Dessa forma, aqui se buscou analisar o novo modelo de gestão participativa que seria implantado, no momento em que temas como ‘participação popular’ ou ‘gestão democrática da cidade’ encontraram seu ápice e se tornaram programa oficial de governo com a implantação do “Programa Prefeitura nos Bairros”. Falar-se-ia constantemente num ‘novo e diferenciado modelo de democracia’, alvo de profundo interesse e debate social, como demonstra a imprensa do período. A extensão da participação política às classes populares, possibilitada pela reforma e ampliação da democracia, através da descentralização administrativa e da abertura de canais diretos entre as entidades dos bairros e a prefeitura, aparece como o grande trunfo na resolução dos problemas das comunidades, já que agora as

reivindicações podiam ser direcionadas abertamente ao prefeito ou ao seu secretariado mais imediato. É possível perceber certo entusiasmo em relação a esta democracia vindoura.

O Jornal do Brasil, na sua edição de 27 de outubro de 1987, afirmava que a Prefeitura de Recife era pioneira, como resultado da política adotada por Jarbas que possibilitava a participação das comunidades. Esta, segundo o jornal, já vinha sendo estudada e imitada por outros municípios brasileiros²¹⁴.

Após vencer as eleições para prefeito do Recife em novembro de 1985 pelo PSB, Jarbas retorna ao PMDB e tornar-se-ia, ao lado de Miguel Arraes, a principal liderança do partido em Pernambuco. Foi eleito com forte apoio dos movimentos populares, e um considerável contingente de militantes organizados em Associações de Moradores estava entre esses atores que se mobilizaram durante sua campanha. Em resumo, a Frente Popular do Recife se apresentou durante a campanha como um governo municipal que seria:

DEMOCRÁTICO: as comunidades serão integradas na administração da cidade, coparticipando das decisões e fiscalizando [...]; **TRANSPARENTE:** a prefeitura abrirá canais de comunicação com a população, de tal forma que todo cidadão possa acompanhar sua prestação de contas; **ABRANGENTE:** [...] será desencadeado um processo permanente de atendimento das imensas carências da população; **POPULAR:** a integração da grande massa de necessitados ao processo político-administrativo [...] será a tônica da administração da Frente Popular do Recife.²¹⁵

Em meio a atos, caminhadas e comícios, foram realizados alguns encontros entre o (futuro) prefeito e diversas lideranças representantes de organizações de bairros. Dessa forma foram elaboradas as reivindicações das entidades de diversas localidades da cidade, bem como foram assumidos compromissos por parte da Frente Popular, no caso de uma vitória eleitoral. Esta realizou, ainda, convocações para reuniões de discussão de seu programa de

²¹⁴ **Prefeitura do Recife é pioneira.** Jornal do Brasil. 27 de outubro de 1987. Política, 1º caderno, p. 4.

²¹⁵ **Gestão Democrática.** Folheto. Pesquisa Gestão Urbana, Poder Local e Cidadania. Caixa 01. Acervo NUGEPP - Núcleo de Estudos em Gestão Urbana e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (UFPE).

governo. Nestes encontros eram levados roteiros com propostas a serem discutidas, a fim de elaborar as metas políticas conjuntamente com a população.

Inúmeros foram os documentos divulgados após estas reuniões: “Proposta da Frente Popular para a gestão da cidade”; “Compromissos assumidos pelo prefeito Jarbas Vasconcelos com as Interentidades”; “Compromissos assumidos pelo prefeito eleito Jarbas Vasconcelos por ocasião do debate com o movimento de bairros da cidade do Recife”; “Reivindicações do Movimento Popular aos candidatos à prefeitura do Recife”; “Proposta de participação na Prefeitura da Cidade do Recife - MDF”; “FEACA - Propostas para um novo tipo de Prefeitura”; “Propostas da Assembleia dos Bairros da RMR para participação do Movimento Popular na Gestão”; “Posicionamento quanto à participação na Gestão Democrática do prefeito Jarbas”.²¹⁶ (Ver: Anexo XXX).

As Interentidades (ETAPAS, FASE, GAJOP, CEAS e a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife) se mostraram interlocutoras importantes nesse diálogo entre as organizações dos bairros e a recente prefeitura, por exemplo, quando de grande debate organizado por este coletivo, em dezembro de 1985 na Universidade Católica de Pernambuco, que reuniu entidades de articulação dos movimentos de bairro (MDF, Assembleia dos Bairros, FEACA, Comissão de Lutas do Ibura), o prefeito eleito Jarbas com o seu secretariado, além de vários representantes de mais de 100 entidades de bairros de várias partes do Recife. (Ver: Anexo XXXI)

O discurso hegemônico presente nestes documentos, no que se refere às demandas postuladas pelas Associações e Conselhos de Moradores dos diversos bairros reunidos, centrava-se em questões envolvendo, sobretudo, educação, saúde, saneamento básico, urbanização e moradia: edificação de creches, escolas e postos de saúde, pavimentação e drenagem de ruas, construção de escadarias e muros de arrimo nas áreas de morro, coleta de lixo, implementação de rede de esgoto, abastecimento d’água e legalização da posse da terra. À parte as peculiaridades vivenciadas em cada bairro, eram estes os principais problemas materiais apontados pelas organizações de moradores. Paralelamente, entidades de articulação como a Comissão de Lutas do Ibura, a Assembleia dos Bairros da Região Metropolitana do Recife e a FEACA, reivindicavam mais participação na elaboração das políticas públicas; reforço às lutas populares; acesso a informações sobre o orçamento municipal; e criação dos

²¹⁶ Pesquisa Gestão Urbana, Poder Local e Cidadania. Acervo NUGEPP - Núcleo de Estudos em Gestão Urbana e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (UFPE).

conselhos populares. Enquanto o MDF centrou seu discurso nas questões da posse e legalização da terra, da moradia e da urbanização nas áreas mais carente da cidade, as favelas.

Não obstante, os princípios teóricos mais debatidos nessas reuniões e ratificados pela Frente Popular, conforme nos elucida Suely Leal em denso trabalho de pesquisa sobre a administração de Jarbas, foram: transparência; descentralização administrativa; e participação popular²¹⁷. De forma que essa discussão política se desdobrou em adesão e mobilização de significativas parcelas dos movimentos de bairro na campanha da Frente Popular e, posteriormente, na gestão de Jarbas.

Esse apoio se construiria também através de produções materiais. Nos trabalhos publicados pela ETAPAS, por exemplo, eram constantes as produções discursivas que procuram construir um forte repúdio ideológico em relação às prefeituras biônicas de Gustavo Krause e Joaquim Francisco, especialmente a deste último, pelo fato das publicações afirmarem que sua administração retrocedeu consideravelmente no que se refere à participação política das classes populares, não havendo sequer estratégias de atuação ou mesmo de controle junto às Associações.²¹⁸ Por outro lado, percebe-se o apoio às administrações “populares” de Jarbas e Arraes, por exemplo, em reportagens do jornal Folha dos Bairros, elaborado também a partir da ação de diversas organizações comunitárias de bairros pobres do Recife, mas com o auxílio técnico da ETAPAS²¹⁹. O slogan, resumidamente, era este: “O Recife passou mais de vinte anos sendo governado por prefeitos biônicos. A prefeitura agora é do povo”. Assim sendo, os discursos disseminados nas páginas da Folha dos Bairros constroem, dessa forma, um novo momento político para os movimentos sociais de bairro, em oposição às prefeituras anteriores. De forma que não mais se viveria o tempo do Estado autoritário tão criticado por setores dos movimentos populares. Agora a relação se daria com um “governante popular” (Ver: Anexo XVI). Esta também era a linha ideológica do Jornal de Casa Amarela elaborado por militantes da FEACA:

²¹⁷ LEAL, Suely Maria Ribeiro. **Para “além” do Estado**. Tendências, limites e alcances das novas formas de gestão urbana a nível local. Tese de doutorado em Economia. Campinas: UNICAMP, 1994. p, 83.

²¹⁸ Ver: MONTENEGRO, Antônio Torres; SILVA, Maria Neide da; AMORIM, Márcia Maria da Silva. **Movimentos de Bairro**. Repetição/invenção. Recife: ETAPAS, 1988, p. 17-20.

²¹⁹ **A vitória esmagadora da Frente Popular**. Folha dos Bairros. Dezembro de 1986, n.1, p.4-5. Acervo da ETAPAS; **Movimento de bairro: a história de Pernambuco**. Folha dos Bairros. Setembro de 1987, n.9, p. 4-5. Acervo da Etapas.

Os moradores do canal da Macaxeira esperam ansiosos pela posse do prefeito eleito da cidade, Jarbas Vasconcelos, buscando receber as melhorias prometidas em campanha para aquela área tão carente e que só mereceu desprezo das administrações biônicas anteriores. Durante 21 anos de governos comprometidos com a burguesia, somente foram realizadas obras que beneficiam moradores de alta renda [...] ficando de lado e até mesmo sendo ironizadas as lutas dos pobres da região²²⁰

Procurando materializar este discurso, a prefeitura elabora o programa “*Prefeitura nos Bairros*”, divide a cidade em 12 Regiões Político-Administrativas, as RPA’s (Ver: Anexo III), realizando visitas *in loco* periodicamente em cada uma dessas e buscando criar novos espaços e canais diretos para a voz da população, através da participação de representantes das Associações de Moradores dos bairros que compunham a RPA em questão.²²¹ Na visão de José Arlindo Soares, então Secretário de Ação Social, e Salvador Solé, advogado e então representante da Comissão de Justiça e Paz, a gestão de Jarbas estaria indo além das experiências do passado através dessas experiências *participacionistas* e com a progressiva articulação entre o poder publico e a sociedade civil²²².

Nessa mesma perspectiva discursiva de apoio aos movimentos de bairro, também foi elaborado, por exemplo, um programa para que as Associações pudessem adquirir, através de financiamento, equipamentos em geral, como mesas, cadeiras, mimeógrafo ou aparelho de som.²²³

Prevendo a resistência do legislativo municipal assim como nos tempos de Pelópidas à frente da prefeitura, já em seu discurso de posse Jarbas tem o cuidado de ressaltar que “*a Gestão Democrática enfatizará, também, o papel da Câmara Municipal, o único fórum que condensaria a heterogeneidade da composição de interesses da cidade*”²²⁴ e, seguindo, busca reafirmar que “*os vereadores, legislando, fiscalizando e fazendo ressoar a voz dos cidadãos,*

²²⁰ **Canal espera a nova prefeitura.** Jornal de Casa Amarela. Janeiro de 1986. n.1, p.4. FEACA.

²²¹ **Descentralização e democratização da gestão municipal: Programa Prefeitura nos Bairros. Documento básico.** Prefeitura do Recife. Secretaria de Ação Social. Outubro de 1987. Pesquisa Gestão Urbana, Poder Local e Cidadania. Caixa 13. Acervo NUGEPP - Núcleo de Estudos em Gestão Urbana e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (UFPE).

²²² SOARES; José Arlindo; SOLER, Salvador. **Poder local e participação popular.** Rio de janeiro: Rio Fundo Ed, 1992, p.17.

²²³ **Projeto arrumando a casa. Entidades podem adquirir equipamentos.** Folha dos Bairros, junho de 1987, Ano I, Nº 06, p.10. Acervo da ETAPAS.

²²⁴ **Povo não faltou à festa. Aliás, à posse.** Jornal do Comércio. 03 de janeiro de 1986. APEJE-PE, Acervo DOPS, Prontuário Funcional: 27.028. Prefeitura. 1985-1986.

serão permanente co-partícipes da administração”²²⁵. Entretanto, a cidadania participativa aparece como o fetiche na resolução dos problemas das comunidades, ou seja, numa esfera estritamente política, já que agora os interesses dos bairros podiam ser reivindicados diretamente ao prefeito em reuniões nas próprias comunidades ou na prefeitura. Vejamos as imagens abaixo:



Fonte: Pesquisa Gestão Urbana, Poder Local e Cidadania. Acervo NUGEPP. Caixa16.

A figura de Jarbas é representada, em ambos os panfletos de convocação para reuniões do Programa Prefeitura nos Bairros, ao lado dos militantes das Associações e Conselhos de Moradores das respectivas localidades, ora caminhado de braços dados e ao lado do povo, em Casa Amarela, ora sentado com seu secretariado escutando as palavras proferidas pelos moradores do Ibura:

Jarbas e seus assessores não se cansam de ver o povo reivindicando [...] Resolveram aplicar uma experiência do Ibura, onde os moradores organizaram um dia de prefeitura naquele local, que foi assim: o prefeito e todos os secretários passaram um dia atuando no Ibura, na ocasião os

²²⁵ **Idem.**

secretários deram despachos a cada interesse específico dos moradores. Enquanto isso Jarbas fez visitas em vários locais da região.²²⁶

Nestes encontros entre o poder público e as entidades dos bairros, normalmente sucedia-se a entrega de uma pauta de reivindicações elaboradas pelas Associações de Moradores da localidade, como quando *“quarenta e oito documentos contendo reivindicações de mais de 70 entidades de Casa Amarela forem entregues ao secretário [...] José Arlindo Soares no SESI do Vasco da Gama”*.²²⁷

Entretanto, a constante afirmação da falta de verbas para realização das reivindicações elaboradas pelas entidades, serviu várias vezes como argumento de defesa usado pela gestão frente às constantes críticas e cobranças das organizações de moradores, ao não verem materializadas as promessas de campanha.

Numa entrevista para a Revista Reclamo, em janeiro de 1987, após um ano de mandato, Jarbas responde sobre as mudanças ocorridas nesse tempo. Após relatar sobre as obras de contenção das encostas dos morros de Casa Amarela e Ibura e sobre a limpeza urbana que fora estendida para além do centro, para favelas, afirma em tom de avaliação: *“Destaco, sobretudo, a democratização das decisões [...] Hoje nenhuma decisão é tomada dentro da prefeitura sem que passe por um amplo debate”*. E continua mais adiante, seguindo uma linha argumentativa quase idêntica à anterior: *“Mudou, sobretudo, a participação da comunidade. Nada foi feito dentro da prefeitura [...] sem que passasse por uma ampla discussão.”*²²⁸

Na sua estratégia de governabilidade, esse era o maior instrumento de propaganda de sua administração. Em 1986, escreve dois artigos para a Folha de São Paulo, onde procura divulgar essa ‘nova’ experiência de relacionamento entre prefeitura e movimentos urbanos. Assim dizia o prefeito no mês de agosto: *“era urgente transformamos em cidadãos de fato essa massa populacional que era apenas residente em Recife”*²²⁹. E desse modo escrevia no

²²⁶ **Prefeitura confunde as comunidades.** Jornal de Casa Amarela. Maio/Junho de 1986, n. 5, p.1. FEACA.

²²⁷ **Casa Amarela: PMR ouve reivindicações de entidades e povo.** Diário de Pernambuco. 10 de junho de 1986. APEJE-PE. Hemeroteca.

²²⁸ **Entrevista. Jarbas: Balanço Positivo.** Revista Reclamo. Janeiro de 1987. Nº 14, p.3. Pesquisa Gestão Urbana, Poder Local e Cidadania. Caixa 01. Acervo do NUGEPP - Núcleo de Estudos em Gestão Urbana e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (UFPE).

²²⁹ VASCONCELOS, Jarbas. **Gestão municipal democrática.** Folha de São Paulo. 15 de agosto de 1986, Opinião, p.3. Pesquisa Gestão Urbana, Poder Local e Cidadania. Caixa 01. Acervo do NUGEPP

mês de outubro: *“uma prática fundamental para o bom êxito desse programa é o deslocamento, a cada vinte dias, para umas das Regiões Político-Administrativas, onde se dá o contato direto com as comunidades”*²³⁰

A prefeitura, atendendo algumas antigas reivindicações dos moradores, mas principalmente exaltando essa quase mítica participação popular, se revestiu com a roupagem de administração descentralizada burocraticamente. Superestimou-se, como é possível ler nos pronunciamentos constantes do prefeito ao longo desses anos, a horizontalidade nas tomadas de decisões e a democratização nas elaborações das políticas públicas, a partir de realizações de reuniões, seminários, plenárias nos bairros, onde estava sempre representado o Estado, fosse com a presença do próprio Jarbas ou com algum de seus secretários.

Faz-se importante uma ressalva. Este trabalho não tem o intuito de entender esse momento da história política recifense como só mais uma forma de “populismo” ressignificado por parte de um Estado – que possivelmente não mais centraria suas ações em questões trabalhistas ou sociais como nos anos 50 e 60, mas sim político-participativas.

Com a relação de forças sendo também construída a partir das ações das organizações dos moradores de diversos bairros, dissolvem-se conceitos reducionistas como “populismo” ou “clientelismo”, que por vezes representaram, historiograficamente, as classes populares apenas como expectadoras que passivamente assistem aos desdobramentos políticos, sendo percebidas com as lentes da alienação, da manipulação, do controle político e do benefício eleitoral. De forma que exclusivamente receberiam as concessões e os benefícios, interiorizando o discurso de participação propagandeado pelo Estado.

Ora, em via oposta, é preciso conceber e colocar as classes populares em cena, analisando a gestão de Jarbas e as ações deste Estado como respostas aos interesses *participacionistas* culturalmente elaborados nos anos finais da ditadura, por amplas aglutinações de pessoas residentes nos bairros pobres da cidade. As suas demandas materiais e ideológicas foram colocadas na pauta institucional do Estado em resposta às pressões

- Núcleo de Estudos em Gestão Urbana e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (UFPE).

²³⁰ VASCONCELOS, Jarbas. **Uma experiência de democratização e descentralização**. Folha de São Paulo. 20 de outubro de 1986, Opinião, p.3. Pesquisa Gestão Urbana, Poder Local e Cidadania. Caixa 01. Acervo do NUGEPP - Núcleo de Estudos em Gestão Urbana e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (UFPE).

políticas dos grupos organizados nestas comunidades, como Ibura, Casa Amarela ou Brasília Teimosa. Assim Gomes Filho reconstrói o lugar social ocupado pelos movimentos populares nestes anos: “*Não éramos mais cidadãos de segunda classe*”²³¹. Deste modo, não era possível governar sem a presença constante destes atores sociais. Estes já eram sujeitos da história, centrais à cena política da cidade desde anos anteriores. Suas vozes não mais poderiam ser simplesmente contidas.

4.2 Inquietações ainda vêm dos bairros: cotidiano e vivências políticas no bairro popular no pós-85

A aproximação de Jarbas – e também dos demais candidatos – das regiões onde residiam as camadas sociais mais pobres e numerosas da cidade parece ter sido fundamental nesse processo de construção da figura do “governante popular”. Há neste momento a percepção clara e disseminada de que as decisões dos pleitos se dariam, sobretudo, em consequência do comportamento eleitoral dos moradores destes populosos bairros da periferia da cidade (sobretudo, Ibura e Casa Amarela).

Analisando os prontuários funcionais do acervo DOPS-PE sobre as campanhas das eleições de 1978, 1982, 1985 e 1986, percebe-se o quanto os partidos políticos, bem como suas coligações, irão percorrer vários quilômetros em caminhadas, realizações de comícios e shows notadamente nos bairros mais pobres da cidade do Recife. A partir de informações presentes nos prontuários, é possível perceber o quanto estas regiões da periferia ganharam importância eleitoral, de modo que não seria possível eleger-se ou governar, durante estes anos, sem considerar a força política exercida pelas classes populares, sobretudo quando estavam organizadas em Associações e Conselhos de Moradores com suas respectivas federações.

As articulações setoriais mais importantes e que aglutinavam diversas dessas Associações de Moradores eram: a FEACA, que congregava várias dessas entidades no populoso bairro de Casa Amarela; a Comissão de Lutas do Ibura, que reuniu, da mesma forma que a primeira, as organizações das diversas comunidades que compõem o bairro; havia ainda o então chamado Setor Sul, que articulava, sobretudo, Brasília Teimosa, mas também Pina e Imbiribeira; além da própria Assembleia dos Bairros da Região Metropolitana do Recife.

²³¹ **Entrevista concedida ao autor.** Recife, 04 de abril de 2013.

Alguns locais aparecem com frequência nos ofícios enviados pelos partidos e coligações à Secretaria de Segurança Pública, quando estes a informavam da realização de algum destes atos políticos. Da mesma forma aparecem constantemente nos relatórios policiais posteriores sobre os eventos públicos transcorridos nos bairros.

São estes os mais presentes: na região mais ao norte da cidade, nos arredores dos bairros de **Casa Amarela** e **Macaxeira**: Bomba do Hemetério; Alto do Pascoal; Alto José Bonifácio; Alto Santa Isabel; Alto da Esperança; Alto da Favela; Alto José do Pinho; Morro da Conceição; Córrego do Jenipapo; Vasco da Gama; Linha do Tiro. Na região mais ao sul da cidade, nos arredores do bairro do **Ibura e Jordão**: Ibura de Baixo; Três Carneiros; UR-01; UR-02; UR-04; UR-05; Caçote; Barro; Curado. E ainda em outras regiões da cidade: San Martin, Jardim São Paulo, Mustardinha, Várzea, Santo Amaro, dentre outras.²³² De forma que, sobretudo, a Frente Popular irá ocupar as ruas, as praças, os largos e as feiras-livres desses lugares, com shows de Reginaldo Rossi e de outros artistas nos comícios para as eleições municipais de 1985 e para o governo em 1986.

Quando lemos especificamente o Prontuário Funcional 27.030 do acervo DOPS-PE, cujo conteúdo é formado por diversas comunicações de realização de comícios do PSB durante a campanha de Jarbas em 1985, logo percebemos que a reta final das atividades desta campanha ocorreu em Casa Amarela. Os comícios da Frente Popular, em outubro de 1985, ou seja, às vésperas do pleito municipal daquele ano, se dariam em maioria esmagadora no bairro, bem como nas comunidades circunvizinhas.

Mas não só a Frente Popular buscaria estes votos nos bairros superpopulosos do Recife. O ex-prefeito do Recife, Augusto Lucena, novamente candidato em 1985, votou no dia de 15 de novembro daquele ano e posteriormente seguiu em caminhada pela cidade: “*Seguindo pela Avenida Norte [...] Augusto Lucena foi para os morros de Casa Amarela com a finalidade de pedir o voto dos eleitores indecisos*”²³³. A reportagem continua afirmando que mesmo “*Demonstrando cansaço o candidato da Frente Democrática Cristã foi [...] visitar o grande bairro que é o Ibura, passando por quase todas as UR's*”²³⁴.

²³² Ver, por exemplo: **Prontuário Funcional: 7.283**. Ofícios dos comícios das eleições de 1986; **Prontuário Funcional: 27.030**. Comícios PSB. 1986/85; **Prontuário Funcional: 7.277**. Ofícios do PMDB e PSB. 1986; **Prontuário Funcional: 30.233**. Relatórios, panfletos e propaganda política (MDB) 1977-1988; **Prontuário Funcional: 27.551**. Recortes de Jornais (campanha política) 1978; **Prontuário Funcional: 1.701**. Comitê de propaganda do MDB (PE). Sem data.

²³³ **PDC/PDS. Lucena acorda cedo, recebe os amigos e sai para votar**. Jornal do Commercio. 16 de novembro de 1985, p.7. APEJE-PE. Hemeroteca.

²³⁴ **Idem**.

Além das estatísticas populacionais, a organização de entidades ali desenvolvida fomentou essa relevância eleitoral nestes bairros, de forma que candidatos das mais variadas matizes ideológicas precisaram atender e ouvir esta nova força política. De outro lado, é importante destacar o papel fundamental desempenhado pelos líderes comunitários nesse processo de inserção dos candidatos nos bairros pobres. Como nos diz Gomes Filho quando relembra as eleições de 1985:

Jarbas andou muito comigo aqui. Eu fui o cara que fazia a agenda de Jarbas aqui. Fazia o roteiro porque conhecia o Ibura na palma da mão, né? Conhecia e conheço. A gente andava muito no Ibura. Ele tinha uma frase histórica, que ele dizia assim: “*o pouco que os governos da prefeitura fizeram na ditadura, não fizeram no Ibura*”, certo? Então, eu andei com ele, por exemplo, aqui, descemos essa ladeira aqui da Vila dos Milagres, onde ele fez comício. Ele não tinha esse negócio de chuva, tá chovendo. Era uma Brasília de som com um motorista, e a gente marcava e ele vinha. Não tinha esse negócio de chover não.²³⁵

Vale destacar a dificuldade – ou mesmo impossibilidade – que um candidato teria ao circular pelas vielas e íngremes ladeiras de bairros com realidades geográficas totalmente distintas das áreas mais centrais da cidade. A falta de familiaridade era certamente um empecilho ainda maior no caso do Ibura, um bairro de formação histórica recente, construído ao longo da ditadura, que nesta época não tinha mais que vinte anos de existência. Nas eleições de 1985 o bairro ainda estava sendo, de certo modo, construído, inclusive a partir das ocupações irregulares nos interstícios das vilas da COHAB, as UR's. Gomes Filho, então militante da Associações de Moradores da UR-03, além de mencionar a espontaneidade de Jarbas nestas caminhadas nem sempre simples de serem realizadas em regiões historicamente abandonadas pelo poder público, afirma ser quem abria os caminhos para que o candidato a prefeito pudesse ter contato com a população local.

Em certo momento desta entrevista, Gomes Filho, demonstrando certo entusiasmo, disse: “*Ainda me lembro da música daquele tempo, de Jarbas*”²³⁶. Perguntei se poderia cantar. Ele, após relutar um pouco, atendeu a solicitação, explanando certa emoção com aquele gesto e revelando o sentimento de nostalgia em relação àqueles momentos de ativismo e caminhadas outrora vivenciados (Ver: Anexo XXIX):

²³⁵ Entrevista concedida ao autor. Recife, 04 de abril de 2013.

²³⁶ Idem.

Jarbas é a cara do povo	Sempre ao lado da gente
Ele sofre o que eu sofro	Não cala, não mente
O que eu quero ele quer	Ele é o que é
 Jarbas é a voz do oprimido	 É pra já! É pra já!
É meu canto, é meu grito	Tá na cara que Jarbas vai ganhar!
É palavra de fé	É pra já!

A letra da música, com versos simbólicos como “*ele sofre o que eu sofro*”, “*o que eu quero ele quer*” ou “*é a voz do oprimido*”, procurava representar no imaginário popular um Jarbas cada vez mais enquanto o “candidato do povo”, aquele que tem conhecimento do difícil cotidiano enfrentado pelos moradores dos bairros pobres, além de ter profundo interesse na resolução de seus problemas, porque inclusive ali circulava periodicamente.

Como foi possível observar na primeira parte, o intenso cotidiano político destes bairros foi registrado por uma imprensa alternativa que o acompanhava e o noticiava periodicamente. Segundo Maria Paula Nascimento Araújo, essa imprensa alternativa envolvia a circulação de jornais de vários tipos, como os jornais dos partidos e organizações clandestinas de esquerda, as revistas de contracultura e as publicações dos movimentos sociais, como as do movimento estudantil, dos movimentos de bairro e chamadas das minorias sociais. Como nos diz a autora:

Eram jornais [...] muitas vezes de tiragem irregular, alguns vendidos em bancas, outros de circulação restrita e, sempre, de oposição. Durante a ditadura estes jornais cumpriram um importante papel: questionaram o regime, denunciaram a violência e a arbitrariedade e expressaram uma opinião e uma posição de esquerda num país que havia suprimido, praticamente, quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição.²³⁷

²³⁷ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970 In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar**. 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004, p.169.

Já se observou que o bairro pobre ou de periferia possui distinções geográficas e antropológicas que, de certo modo, fomentam a noção de uma sociabilidade mais intensa ou vitalizada, quando em comparação a outras áreas da cidade, seja pela arquitetura, a forma de ocupação do espaço urbano ou mesmo pelas necessidades materiais²³⁸, e que a construção de uma identidade perpassada pelo conceito de “popular” nestas localidades foi fundamental no intenso processo político que se ali se desencadeava. Nesse sentido, Maurizio Gribaudi, por exemplo, quando estudou diversas famílias de um bairro operário de Turim, na Itália, observou-as *“se reunirem nos mesmos espaços devido à necessidade comum de garantir, à família e ao próprio indivíduo, a utilização de recursos emocionais e econômicos que as redes locais de relação lhes forneciam”*.²³⁹

De forma que na imprensa alternativa produzida por comunidades pobres do Recife é possível selecionar inúmeros exemplos históricos que materializam essa construção identitária, edificada sobre uma base de práticas coletivas e de uma lógica consensual e solidarista, bem como de valorização de noções como ‘autonomia’, ‘autogestão’ e ‘democracia de base e participativa’, inclusive no interior das entidades, em suas lógicas organizacionais.

Discutidas na primeira parte deste trabalho, as diversas ações existentes nas comunidades foram registradas por esses jornais, que acabaram por arquitetar estes valores compartilhados pelas comunidades mais pobres da cidade. Conforme foi dito, o que transformaria as experiências fragmentadas em diferentes localidades, numa identidade compartilhada, seria aquilo que era disseminado discursivamente por estas publicações. A própria produção dessas publicações materiais era resultado de uma ação política coletiva (e de outro lado, a retratava). E como tal, necessitava de estratégias particulares que envolvia a criação de certas redes e a elaboração de uma “comunidade política”.

²³⁸ Sabe-se que nestes lugares percebem-se comunicações interpessoais mais dinâmicas. Todavia, não se pretende aqui transformar estes bairros em lugares de relacionamentos coesos, nem construir uma ideia de comunidade enquanto espaço harmônico em sua totalidade, onde não haja espaço para as intrínsecas disputas e conflitos internos.

²³⁹ GRIBAUDI, Maurizio. Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX siècle. Paris: EHESS, 1987, p.234-235, apud PEREIRA, Joana Vidal de Azevedo Dias. **Espaços industriais e comunidades operárias**: o caso de estudo português e a tradição historiográfica europeia. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 64, p. 27-44, 2012.

Em Recife, após 1985, dentre as publicações que envolviam as realidades dos bairros pobres da cidade, destacam-se as tiragens, sobretudo, da Folha dos Bairros, produzida pela ETAPAS e do Jornal de Casa Amarela, elaborado pela FEACA.

Em suas reportagens, encontramos não só a denúncia de seus problemas materiais. Aparecem sim, por exemplo, reportagens sobre a situação de precariedade, insuficiência e superlotação do transporte público²⁴⁰, especialmente nos bairros mais distantes do centro. Esta problemática, sobretudo quando dos periódicos aumentos de passagens, se mostrava, inclusive, como aquela que mais aglutinava os movimentos de bairro na época em mobilizações de ruas (Ver: Anexos VI, XI, XIII e XIV). Todavia, não era a única questão presente nos jornais. Outros debates se desenrolavam nas suas páginas sobre a questão da moradia e das ocupações²⁴¹, sobre os deslizamentos nos morros²⁴², sobre as doenças provocadas pela falta de saneamento básico, dentre diversas questões. Contudo, um conjunto de outros debates merece atenção. De início, vale ressaltar, por exemplo, discussões sobre a dívida externa, sobre a inflação e as campanhas contra a carestia²⁴³, sobre as greves de várias categorias de trabalhadores²⁴⁴, além de debates em torno da Constituinte²⁴⁵ que foram levados adiante em suas páginas. De modo que tais reportagens revelam suas lutas indo além das demandas materiais por bens e equipamento de uso coletivo, interligando-se a outras esferas de mobilizações e à política institucional, fosse em nível local ou nacional (Ver: Anexos XV e XXV). Na seção “*De olho na constituinte*”, por exemplo, a Folha dos Bairros analisou periodicamente o desenvolvimento dos debates no congresso nacional, além de destacar a importância da participação das organizações populares durante a elaboração da carta, com as construções de emendas: “*A população pode apresentar proposta à Constituinte. [...] Estão*

²⁴⁰ **O drama dos transportes coletivos.** Jornal de Casa Amarela. Fevereiro de 1986, Ano I, Nº 02, p.01. FEACA; **Aumento das passagens causa protesto.** Jornal de Casa Amarela. Junho de 1987, Ano II, Nº 13, p.01-04. FEACA; **Transporte coletivo: um problema social.** Folha dos Bairros, julho de 1987, Ano I, Nº 07, p.06-07. Acervo da ETAPAS.

²⁴¹ **Favelados querem moradia.** Jornal de Casa Amarela. Março de 1986, Ano I, Nº 03, p.06. FEACA; **Guabiraba também luta por moradia.** Jornal de Casa Amarela. Abril e Maio de 1987, Ano II, Nº 12, p.05. FEACA

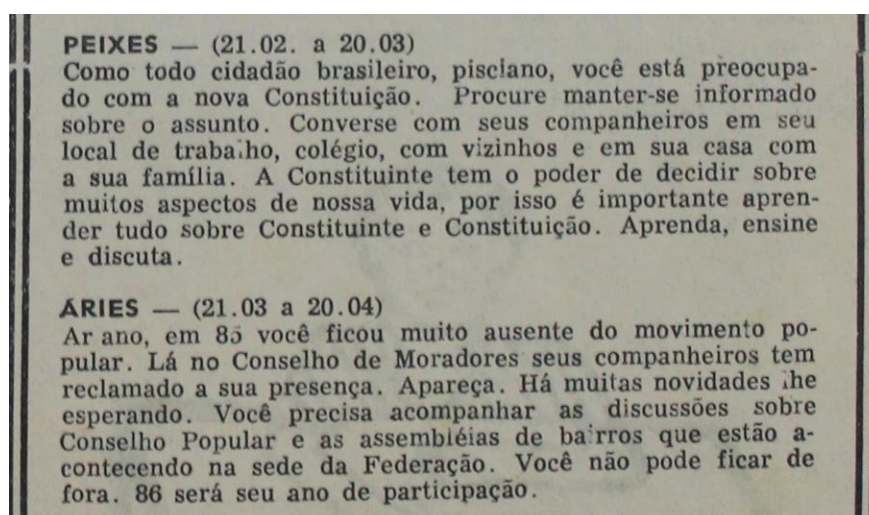
²⁴² **Barreiras. O monstro que desperta no inverno.** Folha dos Bairros, novembro de 1987, Ano I, Nº 11, p.06-07. Acervo da ETAPAS.

²⁴³ **Custo de vida. Como a população está reagindo.** Jornal de Casa Amarela. Junho de 1987, Ano II, Nº 13, p.02. FEACA

²⁴⁴ **Dezesseis mil professores em greve.** Jornal de Casa Amarela. Maio e Junho de 1986. Ano I, Nº 05, p. 5. FEACA.

²⁴⁵ **Comissão de saúde promove encontro pela constituinte.** Jornal de Casa Amarela. Janeiro de 1986, Ano I Nº 01, p.1-3. FEACA; **Constituição e constituinte: sua importância no meio popular.** Jornal de Casa Amarela. Fevereiro de 1986, Ano I, Nº 2, p.2. FEACA.

sendo encaminhadas no Recife [...] campanhas de assinatura em favor dos direitos da mulher [...] da reforma agrária [...] dos direitos dos trabalhadores entre outras”²⁴⁶. As palavras-cruzadas que constantemente finalizavam o jornal (Ver Anexos: XI e XII) eram elaboradas com claras conotações políticas e fomentavam o leitor a pensar, por exemplo, em qual bairro foi realizado determinada atividade; qual foi o comprometimento assumido por Arraes; como está a saúde do povo pernambucano; ou quem está combatendo o aumento das passagens dos transportes coletivos. Em perspectiva semelhante, a seção do Horóscopo do Jornal de Casa Amarela era usada pelo jornal para debater, dentre diversos temas, a constituição que se elaborava no congresso nacional ou a importância da participação dos moradores nas reuniões e assembleias das associações do bairro, como se vê abaixo:



Fonte: Jornal de Casa Amarela. Janeiro de 1986, Ano I Nº 01, p.06. FEACA

De outro lado, noticia-se constantemente o movimentado cotidiano político de diversas entidades de bairro do Recife. A seção “*Tá na boca do povo*” da Folha dos Bairros destaca os debates políticos travados em diferentes regiões, com a existência de várias chapas e grupos políticos: “*três chapas concorreram às eleições de Monte Verde*”²⁴⁷; “*está quente a disputa para as eleições do Conselho de moradores do Córrego do Jenipapo. Concorrem duas chapas*”²⁴⁸. Em estudo realizado pela ETAPAS, vê-se que aproximadamente 70% das

²⁴⁶ **De olho na constituinte. População apresenta emendas.** Folha dos Bairros, junho de 1987, Ano I, Nº 06, p.11. Acervo da ETAPAS.

²⁴⁷ **Tá na boca do povo. Eleições realizadas.** Folha dos Bairros, março de 1987, Ano I, Nº 03, p.10. Acervo da ETAPAS.

²⁴⁸ **Tá na boca do povo. Eleições realizadas.** Folha dos Bairros, abril de 1987, Ano I, Nº 04, p.11. Acervo da ETAPAS.

Associações e Conselhos de Moradores pesquisados em 1986, tinham presenciado duas ou mais chapas concorrendo nas últimas eleições.²⁴⁹

Na UR-06, no Ibura, a Folha dos Bairros constrói a vitória da chapa encabeçada por João Paulo em 1987, futuro prefeito do Recife pelo PT no período de 2001 a 2008, como sendo contra “*um grupo de pessoa que há 13 anos só realizava atividades de lazer na entidade*”²⁵⁰. Neste mesmo ano, numa reportagem sobre o nível de organização do movimento popular, é possível identificar a presença de várias propostas e tendências políticas, de modo que não podemos conceber tal organização de modo homogêneo, sem embates internos, correlações de forças e redes de poder distintas que se enfrentavam. Na UR-01, em Brasília Teimosa, e no Córrego do Jenipapo teriam vencido, segundo a reportagem, as tendências “*mais combativas*” de cada bairro. Em Brasília Teimosa percebe-se um considerável número de chapas e votantes. Assim foi apresentado o resultado: chapa 1, com 266 votos; chapa 2, com 2.218 votos; chapa 3, com 90 votos; chapa 5, com 255 votos; chapa 10, com 1.004 votos²⁵¹. Já na UR01, houve quatro chapas e 677 votantes²⁵². E no Córrego do Jenipapo, 2.049 eleitores teriam votado. Nesta última comunidade, a eleição, diz o jornal, “*teve o mesmo peso que um pleito de deputado ou prefeito, dada a disputa e clima de festa cívica*”²⁵³

É inegável que a periferia se tornou cada vez mais um objeto de trabalhos acadêmicos a partir das décadas de 1970 e 1980, sobretudo, por sua acentuada organização política desenvolvida nestes tempos, bem como pelas carências materiais que lhe eram/são próprias, no que se refere aos serviços públicos e à infraestrutura urbana. Conforme foi dito, entretanto, alguns autores apontam para a existência de um universo festivo ou lúdico, por vezes esquecido pelos pesquisadores. Atuando no interior da antropologia urbana estes acabaram por se ater no cotidiano, nos modos de vida e nas relações de parentesco e de vizinhança destas áreas da cidade, bem como nas suas formas de sociabilidade e lazer. Como

²⁴⁹ Tabela 27 – Recife. (Número de Chapas que concorreram na última eleição) In MONTENEGRO, Antônio Torres. SILVA, Maria Neide da; AMORIM. Márcia Maria da Silva. **Movimentos de Bairro. Repetição/invenção**. Recife: ETAPAS, 1988, p 80.

²⁵⁰ **Tá na boca do povo. Eleições realizadas**. Folha dos Bairros, outubro de 1987, Ano I, Nº 10, p.10. Acervo da ETAPAS.

²⁵¹ **Avança o movimento popular organizado. Festa na eleição de Brasília Teimosa**. Folha dos Bairros, maio de 1987, Ano I, Nº 05, p.07. Acervo da ETAPAS.

²⁵² **Avança o movimento popular organizado. Vence proposta democrática na UR-01**. Folha dos Bairros, maio 1987, Ano I, Nº 05, p.07. Acervo da ETAPAS.

²⁵³ **Avança o movimento popular organizado. Eleição concorrida do Córrego do Jenipapo**. Folha dos Bairros, maio de 1987, Ano I, Nº 05, p.07. Acervo da ETAPAS.

nos diz José Guilherme Cantor Magnani, apesar do interesse em torno de questões como as condições de vida e de existência dos trabalhadores nas cidades, uma questão específica – as formas de entretenimento com que a população preenche o tempo de lazer nos bairros de periferia – tem sido deixada de lado pelas análises:

Apesar do interesse despertado ultimamente pelas condições de vida das populações dos bairros periféricos, suas associações e movimentos reivindicativos, existe, entretanto, toda uma realidade que faz parte do cotidiano dessas populações, mas que normalmente escapa às atenções e foge do interesse político imediato: é o bar da esquina, são os clubes de futebol de várzea [...] os bailes populares (forrós, rodas de samba [...]) grupos de mutirão, [...] sistemas de excursões populares [...] ²⁵⁴

Apesar de não ser o foco específico deste trabalho, é importante perpassar estas esferas da vida cotidiana que estavam, também, necessariamente presentes no universo político dos bairros nestes anos. É possível ler nos jornais a presença de tais atividades culturais enquanto um incentivo à coesão política e identitária entre diferentes bairros e regiões da cidade. Os festivais de música e cultura local são destaque, por exemplo, na Folha dos Bairros. Na coluna “*Rápidas Culturais*” da edição de março de 1988, o jornal relata sobre um evento destes no bairro da Mustardinha, realizado pelo Núcleo de Cultura Popular daquele bairro, mas que recebeu além de artistas locais e do Grupo de Mulheres Negras da Mustardinha, o Grupo de Teatro Mais Um de Brasília Teimosa e o Maracatu do bairro do Bongí²⁵⁵. Tais festividades, costumes comuns de vários bairros no período, agiram de modo a integrar as organizações de regiões por vezes distantes geograficamente. Dentre estes eventos, vale destacar a marcante passagem do grupo salvadorenho Cutumay Camones pelas comunidades da UR-10, no Ibura, e do Morro da Conceição, em Casa Amarela, com a realização de debates e shows com as músicas sobre a situação do povo pobre de El Salvador, que então vivenciava uma guerrilha.²⁵⁶ (Ver: Anexo XXVI).

Paralelamente, os campeonatos de futebol entre bairros no período foram não apenas acompanhados por estas gazetas de menor alcance midiático, mas atingiram, inclusive, o

²⁵⁴ MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco**. Cultura Popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense: 1984, p.17.

²⁵⁵ **Rápidas Culturais**. Folha dos Bairros, março de 1988, Ano II, Nº 12, p.12. Acervo da ETAPAS.

²⁵⁶ **Solidariedade. Grupo Salvadorenho no Recife**. Folha dos Bairros, junho de 1987, Ano I, Nº 06, p.03. Acervo da ETAPAS.

noticiário da grande imprensa. Esta abriu uma margem de cobertura que foi além dos grandes clubes do futebol local – Sport, Santa Cruz e Náutico – e acabou por acompanhar a organização de grandes campeonatos amadores como o “Peladão”, bem como a noticiar os jogos e os resultados de confrontos como: Grêmio Esportivo Real da Mustardinha X Juventus do Pacheco; Onze de Santo Amaro X Curitiba de Rio Doce; Associação Atlética Palmeiras do Jordão X Leão do Norte de Porta Larga.²⁵⁷

Ainda nesse processo de constituição da “comunidade política”, vale salientar a importância de algumas reportagens que revelam a lógica comunitária e solidarista existente em muitas destas localidades e em suas respectivas organizações de bairro²⁵⁸. As lutas pelos telefones comunitários na Mustardinha²⁵⁹, a padaria comunitária de Chão de Estrelas²⁶⁰, a fabricação de remédios populares na Macaxeira²⁶¹, as rádios comunitárias²⁶² e os grupos de produção em diversos bairros²⁶³, dentre outros, são alguns exemplos de experiências coletivas de organização que eclodem nos bairros nesse período e aparecem constantemente nas folhas da imprensa alternativa.

Em relação aos grupos de produção, vale destacar o SACOLARTE, na UR-01. O local onde a prefeitura de Krause implantou o *Sacolão* (criado em alguns bairros da cidade enquanto um espaço da prefeitura que comercializava frutas e verduras a preços mais acessíveis) foi ressignificado pelos moradores após o seu abandono. Várias pessoas de entidades diferentes do Ibura decidiram ocupar o galpão abandonado e iniciaram um trabalho comunitário de ensino e de produção que envolvia serigrafia, artesanatos, sapataria, costura e

²⁵⁷ **Peladão/84. Real X Pacheco.** Clássico de Hoje. Jornal do Commercio. 12 de Janeiro 1985. Esportes, 15.

²⁵⁸ **Guabiraba realiza semana comunitária.** Jornal de Casa Amarela. Janeiro de 1986, Ano I Nº 01, p.06. FEACA

²⁵⁹ **Mustardinha já tem telefone.** Folha dos Bairros, março de 1987, Ano I, Nº 03, p.11. Acervo da ETAPAS; **Luta por telefones comunitários.** Folha dos Bairros, maio de 1987, Ano I, Nº 05, p.10. Acervo da ETAPAS.

²⁶⁰ **Chão de Estrelas. A luta pelo pão de cada dia.** Folha dos Bairros, janeiro e fevereiro de 1987, Ano I, Nº 02, p.09, Acervo da ETAPAS.

²⁶¹ **Fabricação de remédio popular na macaxeira.** Folha dos Bairros, abril de 1987, Ano I, Nº 04, p.05, Acervo da ETAPAS.

²⁶² **Rádio Comunitária. Eficaz opção de comunicação popular.** Folha dos Bairros, abril de 1988, Ano II, Nº 13, p.06 e 07, Acervo da ETAPAS; **Rádio popular. Uma opção de comunicação.** Jornal de Casa Amarela. Fevereiro de 1986, n.2, p.6. FEACA.

²⁶³ **Grupo de produção. A opção para enfrentar a crise. CIO DA TERRA. Arte com retalho.** Folha dos Bairros, março de 1988, Ano II, Nº 12, p.09. Acervo da ETAPAS; **Grupo de produção. A opção para enfrentar a crise. A produção da COOPEARTE.** Folha dos Bairros, março de 1988, Ano II, Nº 12, p.09. Acervo da ETAPAS.

barbearia. O SACOLARTE, assim, prestava serviços à própria comunidade quando necessário. A renda era dividida entre os participantes, e cada um desses contribuía com uma quantia para a manutenção do espaço. Com esse último fim, também eram promovidas festas, rifas e atividades culturais. Segundo a Folha dos Bairros, o SACOLARTE teria surgido “*com o objetivo de unir os desempregados, num local onde pudessem trabalhar por conta própria, adquirir renda e conscientizar a comunidade para o problema do desemprego*”²⁶⁴

Nos bairros pobres, portanto, com estas diversas formas de associativismo político e cultural que ali eclodem, é que se elabora o arquétipo da cultura *participacionista*. Ideologia que vinha sendo vivenciada nos bairros enquanto prática cotidiana, desde meados dos anos setenta e que seria levada a cabo posteriormente enquanto discurso ou política oficial de Estado. Valorizando esta perspectiva de horizontalidade organizacional que fomenta a participação de diferentes pessoas da comunidade, opina Levi Gomes sobre a concepção de base na entidade dos moradores no Córrego do Jenipapo em outros tempos:

Quando você se junta, quando você se reúne a intenção é resolver alguns problemas. Se reúne em função de alguns interesses, né? O grande problema é quando esse interesse é não do coletivo e sim do individual [...] Esse processo coletivo, só vai se chegar a ele a partir de um processo de discussão, de debate [...] Por isso não aceitávamos essa ideia de liderança comunitária, um líder, [...] precisávamos ter uma organização comunitária. Evidentemente algumas pessoas encabeçam essa organização, mas a ideia de líder comunitário acaba com a ideia de Associação de Moradores.²⁶⁵

Em um estudo realizado em 1986 pela ETAPAS sobre as organizações de moradores do Recife, encontra-se vários questionários aplicados às entidades sobre as suas vivências políticas, e a partir desses levantamentos estatísticos é possível, de certo modo, traçar um perfil organizacional dessas Associações no período. É perceptível um quadro geral de valorização da democracia e da participação apontada pelos entrevistados, na própria concepção e ideário das instituições, uma vez que a ampla maioria das comunidades tinha um processo de votação sem muitas restrições, bastando por vezes residir na área e ter mais de 16 ou 18 anos. Igualmente, a maioria das entidades escolhiam suas diretorias normalmente

²⁶⁴ **Ibura. Grupo gera renda.** Folha dos Bairros, março de 1988, Ano II, Nº 12, p.09. Acervo da ETAPAS.

²⁶⁵ **Entrevista concedida ao autor.** Recife, 15 de agosto de 2013.

através de um processo de votação direta e tinham a Assembleia enquanto instância privilegiada de decisões.²⁶⁶

Em linha de pensamento semelhante, discutindo acerca da necessidade da construção dessa comunidade política a partir de uma ação coletiva dos sujeitos que se associavam em torno de problemas que lhes eram comuns, Ademir Torres rememora quando presenciou um companheiro de sua chapa, na diretoria da Associação de Moradores da UR-10, receber uma reclamação de um morador do bairro sobre um buraco que havia em sua rua. O companheiro teria dito ao morador que resolveria o problema o mais depressa possível enviando um ofício à prefeitura. Diz Ademir: *“Não é assim. A gente junta uma turma que tá interessada, faz um ofício, outra turma leva. Quem não pode, tá ocupado? Outro paga a passagem desse aqui [...] Assim você ajuda na consciência das pessoas. Associação não é prestação de serviços”*²⁶⁷. A ética democrática permeava o associativismo de bairro no Recife. As entidades incorporavam práticas democráticas e *participacionistas* em suas organizações internas, de forma que a democracia era percebida enquanto um valor necessário, antes de ser apenas um sistema político almejado em nível de Estado.

Na segunda metade da década de 1980 os movimentos de bairro iniciam um processo de discussão com o intuito de criar uma federação que aglutinasse as forças das várias regiões que se organizavam nos bairros pobres da cidade²⁶⁸. A Folha dos Bairros começa a construir uma memória coletiva destes movimentos, destacando os seus principais feitos políticos durante as décadas de 1970 e 1980. Escrevendo assim as primeiras histórias dos movimentos de bairro, cedeu espaço para as primeiras discussões, projetos e tendências desse processo da federalização da então Assembleia dos Bairros. Em setembro de 1987 aconteceria o 1º Congresso da Assembleia dos Bairros (Ver: Anexo XXVII) e criar-se-ia, ao seu final, a FEMEB, federação que então representava Associações e Conselhos de Moradores de Recife, Olinda, Jaboatão, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, São Lourenço da Mata e Camaragibe.

²⁶⁶ Ver: Tabela 23 (Instâncias de decisões das entidades); Tabela 25 (Forma de escolha dos dirigentes); Tabela 30 (Quem vota) In MONTENEGRO, Antônio Torres; SILVA, Maria Neide da; AMORIM, Márcia Maria da Silva. **Movimentos de Bairro**. Repetição/invenção. Recife: ETAPAS, 1988, p 79-81.

²⁶⁷ **Entrevista concedida ao autor**. Recife, 29 de maio de 2013.

²⁶⁸ **Movimento de bairro quer federação**. Folha dos Bairros, abril de 1987, Ano I, Nº 04, p.1. Acervo da ETAPAS.

Após ser eleita a primeira diretoria da FEMEB, o jornal exaltava: “*uma nova época para o movimento de bairros*”.²⁶⁹

4.3 Quando a “gestão democrática” virou alvo.

“*Sexta-feira da Paixão, ainda escuro no Alto do Mandu [...] Figuras Humanas, silenciosas mais delicadas, febrilmente, limpam e terraplenam a encosta de declividade pronunciada [...] Está caracterizado mais um novo caso de invasão*”.²⁷⁰ O autor se referia a mais uma ação coletiva eclodida em resposta às árduas condições de vida e moradia que várias famílias enfrentavam no Recife. O déficit habitacional e os altos preços dos aluguéis iriam fazer explodir este tipo de prática nas comunidades mais carentes da cidade. A mencionada ocupação do Alto do Mandu receberia o nome Paixão de Cristo, em referência ao dia em que se começou a ocupação, mas também em que principiaram as primeiras ações repressivas por parte da polícia.²⁷¹

Os movimentos de bairro do Recife iam construindo seus espaços de sociabilidade e seus terrenos de resistência e atuação política. Contrariamente às perspectivas que desenham as classes populares como objetos, estas se apresentavam enquanto sujeitos de sua própria história, inclusive durante a ditadura, que por vezes é lida como um tempo de completa hegemonia e total controle por parte das forças militares.

Buscar entender como os movimentos de bairro se constituíram enquanto esse sujeito histórico importante no quadro político recifense, a partir de um denso processo de embates sociais e disputas de poder, é procurar compreender como ocorreu a construção da identidade popular destes movimentos sociais. Construção, esta, fruto de diferentes propostas partidárias ou ideológicas que se cruzaram no cotidiano de mobilizações. A partir do compartilhamento de experiências sucedeu-se a criação da cultura *participacionista*, fruto da coletivização de interesses próprios. As ações de resistência dos atores individuais e coletivos, em suas lutas

²⁶⁹ **FEMEB. Uma nova época para o movimento de bairros.** Folha dos Bairros, setembro de 1987, Ano I, Nº 09, p.8. Acervo da ETAPAS.

²⁷⁰ MORA. Luís de La. *Os movimentos sociais na formação e transformação do espaço urbano recifense* In REZENDE. Antonio Paulo (org.). **Recife: que história é essa?** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987, p.255.

²⁷¹ **Policiais derrubam barracos na sexta-feira santa.** Jornal de Casa Amarela. Abril de 1986. Ano I, Nº 04, p.1. FEACA; **Alto do Mandu. Paixão de Cristo sofre mais atentados.** Jornal de Casa Amarela. Maio e Junho de 1986. Ano I, Nº 05, p.3. FEACA.

políticas cotidianas e nas relações mútuas de solidariedade, construíram esta coesão identitária, em cada situação particular.

É importante pensar em como ocorreu esta atuação dos movimentos de bairro, durante a gestão de Jarbas (1986-1988), sob a ótica da negociação política que se desenvolveu após o pacto político entre Movimento Social e Estado.

De forma que o mecanismo discursivo de ampliação da cidadania e da participação popular utilizado politicamente no período pela prefeitura de Jarbas, bem como o apoio político-eleitoral de parcelas dos movimentos de bairro ao candidato portador desta retórica democrática, não se revelou simplesmente enquanto um elemento provocador de imobilismo social. As Associações e Conselhos de Moradores de diversas localidades e suas federações continuariam com uma postura de resistência e de cobrança frente à “gestão democrática”. Os movimentos de bairro não renunciaram à auto-organização e às mobilizações. Paralelamente, enxergaram um governo que lhes prometeu o cumprimento de um projeto *participacionista* e experimentaram a sensação de pertencimento na construção deste projeto que envolvia as classes mais pobres da cidade.

Os movimentos de bairro, talvez pelo árduo processo de reestruturação que foram obrigados a vivenciar no pós-64, bem como de conquista das Associações de Moradores das mãos de grupos políticos historicamente ligados à ditadura, primaram pela sua autonomia e independência. Tal ponto fez com que as suas necessidades – elaboradas culturalmente por militantes, partidários ou não, mas que eram antes de qualquer coisa os próprios moradores – fossem as suas prioridades, de modo que continuaram em suas ações organizacionais e reivindicativas, não desempenhando papéis de meros cabos eleitorais na campanha de Jarbas em 1985. O discurso antiestatal ainda estava de certo modo presente quando de sua gestão. Esta postura de contraposição ao que é proveniente do Estado iria revelar ainda uma desconfiança histórica em relação ao poder público (necessariamente corruptor), e corroborar com a tese da autonomia das entidades. Entretanto, o Estado passaria a ser progressivamente enxergado como um campo de forças, onde seria possível agora atuar a partir das constantes disputas entre interesses conflitantes diversos. Dessa forma, as resistências das classes populares podiam suceder como focos de oposição no esqueleto burocrático do Estado,

tentando alterar a correlação de forças que então o constituía²⁷². Com a implantação da “gestão democrática”, iniciariam as ações políticas nesse meio político-institucional que antes era interpretado como um território inacessível, historicamente pertencente às elites e dominado pelas forças militares:

As associações de bairro da cidade do Recife já articulam no sentido de participarem da chamada “gestão democrática” [...] [As Associações] realizam encontros para decidirem como será essa participação. [...] Encontra-se em andamento na FEACA e na Assembleia dos Bairros, discussões para a formação de uma comissão provisória composta de no máximo 15 pessoas [...] Esta comissão deverá surgir nos bairros que disponham de movimento popular organizado [...] Esperamos que os esforços dos organizadores não seja em vão e que a prefeitura tenha realmente uma “Gestão Popular”²⁷³

Há de se ressaltar, todavia, que apesar dessa adesão inicial ao projeto de Jarbas, a atuação dos movimentos de bairro no Recife não representou dois momentos históricos antagônicos e monolíticos do tipo: do padrão ofensivo e antiestatal (nas gestões de Krause e Joaquim Francisco) a um padrão defensivo e conciliatório (na administração de Jarbas). De um lado, precisa-se ter em mente que mesmo durante as prefeituras dos prefeitos indicados pelos governadores ligados ao regime de exceção, também ocorreu a formação de uma rede política que envolveu o executivo municipal e parcelas dos movimentos de bairro. Basta lembrar os comícios de Gustavo Krause em Casa Amarela nos idos finais de seu mandato²⁷⁴. Por outro lado, muitas organizações continuaram com as suas mobilizações massivas e reivindicativas, durante a prefeitura de Jarbas. Nesse período, percebe-se o uso por parte dos movimentos populares de uma estratégia política diferenciada: de negociação a partir dos canais institucionais abertos pela nova prefeitura. Tais espaços outrora inexistentes são agora utilizados de modo a garantir determinadas conquistas, fossem materiais ou simbólicas. Todavia, ao mesmo tempo, os movimentos se servem da continuidade das mobilizações. Esta

²⁷² POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

²⁷³ **Conselho popular se articula para participar da prefeitura**. Jornal de Casa Amarela. Janeiro de 1986. Ano I, Nº 01, p.6. FEACA.

²⁷⁴ **Povão mostra força. 40 mil lançam Krause**. Diário da Noite. 16 de Novembro de 1981. APEJE: DOPS-PE. Recorte de Jornal. Prontuário Funcional: 30677. Gustavo Krause, 1977, 1981, 1982, 1983, 1986.

política de alianças foi, portanto, uma nova tática experimentada por amplos quadros dos movimentos de bairro, e possibilitada pela abertura concreta desses canais oficiais de participação política. Os movimentos de bairro deslocam sua estratégia política de confrontação direta para uma de negociação, na tentativa de ampliar as suas conquistas neste momento democrático, todavia, não deixando de atuar de maneira independente. Não obstante, o pacto se traduziu em uma constante negociação de interesses, não poucas vezes divergentes e conflitantes.

Ângela de Castro Gomes analisa o processo histórico de constituição da classe trabalhadora enquanto um ator político no início da república brasileira, e de que forma o governo de Vargas relaciona-se com estes novos atores a partir da criação da ideologia trabalhista. Um ponto de consenso para certa historiografia é posto em xeque pela autora: a superação do populismo como modelo explicativo do sucesso do trabalhismo brasileiro, que vê na classe trabalhadora uma massa amorfa, manipulada e que visa somente benefícios materiais, subordinada a ganhos eleitorais.

A autora afirma, em via oposta, que o sucesso do projeto regulador do trabalhismo não teria sido fruto de uma ação unilateral do Estado. Ela destaca que, se foi possível que a ideologia trabalhista tivesse sucesso e vigorasse, em certa medida, até hoje, foi porque o Estado utilizou a “palavra operária”, a memória e os discursos, seus valores, símbolos e tradições produzidos pelas lideranças da classe trabalhadora nas lutas trabalhistas de décadas anteriores a Vargas, ressignificando todo esse arcabouço intelectual em outro contexto discursivo. Assim, a classe trabalhadora não teria sido apenas seduzida pelos ganhos e conquistas materiais (importantes sem dúvida nesse jogo de interesses econômicos), e nem apenas manipulada por questões político-eleitorais. Portanto, a autora defende a existência de um pacto entre Estado e sociedade, que coloca a classe trabalhadora como sujeito, negociando, e estabelecendo relações de força e de reciprocidade com esse Estado.²⁷⁵

Assim sendo, 1985 não representa de todo uma ruptura. No caso dos movimentos de bairro do Recife, os interesses materiais das camadas mais pobres da cidade foram efetivamente incorporados em um programa de governo ainda na campanha de 1985, bem como o foram os valores e símbolos desenvolvidos durante o processo organizacional das diversas comunidades. De forma que os movimentos de bairro avaliaram pertencer a uma rede de poder, na qual também estava inserido o candidato e depois o prefeito Jarbas. Se, posteriormente, a prefeitura passa a tomar a dianteira com as ações políticas

²⁷⁵ GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Editora FGV, 2005.

participacionistas como o ‘Prefeitura nos Bairros’, não significa afirmar que o faz à revelia destas organizações. De modo que perceber a existência da valorização da participação popular nos discursos da administração de Jarbas, não denota que as classes populares estiveram ausentes deste processo de construção discursiva.

Paralelamente, se amplas parcelas dos movimentos de bairro atuaram na campanha que elegeu Jarbas como prefeito de Recife, tal apoio não foi simplesmente traduzido como cooptação ou um agente de imobilismo social. Este pacto envolvendo movimentos e Estado pode ser interpretado como positivo por ambos os lados. Para a prefeitura, manifestou-se em termos de seus interesses eleitorais. Paralelamente, para os movimentos de bairro, foi traduzido dentro de uma lógica simbólica que envolveu a incorporação dos valores *participacionistas* na agenda política da prefeitura, além da própria criação dos canais institucionais de participação popular, que agora reconheciam os movimentos organizados em um determinado lugar social. Do mesmo modo, também representou conquistas materiais que se desdobraram tanto em obras espalhadas pelos bairros mais pobres, quanto na aprovação da Lei Municipal 14.947, a Lei do PREZEIS – Plano de Regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social – uma legislação que atua, ainda hoje, enquanto instrumento de proteção jurídica para as comunidades contra a ação da especulação imobiliária, bem como no fomento à urbanização das mesmas.²⁷⁶ (Ver: Anexo XXXII).

Na Câmara de vereadores, num auditório lotado de pessoas que foram presenciar a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular, Iêda Ventura, então presidenta da FEACA, assim discursou antes da fala do prefeito:

²⁷⁶ Em 1983, em resposta às pressões sociais, o prefeito Jorge Cavalcante (que assume o lugar de Krause quando este renuncia para a disputa do governo do Estado) sanciona a Lei municipal 14.511 (Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano), que dividiu o espaço do Recife em zonas: residenciais; de atividades múltiplas; industriais; institucionais; verdes; e especiais. Estas últimas contemplando as chamadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), “*caracterizadas como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e a sua integração na estrutura urbana*” (Art. 14, Inciso II). O Estado reconhece a existência de favelas como áreas diferenciadas no contexto urbano e que deveria agir de modo a garantir a regularização fundiária, a posse da terra e a urbanização. Dentre as centenas de favelas da cidade, foram criadas apenas 27 ZEIS. Os movimentos de bairro, assessorados pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, elaboraram o projeto de lei para efetivar a urbanização das ZEIS existentes e possibilitar a criação de outras. Em 1987, a Câmara aprova-o e Jarbas sanciona a Lei 14.947, a Lei dos PREZEIS, que sobrepunha o direito social à moradia ao direito à propriedade, seguindo o princípio de que a terra não deveria ser fonte de lucro e especulação em detrimento de sua função social, e buscando promover a urbanização e regulamentação fundiária das áreas onde predominassem as residências, uma população de baixa renda e não houvesse uma infraestrutura social básica.

O movimento popular está de parabéns porque a Lei foi discutida e feita pelo povo e aprovada na câmara dos vereadores através da pressão das organizações populares. Fomos também à prefeitura dar nosso apoio a Jarbas Vasconcelos para que não tirasse o Projeto do Regime de Urgência. A assinatura desse projeto é uma vitória de nossa luta, de nossa organização e todos presentes devem voltar para as suas comunidades sabendo que esse projeto vai frear a especulação imobiliárias de nossas áreas²⁷⁷

Ademir Torres, reafirmando hoje o apoio concedido à candidatura de Jarbas em 1985, quando entrevistado avaliou o programa “Prefeitura nos Bairros” enquanto a melhor opção para os movimentos de bairro naquela conjuntura política específica. De outro lado, entretanto, corrobora com esta ideia de que só foi possível o desenvolvimento de tais conquistas, durante o governo municipal de Jarbas, devido à pressão exercida pelos quadros dos movimentos de bairro por dentro do Estado:

Porque Jarbas fez as coisas? [...] Quem elegeu Jarbas foi esse grupo, esse pessoal [...] Os secretários foram indicados pelo povo, parte dos secretários, Paulo Dantas, Edna Soares [...] Então os secretários de Jarbas era tudo gente comprometida com o movimento. Por isso que Jarbas fez uma “Prefeitura nos Bairros” bem feita, uma discussão bem feita, obra em tudo que é canto.²⁷⁸

Apesar das conquistas, as principais críticas ao governo municipal de Jarbas se dariam em relação ao continuísmo da situação material de muitas comunidades da cidade, e contra o constante argumento da falta de verbas. Os inúmeros casos de ocupações são emblemáticos quando expõem esses embates mais diretos.

Alexandra Mustafá, ex-militante do MDF e da CEB’s da Vila dos Milagres no Ibura, afirma que o Movimento de Defesa dos Favelados se constituiu ainda no início da década de 80, durante um processo de crescimento acelerado das grandes urbes, ocasionado pelo êxodo rural e pela hiperinflação que não permitia às classes subalternas assumir despesas essenciais como aluguel e moradia. De forma que este tipo de movimento expandiu-se como expressão

²⁷⁷ **PREZEIS. Vitória do Povo.** Folha dos Bairros, abril de 1987, Ano I, Nº 04, p.2. Acervo da ETAPAS.

²⁷⁸ **Entrevista concedida ao autor.** Recife, 29 de maio de 2013.

da resistência de muitos nesta situação de vulnerabilidade social. Relata-nos a hoje professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE:

Em Recife, [...] o MDF chegou a articular 90 favelas, reunindo militantes de toda a Região Metropolitana do Recife e favelados dos morros de Casa Amarela e do Ibura [...] e as terras de mangue como Brasília Teimosa e outras.²⁷⁹

O quadro abaixo é especialmente rico em informações sobre a relação entre o movimento de bairro do Recife e a prefeitura municipal, no momento em que sintetiza as ocupações de terrenos, públicos ou privados, realizadas em comunidades do Recife durante o primeiro ano do governo municipal de Jarbas.

Ocupações ocorridas no Recife, entre janeiro de 1986 e fevereiro de 1987

Denominação	Data	Localidade	Nº de Famílias	Propriedade
Vila da Miséria	Jan/86	Volta ao Mundo	100	Logradouro do Loteamento Novo Caxangá
Asa Branca	Fev/86	Engenho do Meio	100	Terreno do IAPAS
Paixão de Cristo	Mar/86	Apipucos	150	Privada
Conjunto Castelo Branco	Mar/86	Imbiribeira	150	Caixa Econômica Federal
Coca-Cola	Mar/86	Parnamirim	15	Privada
Cavouco	Nov/86	Bomba Grande	22	Margem do Canal
Vila Tamandaré	Nov/86	Areias	10	Prop. Privada
Maria Sampaio	Nov/86	UR 01 – Ibura	18	Escola Municipal
Rio Acima	Nov/86	Ibura	08	Escola Municipal
Visgueiro	Nov/86	Vasco da Gama	180	Escola Municipal
Jornal do Comércio	Nov/86	Casa Forte	03	Área Proj. Recife
Av. Jockey Club	Nov/86	San Martin	08	Logradouro Projetado, já anteriormente ocupado
Coelhos	Nov/86	Coelhos	50	Área da Creche PCR
Vila Arraes	Dez/86	Várzea	150	Privada
Cardeal e Silva	Dez/86	Areias	18	Praça

²⁷⁹ MUSTAFÁ, Maria Alexandra da Silva. **A luta pela moradia nos anos 80: Movimento de Defesa dos Favelados no Nordeste**. Anais do Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Regional do Nordeste; CICEF/UFPE. Recife, 13 a 16 de outubro de 2009, p.4.

Cardeal e Silva	Dez/86	Areias	20	Terreno da Aeronáutica
Barreira da UR-01	Dez/86	Ibura	60	COHAB
Coelhos	Dez/86	Coelhos	20	Privada
Xuxa	Jan/87	Iputinga	400	PCR – Projeto Recife
Barro	Jan/87	Barro	100	Escola Municipal
Metrô	Jan/87	Barro	20	Metrô – Área Remanescente da PCR
Roda de Fogo	Jan/87	Torrões	400	IAPAS
Constituinte	Jan/87	Areias	50	Privada
Imbiribeira	Fev/87	Imbiribeira	20	Logradouro
Canal do Arruda	Fev/87	Arruda	50	Margem do Canal
Fundo de Quintal	Fev/87	San Martin	30	Logradouro / ocupação antiga

Fonte: Folha dos Bairros, JAN e FEV/87, Ano I, Nº 2, p. 4. ETAPAS.

Primeiramente, torna-se clara a continuação do problema do déficit habitacional. As duas mil cento e cinquenta e duas famílias ocupantes levantadas nesta pesquisa pela ETAPAS representam esse problema estrutural que era enfrentado pelas populações dos bairros pobres de Recife durante os anos 80. Não é algo novo perceber que as condições de vida mostram-se precárias a todo instante no cotidiano das periferias da cidade.

Tais ações coletivas demonstram ainda a existência de uma diferença entre, de um lado os movimentos de bairro organizados, e de outro a sua base, os próprios moradores que viviam na área de influência da entidade. É possível que muitas dessas mobilizações tenham sido fruto de ações organizadas pelos próprios moradores, independentemente de possíveis orientações de uma ‘cúpula organizacional’, que se tenha deixado levar por orientações partidárias conciliadoras e de negociação. É interessante perceber, portanto, que existe também este universo não institucional dos movimentos de bairro. Assim sendo, o quadro nos faz pensar que, apesar do apoio massivo de setores dos movimentos de bairro do Recife à candidatura de Jarbas em 1985, essas ocupações realizadas por inúmeras famílias, descontentes com suas situações e impacientes com a política oficial, corroboram a tese da permanência das mobilizações, e não a adesão governista.

Também é necessário ressaltar a existência dos conflitos internos dentro dessas ocupações, ou seja, os embates entre diversos grupos pelo seu direcionamento. Sabe-se da complexidade de relações inerentes a essas ações que envolviam a posse da terra, de forma que uma ocupação envolve uma série de interesses outros que não só os da própria comunidade ou do governo. Entretanto, não há como negligenciar o peso da situação de vulnerabilidade social, em que muitas famílias estavam inseridas, no encadeamento de tais

atos de ocupação de terrenos inutilizados (Ver: Anexos XXI, XXII, XXIII e XXIV). A Folha dos Bairros noticiou o caso de 34 famílias, por exemplo, que se encontravam numa situação de extrema calamidade na comunidade de Monte Verde, no Ibura:

Em cada barraca de cerca de 5X3 metros moram mais de três famílias, cada uma delas com nunca menos que dois filhos. O quadro se agravou com a chegada das chuvas porque as barracas estão todas esburacadas e debaixo delas não fica nada sem molhar, além do piso ficar lamacento. Ninguém pode dormir nas barracas além desse incômodo, muitas doenças estão afetando a população desabrigada. À noite as pessoas ficam amontoadas num salão da sede da Associação. O frio é grande e suportável para os adultos, mas as crianças e bebês choram bastante.²⁸⁰

Na relação de forças entre o Estado e os movimentos de bairro, estas ocupações, mormente as realizadas em terrenos públicos, foram centrais para que se conseguisse expressão social e ganhos concretos para estas populações (quando regulamentadas as ocupações), ao escancarar publicamente o gravíssimo problema do déficit habitacional existente no Recife.

Não obstante, esse quadro possibilita ainda a representação de uma outra leitura: tais ocupações poderiam ser fruto da expectativa dos moradores em relação ao controle sobre as forças repressivas (policiais) nas administrações “populares” de Jarbas e do então governador Miguel Arraes. É possível perceber que se os movimentos de bairro lançam mão de certa autonomia estatal, construindo uma aliança com o “candidato do povo”, não o fazem sem ter em mente a sua posição participativa de cobrança e reivindicação. Ao perceber uma fissura na estrutura do poder público, outrora algo impensável, o movimento popular adentra com uma estratégia negociativa, mas posicionando-se enquanto sujeito independente e de demandas próprias:

No dia 15 de março, quando Miguel Arraes tomava posse [...] muitas famílias sem terras em Casa Amarela, na esperança de encontrar apoio do novo governo, não perderam tempo: foram logo desmatando os matos das terras do Burity, que pertence à imobiliária Coronel Othon. Embora que centenas de invações [sic] ocorreram em outros governos, essa teve

²⁸⁰ **Desabrigados em monte verde. 34 famílias com fome e com frio.** Folha dos Bairros, junho de 1987, Ano I, Nº 06, p.7. Acervo da ETAPAS.

significado maior, que muitos diziam assim: Arrai [sic] é nosso pai, agora nós pode construir casa prá morar [sic], acabou a repressão, o governo tá do nosso lado, assim por diante²⁸¹

Muitas ocupações eclodiram no final do ano de 1986 e no início de 1987, como se vê no quadro. De modo que a esperança das conquistas através da legalização dos lotes ocupados (transformados em efetivos ganhos materiais) e do provável não uso do aparato repressivo por parte de um governo que, ao menos em nível discursivo, primava pelo diálogo com estes setores mais pobres, pode ter fomentado esta onda de ocupações ocorrida nesse momento. A confiança no novo Estado que se arquitetava se daria em ações destemidas, não apenas na passividade ou inércia da negociação política institucional (Ver: Anexo XXIII). Quando comparamos o primeiro quadro de ocupações, com este a seguir, percebemos que entre 1983 e 1984 as invasões sucediam em sua maioria em terrenos de particulares, cujos donos se queixavam na delegacia. Enquanto os atos de 1986 e 1987 alastram-se em vários terrenos públicos, talvez pela esperada convivência dos poderes públicos municipal e estadual.

Entretanto, as ocupações eclodidas durante os governos de Jarbas e Arraes não se mostraram como um processo plenamente pacífico, sem existência de conflitos entre ocupantes e proprietários, e atos de violência e repressão. Na mesma época da ocupação no Burity, por exemplo, ocorre outra, na Vila Morena, também em Casa Amarela, com tiroteio, pessoas feridas, mais de duzentos policiais destacados para a ação e um saldo de senta e cinco barracos demolidos.²⁸²

²⁸¹ **Miguel Arraes no governo: o povo continua esperando.** Jornal de Casa Amarela. Abril e Maio de 1987. Ano II, Nº 12, p.1. FEACA.

²⁸² **Vila da Morena: tiroteio na ocupação.** Jornal de Casa Amarela. Junho de 1987. Ano II, Nº 13, p.5. FEACA.

Ocupações ocorridas no Recife entre janeiro de 1983 e fevereiro de 1984:

Data	Localidade	Nº de ocupantes	Propriedade (Queixoso)
06/12/1983	Santo Amaro	-	FESP – U. PE
20/10/1983	Terminal de ônibus do Engenho do Meio – CEASA	-	IAPAS
04/01/1983	Av Recife	01	Carlos Otávio Pontual
07/01/1983	Imbiribeira	01	Silvio Antonio de Vasconcelos
18/02/1983	BR 101 Km266	06	Congranjas
01/02/1983	Ibura	12	Loteamento Cidade operária do Recife – Ibura/PE
13/02/1983	Aldeia	01	Wanderkolk Walter Tinoco
02/03/1983	Sítio Pitanga – Igarassu/PE	03	Artur Lopes de Melo Filho
08/03/1983	Buraco Fundo	01	Maria Anita Amazonas Mac Dawell
04/04/1983	Rua Cônego Xavier Pedrosa	01	Julio Silverio Gongalves
24/04/1983	Candeias – Piedade	03	Roberto da Silva Leão
29/04/1983	Imbiribeira	01	Janice Martins de Santana
09/05/1983	Lote. Praia do Sol – Barra de Jangada	Diversos	José Ronaldo Ambrósio da Cruz
13/05/1983	Sítio Santa Rosa – Águas Compridas	Diversos	João Alves da Silva
18/05/1983	Granja Santa Rosa – Águas Compridas	01	Wellington Braga Pessoa
30/05/1983	Lote. Cidade Operária Recife	Diversos	Marinete Petra da Silva
06/06/1983	Granja Santa Rosa – Águas Compridas	Diversos	Antonio Duarte de Amorim
27/06/1983	Av. Norte	Diversos	Ligia Consuelo Guedes Barbosa
05/07/1983	Estrada dos	Diversos	José Maria da Silva

	Remédios		Matos
06/07/1983	Av. Beberibe – Porto da Madeira	Diversos	Eduardo Marques Junior
08/07/1983	Jardim Caxangá – Várzea	Diversos	Alcides Martins
11/07/1983	Águas Compridas	01	Edilvo Alves Ferreira da Costa
18/07/1983	Porto da Madeira – Beberibe	01	Paulo Portela da Silva
19/07/1983	Afogados	Diversos	Geraldina de Castro Toledo Cabral
25/07/1983	Loteamento Jardim São Paulo	01	Antonio Ferreira Gomes
01/08/1983	Av. Presidente Kennedy – Peixinhos	Diversos	Luciano José Rodrigues Chaves
25/08/1983	Estância	Diversos	Hilton José da Silva
31/08/1983	Afogados	09	Necina Guerra
17/09/1983	Av. Edson Regis – Ibura	Diversos	Fernando da Costa Navarro
26/10/1983	Pina	Diversos	Aron Mesraki
31/10/1983	Jardim Maracanã – Beberibe	Diversos	João Severino da Silva
03/11/1983	Jordão	Diversos	Armando Manoel de Matos Vieira
08/11/1983	Buraco Fundo – Aldeia	Diversos	Luiz de Vasconcelos Aragão
22/11/1983	Jardim São Paulo	01	Vanina Dias do Rego Barros
28/11/1983	Peixinhos	Diversos	Luciano José Rodrigues Chaves
29/11/1983	Mustardinha	01	Antonio Batista dos Santos
01/12/1983	Prazeres	Diversos	Severino José da Silva
13/12/1983	Barra de Jangada	Diversos	Maria de Fátima Peregrino Torres
13/12/1983	Várzea	Diversos	Geraldo Kleber Vasconcelos de Aguiar
16/12/1983	Santo Amaro	Diversos	Inaldo Figueira de Farias
09/01/1984	Santo Amaro	Diversos	José Cavalcanti de Amorim

16/01/1984	Várzea	Diversos	Maria Anita Amazonas Mac Dawell
26/10/1984	Tejipió	01	Clotilde Miranda Paes Barreto
30/01/1984	Sítio Veneza – Água Fria (Fragoso)	Diversos	Benedito Paulo de Moraes
02/02/1984	Av. Dois Rios, 127 – Ibura de Baixo	Diversos	Antonio Vicente da Silva
27/09/1983	Av. presidente Kennedy	Diversos	DNOS
28/10/1983	Av. Dois Rios – Ibura de Baixo	01	Maria Isabel Ferreira

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados presentes nos prontuários funcionais 27.682 e 29.968 do Acervo DOPS-PE. APEJE

O acervo do NUGEPP possui uma série de transcrições de entrevistas realizadas em 1988, nas quais vários líderes comunitários respondem perguntas sobre a atuação dos movimentos de bairro do Recife e o seu relacionamento com a prefeitura após a implantação do Programa Prefeitura nos Bairros. Personagens como o futuro prefeito João Paulo, então militante da Associação de Moradores da UR-06, Nininho Metalúrgico, secretário geral da primeira diretoria da FEMEB, Luíz Barros, Luiz Gonzaga, José Rodrigues, três líderes comunitários do Jordão, Teresa Ramos, do Conselho de Moradores da Guabiraba, Regina Ramos, conselheira fiscal da FEACA, dentre outros, avaliavam as mudanças ou as permanências nessa relação no pós-85.

O então secretário geral da FEMEB, afirmava sobre a gestão de Jarbas na prefeitura: *“A maioria das barreiras de Casa Amarela não foi construída. As favelas [...] continuam sem urbanização, sem um programa de melhoria, sem as condições mínimas do ser humano sobreviver [...] Vai no Coque, na favela do Chié e você vai encontrar a mesma realidade”*²⁸³. Na mesma perspectiva, Regina Ramos respondendo se a prefeitura tinha mesmo aberto o diálogo com os movimentos, e se a realidade social teria melhorado nos bairros mais pobres afirmara: *“Só conversa não resolve. Você chega lá, fala com o secretário, com o prefeito, mas as conquistas, a situação real da comunidade, está muito defasada [...] A prefeitura tem feito*

²⁸³ **Entrevista com Nininho Metalúrgico.** Março de 1988. Pesquisa Gestão Urbana, Poder Local e Cidadania. Caixa 02-A. Acervo NUGEPP - Núcleo de Estudos em Gestão Urbana e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano-UFPE.

obras, a gente reconhece isso, mas está muito aquém das necessidades da população”²⁸⁴. Do mesmo modo, neste acervo, é possível ler as transcrições das falas de diversas outras lideranças durante o Seminário de Avaliação do Prefeitura nos Bairros, em 1987, no qual não se intimidaram com a presença do prefeito ao realizarem discursos contundentes de críticas à sua gestão.

Também o Jornal de Casa Amarela e a Folha dos Bairros noticiavam os embates mais diretos e acalorados entre as comunidades e a nova prefeitura, por vezes, com chamadas como “*UR-10 exige explicações do secretário de Habitação*” ou “*Povo fala alto na prefeitura*”²⁸⁵. Tomemos, por exemplo, o caso da Associação de Moradores da Iputinga, bairro da zona oeste da cidade. Após várias reuniões e idas e vindas à prefeitura, escrevem uma coluna na Folha dos Bairros denunciando o descompromisso da prefeitura:

Percebíamos o total desencontro da prefeitura. [...] Transcorridos 14 meses de negociações [...] eis que fomos surpreendidos mais uma vez: o convênio para a instalação de nossa creche comunitária, que estava prestes a ser assinada [sic], foi suspenso sob a alegação da “falta de recursos financeiros”.²⁸⁶

A creche, com capacidade para atendimento de cinquenta e duas crianças, sairia do papel quatro meses após a publicação desta reclamação dos moradores na Folha dos Bairros, e seria batizada com o nome de “*É lutando que se conquista*”.²⁸⁷

Na paisagem dos movimentos de bairro do Ibura, as Associações de Moradores mais combativas demonstraram que o bairro nunca enxergou o governo municipal de Jarbas homogeneamente como um aliado incondicional. Através da Comissão de Lutas do Ibura foram realizadas, por exemplo, passeatas no centro da cidade em direção à prefeitura, que normalmente terminavam em longas e tensas reuniões. Estes encontros entre os moradores do

²⁸⁴ **Entrevista com Regina Ramos.** 30 de março de 1988. Pesquisa Gestão Urbana, Poder Local e Cidadania. Caixa 02-A. Acervo NUGEPP - Núcleo de Estudos em Gestão Urbana e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano-UFPE.

²⁸⁵ **Povo fala alto na prefeitura.** Jornal de Casa Amarela. Abril de 1986. Ano I, Nº 4 p.1. FEACA; **UR-10 exige explicações do secretário de Habitação.** Folha dos Bairros. Setembro de 1988, Ano II, Nº 17, p.10. Acervo da ETAPAS.

²⁸⁶ **Associação contesta prefeitura.** Folha dos Bairros, junho de 1987, Ano I, Nº 06, p.4. Acervo da ETAPAS.

²⁸⁷ **Vitória na Iputinga. Instalada creche na comunidade.** Folha dos Bairros, outubro de 1987, Ano I, Nº 10, p.10. Acervo da ETAPAS.

bairro e o prefeito ou seus secretários, traduzir-se-iam normalmente na exaltação de ambas as partes e na impaciência dos moradores com as constantes desculpas de escassez de verbas, argumentadas pela prefeitura para justificar a não realização das obras reivindicadas.

Em março de 1987, por exemplo, 200 pessoas portando faixas e cartazes, com mais de 31 comunidades do Ibura e do Jordão representadas (bairros que formavam juntos a RPA 11 – Ver: Anexo III). Os moradores se encontraram no pátio da igreja do Carmo no centro do Recife e foram em passeata para a prefeitura, debaixo de chuva, onde após muita confusão e tentativas de evitar que todos entrassem, conseguiram chegar ao gabinete do prefeito. Foram recebidas por José Arlindo Soares – já que o prefeito se encontrava em viagem – a quem entregaram um documento criticando duramente a administração municipal. O encontro mostrou-se por todo o momento tenso, com os moradores exigindo explicações de promessas de obras não realizadas. No documento entregue com uma avaliação do “*Prefeitura nos Bairros*”, assim afirmavam:

[O programa] Não está satisfazendo as necessidades das comunidades, cujos compromissos feitos pelo prefeito Jarbas Vasconcelos em campanha, de implantar uma nova forma de governo, tinha como objetivo descentralizar as decisões e ações do governo municipal [...] Só ficou na teoria, e exigimos um posicionamento da prefeitura para que fatos como esses não venham prejudicar nossa organização.²⁸⁸

Em outro momento este descontentamento prosseguiu. Desta vez em reunião no Jordão para se discutir a situação dos dois bairros da RPA 11, com a presença de José Arlindo Soares, secretário de Ação Social da prefeitura e Pedro Eurico, secretário de Habitação do Estado. Mais de cinquenta pessoas das comunidades da região se inscreveram para falar, enquanto os representantes do governo queriam que as inscrições se dessem apenas por área: “*Em vários momentos a reunião ficou tensa, e alguns líderes comunitários gritavam muito – apesar de haver sistema de som. A crítica era geral, os representantes reclamando do descaso da prefeitura.*”²⁸⁹

Além dessas cobranças e posicionamentos críticos em relação à prefeitura – quando a administração de Jarbas paulatinamente passa a estar ladeada pelo descrédito de alguns

²⁸⁸ **Ibura e Jordão na luta pela urbanização.** Folha dos Bairros, março de 1987, Ano I, Nº 3, p.8. Acervo da ETAPAS.

²⁸⁹ **Ibura e Jordão cobram ações da prefeitura.** Folha dos Bairros, abril de 1987, Ano I, Nº4, p.10. Acervo da ETAPAS.

setores – várias ocupações também eclodiram em terrenos do bairro, devido ao grave problema habitacional ali enfrentado. Podem ser citadas as ocupações (listadas no primeiro quadro, elaborado pela ETAPAS): “*Maria Sampaio*”, na UR-01, com 18 famílias ocupando um terreno de uma escola municipal, em novembro de 1986; a “*Rio Acima*”, na mesma data, com 8 famílias também numa área de escola municipal; a “*Barreira da UR-01*”, com 60 famílias ocupando um terreno da COHAB, em dezembro de 1986²⁹⁰. Destaca-se ainda, pela rapidez do seu crescimento, a grande “*Plano Cruzado*”. Numa propriedade privada entre as comunidades de Três Carneiro, UR-02 e UR-03, com uma área 80 hectares, em 28 de novembro de 1987, 9 famílias ocuparam o local. Três dias depois já se estabeleciam ali, 1500.²⁹¹

O posicionamento crítico e de cobrança frente à gestão que se automeou como ‘democratizada’ remete, dessa forma, a situações cotidianas de injustiça e a experiências compartilhadas de sensação de exploração no local de moradia, que não foram resolvidas pela simples abertura de canais institucionais no Estado.

Um executivo municipal e suas leis não poderiam ir além dos limites impostos pelo capitalismo e pela catastrófica desigualdade socioeconômica construída durante anos, historicamente intensificada em tempos de grave crise econômica. De forma que estas reformas de descentralização da administração pública, numa perspectiva estritamente política e burocrática, dificilmente traduzir-se-iam em desdobramentos profundos no cotidiano das pessoas residentes nas áreas mais pobres do Recife.

²⁹⁰ **Levantamento das ocupações de Janeiro/86 a Fevereiro/87.** Folha dos Bairros, Janeiro e Fevereiro de 1987, Ano I, Nº 2, p.4. Acervo da ETAPAS.

²⁹¹ **Tá na boca do povo.** Folha dos Bairros, novembro de 1987, Ano I, Nº 11, p. 10. Acervo da ETAPAS.

Considerações Finais

Tentou-se nesta dissertação reconstruir historicamente de que forma sucedeu a produção de um campo político próprio dos movimentos de bairro e de uma cultura participacionista, em finais dos anos 1970 na cidade do Recife, ou seja, como ocorreu a construção identitária e a formação de classe destes movimentos que emergiram no interior da urbe.

Foi possível, ao longo do texto, interpretar as novas formas de resistência social e de solidariedade (re)inventadas pelas populações de bairros como Ibura, Casa Amarela e Brasília Teimosa, partindo das suas peculiares sócio-históricas. A partir da construção, no local de moradia, de noções como pertencimento e coletividade, destacou-se as suas demandas materiais, socioeconômicas e as suas pautas políticas gerais, sobretudo quando da análise discursiva dos jornais produzidos nos bairros, além do caráter organizacional e os métodos de atuações associativistas ali existentes, bem como as relações institucionais que estas mantiveram com o poder público.

Paralelamente, buscou-se analisar o modo como ocorreu a apropriação dos valores elaborados culturalmente nos bairros “populares”, como autonomia, democracia e participação social, por parte das prefeituras, durante as administrações de Gustavo Krause e Joaquim Francisco, e, sobretudo, na campanha e na gestão de Jarbas Vasconcelos à frente do executivo municipal, no momento em que o tema da participação política dos setores mais pobres revela-se central nos debates.

Não obstante, percebeu-se que a aliança, entre este último prefeito elencado e as amplas parcelas destes movimentos organizados nos bairros pobres da cidade, não significou automaticamente cooptação ou submissão política. Antes disso, um pacto imbricado em relações de poder que se teceram mutuamente entre o Estado e os novos sujeitos de movimentos que aí atuaram na esfera da resistência.

Resistências que viam sendo provocadas enquanto respostas a uma difícil conjuntura socioeconômica, bem como pela ação repressora dos aparelhos estatais que limitavam os canais de participação política de uma maioria da sociedade brasileira. Elementos que, em conjunto, ameaçavam a própria sobrevivência de numerosas populações urbanas marginalizadas. Foi neste cenário que surgiram as novas formas de atuação política e resistência social, e dentro do qual se inserem as diversas organizações de bairro aqui estudadas.

*Para onde caminharam os movimentos de bairro do Recife?
ou Tornando-se mais realista que o próprio rei*

Gostaria ainda de desenvolver, de modo breve, nas considerações finais desta dissertação, uma discussão sobre os rumos que estes movimentos de bairros pobres tomaram no Recife, nos anos após a consolidação da democracia e depois da execução de projetos que cada vez mais os absorveram para a esfera estatal, ou seja, refletir o porquê destes movimentos entrarem em profundo refluxo, e qual o papel que a institucionalização desempenhou durante este processo.

A institucionalização ou burocratização destes movimentos sociais não pode ser traduzida em completo aparelhamento e imobilismo, nos anos iniciais da redemocratização, como se viu. Entretanto, não se pode deixar de perceber a mudança comportamental ocorrida nos movimentos populares do Recife, ao passar dos anos.

Em finais da década de 1970, estes (re)surgem numa perspectiva de contestação e autonomia em relação ao Estado ditatorial e militarizado; de independência e autonomia política; de reivindicações próprias e concretas; e de horizontalidade e democracia em suas organizações internas, respeitando a participação de suas bases. Foi, além disso, um momento de considerável aglutinação de forças políticas que se traduziu em diversas federações. Na campanha eleitoral de 1985 foi possível perceber a força destes movimentos, presente nas ruas, e por isso nos discursos dos candidatos, especialmente no de Jarbas Vasconcelos. Compreendeu-se, naquele momento, que já não se podia mais governar a cidade sem estes novos sujeitos históricos que despontavam organizados autonomamente nas periferias dos grandes centros urbanos. Era preciso considerar suas demandas, expostas em numerosas organizações e densas passeatas e mobilizações que ganhavam as manchetes.

O que, então, causou praticamente o desaparecimento de movimentos tão presentes no cenário político recifense dos anos 1980? Para onde caminharam os atores da ampla mobilização existente aqui no Recife, no período da abertura e do final da ditadura? É preciso pensar estas questões em algumas frentes.

Inicialmente, para não se supervalorizar a ideia das “origens” do movimento de bairro, num sentido de serem míticas, puras, é preciso deixar claro que aquele momento de redemocratização da sociedade brasileira e a atual realidade política nacional são períodos

definidos em conjunturas assaz diferentes, momentos históricos específicos, com motivações e objetivos peculiares.

Primeiro, é possível pensar em níveis estruturais, com a transfiguração do cenário econômico nacional. Ao passar do tempo emerge uma nova situação econômica, muito distinta da forte recessão vivenciada em finais da década de 1970 e durante toda a década de 1980, com um crescente índice de emprego e inflação cada vez mais reduzida e controlada. Dessa forma, uma hipótese a ser considerada, é pensarmos que esta contínua melhora das condições econômicas, traduzida, sobretudo, num nível da empregabilidade e consumo mais elevado, fez esses movimentos se deslocarem para outras esferas de atuação.

O que em seguida remete a um plano mais subjetivo: o das conquistas. Nesses movimentos de bairro os objetivos traçados a serem alcançados – aqueles que de fato mobilizam os moradores – são por vezes bastante pragmáticos. Como se viu, havia ligações entre as mobilizações mais “concretas” ou locais, e às respiradas em nível de política institucional, fosse local ou nacional. Entretanto, principalmente as conquistas relacionadas ao lugar de moradia, no nível habitacional (uma casa, um terreno, uma escadaria, um muro de arrimo, uma creche, um posto de saúde, uma rede de saneamento, uma linha de ônibus, ou mesmo uma legislação como a das ZEIS), podem ter agido de modo a desmobilizar parte desses sujeitos individuais e coletivos, ou seja, transfiguram-se em certo arrefecimento de tais lutas sociais. É importante mencionar, de modo igual, o crescimento do poder aquisitivo desses grupos ao longo, sobretudo, da última década.

Além disso, a institucionalização proposta inicialmente pelo programa “Prefeitura nos Bairros”, depois feita em níveis cada vez maiores em programas municipais como o “Orçamento Participativo”, estimulou a lógica da parceria e da cooperação entre os movimentos (sobretudo, suas lideranças) e o Estado, evitando os conflitos políticos mais abertos. Deve-se considerar que a institucionalização, que envolveu os participantes dos movimentos de bairro, não se restringiu à oferta/ocupação de cargos dentro do Estado (empreguismo), mas também à orientação partidária e às candidaturas de militantes (que se iniciaram cedo²⁹²).

É sabido que os morros do Recife, sobretudo os bairros de Casa amarela e Ibura, continuam a decidir as eleições em nível municipal. Os candidatos não abandonaram essas zonas eleitorais, extremamente populosas. Mas agora a perspectiva mostra-se diferenciada. A

²⁹² **Diretores da FEMEB vão disputar eleições.** Folha dos Bairros. Junho/Julho de 1988, Ano II, Nº 15, p. 5. Acervo da ETAPAS; **Candidatos populares. O peso das ausências.** Folha dos Bairros. Agosto de 1988. Ano II, Nº 16, p.5. Acervo da ETAPAS.

relação parece não mais ocorrer com a orientação de demandas próprias dos movimentos e com autonomia decisória frente aos candidatos e ao Estado, mas sim num campo partidarizado e com as reduzidas diretorias das associações (os líderes comunitários).

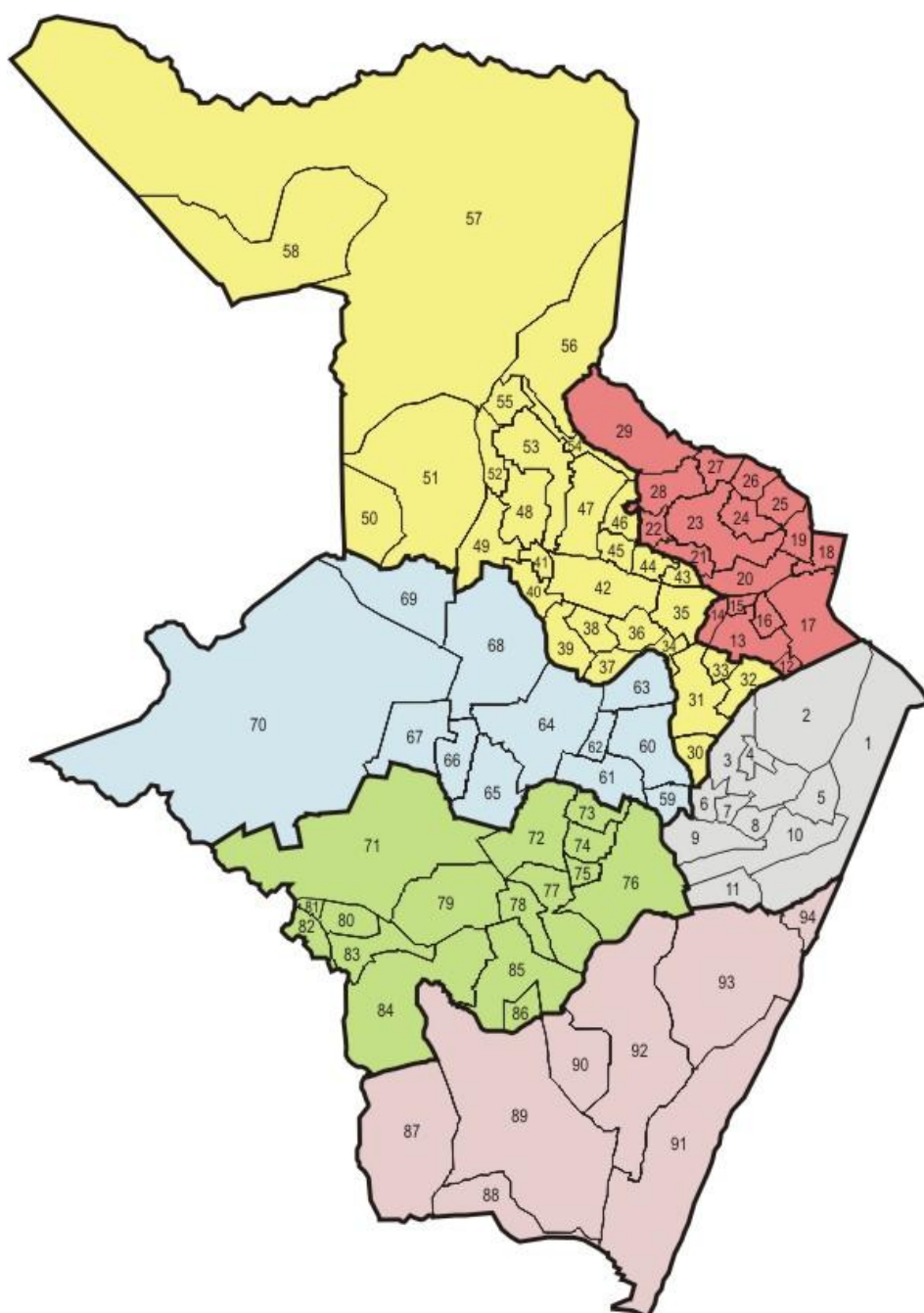
É, pois, um debate de conjecturas. Todavia, que deve ser compreendido num conjunto de possibilidades, com a articulação necessária entre esses elementos.

Por fim, saliento que outras pesquisas sobre estes movimentos são fundamentais, principalmente na atual conjuntura de crise, não só dos movimentos sociais, mas da participação política popular em geral, como elucida Norberto Bobbio quando discorre sobre a apatia política contemporânea. Segundo o autor, a participação popular na democracia ocidental está em crise, haja vista esta participação se restringir apenas à maioria da vontade do parlamento; além disso, pelo fato deste não mais ser o centro do poder real; e mesmo que assim o fosse, diz o autor, a participação popular parece limitar-se a legitimar uma classe política que tende a conservação. A democracia ocidental não estaria sendo, segundo ele, nem eficiente, nem direta, e extremamente manipulada em todo o seu processo.

No filme de Luis Buñel, “*Le charme discret de la bourgeoisie*”, de 1972, ao qual o título deste trabalho faz referência, os personagens se reúnem para um jantar que é sempre interrompido por alguma intempérie. Passa o tempo e o grupo de amigos não consegue concretizar o simples ato da maneira esperada, inevitavelmente detidos por situações que insistem em atravessar o momento da ceia. Seria a atual democracia brasileira este jantar que nunca se concretiza? Uma espécie de banquete irrealizável? Que os sonhos nos mostrem o contrário.

ANEXOS

ANEXO I (a) – Mapa da cidade do Recife
(com a atual divisão das seis RPA's e seus respectivos bairros)



Fonte: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/mapasRPA.php>

ANEXO I (b) – Legenda

1 - Recife	33 - Afritos		
2 - Santo Amaro	34 - Jaqueira		
3 - Boa Vista	35 - Tamarineira		
4 - Soledade	36 - Pamamirim		
5 - Santo Antônio	37 - Santana		
6 - Paissandu	38 - Casa Forte		
7 - Ilha do Leite	39 - Poço		
8 - Coelhos	40 - Monteiro		
9 - Ilha Joana Bezerra	41 - Alto do Mandu		
10 - São José	42 - Casa Amarela		
11 - Cabanga	43 - Mangabeira		
12 - Torreão	44 - Alto José do Pinho		
13 - Encruzilhada	45 - Morro da Conceição		
14 - Rosarinho	46 - Alto José Bonifácio		
15 - Ponto de Parada	47 - Vasco da Gama		
16 - Hipódromo	48 - Macaxeira		
17 - Campo Grande	49 - Apipucos		
18 - Peixinhos	50 - Sítio dos Pintos	65 - Torrões	80 - Sancho
19 - Campina do Barreto	51 - Dois Irmãos	66 - Engenho do Meio	81 - Totó
20 - Arruda	52 - Córrego do Jenipapo	67 - Cidade Universitária	82 - Coqueiral
21 - Bomba do Hemetério	53 - Nova Descoberta	68 - Iputinga	83 - Tejió
22 - Alto Santa Terezinha	54 - Brejo do Beberibe	69 - Caxangá	84 - Barro
23 - Água Fria	55 - Brejo da Guabiraba	70 - Várzea	85 - Areias
24 - Fundão	56 - Passarinho	71 - Curado	86 - Caçote
25 - Cajueiro	57 - Guabiraba	72 - San Martin	87 - Cohab
26 - Porto da Madeira	58 - Pau Ferro	73 - Bongí	88 - Jordão
27 - Beberibe	59 - Ilha do Retiro	74 - Mustardinha	89 - Ibura
28 - Linha do Tiro	60 - Madalena	75 - Mangueira	90 - Ipsep
29 - Dois Unidos	61 - Prado	76 - Afogados	91 - Boa Viagem
30 - Derby	62 - Zumbi	77 - Jiquiá	92 - Imbiribeira
31 - Graças	63 - Torre	78 - Estância	93 - Pina
32 - Espinheiro	64 - Cordeiro	79 - Jardim São Paulo	94 - Brasília Teimosa

LEGENDA

	RPA 1		RPA 4
	RPA 2		RPA 5
	RPA 3		RPA 6

Fonte: PCR/SEPLAM/DIRBAM/DEIP

ANEXO II – Mapa atual da cidade do Recife

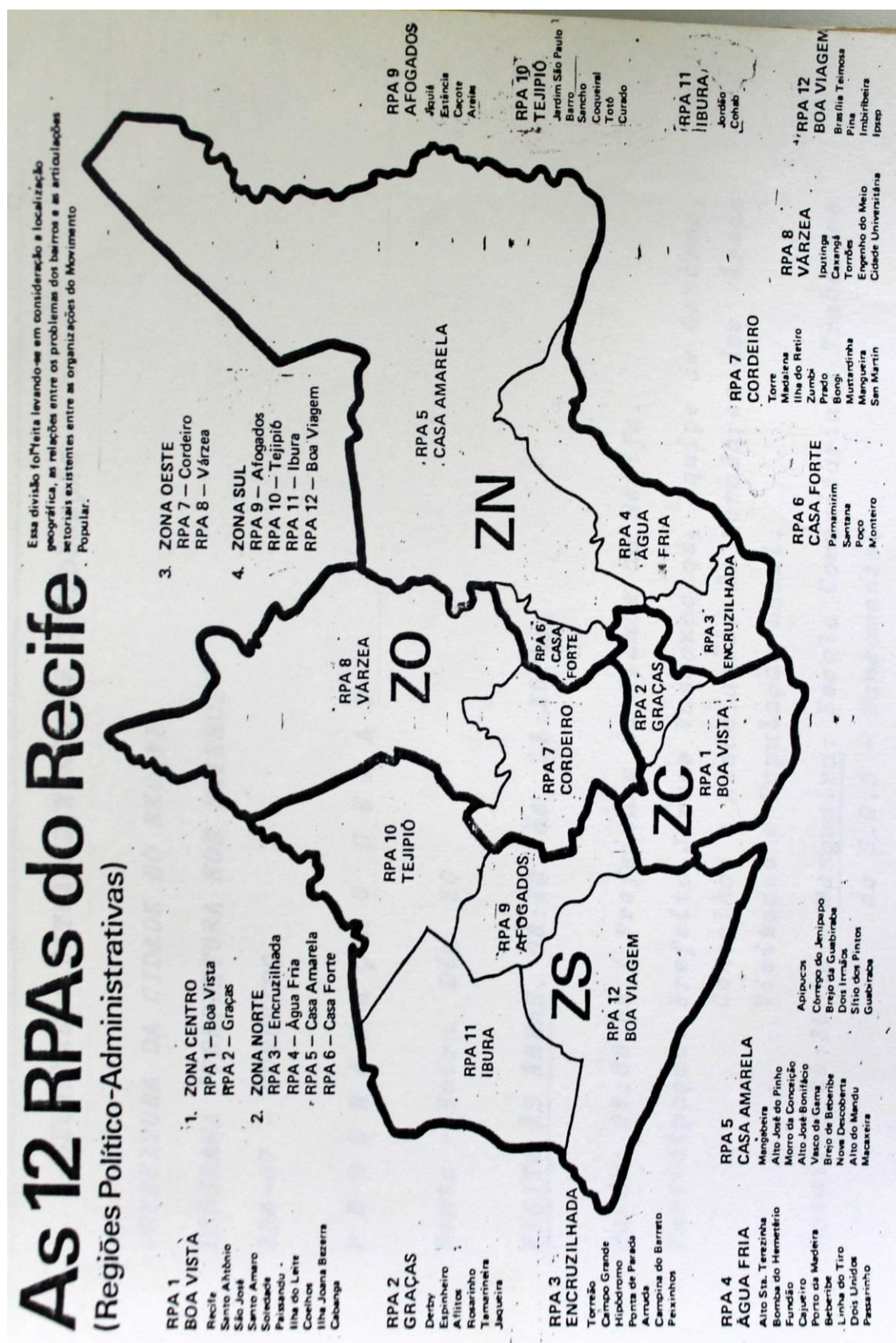


— Brasília Teimosa

— Região de Casa Amarela

— Região do Iburá

ANEXO III - As 12 RPA's do Recife criadas pelo "Programa Prefeitura nos Bairros"
durante a gestão de Jarbas Vasconcelos (1986-1988)



ANEXO IV – Folha dos Bairros (Capa). Ano I – Nº5. Maio de 1987

folha dos bairros

PUBLICAÇÃO DA ETAPAS - RECIFE - MAIO DE 1987 - ANO I - Nº5

Moradores de Skaylab II demonstram na prática o que é solidariedade na luta por melhores condições de vida. Mulheres, homens e jovens trabalham no Mutirão que em apenas um mês construiu 12 casas. As novas residências vão sendo ocupadas pelas famílias conforme o grau de necessidade: primeiro as que têm barracos ameaçados pelo rio Capibaribe.

Mutirão

Sucesso em Skaylab

O trabalho cansa, mas o fôlego retorna por ver concretizados 7 anos de luta

Eleições

O mês de maio foi rico em várias eleições de Associações de Moradores e Sindicatos. Venceram as chapas com propostas mais próximas dos anseios da comunidade. Detalhes Pág. 6/7

preferência por Líderes Combativos

Graciele Teimosa, Vitória de chapa 2

Prefeitura nos bairros

O Programa Prefeitura nos Bairros foi avaliado pelas Entidades do Movimento Popular Organizado durante dois dias: 24 e 25 de maio. Os delegados discutiram em grupos as questões colocadas em forma de questionário pela Prefeitura. Na tarde do sábado e durante todo o domingo foram discutidas as avaliações dos grupos em plenárias. pág. 3

Transporte coletivo

Mobilização por melhorias e Tarifas

Os rumos do movimento de transporte da região metropolitana do Recife serão definidos na Plenária da Comissão de Transporte da Assembleia de Bairros, a ser realizada dia 18 de junho, às 19h na sede do DCE, rua do Hospício, ao lado do cinema Veneza. A Comissão de Mobilização do Movimento está formada por Davino, Marcelo, Hélio, José Rufino, Amadeu, Regia e Socorro. A Comissão de Finanças é composta por Val, Regina Ramos e Lúcia Carlos.

CAMPANHA DE ASSINATURA

Depois de um período de afirmação junto ao Movimento de Bairros do Recife e Região Metropolitana, o Jornal FOLHA DOS BAIRROS inicia uma campanha de assinatura com seus leitores para ser vendido ao preço unitário e simbólico de Cr\$ 5,00.

As Associações de Moradores ou pessoas que queiram distribuir o FOLHA DOS BAIRROS

podem se comunicar com a Etapas - tel. 2310745 para se informar sobre o assunto. Cada Associação ou pessoa que se propõe a distribuir os jornais receberá 10% do produto da venda. Para entidades de assessoria, instituições e avulsos, o preço do Jornal deixa de ser simbólico e será vendido por Cr\$ 10,00 cada um.

ANEXO V - Jornal dos Bairros (Capa). Ano II - Nº10. Junho de 1979.



ANEXO VI - Jornal da FEACA (Capa). Ano I – Nº 02. Fevereiro de 1986



ANEXO VII - A Voz das Comunidades. Ano I Nº 03. Junho de 1981

A VOZ DAS COMUNIDADES

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL UM JORNAL DE VERDADE

ANO 1

Recife-Junho-1981

Nº 3



Antônio Eufrásio acha que o povo deve opinar sobre os resultados das eleições de 1982.

Povo quer indicação de Krause

"Bênçitas e agradecidas foram as palavras do Excm. sr. governador Marco Antonio Maciel, ao dizer que seu candidato ao Governo às eleições de 1982, será o prefeito Gustavo Krause. Até que enfim um Governo de Estado tem a mesma opinião do povo da Cidade do Recife. E não poderia ser de outra maneira a escolha do jovem e dinâmico prefeito, cidadão que se identifica com todas as camadas sociais do Estado, e que propicia a oposição, que o chama de demagógico e populista".

Com estas palavras o sr. Gilberto Carlos, residente no alto de Santa Isabel, iniciou a sua carta, endereçada a este jornal, em que fez algumas considerações sobre o recente pronunciamento do governador Marco Antonio Maciel quanto ao seu provável candidato às eleições do próximo ano.

Refutando aqueles que acusam o prefeito de demagogo, o sr. Gilberto diz: "se atender aos necessitados e se procurar resolver os assuntos sociais e dos mais carentes, que moram nos morros e alagados é demagogia, que continue o prefeito Gustavo Krause o mesmo sentido de sua administração. Pergunto à oposição: Vocês se dizem homens do povo, condenam esta atitude. Então de que maneira vocês agiriam? Deixariam o povo de baixa renda na lama? Sem o posto médico? Sem a vacina? Sem a quadra de esportes? Até mesmo sem o calçamento? Eu entendo porque vocês chamam o prefeito de demagogo! É porque ele procura exatamente cicatrizar uma ferida que era aberta há muitos anos e quase crônica. Era o ponto de partida em que vocês se pegavam. Era a arma que vocês tinham para fazer a oposição". Gilberto Carlos.

Quem vencerá as eleições em Pernambuco: Krause ou Freire?

Falando a respeito dos objetivos que originaram este jornal, o presidente da escola de Samba Quatro de Outubro, Antonio Eufrásio disse que ele surgiu de uma necessidade das próprias comunidades em se comunicarem. "A Voz das Comunidades foi criado com o objetivo de dar oportunidade aos recifenses, para se pronunciarem sobre os vários problemas da capital e até mesmo do Estado".

Para ele um dos principais problemas que está chamando a atenção das comunidades é a eleição de 1982. "Por isto gostaríamos de ouvir a opinião dos leitores sobre quem vencerá o pleito para governador de Pernambuco, nas eleições do próximo ano: Nilo Coelho, Moura Cavalcanti, Marcos Vinícius Vilça, Gustavo Krause, Marcos Freire, Miguel Arraes, Juracy Vasconcelos ou Sérgio Murlilo.

Atuação de líderes populares preocupa vereador recifense

"Um determinado vereador recifense está seriamente preocupado com os líderes comunitários e as associações de bairros. E não é para menos: os líderes comunitários vem dando constantes provas de que realmente são sensíveis aos problemas de suas comunidades. E muito mais, vem ajudando a administração municipal a governar a cidade, não da Prefeitura, para a cidade com "pacotes" preparados de soluções que

vão sem desmerecer aos demais possíveis candidatos, e ao considerarmos que a grande disputa, na capital, será em torno desses dois candidatos. Qual o percentual de vantagem para o vencedor e, na opinião do leitor, quem ganhará as eleições? Evidentemente que o leitor não precisa se identificar, basta escrever para o nosso endereço: Rua Bonito de Santa Fé, s/n - Alto Santa Isabel, dando a sua opinião. Não precisa assinar. E, a partir do próximo número publicaremos os resultados.

O sr. Antonio Eufrásio destacou que este jornal foi criado com o objetivo de ser o grande intermediário entre o povo e o Governo. Principalmente para mostrar aos administradores as carências das populações suburbanas, seja do Norte

ou do Sul. Não tem o propósito de apenas criticar, mas mostrar as dificuldades dessas comunidades, os pedidos feitos e as soluções apresentadas. "Por isso é importante que cada pessoa, ao observar um problema em sua rua ou bairro, escreva para o jornal apontando o problema, pois sabemos que o administrador não pode ao mesmo tempo saber o que se passa em todos os recantos da cidade. O jornal está inteiramente livre de compromissos, que o impeçam de falar a verdade, pois o seu custo é repassado às próprias comunidades que o idealizaram e se cotizam mensalmente.

Mais uma prova da força de união comunitária. Ele reúne em suas páginas aquelas reclamações que saíam em boletins e outras formas de comunicação comunitária, e está aberto a todas as comunidades recifenses".

Mais uma prova da força de união comunitária. Ele reúne em suas páginas aquelas reclamações que saíam em boletins e outras formas de comunicação comunitária, e está aberto a todas as comunidades recifenses".

sados se fechavam em seus luxuosos gabinetes, se trancavam em seus egoísmos, e não davam oportunidade a ninguém. Seria ótimo que o senhor vereador visitasse sem compromisso, locais onde atuam os líderes comunitários, mais associações, mais administração municipal e constata-se a mudança de qualidade de vida das populações mais carentes". Ass. Severino Leandro.

Gestantes receberão alimentos

A Prefeitura da Cidade do Recife iniciará, este mês, no Posto de Saúde que funciona no Alto do Euclipto, em Casa Amarela, a distribuição de quotas do Programa Nacional de Nutrição, com fornecimento de alimentos para gestantes, nutrízes e crianças de 1 a 6 anos. A unidade de saúde oferece atendimento de clínica médica pediátrica e odontológica, evitando que os moradores se desloquem a outros centros médicos distantes da área onde residem. A medida integra os objetivos do plano de descentralização dos serviços médicos municipais proposto na administração Gustavo Krause.

O Plano de Nutrição foi iniciado em agosto do ano passado, através de convênio entre a Secretaria de Saúde da Prefeitura da Cidade do Recife e do INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) visando beneficiar as comunidades carentes.

O programa, em sua primeira fase, está sendo realizado nas unidades médicas da Rua do Pombal, Torrões e Iburá UR-1, e agora será estendido ao Posto do Alto do Euclipto, em Casa Amarela, e no Sítio das Palmeiras, no Engenho do Meio, favorecendo mais de mil pessoas.

O secretário de Saúde, Heraldo Andrade Lima, informou que o programa de nutrição, em sua primeira fase, já beneficiou mais de duas mil pessoas, com distribuição de alimentos — feijão, arroz, fuba, indo ao encontro de problema materno-infantil. Esse programa de assistência social foi criado na administração Gustavo Krause e objetiva ajudar as comunidades de baixa renda.

Escola deve ser paga

Pág. 2

Visgueiro já tem solução

Pág. 3

Quadra agora é de todos

Pág. 3

Mais ônibus para o povo

Pág. 4

ANEXO VIII - O Amigo do Povo. Ano I. Nº 02. Agosto de 1979.

O AMIGO DO POVO

Órgão de Difusão Política Partidária (Diretório da 7a. Zona Eleitoral, em formação)

JORNAL DE HARRISON OLIVEIRA

"O socialismo é o verdadeiro evangelho da Humanidade"

(Louis Blanc)

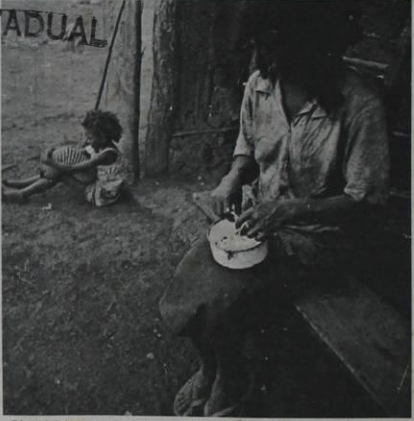
Recife, agosto de 1979
ANO I
No. 02

O que vamos comer amanhã?

Enquanto os deputados da Arena e do MDB se divertem disputando, com o maior ardor, uma pelada de futebol na Granja do Torto em Brasília, sob os olhares, talvez incrédulos, do Gal. Figueiredo, o Povão, as massas trabalhadoras e até os profissionais liberais gemem, sofrem, fazem das tripas coração para sobreviverem com certa dignidade. Os orçamentos domésticos arrebitam, as algibeiras ficam vazias, as dívidas multiplicam-se sob a pressão de uma espiral inflacionária galopante.

Incidindo no mesmo erro dos governos anteriores — de fazer um governo para beneficiar, somente, uma minoria cada vez mais restrita da sociedade — o Presidente Figueiredo, a estas alturas, com apenas três meses de governo, está totalmente prisioneiro dos oligarcas, das multinacionais que, no decorrer desse breve espaço de tempo, consolidaram o seu poder em torno do Planalto, asfixiando-o, estrangulando-o, como se fossem os terríveis tentáculos de um polvo. Essa fraqueza do governo Figueiredo, diante do Empresariado brasileiro e das multinacionais, pode ser comprovada por um FESTIVAL de aumentos cotidianos dos gêneros de primeira necessidade e do recuo do Governo, no tocante à estatização da nossa economia que era, sem dúvida, o único meio que tinha o governo brasileiro para evitar a crescente alienação da nossa economia às multinacionais. No recente discurso

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL



Diz, o Ministro Delfim Neto, que vai encher as panelas do pobre. Só se for, com as banhas Delfina...

proferido na cidade de Franca, em São Paulo, numa Exposição de Calçados, o Presidente Figueiredo, de alto e bom som, disse que iria destituir toda economia.

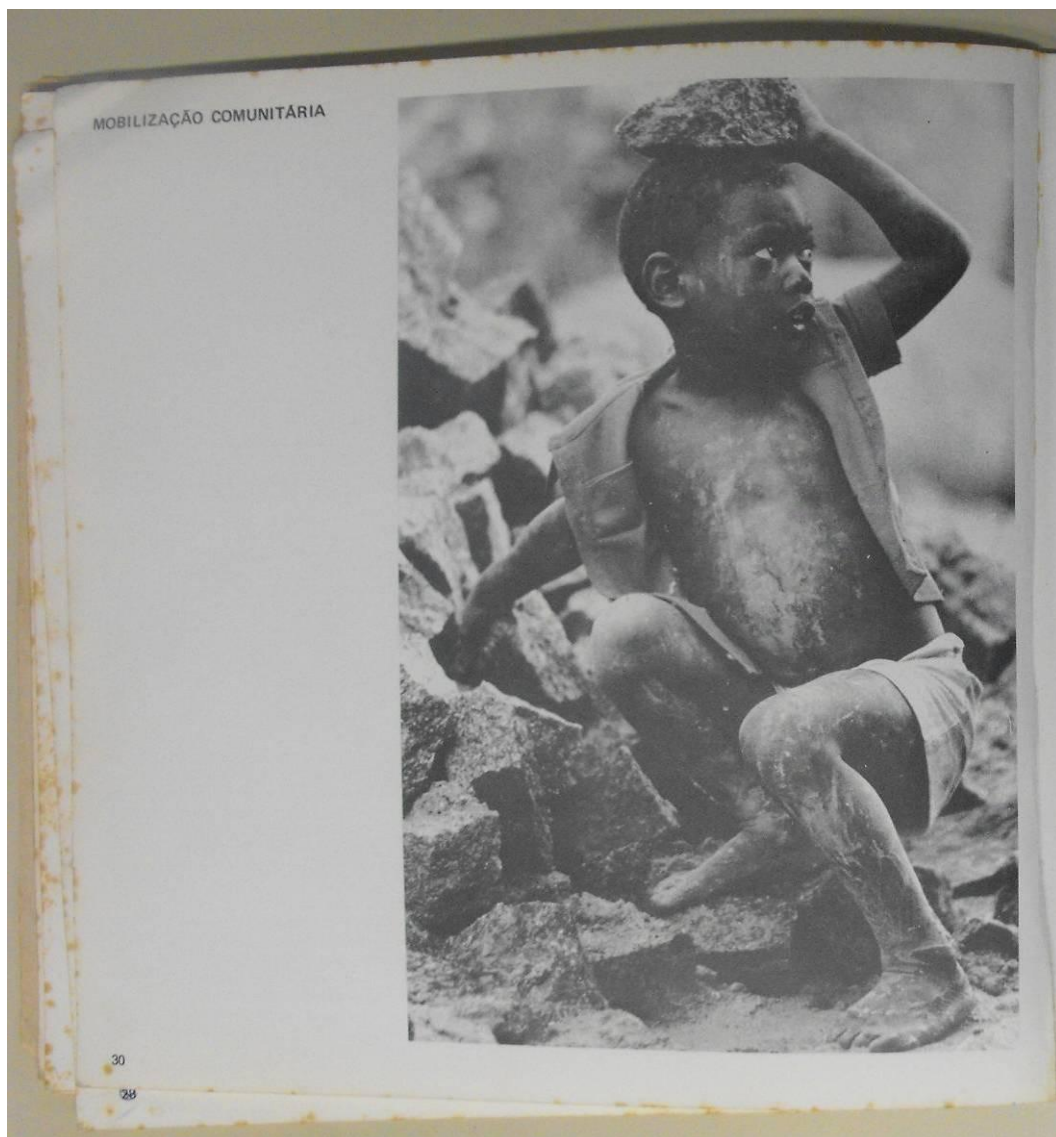
Assim acontecendo, o Povão, as massas trabalhadoras e laboriosas da Nação, inexplicavelmente, as mais sofredoras e injustiçadas pelo regime capitalista, esperam pelo pior. A carne, que já está sendo vendida a preços proibitivos já tem um aumento previsto para 24 por cento (possivelmente, será vendida no crediário); o óleo de soja, que anda desaparecido dos supermercados, ressuscitará com um aumento de 20 por cento; o arroz, o feijão, serão importados; o leite, a gasolina já têm aumentos previstos para a próxima semana. Como se vê, a Nação, o Povo, estão totalmente desamparados, entregues à cobiça voraz das multinacionais que faturando altíssimo em cima da miséria do Povão (os Investimentos dos gringos obtiveram um lucro de 180 bilhões). O Governo, através dos seus Ministros, apenas num unísono diapasão, repete aquele estribilho, muito cantado pelas aeromoças quando o avião está para aterrisar ou alçar voo: "senhores passageiros, queiram ter a gentileza de apertar os cintos". Mas, há de chegar um momento na vida do brasileiro em que ele não poderá mais apertar coisa alguma, pois, já não tem mais barriga gurar para segurar o cinto.

A ALTA DOS PREÇOS

NESTA EDIÇÃO

ANEXO IX

Fotografia presente no Plano de Desenvolvimento da Cidade de 1980, p.30.



ANEXO X

Fotografias presentes no Plano de Desenvolvimento da Cidade de 1980, p 29.



repercussão social, pois, se, por um lado, promove adequado dimensionamento e distribuição dos assentamentos urbanos, permitindo minimizar os custos crescentes de urbanização, por outro lado, eleva a capacidade da Prefeitura de oferecer ampliadamente os serviços sociais básicos.

Essa atitude, incorporada ao processo de planejamento distingui-se por amplas consultas às populações de renda mais baixa, às lideranças dos bairros populares e às entidades representativas das diversas atividades profissionais, consubstanciando a formulação deste Plano.

ANEXO XI - Folha dos Bairros. Charge sobre aumento das tarifas do transporte público e repressão policial às mobilizações & Palavras-cruzadas. Ano I - Nº08. Agosto de 1987

12
folha dos bairros
AGOSTO 87



Cruzadas
palavras

1

2

3

4

5

6

7

VERTICAL

1 - O aumento das de transporte coletivo está sendo combatido pelo movimento popular.

HORIZONTAL

1 - Deram demonstração dia 12 de agosto que estão despreparados para atuar na democracia.

2 - A chamada seca verde vai contribuir para o aumento dos dos alimentos básicos.

3 - Pernambuco deu o primeiro passo no nordeste para a Campanha pelas eleições de presidente em 1988.

4 - Moradores do Parque Guararapes estão amedrontados com a ação de um Grupo de na área.

5 - Sigla da entidade que vai congrega o movimento de bairros da Região Metropolitana do Recife.

6 - Um serviço público que previne a cárie dentária.

7 - O é uma das poucas leis que são realmente aplicáveis no Brasil. Outra particularidade é que essa lei destina-se a proteger as terras das favelas e promover a urbanização.

RESPOSTAS • VERTICAL • 1 - Tarifas • HORIZONTAL • 1 - Desnutrição; 2 - Soldados; 3 - Propos; 4 - Extremismo; 5 - FEMEB; 6 - Flúorização; 7 - Prozeis.

ANEXO XII - Folha dos Bairros. Palavras-cruzadas. Ano I - Nº03. Março de 1987

Cruzadas
palavras

1

2

3

4

5

6

Vertical

1 - A Popular de Pernambuco apoiou o governador Miguel Arraes nas eleições.

Horizontal

1 - A posse do governador Arraes foi uma grande popular.

2 - Pernambuco apresenta os índices de desemprego e fome do Brasil.

3 - O governador Miguel Arraes comprometeu-se a em-prego no campo...

4 - E a produção de alimentos.

5 - A situação de saúde do povo pernambucano é

6 - Os pernambucanos em geral vivem mal e morrem São causas das carências nutritivas, péssimas condições sanitárias e falta de assistência médica.

Respostas:

Vertical

1 - Frente

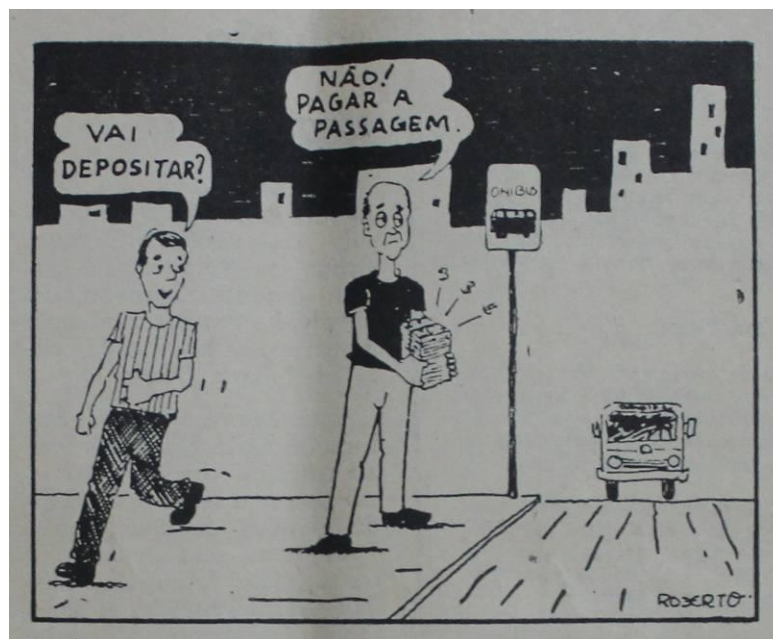
Horizontal

1 - festa; 2 - maiores; 3 - ge-rat; 4 - aumentará; 5 - calamito-sa; 6 - cedo.

ANEXO XIII - Folha dos Bairros. Charge sobre a situação de precariedade do transporte coletivo. Ano I - Nº04. Abril de 1987



ANEXO XIV - Jornal da FEACA. Charge sobre o preço elevado das tarifas de ônibus no Recife. Ano I - Nº02. Fevereiro de 1986



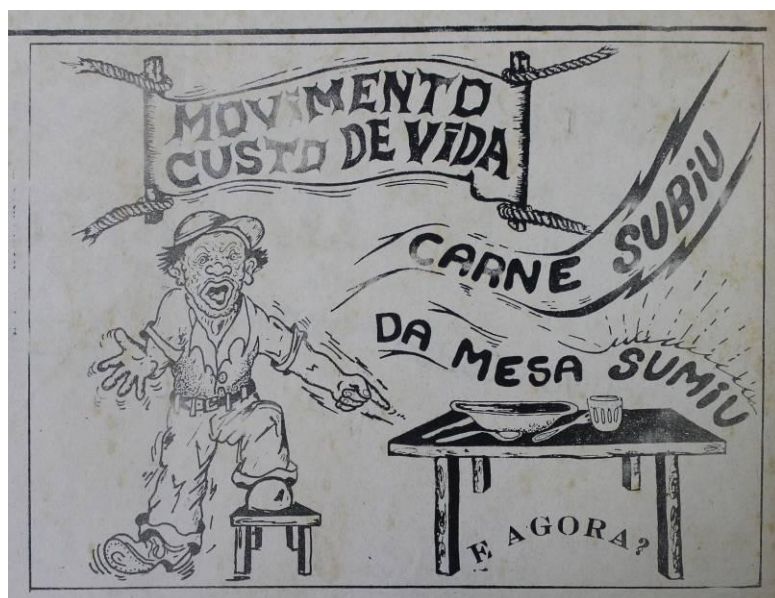
ANEXO XV - Jornal da FEACA. Representação de um trabalho e suas bandeiras políticas em finais da ditadura. Ano I - Nº04. Abril de 1986



ANEXO XVI - Jornal da FEACA (Reportagem) - Ano I - Nº01. Janeiro 1986



ANEXO XVII - Jornal dos Bairros. Charges sobre a elevação do custo de vida. Ano I - Nº06



ANEXO XVIII - Força Popular. Jornal Pró-Federação de Casa Amarela.

Informativo. maio/junho 1980

○ FEIJÃO, A FARINHA, O LEITE, A CARNE...
TUDO SOBE! E O PAPEL TAMBÉM SOBE.
A GENTE ESTÁ FAZENDO UMA TIRAGEM DE
1200 JORNAIS E CADA UM CUSTA CR\$ 2.80
(DOIS CRUZEIROS E OITENTA CENTAVOS).

FORÇA
EXPEDIENTE

ÓRGÃO DA PRO-FEDERAÇÃO
DE CASA AMARELA

Rua Córrego do José
Grande Nº 126
Casa Amarela
Recife - Pernambuco
CEP. 50.000

AGORA MINHA GENTE, PARA
O NOSSO JORNAL CONTINUAR
VIVO, APARTIR
DESTE NÚMERO,
ELE PASSARÁ
A CUSTAR
CR\$ 3,00
(TRÊS CRUZEIROS)



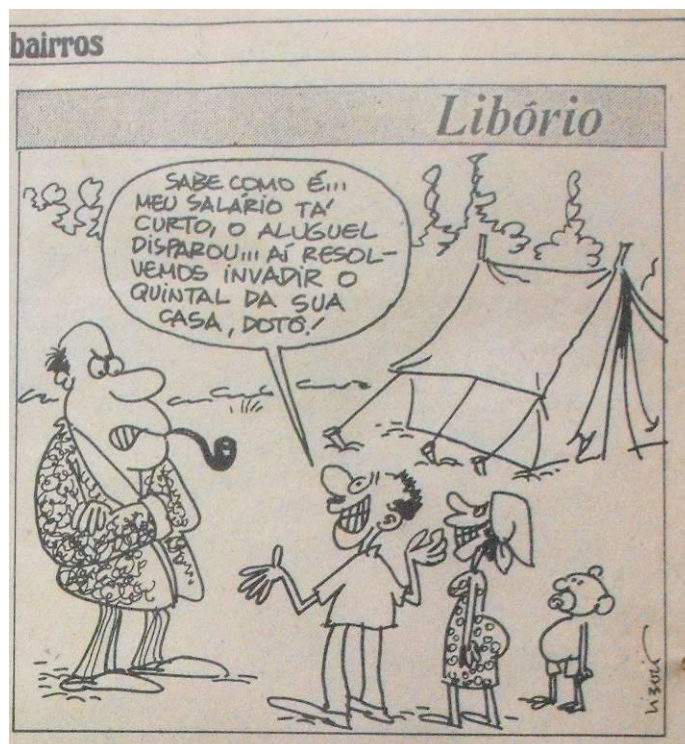
ANEXO XIX – Boletim informativo (experimental). Comissão dos Representantes de Casa Amarela. Charges sobre a carestia e situação de precariedade urbana dos bairros pobres no Recife. Fevereiro de 1980.



ANEXO XX - Jornal dos Bairros. Ano II - Nº10.

ANEXO XXI - Folha dos Bairros. Charges sobre a problemática habitacional.

Ano I - Nº03. Março de 1987



ANEXO XXII – Jornal de Casa Amarela (Reportagem)

Ano I - Nº03. Março de 1986.



ANEXO XXIII – Jornal de Casa Amarela (Reportagem)

Abril e Maio de 1987. Ano II, Nº 12.

4 JORNAL DE CASA AMARELA — FEACA

Recife, Abril/Maio/87

MIGUEL ARRAES TOMA POSSE

POVO OCUPA TERRENOS

Era domingo, 15 de março de 87, dia da posse do Governador eleito de Pernambuco Miguel Arraes de Alencar. À tarde, quando o governador Arraes, arrastava uma multidão no centro da cidade, muitos moradores de Casa Amarela, sem terra e sem casa resolveram ocupar as terras do Alto do Burity, que nunca foram utilizadas. Eles tinham a esperança de construir suas moradias com o apoio do novo governo. Na ocasião, cada ocupante fazia foguinhos nos terrenos que futuramente seriam uma grande favela.

Segunda-feira, dia 16 a invasão ocorria normalmente sem a intervenção do governo e nem da polícia. O novo governador do Estado passou o dia inteiro em solenidades com hasteamen-

to de bandeiras estadual e nacional e dando posse aos novos secretários.

Na terça-feira à tarde, o secretário de habitação, Pedro Eurico, tomando conhecimento do fato, se deslocou do seu gabinete até o local da invasão. Foi tarde. A invasão já estava chegando em Nova descoberta, Córrego do Jenipapo, além das áreas loteadas que fica nas proximidades da pista em ligação com a Avenida Norte e a BR. 101, com mais de 6.000 famílias ocupando as terras desocupadas.

Pedro Eurico, entrando em contato com várias lideranças comunitárias, as quais resolveram marcar uma assembleia para o mesmo dia com os ocupantes na igreja do Burity.



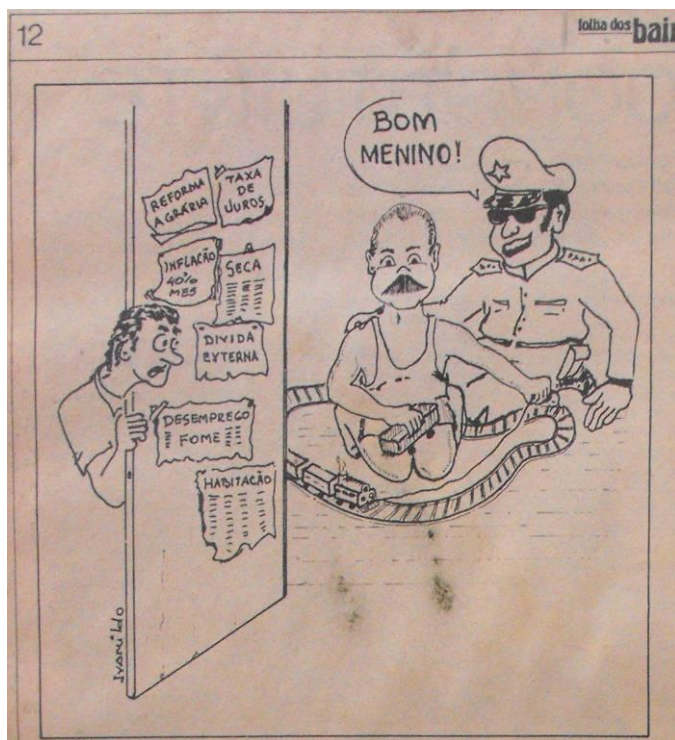
Em plena posse de Arraes, o povo demarcavam terrenos

ASSEMBLÉIA

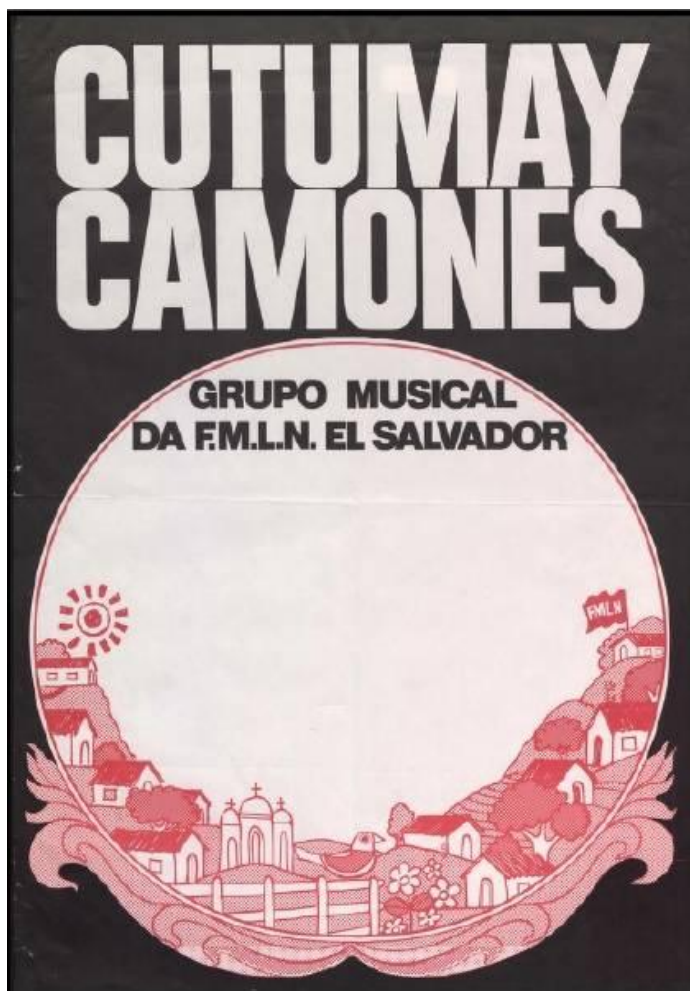
ANEXO XXIV - Folha dos Bairros. Charge sobre o déficit habitacional e os movimentos de ocupação. Ano I - Nº03. Março de 1987



ANEXO XXV - Folha dos Bairros. Charges sobre as interferências dos militares durante o governo Sarney Ano I - Nº05. Maio de 1987



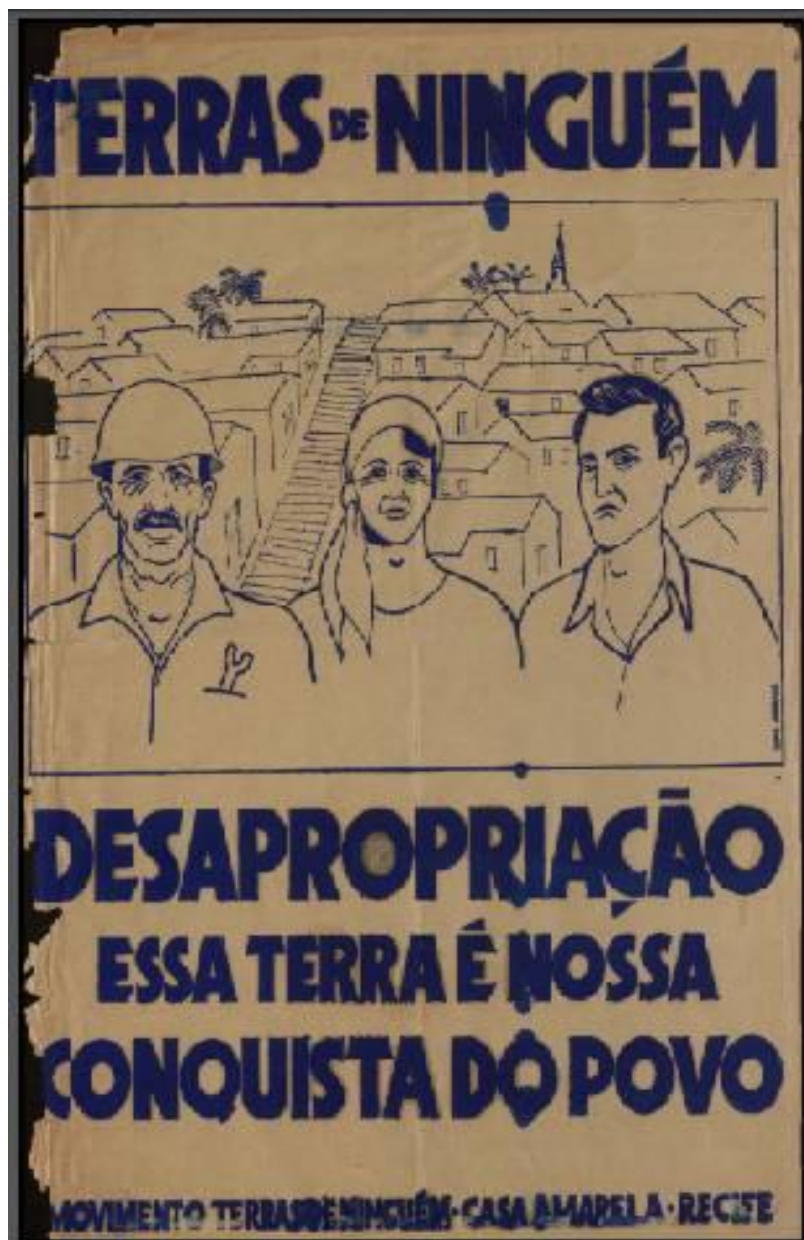
ANEXO XXVI - Cartaz da apresentação do grupo salvadorenho Cutumay Camones. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>



ANEXO XXVII - - Cartaz do 1º Congresso da Assembleia dos Bairros do Recife, posterior Federação Metropolitana dos Bairros. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>



ANEXO XXVIII - Cartaz do Movimento Terras de Ninguém. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>



ANEXO XXIX - Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos e entre os dois, em segundo plano, Gomes Filho (então filiado legalmente ao PCdoB) durante a campanha eleitoral de 1985, em caminhada pelo centro da cidade. Acervo pessoal do entrevistado



ANEXO XXX – Posicionamento da Assembleia dos Bairros frente à participação na gestão de Jarbas Vasconcelos. Acervo NUGEPP. Pesquisa Gestão Urbana, Poder Local e Cidadania.

ASSEMBLÉIA DOS BAIRROS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Posicionamento Quanto à Participação na Gestão Democrática do Prefeito JARBAS

Sr. Prefeito:

Nós da Assembléia de Bairros da Região Metropolitana do Recife e o Movimento de Defesa dos Favelados, realizamos sábado último um Encontro,' que teve como objetivo retomar a discussão sobre a PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR ORGANIZADO, NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA PREFEITURA DO RECIFE. Desse Encontro, participaram representantes de 40 comunidades, além da Comissão de Lutas do Iburá, Coordenação das Lutas do Setor Sul, Movimento dos Pobres Sem Casa (de Jaboatão) e Federação dos Conselhos e Associações de Moradores de Casa Amarela. Ao contrário de querer esgotar a questão, o ENCONTRO definiu alguns princípios que deverão nortear a discussão que ainda vai ser aprofundada nas comunidades.

Durante os 21 anos de Ditadura Militar as administrações burocráticas, através da criação de Entidades paralelas, dos barracões, dos Burocratas de gabinetes e de outras práticas anti-democráticas, procuraram desarticular' o Movimento Popular, desrespeitar suas decisões, ignorar suas lutas.

O Prefeito no decorrer da recente campanha eleitoral, firmou ' seguidamente o compromisso de governar a partir de consultas à sociedade organizada, em particular, ao Movimento Popular. Inclusive, no Encontro do dia 21 de Setembro, entre os candidatos à Prefeitura e o Movimento Popular, a Assembléia de Bairros apresentou um documento que continha as principais aspirações de nossas bases naquele momento, quanto à participação da administração' municipal; documento esse, que o Prefeito endossou com a sua assinatura.

No momento em que se prepara a nova administração municipal, se faz necessário cobrar os compromissos da Campanha, e aprofundar a discussão ' sobre a Gestão Popular.

Na perspectiva de preservar a autonomia e independência do Movimento Popular, o Encontro da Assembléia de Bairros - Movimento de Defesa dos Favelados, posicionou-se pela não indicação de nomes para compor o Secretariado do Prefeito eleito. Entendemos, porém, ser necessária a formação de um Conselho Popular autônomo, que servindo de canal entre o Movimento Popular organizado e a Prefeitura, discutirá os diversos problemas da cidade do Recife. O

detalhamento e estruturação sobre o funcionamento do referido Conselho Popular estão em discussão nas diversas comunidades que representamos e, oportunamente, comunicaremos nossas opiniões. Para tanto está em processo de formação uma Comissão Provisória, que encaminhará a discussão sobre critérios de formação do referido Conselho, seu papel, seu modo de funcionamento, sua amplitude, ficando aprovado que as despesas com o funcionamento da Comissão ocorram por conta da Prefeitura da Cidade do Recife.

Desse modo esperamos que o Movimento Popular possa se fazer presente nas decisões tomadas, no controle e fiscalização das finanças e dos serviços da Prefeitura. O Movimento Popular dará o necessário apoio ao novo Prefeito desde que haja a clara disposição de promover as mudanças pelas quais lutamos até hoje tais como: Estatização gradativa dos transportes coletivos, urbanização e legalização das favelas, apoios aos Projetos Populares alternativos de saúde, alimentação, educação... e outros mais contidos no documento do Encontro do mês de setembro que segue anexo.

Hoje ainda não percebemos mudanças profundas em nosso País e ao que nos parece é preciso lutar para que ocorram as mudanças efetivas que a sociedade exige e foram prometidas pela Nova República. Nesse sentido esperamos contar com a Prefeitura do Recife como mais um instrumento a serviço dessa luta, conforme compromisso assumido pelo Prefeito durante a campanha.

Recife, 14 de dezembro de 1985.

ANEXO XXXI – Encontro entre os movimentos de bairro e o prefeito eleito Jarbas Vasconcelos. Acervo NUGEPP. Pesquisa Gestão Urbana, Poder Local e Cidadania.

INTERENTIDADES

ENCONTRO DO MOVIMENTO DE BAIRROS COM O PREFEITO ELEITO

JARBAS VASCONCELOS

DATA - 15.12.85
LOCAL - Auditório da UNICAP
PROMOÇÃO - Interentidades

PARTICIPANTES: Articulação do Movimento de Bairros:

MDF - Movimento de Defesa dos Favelados
AB - Assembléia de Bairros
FECOPE - Federação Comunitária de Pernambuco
FEMOCOHAB - Federação das Associações de Moradores dos Núcleos de COHAB e similares de Pernambuco.

Prefeito Jarbas Vasconcelos
Vice-Prefeito - José Carlos Melo
Sec. de Transportes e Obras - Paulo Cassundé
Sec. de Saúde - Paulo Dantas
Sec. de Assunto Extraordinário - Arlindo Soares
Sec. de Administração - Liberato Xavier
Sec. de Educação - Edla Soares
Presidente da URB - Jaime Gusmão
Presidente da Fundação Gurarapes - João Francisco de Souza

REIVINDICAÇÕES:

M D F - Movimento de Defesa dos Favelados

- Insistência na participação popular na gestão.
- Formação do Conselho Popular. Ele deve surgir da População.
- Encaminhar a formação de uma Comissão Provisória.
- Não realizar obras sem consultar a comunidade.
- Suspender as obras do Viaduto Tancredo Neves. Deve-se discutir com as favelas.

Emprego - Utilizar mão-de-obra local. As obras deveriam ter administração da favela.

- Posicionamento contra as empreiteiras, utilização de pouquíssimas máquinas.
- Que a Prefeitura dê apoio as atividades produtivas.

INTERENTIDADES -2-

Moradia: - Constituição de fundos para urbanização das favelas.

Lei do Uso do Solo: - Apoio a Reforma Agrária, a lei do uso do solo que está sendo encaminhada através de discussões promovidas pela Comissão de Justiça e Paz.

Saúde: - Apoio aos grupos de Saúde comunitários que deverão ser autogestionados pelas comunidades.

Educação: - Apoio as Escolas comunitárias, que deverão preservar sua autonomia. Incentivo ao surgimento de outras escolas comunitárias.

- Criação de um Conselho Comunitário de Educação, vinculado ao Conselho Popular.

- Combate ao analfabetismo, desenvolvendo a consciência crítica.

- Escolha direta dos Diretores da Fundação Guararapes.

Transporte: - Má qualidade do sistema de transporte.

- Ampliação da C.T.U

- Diminuição do preço da passagem.

- Passe gratuito para desempregados.

- Gratuidade para crianças até 14 anos.

- Mais ônibus nas linhas.

- Retirada das borboletas.

ASSEMBLEIA DE BAIRROS:

- O Prefeito eleito tem compromisso de consultar o Movimento Popular.

- Criação de um Conselho Popular autônomo. Deve ser encaminhada a formação de uma Comissão Provisória com as despesas pagas pela Prefeitura.

- O papel deste Conselho é controlar e fiscalizar a gestão da cidade. Não se trata de eleger as prioridades a nível local e sim da elaboração de um plano global.

- Participação nas prioridades dos planos da cidade.

Transportes: - A C.T.U deve servir como instrumento de definição da verdade tarifária. Índices de aumento de tarifas.

- Ampliar a C.T.U, buscando a estatização progressiva.

FECOPE - Federação Comunitária de Pernambuco

- Reclamam que não são recebidos na Prefeitura.

Propostas: - Formação de uma Secretaria Comunitária, com o titular indicado pelos comunitários. Também querem indicar os Diretores.

INTERENTIDADES -3-

- Deve ser transferidos recursos para os Conselhos de Moradores para o funcionamento e manutenção.
- Criação de um Conselho Fiscal para o acompanhamento desta transferência de recursos.
- Criação de um Centro Cultural comunitário.
- Audiências com o Prefeito para discutir problemas.

FEMOCHAB - Federação das Associações de Moradores dos Núcleos de COHAB e Similares de Pernambuco.

- Propõe um Projeto de cooperativismo de ajuda mútua, constituído de criação de codornas, coelhos, etc...
- É contra a indicação de Secretários, pelo Movimento Popular.

ARTICULAÇÕES SETORIAIS:

- . Movimento Terras de Ninguém;
- . Federação de Casa Amarela;
- . Articulação do Setor Sul;
- . Comissão de Luta do Ibura;

No conjunto as Articulações Setoriais colocaram como se deu a discussão em cada Setor e reivindicaram:

- Autonomia para o Movimento Popular;
- Título da posse da terra;
- Melhorias nas condições de transportes;
- Posto de Saúde, Creches, Escolas.
- Resolução para os problemas das barreiras, escadarias, iluminação pública, limpeza urbana;
- Questionamento por parte do Setor Sul da ENTERPA (Companhia de Limpeza Urbana).

Em seguida houve debates, discussões e foram lançadas as seguintes propostas:

- Que a INTERENTIDADES promova de 2 em 2 meses encontros do movimento de bairros com a Prefeitura do Recife, até a criação do Conselho Popular.
- A Prefeitura acatou a proposta, feita pela AB de financiar por 6 meses o trabalho da Comissão que estuda a criação do Conselho Popular.

(A N E X O) 1

INTERENTIDADESLISTA DOS PARTICIPANTES

- FECOPE - Federação Comunitária de Pernambuco
- Assembléia dos Bairros
- FEMOCOHAB - Federação das Associações de Moradores de Núcleos da COHAB e Si-
milares de Pernambuco.
- MDF - Movimento de Defesa dos Favelados.

- 1 - Associação dos Moradores do Jordão
- 2 - Associação dos Moradores do Ibura de Baixo
- 3 - Associação dos Moradores do Jardim Monte Verde
- 4 - União dos Moradores do Pina
- 5 - Associação de Moradores de Bomba Grande
- 6 - Conselho de Moradores do Córrego do Genipapo
- 7 - Comissão Movimento Terra de Ninguém - Casa Amarela
- 8 - Associação dos Moradores do Alto 13 de maio
- 9 - Conselho de Moradores do Bairro dos Torrões
- 10 - Associação de Moradores de Hidelbrando Vasconcelos
- 11 - Comissão Central dos Coelho
- 12 - Associação dos Moradores da Mustardinha
- 13 - Conselho de Moradores de Rio Doce - 3a. Etapa
- 14 - Comissão Pró-Centros Culturais - Rio Doce
- 15 - Associação de Moradores do Loteamento Grande Recife (JABOATÃO)
- 16 - Associação de Moradores de Vietnã
- 17 - Conselho de Moradores do Alto Santa Isabel
- 18 - Associação de Moradores de Água Fria
- 19 - Comissão Nacional dos Desenhistas Industriais
- 20 - Associação de Moradores da UR-5
- 21 - Conselho de Moradores do Carangueijo
- 22 - Associação de Moradores do Monsenhor Fabrício
- 23 - Associação de Moradores da Ilha Santa Terezinha
- 24 - Sindicato dos Médicos
- 25 - Comissão de Saúde de Casa Amarela
- 26 - Conselho de Moradores de Apipucos
- 27 - Conselho de Moradores do Caiara - Iputinga
- 28 - Conselho de Moradores da Imbiribeira
- 29 - Articulação de Conselhos e Associações de Moradores do Setor Sul
- 30 - Associação dos Moradores do Entra Apulso
- 31 - Conselho de Moradores de Sítio Grande
- 32 - Associação de Moradores de Lagoa Encantada - Ibura

INTERENTIDADES

- 33 - Associação de Defesa dos Moradores do Bairro do Coqueiral
- 34 - Conselho de Moradores do Morro da Conceição
- 35 - Grupo de Jovens de Dois Rios
- 36 - Sindicato dos Arquitetos
- 37 - Associação dos Moradores da Favela Lemos Torres
- 38 - Associação de Moradores do Bananal
- 39 - Associação de Moradores da Rua Tapacurã
- 40 - Associação de Moradores do Poço da Panela
- 41 - S.O.S CORPO
- 42 - Conselho de Moradores Colina - Cristo Redentor
- 43 - Conselho de Moradores de Tejiptão
- 44 - Conselho de Moradores da Mangueira
- 45 - M D U
- 46 - Grupo de Comunidade de Peixinhos
- 47 - Conselho de Moradores de Dois Carneiros
- 48 - Associação de Mães de Padre Jordano - Boa Viagem
- 49 - TV - VIVA
- 50 - C R S
- 51 - Comissão de Luta do Ibura
- 52 - Associação de Moradores da UR-1 (Chapa 2)
- 53 - Associação de Moradores da Ilha de Joaneiro
- 54 - Associação de Moradores do Córrego do Deodato
- 55 - Associação de Moradores do Iputinga e do Conjunto Ipiranga
- 56 - Conselho de Moradores da Várzea
- 57 - ASUFEPE
- 58 - Grupo de Estudos Políticos Padre Henrique
- 59 - Comitê Popular da Várzea
- 60 - Associação de Moradores da Iputinga 2
- 61 - Clube de Mães de Dois Carneiros
- 62 - Centro de Defesa dos Direitos Humanos Pedro Ivo
- 63 - Associação dos Moradores do Sítio das Palmeiras
- 64 - Associação Comunitária de Santo Amaro
- 65 - ADUFEPE
- 66 - Associação de Moradores da Várzea - UR-7
- 67 - Conselho de Moradores de Brasília Teimosa
- 68 - Conselho de Moradores de Nova Descoberta
- 69 - Conselho de Moradores do Chiê
- 70 - Associação de Moradores do Vasco da Gama
- 71 - Associação de Moradores de São José (Totô)
- 72 - Conselho de Moradores da 5a. Etapa - Olinda
- 73 - Centro de Reabilitação Popular Irmã Greta
- 74 - Centro Comunitário Nossa Senhora das Dores

INTERENTIDADES

- 75 - Escolinha de Jesus - Canal do Arruda
- 76 - Associação de Moradores da Comunidade de Ouro Preto
- 77 - Centro Social de Caetés 1
- 78 - Associação de Moradores da UR-10
- 79 - Centro Cultural dos Peixinhos
- 80 - Centro Josué de Castro
- 81 - Associação de Moradores do Fundão
- 82 - Grupo de Saúde do Planeta dos Macacos
- 83 - Associação dos Moradores do Bairro da Boa Vista
- 84 - Associação de Moradores de Jardim Brasil
- 85 - União dos Moradores da Vila do Buriti
- 86 - Federação de Casa Amarela
- 87 - Clube de Mães da UR-6
- 88 - Movimento Muda UR-6
- 89 - Santa Casa de Misericórdia
- 90 - Conselho de Moradores do Jordão
- 91 - Centro de Organização Comunitária de Chão de Estrelas
- 92 - Associação de Moradores do Alto da Favela
- 93 - Grupo de Teatro Popular Vem Cã Vem Vê
- 94 - GRUPÃO do Coque
- 95 - Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta - IEPES
- 96 - Associação de Moradores de Campina do Barreto
- 97 - Associação das Empregadas Domésticas
- 98 - Associação de Moradores da Estrada dos Remédios
- 99 - União dos Estudantes de Pernambuco - UEP
- 100- D C E da Católica
- 101- Clube Independente Córrego da Imbauba
- 102- Associação dos Moradores da UR-4 - Ibura
- 103- Associação de Micros Empresários (AMÉ)
- 104- Grupo de Mães da Estrada dos Remédios
- 105- Associação Comunitária da Av. Beberibe
- 106- Associação de Moradores do Socorro - Jordão

ANEXO XXXII - LEI MUNICIPAL Nº 14.947

Ementa: Cria o plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS.

O Prefeito da Cidade do Recife faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS na conformidade do que dispõe o art. 14, II, da Lei nº 14.511, de 17 de janeiro de 1983.

Art. 2º O PREZEIS compreende o conjunto de normas e providências que serão executadas e fiscalizadas pelo Poder Público Municipal.

Art. 3º O PREZEIS tem por objetivo melhorar a qualidade de vida nas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS -, promover a sua regularização jurídica e propiciar a sua integração na estrutura urbana do Recife.

Art. 4º O PREZEIS é aplicável em qualquer das áreas definidas como ZEIS pela Lei nº 14.511, de 17 de janeiro de 1983.

Parágrafo único. As entidades já dotadas de personalidade jurídica e regularmente constituídas, representativas de moradores da área com as características previstas no artigo 14, II, da Lei nº 14.511, de 17 de janeiro de 1983, poderão requerer o reconhecimento da mesma como ZEIS no Poder Executivo, o qual remeterá a matéria, sob a forma de projeto de Lei à Câmara Municipal, para apreciação.

Art. 5º Na urbanização e regularização jurídica das ZEIS serão obrigatoriamente preservadas a tipicidade e características locais.

Art. 6º Na execução deste programa, serão observadas as seguintes diretrizes:

I - adequar a propriedade à sua função social;

II - priorizar o direito à moradia sobre o direito de propriedade, possibilitando o acesso à terra urbana;

III - controlar efetivamente o uso do solo, possibilitando a ocupação dos vazios urbanos, de modo a evitar ociosidade do solo urbano edificável;

IV - adequar investimentos públicos às características e tipicidades locais, notadamente a habitação, saneamento, sistema viário e lazer;

V - implementar equipamentos urbanos e comunitários consentâneos com as necessidades e características sócio-econômicos e culturais dos moradores das ZEIS;

- VI - inviabilizar a especulação imobiliária do terreno urbano das ZEIS;
- VII - evitar o processo de expulsão indireta dos moradores das ZEIS;
- VIII - preservar e favorecer as atividades produtivas existentes na área;
- IX - possibilitar e estimular a participação dos moradores das ZEIS na economia, fornecendo-lhes a infra-estrutura necessária e patrocinando a realização de cursos profissionalizantes;
- X - utilizar a mão-de-obra local durante a execução do plano urbanístico de cada ZEIS;
- XI - incentivar a participação comunitária no processo de urbanização e regularização das ZEIS;
- XII - preservar, sempre que possível às edificações existentes.

Art. 7º Têm competência para apresentar o plano específico de regularização nos termos desta Lei:

I - o prefeito do município;

II - as entidades de que trata o parágrafo único do art. 4º.

CAPÍTULO SEGUNDO DOS RECURSOS DO PREZEIS

Art. 8º Fica criado a Fundo Especial do PREZEIS para garantir a execução deste programa, de conformidade com o art. 153 da Lei nº 14.512, de 17 de janeiro de 1983.

Parágrafo único. Lei especial, na forma prevista no Código de Administração Financeira do Município e no artigo 39 da presente especificará as receitas que integrarão este Fundo, estabelecendo o órgão gestor que o administrará e a cujo patrimônio ficará vinculado, bem como normas peculiares sobre prestação de contas.

Art. 9º O Executivo Municipal poderá firmar convênios com a União, os Estados e os municípios integrantes da Região Metropolitana do Recife e respectivos órgão, com vistas à execução integrada do PREZEIS.

CAPÍTULO TERCEIRO DO LOTE PADRÃO

Art. 10. Lote padrão é a área básica, em metros quadrados, determinada para cada ZEIS, em função da tipicidade da ocupação local definida no projeto de urbanização e regularização jurídica da respectiva ZEIS.

Art. 11. Nenhuma ZEIS terá fixado seu lote padrão com área superior a 150m² (cento e cinquenta metros quadrados).

Art. 12. Cada lote padrão conterá indispensavelmente entrada de água, de luz e esgotamento sanitário.

CAPÍTULO QUARTO DO DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO

Art. 13. Na execução do projeto urbanístico e regularização jurídica de cada ZEIS, será necessariamente desmembrado o lote que exceda duas vezes a área do lote padrão, quando a parte excedente possa resultar em novo lote ou complementar outro.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos lotes destinados ou ocupados por equipamentos públicos e comunitários.

Art. 14. Para efeito de remembramento ou desmembramento, a partir da aprovação do projeto de urbanização e regularização jurídica de cada ZEIS, seu lote padrão servirá de parâmetro para o deferimento do pedido.

Parágrafo único. Servirá como parâmetro para os fins referidos no caput deste artigo, antes da aprovação do projeto específico, o lote padrão máximo previsto no art. 11.

Art. 15. Os pedidos de desmembramentos ou remembramentos serão deferidos quando a área dos lotes resultantes se aproximar da área do lote padrão de cada ZEIS.

Art. 16. Durante a execução do projeto de urbanização e regularização jurídica, os pedidos de remembramento e desmembramento serão encaminhados à Comissão do PREZEIS, criada na forma do Art. 28, acompanhadas dos seguintes documentos:

I - título de propriedade ou comprovante de posse dos lotes e a inscrição no Cadastro Geral de Ocupantes;

II - desenho contendo a situação dos lotes e da que resultará do desmembramento e remembramento indicado, inclusive, seu acesso ao sistema viário.

Parágrafo único. Os pedidos do remembramento ou desmembramento serão analisados pela Comissão do PREZEIS da respectiva área, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo tal prazo ser prorrogado, no máximo, por igual período de tempo.

CAPÍTULO QUINTO DO PARCELAMENTO DO SOLO

Art. 17. Os projetos de parcelamento do solo das ZEIS obedecerão as seguintes condições:

I - não se permitirá construção:

- a) nos terrenos com declive igual ou superior a 30%, salvo apreciação técnica de viabilidade de construção;
- b) nos terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas às providências de escoamento das águas;
- c) onde as condições geológicas, constantes de laudo técnico, não aconselharem a edificação.

II - o sistema viário compreenderá as ruas, becos e passagens de uso comum que passaria ao domínio público, uma vez aprovado o projeto de parcelamento do solo;

III - somente serão aprovados os lotes que tiverem acesso direto ao sistema viário definido no inciso anterior.

Art. 18. Será indeferido o pedido de parcelamento de glebas não ocupadas que crie lotes com área inferior a 75m² (setenta e cinco metros quadrados).

Art. 19. O loteamento das ZEIS será aprovado pelo Município a título de urbanização específica de interesse social.

Art. 20. O projeto de loteamento deverá conter os documentos exigidos por lei, além da indicação dos equipamentos urbanos, comunitários e serviços públicos ou de utilidade pública existentes na área do parcelamento e aqueles pretendidos pelos moradores.

Parágrafo único. Para elaboração do projeto, a entidade representativa dos moradores poderá requerer assessoria técnica ao Município, que lhe será prestada sem nenhum ônus.

CAPÍTULO SEXTO

DA DESTINAÇÃO DOS LOTES

Art. 21. Os lotes resultantes do parcelamento aprovado para as ZEIS serão destinados aos ocupantes de acordo com as seguintes normas:

- I - a cada ocupante, somente será destinado um único lote de uso residencial ou misto, admitindo-se a destinação de um segundo lote quando este já estiver edificado e tenha uso exclusivamente não residencial comprovadamente de sustentação de economia familiar;
- II - os lotes destinar-se-ão a pessoas reconhecidamente pobres, tomando-se como referência o padrão médio de vida da população da ZEIS, tendo por base o cadastro geral de ocupantes da respectiva área, elaborado conjuntamente pelo Poder Público Municipal e a entidade representativa dos moradores;

III - é assegurada a titulação do lote, nos termos desta Lei, a pessoa que, ultrapassando o padrão médio de vida de respectiva ZEIS, seja morador antigo da área;

IV - os lotes reservados à implantação de equipamentos comunitários serão destinadas de acordo com a seguinte ordem de preferência:

- a) para atividades econômicas, estimulando-se a forma associativa;
- b) para atividades do setor de saúde;
- e) para atividades de educação e cultura;
- d) para atividades de esporte e lazer.

Art. 22. Ensejará desapropriação em favor de terceiros interessados a extrapolação dos usos, finalidades e parâmetros definidos nesta Lei.

CAPÍTULO SÊTIMO DA REGULARIZAÇÃO JURÍDICA

Art. 23. Para promover a regularização jurídica das ZEIS, o Poder Público utilizará os meios legais necessários.

§ 1º As concessões de direito real de uso gratuitas serão firmadas pelo prazo máximo de cinco anos, prorrogáveis sempre pelo mesmo período, em função da pobreza dos ocupantes, considerando-se o padrão médio de vida dos moradores de cada ZEIS.

§ 2º Em nenhum caso poderá ser utilizado o instituto da doação.

§ 3º O município patrocinará as ações de usucapião fornecendo assessoria técnica e jurídica, arcando, inclusive com as despesas processuais.

Art. 24. Caberá a prefeitura do Município do Recife o ônus financeiro decorrente dos registros de imóveis situados nas ZEIS.

CAPÍTULO OITAVO DA TITULAÇÃO

Art. 25. A Prefeitura do Município do Recife registrará em livro próprio todas as concessões de direito real de uso, expedindo necessariamente, em favor do beneficiário, certidão contendo o teor do registro, obrigando-se, também, a promover a inscrição das mesmas no registro imobiliário competente.

Art. 26. Do termo de cessão ou transferência de cessão do direito real de uso deverão constar as seguintes condições:

I - o lote de uso residencial destinar-se-á exclusivamente à moradia do titular com sua família;
II - os lotes destinados para fins econômicos serão para o uso exclusivo previsto no art. 21, I, desta Lei;

III - resolver-se-á de pleno direito, a cessão de direito real de uso quando ocorrer uma das seguintes hipóteses:

- a) nos casos de locação total ou parcial dos imóveis destinados no uso residencial;
- b) nos casos de locação total ou parcial ou arrendamento dos imóveis destinados para fins econômicos;
- c) nos casos de desvio de finalidade;
- d) por transferência a terceiros, a qualquer título sem prévia e expressa autorização do município.

Art. 27. Nos casos de cessão ou transferência de cessão de direito real de uso, intervirá necessariamente, pára a validade do ato, a entidade representativa dos moradores.

CAPÍTULO NONO

DAS COMISSÕES E GRUPOS DE APOIO

Art. 28. Reconhecida, pela Câmara Municipal, através da lei, a condição de ZEIS, o Executivo formalizará, por Decreto, sua respectiva comissão de urbanização e legalização que será competente para:

- I - coordenar e fiscalizar a elaboração e execução do Projeto, urbanização e regularização jurídica da ZEIS respectiva;
- II - intermediar assuntos do interesse da ZEIS junto aos órgãos da administração direta ou indireta;
- III - elaborar relatórios trimestrais sobre o andamento do projeto específico;
- IV - elaborar a lista das pessoas a serem removidas para lotes ou casas constantes do projeto específico, obedecendo a critérios de prioridade estabelecidos entre o Poder Municipal e a comunidade;
- V - dirimir os casos conflitivos;
- VI - dirimir questões não contempladas nesta lei, assim como dívidas resultantes de sua aplicação no que diz respeito ao projeto específico;
- VII - fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Especial do PREZEIS - FEP;
- VIII - elaborar termo de encerramento do projeto específico que, submetido ao Prefeito, extinguirá a Comissão.

Art. 29. Cada Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra será composta por 07 (sete) membros, sendo:

I - um representante da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura da Cidade do Recife;

II - um representante da Empresa de Urbanização do Recife - URB;

III - um representante do órgão público responsável pela execução do projeto de urbanização e regularização jurídica da área;

IV - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco -OAB/PE;

V - um representante indicado por entidade civil que preste assessoramento à comunidade e que seja por ela escolhido;

IV - dois representantes indicados pelas entidades de moradores da área, os quais serão eleitos pela comunidade local.

Parágrafo único. Cada um dos membros titulares da Comissão terá um suplente indicado da mesma forma acima prevista.

Art. 30. Os membros da Comissão de Urbanização e Legalização da posse da Terra escolherão entre si seu Presidente e o respectivo substituto.

Art. 31. O Secretário da Comissão de urbanização e legalização da Posse da Terra será o representante da Empresa de Urbanização do Recife.

Art. 32. A comissão de Urbanização e legalização da posse da Terra reunir-se-á semanalmente, enquanto durar a execução do projeto ou extraordinariamente, por convocação de três de seus membros.

Art. 33. O regimento interno das comissões de urbanização e legalização da posse da terra, que estabelecerá, desde logo, princípios e normas para suas decisões, será elaborada e aprovado pelo Poder Executivo, atendidas as peculiaridades de cada ZEIS.

Art. 34. Os representantes das entidades civis, membros da Comissão de Urbanização e Legalização da posse da terra, farão jus a um jeton correspondente a vinte e cinco por cento do símbolo CSEC.

Art. 35. Nenhum representante do Poder Público fará jus ao jeton de que trata o artigo anterior.

Art. 36. A comissão constituirá um grupo de Apoio para auxiliá-la no levantamento de dados e das informações necessárias à execução de seus objetivos.

Art. 37. Os Grupos de Apoio serão supervisionados pela Empresa de Urbanização do Recife - URB e composto de 04 (quatro) membros, sendo:

I - dois representantes indicados pelas entidades de moradores da área, os quais serão eleitos pela comunidade local;

II - um representante da Empresa de Urbanização do Recife - URB;

III - um representante do órgão público responsável pela execução do projeto de urbanização e regularização jurídica da área.

Art. 38. Para fins de cumprimento do disposto no Art. 34, às entidades que tiverem seus membros eleitos pela comunidade para integrar as comissões ou grupos serão subvencionadas através de convênios a serem celebrados entre elas e a Empresa de Urbanização do Recife - URB.

Art. 39. O Poder Executivo, no prazo de noventa (90) dias, encaminhará Projeto de Lei dispondo sobre o Fundo Especial do PREZEIS, previsto no Art. 8º e regulamentará, por decreto, a presente lei no que esta não for auto-aplicável.

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de noventa (90) dias.

Art. 41. Revogam-se as disposições em contrário.

Recife, 30 de março de 1987

JARBAS VASCONCELOS

Prefeito

FONTES

- **Hemeroteca do Arquivo Público Jordão Emereciano (APEJE – PE)**

- Jornal do Commercio (1978-1988)
- Diário de Pernambuco (1978-1988)
- A Voz das Comunidades (1981)
- Alternativa Comunitária (1981)
- Habitação (1981)
- Jornal do Recife (1982-1983)
- O Amigo do Povo (1979-1981)
- Voz Comunitária (1971)
- Jornal dos Bairros (1978-1979)
- Tribuna dos Bairros (Sem data)
- O popular (1981)
- Folhinha de Brasília Teimosa (1977-1979)
- A Voz de Brasília Teimosa (1981)

- **Acervo da Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS)**

- Folha dos Bairros (1986-1990)

- **Acervo do Núcleo de Estudos em Gestão Urbana e Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (NUGEPP- UFPE)**

- Material da pesquisa “Gestão Urbana, Poder Local e Cidadania”.

- **Acervo DOPS - Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (Prontuários Funcionais)**

- 27.028. Prefeitura, 1986/85.
- 27.030. Comícios PSB, 1986/85.
- 27.544. Arena e MDB (Campanha Política), 1964-1978-1991.

- 27.551. Recorte de Jornal (Campanha Política), 1978.
- 27.572. Igrejas e Ação Católica Operária, 1960-1972.
- 27.862. Movimento “Terras de Ninguém” Invasões de Propriedade, setembro de 1953 a março de 1984.
- 27.754. Federação das Associações de Moradores dos Núcleos de Cohab e Similares em Pernambuco FEMOCOHAB-PE, 1980-1983.
- 28.680. Associação Nacionalista de Defesa dos Moradores do Totó, 01 de abril de 1959 a 30 de nove de 1961.
- 28.694. Associação de Defesa dos Proprietários e Moradores do Bairro da Mangueira, maio de 1956 a setembro de 1960.
- 28.695. Associação de Defesa dos Moradores dos Remédios, 21 de novembro de 1955.
- 28.714. Associação de Defesa dos Moradores do Pina, 1961.
- 29.139. Conselho de Avaliação de Comunidades, 1959.
- 29.595. Associação de Bairros (Comitês Pró Pelópidas Silveira), março de 1946 a abril de 1964.
- 29.732. Partido Socialista Brasileiro (PSB), 1947 a 1987.
- 29.835. Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas Comício Pró-eleições diretas, SEM DATA.
- 29.968. Diversos Administrativos, 1985.
- 30.233. Relatório, Panfletos e Propaganda Política (MDB), 1977 a 1988.
- 30.360. Associação dos Moradores da UR-2 no Ibura, Jornal do Comercio, 1982.
- 30.371. Associação dos Moradores de Jardim Paulista, 1981.
- 30.372. Associação de Moradores de Bairros, Diário de Pernambuco, 1980.
- 30.386. Recorte de Jornal, 1965 a 1968.
- 30.411. Conselho de Moradores de Brasília Teimosa, Diário de Pernambuco, 1982.
- 30.663. Jarbas Vasconcelos, Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, 1973, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984.
- 30.677. Gustavo Krause, 1977, 1981, 1982, 1983, 1986.
- 30.741. Luciano Siqueira, 1983 a 1984.
- 30.750. Pelópidas Silveira, 1981.
- 31.192. Sociedade Protetora dos Moradores de Água Fria, maio de 1959.
- 31.489. Igreja Católica do Jordão, SEM DATA.
- 1.061. Conselho dos Moradores, 1975 a 1983.
- 1.325. Associação dos Moradores de Ponto de Parada, março de 1967.

- 1.453. Centro da Juventude dos Bairros, SEM DATA.
- 1.503. Reunião dos Bairros do Recife, SEM DATA.
- 1.504. Reunião dos Moradores de Afogados, SEM DATA.
- 1.526-A. Câmara Municipal do Recife, SEM DATA.
- 1.538. Reunião de Defesa e Beneficência dos Moradores de Santo Amaro, SEM DATA.
- 1.574. Fotos (Prestes, Arraes, Reuniões, Apreensões [sic] e Indivíduos), 1951 a 1972.
- 1.604. Partidos Políticos MDB/ Propaganda Jarbas Vasconcelos/ Marcus Cunha/ Marcos Freyre etc. Política/ Arraes/ Manoel/ Rodésio, 1978.
- 1.618. Paróquia Coração Imaculado de Maria (Boletim Paroquial) Brasília Teimosa, SEM DATA.
- 1.638. Igreja Católica do Jordão, SEM DATA.
- 1.651. Igreja Católica da Macacheira [sic], SEM DATA.
- 1.674. Invasão de Terrenos e Termos de Declaração, SEM DATA.
- 1.701. Comitê de Propagandas do MPB. PE, SEM DATA.
- 4.087. Organização de Base do Jornal Assêmbélia [sic], SEM DATA.
- 4.438. Dia Nacional de Luta e Movimento Grevista dos Motoristas, SEM DATA.
- 4.560. Centro de Pesquisa e Ação Social, SEM DATA.
- 4.694. Informação e Informes, Recebidos e Expedidos, 1982 a 1983.
- 4.895. Associação de Reivindicação do Alto do Pascal, SEM DATA.
- 5.415. COHAB, 1980 a 1987.
- 6.281. Movimento Contra a Ditadura, 1966.
- 6.828. Associação Defensora dos Moradores do Pina, fevereiro a abril de 1958.
- 7.170. Panfletos (Assunto: Eleições – Diretas Já), SEM DATA.
- 7.277. Ofícios do PMDB e PSB (Comícios no Interior), 1986.
- 7.283. Ofícios dos Comícios das Eleições de 1986, 1986.
- 7.581. Liga Camponesa do Ibura, outubro de 1946.
- 7.050. Associações de Bairros (Relação), 1955 a 1956.

○ **Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJ-PE)**
(Processos)

- 001.1985.003073-1 (7ª Vara da Fazenda Pública)
- 3074-42.1985.8.17.0001 (7ª Vara da Fazenda Pública)

- 60505-97.1986.8.17.0001 (7ª Vara Cível)
- 42186-08.1991.8.17.0001 (7ª Vara Cível)
- 0001357-87.1988.8.17.0001 (6ª Vara Cível)

- **Biblioteca Pública do Estado do Pernambuco**

- Plano de Desenvolvimento do Recife – 1980
- Entidades Populares dos bairros da Região Metropolitana do Recife (ETAPAS)
- Retrato do Morro – O Morro da Conceição e seus moradores (ETAPAS)
- Três Carneiros – Conhecendo nossa realidade nossos direitos vêm (ETAPAS)

- **Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV-SP)**

- Jornal de Casa Amarela – FEACA (1986-1987)
- Jornal Terras de Ninguém (1981)
- Força Popular – Jornal da Pró-federação de Casa Amarela (1980)
- Boletim Informativo – Comissão dos Representantes de Casa Amarela (1980)
- Jornal dos Bairros (1978-1979)
- A voz de Brasília Teimosa (1981)

- **Entrevistas / Acervos Pessoais**

Ademir Torres (Associação dos Moradores da UR-10)
 Levi Gomes (Conselho de Moradores do Córrego do Genipapo)
 Aarão Reis (Associação dos Moradores da UR-10)
 Lúcio Mustafá (Movimento de Defesa dos Favelados)
 Gomes Filho (Associação dos Moradores da UR-03)
 Suely Leal (NUGEPP-UFPE)
 Antonio Montenegro (PPGH-UFPE)
 Maria do Socorro de Abreu e Lima (PPGH-UFPE)

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Trabalhadores urbanos em Pernambuco de 1950 a 1980: uma trajetória de lutas In ROSAS, Suzana Cavani; MELO, Patrícia Pinheiro de. (Orgs.). **Poder, sociedade e ambiente**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, p. 21-38.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. Histórias dentro da História In PINSKY, Carla Bassanezi (Org) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

ALBUQUERQUE, Janice Maria Smrekar. **Só deixo de luta quando morrer**. Povo, terra e saber na luta urbana. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Recife: UFPE, 1986.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. 1964-1984. São Paulo: Edusc, 2005.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970 In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar**. 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004.

BARBERO, Martin J. Mediaciones urbanas y nuevos escenarios de comunicación. Sociedade, 5. 1994 In COSTA, Sérgio. **Movimentos Sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 12, n. 35. São Paulo: Feb. 1997.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. A América Latina após 1930: Estado e política. São Paulo: EDUSP, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra: 1999.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOITO JÚNIOR, Armando. A (difícil) formação da classe operária In GALVÃO, Andreia et alli (orgs.) **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo: Xamã, 2003.

BRAYNER, Flávio. **Discurso, Mito, Governo Popular**. Tópicos Educacionais, Recife, v.12, n. ½, p.131-137, 1994.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. México. Siglo XXI, 1974.

CAVALCANTI, G. B. **A atuação da Igreja Progressista junto aos Conselhos de Moradores do Recife**: do Regime Militar à redemocratização (1964-1985). Revista de História da Universidade Estadual de Goiás - Anápolis, v.2, n.2, p. 175-193, jul./dez. 2013.

CEZAR, Maria do Céu. **As organizações populares do Recife**: trajetória e articulação política (1955-1964). Cad. Est. Soc., Recife, v. 1, p. 141 a 160, jul/dez., 1985.

COSTA, Sérgio. **Movimentos Sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 12, n. 35. São Paulo: Feb. 1997.

COSTA COUTO, Ronaldo. **Memória viva do regime militar 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COUTINHO, Calos Nelson. **El concepto de sociedade civil em Gramsci y la lucha ideológica em el Brasil de hoy**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidades e interpretações In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar**. 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**. Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1995.

_____. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Movimento de transporte coletivo em Vila Velha (ES). Petrópolis: Vozes, 1984.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação Política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

EVERS, Tilman. **De costas para o Estado, longe do parlamento**: os movimentos sociais alternativos na Alemanha Ocidental. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 2, nº 1, pp. 25-39, 1983.

_____. **Identidade**: a face oculta dos novos movimentos sociais. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 2 , nº 4, pp. 11-22, 1984.

EVERS, Tilman; MULLER-PLANTENBERG, Clarita; SPESSART, Stefanie. Movimentos de Bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, J.A. (Org.). **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5, 1985.

EVERS, Tilman. **De costas para o Estado, longe do parlamento**. Novos Estudos Cebrap, v.2 , nº1, p25-39, 1983.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **Gestão Municipal e Participação Social no Brasil.** A trajetória de Recife e Salvador (1986-2000). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano.** O tempo da experiência democrática. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Brasil Republicano.** O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERREIRA, Rafael Leite. **O ‘Novo Sindicalismo’ urbano em Pernambuco (1979-1984):** entre mudanças e permanências. Dissertação de Mestrado em História. Recife: PPGH-UFPE, 2012.

FERRERAS, Norberto O. **Culturalismo e Experiência:** leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson. Revista Diálogos, Maringá, v.3, n. 3, p. 309-322, 1999.

FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula Nascimento; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.) **Ditadura e democracia na América Latina:** balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRÚGOLI JR, Heitor. **O urbano em questão na antropologia:** interfaces com a sociologia. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2005, v. 48 nº 1.

GONH, Maria da Glória **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

_____. **Reivindicações populares urbanas.** São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** São Paulo: Editora FGV, 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRIBAUDI, Maurizio. **Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX siècle**. Paris: EHESS, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HARVEY, David. **O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Espaço e Debates, nº. 6, São Paulo, 1982.

HOBBSBAWM. Eric J. **Era dos extremos**. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo Companhia das letras: 1995.

JACOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990.

JUDT, Tony. **Reflexões sobre um século esquecido**. 1901-2000. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JUNIOR, Edvaldo Vieira de Souza. **A igreja progressista no Recife**. Limites e possibilidades de ação das CEB's (1973-1985). Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 2006.

KARL, Marx. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

KERR, Clark, SIEGEL, Abraham. "The interindustry propensity to strike: an international comparison" In KORNHAUSER, Arthur et al (ed.). **Industrial conflict**. New York, 1954.

KOWARICK. Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LACLAU, Ernesto. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. Revista Brasileira de Ciência Sociais. V. 1, nº2, 1986.

LAISNER, Regina. **A participação em questão**: ponto ou contraponto da representação na teoria democrática. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 14, n.26, p. 17-35, 2009.

LAVAREDA, Antônio (org). **A vitória de Arraes**. Recife: Inojosa Editores, 1987.

LAVAREDA, Antônio; ANDRADE, Bonifácio. A vitória de Arraes: a mudança na geografia eleitoral, o significado do voto e a alteração das preferências In LAVAREDA, Antônio (org). **A vitória de Arraes**. Recife: Inojosa Editores, 1987.

LEAL, Suely. **Fetiche da participação popular**. Novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife - Brasil. Recife: CEPE, 2003.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. **Para “além” do Estado**. Tendências, limites e alcances das novas formas de gestão urbana a nível local. Tese de Doutorado em Economia. Campinas: UNICAMP, 1994.

LEMO, Renato. Justiça Militar e processo político no Brasil (1964-1968) In **1964-2004. 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil**. Anais do seminário. Rio de Janeiro: FAPERJ; 7Letras, p.282-289.

_____. **Contrarrevolução e ditadura**: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. (mimeo).

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder In FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco**. Cultura Popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense: 1984.

MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “civil-militar”?**: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Revista Espaço Plural, UNIOEST, Dossiê Ditaduras de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado, Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012.

MOISÉS, José A. (Org.). **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção CEDEC/Paz e Terra; v. 5, 1985, pp. 110-164.

MOISÉS, José A. **Classes populares e protestos urbanos**. Tese de Doutorado. FFLCH/USP. São Paulo, 1978.

MONTANÕ. Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO. Carlos. **Terceiro setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres; SILVA, Neide Maria da; AMORIM. Márcia Maria da Silva. **Movimentos de Bairro**. Repetição/invenção. Recife: ETAPAS, 1988.

MONTENEGRO, Antônio Torres. et al. **Casa amarela**. Memórias, Lutas, Sonhos... Série I. Entrevistados. Departamento de Memória de Casa Amarela. Recife: FEACA, 1988.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **História oral e memória**. A cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

MORA. Luís de La. Os movimentos sociais na formação e transformação do espaço urbano recifense In RESENDE. Antonio Paulo (org.). **Recife: que história é essa?** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG: 1999.

MUSTAFÁ, Maria Alexandra da Silva. **A luta pela moradia nos anos 80**: Movimento de Defesa dos Favelados no Nordeste. Anais do Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Regional do Nordeste; CICEF/UFPE. Recife, 13 a 16 de outubro de 2009.

NASCIMENTO JÚNIOR, Joaquim Izidro. **Moro no Ibura**: a construção social de um estigma. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Ciências Sociais. Recife: UFPE, 2008.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964) In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985)**: do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese de Doutorado. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2005.

_____. **América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado**. Revista História & Luta de Classes, v.4, p.43-49, 2007.

_____. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas In. FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula Nascimento; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.) **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PEREIRA, Joana Vidal de Azevedo Dias. **Espaços industriais e comunidades operárias**: o caso de estudo português e a tradição historiográfica europeia. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 64, p. 27-44, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, vol. 5, nº 10, 1992.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda (1967-1973) In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar**. 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004.

_____. **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

RESENDE, Antonio Paulo (org.). **Recife: que história é essa?** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.

RESENDE, Maria José. **A Ditadura Militar no Brasil**: Repressão e Pretensão de Legitimidade (1964-1985). Londrina: Ed. UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

ROCHA, Abelardo Baltar da. Arraes: a vitória das alianças e um governo de esperanças In LAVAREDA, Antônio (org). **A vitória de Arraes**. Recife: Inojosa Editores, 1987.

ROUQUIÉ, Alain. Os militares na política latino-americana após 1930 In BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. A América Latina após 1930: Estado e política. São Paulo: EDUSP, 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado Ilegal In SAFATLE, Vladimir; TELLES, Edson (Orgs) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo: 2010.

SAFATLE, Vladimir; TELLES, Edson (Orgs) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo: 2010.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco**. A(s) Frente(s) do Recife (1955/1964). Dissertação de Mestrado em História. Recife: PPGH-UFPE, 2008.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões**. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. São Paulo-Campinas; Ed. Unicamp/FAPESP, 2003.

_____. **Sociabilidade Operária e a Teoria das Massas Isoladas**. Os Portuários em Perspectiva Internacional. II Jornada Nacional de História do Trabalho / X Encontro Estadual de História, Vol. 1, Florianópolis-SC, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985 In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2007.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo Arraes**. Nacionalismo em crise. 1955/1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES; José Arlindo; SOLER, Salvador. **Poder local e participação popular**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, 1992.

THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comuns**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar**. 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004.

TOURAINE, Alain. **Production de la société**. Paris: Ed. du Seuil, 1973.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da constituição de 1988 In SAFATLE, Vlamidir; TELLES, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo: 2010.